

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CÍCERO HARISSON DOS SANTOS SOUZA

**PANORAMA DAS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE:
uma proposta de análise histórica e socioeconômica**

RECIFE
2021

CÍCERO HARISSON DOS SANTOS SOUZA

**PANORAMA DAS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE:
uma proposta de análise histórica e socioeconômica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Regionalização e Análise Regional. Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina de Almeida Fernandes

Coorientador: Prof. Dr. Wilson Fusco

RECIFE
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S729p Souza, Cícero Harisson dos Santos.
Panorama das cidades médias do interior do Nordeste : uma proposta de análise histórica e socioeconômica / Cícero Harisson dos Santos Souza. – 2021.
224 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Almeida Fernandes.

Coorientador: Prof. Dr. Wilson Fusco.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.

Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Cidades. 3. Demografia. 4. Economia. 5. Urbanização.
6. Brasil, Nordeste. I. Fernandes, Ana Cristina de Almeida (Orientadora).
II. Fusco, Wilson (Coorientador). III. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2022-050)

CÍCERO HARISSON DOS SANTOS SOUZA

**PANORAMA DAS CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE: UMA
PROPOSTA DE ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Regionalização e Análise Regional. Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

Aprovada em: 30/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Livia Izabel Bezerra de Miranda (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a. Dr^a. Mônica Aparecida Tomé Pereira (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Prof. Dr. Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Examinador Externo)
Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas conquistas até então. Sem a minha fé eu não teria reunido as forças necessárias para concluir esta importante etapa da vida. Os tempos são difíceis, a trajetória de um doutorando por si só já é desafiadora. A considerar as variáveis externas como a crise econômica, a Pandemia da COVID-19 e a situação caótica do país, todos os concluintes são verdadeiros heróis da pesquisa brasileira. Sendo assim, dedico este trabalho para os meus colegas que estão enfrentando diversas dificuldades.

Agradeço ao meu Consorte por todo apoio e incentivo. Agradeço aos meus familiares pela admiração, o que me permitiu investir com mais atenção no meu futuro.

Agradeço aos profissionais que tive a oportunidade de conhecer. O conhecimento foi transmitido de forma sábia. Destaco a atuação dos meus orientadores, Ana Cristina Fernandes e Wilson Fusco. A experiência de ambos, a confiança mútua e os laços afetivos entre nós, resultou na qualidade no trabalho final.

A cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente (SANTOS, 1988, p. 19).

RESUMO

O debate referente às cidades médias no Brasil é pautado pela crescente importância que elas têm desempenhado no território nacional, em paralelo ao processo de interiorização do capital e das atividades urbanas a ele associadas. Compreende-se que proporcionaram importantes estímulos a tal processo as chamadas “políticas desenvolvimentistas”, implementadas nos anos 1970. Entre estas, destaca-se o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que incluiu ações voltadas à dinamização dos centros urbanos brasileiros, inclusive aqueles de médio porte. As cidades médias passam então a ser consideradas como uma alternativa para desafogar as metrópoles e fornecer a infraestrutura urbana necessária à intensificação de inter-relações e fluxos de população e serviços – algo que a interiorização exigia. A estagnação econômica que se segue ao colapso do desenvolvimentismo, no início dos anos 1980, não elimina, contudo, o poder de atração das cidades médias, que se revigora na década de 2000. Desta vez, o movimento de interiorização ocorre em sintonia com a retomada do crescimento econômico liderado pelo setor público. Em meados da década seguinte, porém, verifica-se nova reversão. A complexidade da crise de 2015 obstruiu o ciclo de desenvolvimento urbano desta categoria de cidades, impactando o dinamismo iniciado no período desenvolvimentista. Tendo esta trajetória como pano de fundo, a presente tese tem como objetivo detalhar o panorama socioeconômico recente das principais cidades médias do interior do Nordeste, focando o recorte temporal que vai dos anos 1990 ao período 2015-2020. Fazendo uso de bases de dados secundários, consistidos e sistematizados em tabelas e gráficos, observou-se que, no período 2000-2015, as cidades selecionadas apresentaram desempenho semelhante ao da economia nacional como um todo: registraram expressivo crescimento econômico, associado ao intenso fluxo de investimentos externos (públicos e privados), bem como políticas sociais e de transferência de renda em direção ao Nordeste, com melhorias nos indicadores socioeconômicos. Este processo não se sustenta após 2015, quando o desempenho do PIB apresenta queda em todas as cidades selecionadas e, conseqüentemente, reduz o fluxo de capital que vinha sustentando tal crescimento. Desse modo, diferentemente da década de 1990, no período 2000-2015 o crescimento das cidades médias do Nordeste não apenas coincidiu com o crescimento da economia nacional, como não decorreu da estagnação das metrópoles observada na década de 1990, refletindo efeitos positivos da distribuição de renda e investimentos públicos e privados na região.

Palavras-Chave: Cidades Médias; Demografia. Economia; Nordeste; Rede Urbana.

ABSTRACT

The debate regarding medium-sized cities in Brazil is guided by the growing importance that they have played in the national territory, in parallel with the process of internalization of capital and associated urban activities. It is understood that the so-called “developmentalist policies”, implemented in the 1970s, provided important stimuli to this process. Among these, the II PND (National Development Plan) stands out, which included actions aimed at dynamizing Brazilian urban centers, including those medium. Medium-sized cities are then considered as an alternative to unburden the metropolises and provide the urban infrastructure necessary for the intensification of interrelationships and flows of population and services – something that interiorization required. The economic stagnation that followed the collapse of developmentalism in the early 1980s did not, however, eliminate the power of attraction of medium-sized cities, which was reinvigorated in the 2000s. This time, the movement of interiorization occurs in line with the resumption of economic growth led by the public sector. In the middle of the following decade, however, there was a new reversal. The complexity of the 2015 crisis obstructed the urban development cycle of this category of cities, impacting the dynamism that started in the developmental period. With this trajectory as a backdrop, this thesis aims to detail the recent socioeconomic scenario of the main medium-sized cities in the interior of the Northeast, focusing on the time frame that goes from the 1990s to the period 2015-2020. Making use of secondary databases, consisting and systematized in tables and graphs, it was observed that, in the period 2000-2015, the selected cities presented a performance similar to the national economy as a whole: they registered significant economic growth, associated with the intense flow of external investments (public and private), as well as social policies and income transfer towards the Northeast, with improvements in socioeconomic indicators. This process is not sustained after 2015, when GDP performance drops in all selected cities and, consequently, reduces the flow of capital that had been sustaining such growth. Thus, unlike the 1990s, in the period 2000-2015 the growth of medium-sized cities in the Northeast not only coincided with the growth of the national economy, but also did not result from the stagnation of the metropolises observed in the 1990s, reflecting positive effects of the distribution of income and public and private investments in the region.

Keywords: Medium Cities; Demography; Economy; Northeastern; Urban Network.

RESUMEN

El debate sobre las ciudades medianas en Brasil está orientado por la creciente importancia que han jugado en el territorio nacional, en paralelo con el proceso de internalización del capital y las actividades urbanas asociadas. Se entiende que las llamadas “políticas desarrollistas”, implementadas en la década de 1970, brindaron importantes estímulos a ese proceso, entre los cuales se destaca el II PND (Plan Nacional de Desarrollo), que incluyó acciones destinadas a dinamizar los centros urbanos brasileños, incluyendo esos medios. Las ciudades medianas se plantean entonces como una alternativa para descargar las metrópolis y dotarlas de la infraestructura urbana necesaria para la intensificación de las interrelaciones y flujos de población y servicios, algo que requería la interiorización. El estancamiento económico que siguió al colapso del desarrollismo a principios de la década de 1980 no eliminó, sin embargo, el poder de atracción de las ciudades medianas, que se revitalizó en la década de 2000. Esta vez, el movimiento de interiorización ocurre en línea con la reanudación de crecimiento económico liderado por el sector público. Sin embargo, a mediados de la década siguiente se produjo un nuevo revés. La complejidad de la crisis de 2015 obstruyó el ciclo de desarrollo urbano de esta categoría de ciudades, impactando el dinamismo iniciado en el período desarrollista. Con esa trayectoria como telón de fondo, esta tesis tiene como objetivo detallar el escenario socioeconómico reciente de las principales ciudades de mediano porte del interior del Nordeste, con foco en el marco temporal que va de la década de 1990 al período 2015-2020. Haciendo uso de bases de datos secundarias, constituidas y sistematizadas en tablas y gráficos, se observó que, en el período 2000-2015, las ciudades seleccionadas presentaron un desempeño similar al de la economía nacional en su conjunto: registraron un importante crecimiento económico, asociado a la intenso flujo de inversiones externas (públicas y privadas), así como políticas sociales y transferencia de renta hacia el Nordeste, con mejoras en los indicadores socioeconómicos. Este proceso no se sostiene después de 2015, cuando el desempeño del PIB cae en todas las ciudades seleccionadas y, en consecuencia, reduce el flujo de capital que venía sustentando dicho crecimiento. Así, a diferencia de la década de 1990, en el período 2000-2015 el crecimiento de las ciudades medias del Nordeste no sólo coincidió con el crecimiento de la economía nacional, sino que tampoco resultó del estancamiento de las metrópolis observado en la década de 1990, reflejando efectos positivos de la distribución del ingreso y de las inversiones públicas y privadas en la región.

Palabras clave: Ciudades medianas; Demografía; Economía; Noreste; Red Urbana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização das cidades selecionadas	27
Figura 2 –	Brasil: Expansão das terras brasileiras ao longo do tempo (séculos XVI XX)	36
Figura 3 –	Brasil: Comparativo entre as taxas de urbanização por Unidade Federativa (1970 x 2010)	40
Figura 4 –	Rio São Francisco em Juazeiro na altura da Ilha do Fogo	42
Figura 5 –	Feira semanal em Feira de Santana	45
Figura 6 –	Vista parcial de Campina Grande	47
Figura 7 –	Feira em Caruaru	48
Figura 8 –	Vista parcial de Vitória da Conquista	49
Figura 9 –	Orla marítima de Ilhéus	50
Figura 10 –	Vista panorâmica de Itabuna	51
Figura 11 –	Vista parcial de Juazeiro	52
Figura 12 –	Vista parcial de Petrolina	53
Figura 13 –	Porto de Barreiras e o vapor São Francisco	54
Figura 14 –	Vista aérea de Mossoró	55
Figura 15 –	Centro de Imperatriz	56
Figura 16 –	Cidade do Crato	58
Figura 17 –	Vista aérea da cidade de Juazeiro do Norte	58
Figura 18 –	Vista de Sobral	59
Figura 19 –	Vista de Arapiraca	61
Figura 20 –	Brasil: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)	63
Figura 21 –	Brasil: Distribuição dos maiores centros urbanos (1970)	69
Figura 22 –	Mapa de atuação da SUDENE subdividida em regiões	82
Figura 23 –	Tipologia regional do PNDR (2018)	83
Figura 24 –	Brasil: Região de Influência das Cidades (2018)	87
Figura 25 –	Nordeste: Região de Influência de Salvador (2018)	90
Figura 26 –	Nordeste: Região de Influência do Recife (2018)	91
Figura 27 –	Nordeste: Região de Influência de Fortaleza (2018)	92
Figura 28 –	Brasil: Tipologia municipal rural-urbano (2010)	98
Figura 29 –	Nordeste: Área urbanizada de Juazeiro e Petrolina em destaque	99
Figura 30 –	Brasil: IDH dos municípios (1991)	106
Figura 31 –	Brasil: IDH dos municípios (2000)	108
Figura 32 –	Brasil: IDH dos municípios (2010)	110
Figura 33 –	Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB em % (1947-2014)	119
Figura 34 –	Brasil: Mapa da participação da Indústria no PIB em % por microrregião	120
Figura 35 –	Brasil: Mapa da participação dos Serviços no PIB em % por microrregião	124
Figura 36 –	Brasil: Mapa da participação da Agropecuária no PIB em % por microrregião	126
Figura 37 –	Nordeste: Cidades selecionadas em suas microrregiões	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de crescimento do PIB (2003-2017)	23
Gráfico 2 –	Nordeste: Participação relativa no PIB brasileiro (2002-2017)	23
Gráfico 3 –	Brasil: Taxas médias de crescimento do PIB em % por décadas (1901-2020)	74
Gráfico 4 –	Nordeste: IDH das cidades selecionadas (1991)	106
Gráfico 5 –	Nordeste: IDH das cidades selecionadas (2000)	108
Gráfico 6 –	Nordeste: IDH das cidades selecionadas (2010)	110
Gráfico 7 –	Brasil: Taxas de crescimento do PIB brasileiro em % (2010-2020)	116
Gráfico 8 –	Brasil: Pessoal ocupado na indústria (2010-2018)	118
Gráfico 9 –	Brasil: Variação acumulada do IPCA em % (2010-2020)	122
Gráfico 10 –	Brasil: Taxas de crescimento do PIB Agropecuário em % (2010-2017)	127
Gráfico 11 –	Brasil: Balança Comercial (2010-2020)	128
Gráfico 12 –	Brasil: Repasses do Governo Federal para as Universidades Federais em bilhões de R\$ (2010-2017)	132
Gráfico 13 –	Brasil: Gastos com Saúde em % do PIB (2010-2017)	134
Gráfico 14 –	Nordeste (Grupo 1 - cidades do agronegócio): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)	142
Gráfico 15 –	Nordeste (Grupo 2 - cidades industriais): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)	144
Gráfico 16 –	Nordeste (Grupo 3 - cidades dos serviços): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)	146
Gráfico 17 –	Nordeste (Grupo 1 - cidades do agronegócio): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)	148
Gráfico 18 –	Nordeste (Grupo 2 - cidades industriais): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)	151
Gráfico 19 –	Nordeste (Grupo 3 - cidades dos serviços): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Brasil: Número de Municípios por faixas populacionais (1970-2010)	24
Quadro 2 –	Cidades selecionadas para tese	26
Quadro 3 –	Síntese histórica das cidades selecionadas	44
Quadro 4 –	Atributos para categorização de Cidade Média (1970)	68
Quadro 5 –	Brasil: Diagnóstico do sistema urbano e orientações para a política de desenvolvimento urbano e regional (1970)	71/72
Quadro 6 –	Mapeamento situacional das obras mais recentes do PAC nas cidades selecionadas	76/78
Quadro 7 –	Brasil: Síntese da classificação das cidades no REGIC (2018)	88
Quadro 8 –	Nordeste: Classificação das Capitais Regionais selecionadas (REGIC 2007; 2018)	93
Quadro 9 –	Nordeste: Classificação das cidades e microrregiões por tipologia	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Brasil: Evolução do número de Aglomerações Industriais Relevantes por Região (1995-2015)	22
Tabela 2 –	Brasil: Rede Urbana Colonial	34
Tabela 3 –	Brasil: Vilas e Cidades (criadas)	35
Tabela 4 –	Brasil: Distribuição da população rural e urbana em milhões de habitantes (1872-2010)	37
Tabela 5 –	Brasil: Grau de urbanização por Região (1940-2010)	39
Tabela 6 –	Brasil: Municípios com mais de 100 mil habitantes (1940-2010)	41
Tabela 7 –	Brasil: Comportamento da Economia (1964-1973)	65
Tabela 8 –	Brasil: Indicadores Econômicos (1970-1984)	66
Tabela 9 –	Nordeste: Taxas de crescimento anual da população urbana nas cidades médias não-metropolitanas (1970-1991)	72
Tabela 10 –	Brasil: Número casos por Região conforme a classificação do REGIC (2018)	89
Tabela 11 –	Nordeste: Dimensão das Redes de 1º Nível	89
Tabela 12 –	Nordeste: População total das cidades selecionadas (1991; 2000; 2010 e 2020)	95
Tabela 13 –	Nordeste: Taxas de urbanização das cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	97
Tabela 14 –	Nordeste: Área urbana e Extensão territorial das cidades selecionadas (km ²)	100
Tabela 15 –	Nordeste: Quantidade de domicílios ocupados nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	101
Tabela 16 –	Nordeste: Esperança de vida ao nascer nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	102
Tabela 17 –	Nordeste: Taxa de fecundidade nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	103
Tabela 18 –	Nordeste: Taxa de mortalidade infantil (a cada mil nascidos vivos) nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	104
Tabela 19 –	Nordeste: IDH das cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	105
Tabela 20 –	Nordeste: Índice de Gini das cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)	112
Tabela 21 –	Nordeste: Incidência de pobreza nas cidades selecionadas em % da população total (1991; 2000 e 2010)	113
Tabela 22 –	Brasil: Pessoal ocupado na Indústria (2010-2018)	118
Tabela 23 –	Brasil: Pessoal ocupado nos Serviços (2010-2018)	123
Tabela 24 –	Brasil: Balança Comercial (2010-2020)	128
Tabela 25 –	Brasil e Nordeste: Matrículas em cursos presenciais de Graduação (IES públicas e privadas) por UF (capital x interior) (2010-2019)	130
Tabela 26 –	Nordeste: PIB das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)	136
Tabela 27 –	Nordeste: PIB per capita das cidades selecionadas em milhares de R\$ (2010-2018)	137
Tabela 28 –	Nordeste: População ocupada nas cidades selecionadas em milhares (2010-2019)	138
Tabela 29 –	Nordeste: Número de empresas atuantes nas cidades selecionadas (2010-2019)	139
Tabela 30 –	Nordeste: Saldo de empregos nas cidades selecionadas (2010-2020)	140
Tabela 31 –	Nordeste: Participação da Administração Pública no PIB de Serviços das cidades selecionadas (2018)	157

Tabela 32 –	Tabela 32 - Nordeste: PIB total das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)	214
Tabela 33 –	Nordeste: PIB do setor de Serviços das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)	215
Tabela 34 –	Nordeste: PIB do setor Industrial das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)	216
Tabela 35 –	Nordeste: PIB do setor Agropecuário das cidades selecionadas em milhões de R\$ (2010-2018)	217
Tabela 36 –	Nordeste: Participação relativa por setor em % do PIB nas cidades selecionadas (2000; 2010; e 2018)	218
Tabela 37 –	Nordeste: Estimativas da população residente nas cidades selecionadas em milhares (2010-2020)	219
Tabela 38 –	Nordeste: Saldo migratório nas cidades selecionadas por tipo de fluxo em data fixa (2005-2010)	220
Tabela 39 –	Nordeste: Valor das exportações em dólares (US\$) nas cidades selecionadas (2015-2020)	221
Tabela 40 –	Nordeste: Valor das importações em dólares (US\$) nas cidades selecionadas (2015-2020)	222
Tabela 41 –	Nordeste: Valor em dólares (US\$) da balança comercial das cidades selecionadas (2015-2020)	223
Tabela 42 –	Nordeste: Valor total de salários e outras remunerações nas cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2019)	224

LISTA DE SIGLAS

AIR	Aglomerações Industriais Relevantes
ANP	Agência Nacional do Petróleo
AP	Arranjo Populacional
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central
BNB	Banco do Nordeste Brasileiro
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CF	Constituição Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMEX	Comércio Exterior
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (Acrônimo)
DEPECON	Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
GF	Governo Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia

IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IGP	Índice Geral de Preços
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEM	Luís Eduardo Magalhães (Município)
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Acrônimo)
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPC	Poder por Paridade de Compra
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Região de Influência das Cidades
RM	Região Metropolitana
RNB	Renda Nacional Bruta
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SINDICAME	Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Unificado de Saúde
UFES	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UESB	Universidade do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	AS PRINCIPAIS PREMISSAS HISTÓRICAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NACIONAL E REGIONAL	31
2.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	32
2.1.1	Breve contexto histórico da urbanização no Brasil	32
2.1.2	Urbanização e diversidade regional.....	39
2.2	BREVE HISTÓRICO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS NA REGIÃO NORDESTE.....	41
2.2.1	Especificidades históricas das cidades selecionadas	44
2.3	PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO FEDERAL: DA ERA MILITAR ATÉ O BRASIL ATUAL	62
2.3.1	Economia brasileira na Ditadura Militar (1964-1980).....	62
2.3.2	Cidades médias nos planos de desenvolvimento do Regime Militar	67
2.3.3	Economia brasileira na Redemocratização	73
2.3.4	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	75
2.3.5	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)	79
3	AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DO NORDESTE E SEUS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	85
3.1	REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC).....	86
3.2	COMPILAÇÃO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS RECENTES DAS CIDADES SELECIONADAS.....	94
4	OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA NAS ESCALAS NACIONAL, REGIONAL E NAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	115
4.1	ASPECTOS GERAIS DA CRISE DE 2015 NO BRASIL	116
4.1.1	Setor Industrial.....	117
4.1.2	Setor de Serviços	122
4.1.3	Setor Agropecuário.....	125
4.1.4	Dados da exportação em série histórica.....	128
4.1.5	A crise econômica e o Ensino Superior.....	129
4.1.6	A PEC-241/55 e os dados da Saúde	133
4.2	OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS CIDADES SELECIONADAS E OS EFEITOS DA CRISE.....	135
4.2.1	O desempenho econômico das cidades selecionadas e suas microrregiões....	158
4.2.2	O perfil econômico das cidades selecionadas e a sinopse dos dados na crise	161
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS.....	184
	ANEXOS.....	298
	ANEXO A – SÍNTESE DE DADOS DAS CIDADES SELECIONADAS	199
	ANEXO B – INDICADORES GERAIS EM SÉRIE	214

1 INTRODUÇÃO



Xilogravura - Marcelo Soares¹ (2021).

¹ Fonte: <https://marcelosoares.org/>

Contextualização da Pesquisa

A Região Nordeste contribuiu significativamente para a formação econômica do país nos tempos de colonização. No período colonial, a prosperidade criava a região com os primeiros ciclos econômicos. Após a primeira expansão territorial, com o declínio nos preços do açúcar, o crescimento da exploração nas minas de ouro no século XVIII e a consolidação do complexo cafeeiro no século XIX deslocam o centro da dinâmica de produção de riqueza para o que veio a ser conhecido como a região Sudeste.

De acordo com Francisco de Oliveira (1993), em *A Questão Regional e a Hegemonia inacabada*, “no mesmo momento em que a região do café resolve seus problemas de mão-de-obra e de terras, congela quase simetricamente os mesmos problemas de mão-de-obra e de terras nas demais regiões” (OLIVEIRA, 1993, p. 47). Segundo o autor, o ciclo do ouro também havia se esgotado e o café, com a sua expansão, produz novas regiões econômicas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. O modo de produção de mercadorias passa por transformações, incluindo a mudança do regime de trabalho do sistema escravista para o trabalho assalariado.

Na tradição de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado, acostumamo-nos a pensar na expansão do café como espécie de expansão da missão civilizadora do capital. Mas a adoção de uma solução via imigração europeia para a questão da mão-de-obra na expansão do café, implica a primeira e mais determinante segmentação do mercado de trabalho que estrutura a moderna economia brasileira. Segmentação que vai congelar o escravismo nas demais regiões do país, pelo fato de impor uma cisão entre os diversos mercados de trabalho que já se unificavam [no Brasil], à base da troca do excedente de escravos, que reforçava a legislação precedente à abolição e anunciava o modo de produção de mercadorias. A troca entre o Nordeste e o Sudeste; a extinção, finalmente, do tráfico; a abolição parcial da escravidão nas províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte; e a introdução do trabalho livre sob formas do aluguel dos próprios escravos — a que se referem tantos anúncios na imprensa da época — para trabalhos fabris e de construções públicas, não se tratando, pois, de empregos domésticos (OLIVEIRA, 1993, p. 48).

O autor ainda enfatiza a competição pelos postos de trabalhos menos qualificados, que outrora eram reservados aos negros e passam a ser ofertados aos brancos imigrantes - estes tinham a vantagem de contar com a proteção de seus países de origem. Oliveira (1993) observa que é nesse ponto que se encontra “uma das raízes mais fundas do estranhamento entre classes dominantes, elites dirigentes, vastas parcelas das classes médias abastadas do Sul e do Sudeste e os imigrantes vindos do Nordeste” (OLIVEIRA, 1993, p. 48).

Neste panorama, o papel do Estado se valia da utilização dos recursos públicos na sustentação e expansão da cafeicultura, sobretudo na organização da concorrência. O Estado vai “tecer uma política de organização da concorrência – que é de liquidação dos outros capitais

concorrentes – e uma política de alianças, de uns setores contra outros” (OLIVEIRA, 1993, p. 49).

São Paulo faz tentativas de bancar, isoladamente, a sustentação dos preços do café no mercado internacional. Essa função será transferida ao Estado Nacional, posteriormente. Este, por sua vez, “tanto subsidiava o café e obstaculizava a acumulação de capital em outros setores, quanto organizava a concorrência, impedindo a expansão de outros segmentos” (OLIVEIRA, 1993, p. 50).

O autor conclui que, diante desse processo, São Paulo assume a hegemonia da classe social emergente, revolucionando assim o modo de produção. Essa nova classe, a burguesia de São Paulo, não absorve as oligarquias regionais, mas passa a tratá-las como aliadas que, em algumas dinâmicas, convergiam em razão de seus interesses (OLIVEIRA, 1993, p. 51).

A Revolução de 1930 propicia as condições para a futura integração do mercado nacional, eliminando as barreiras fiscais entre as divisas estaduais e possibilitando uma maior circulação de mercadorias, especialmente aos capitais industriais originados do complexo cafeeiro (CANO, 2006). Enquanto isso, ocorre a “implantação de grupos econômicos do Nordeste no Sudeste, a exportação de capitais da região mais pobre para a região mais rica” (OLIVEIRA, 1993, p. 52).

Entre os anos 1940 e 1950 houve um momento em que a hegemonia paulista esteve quase completa, o estado pairava no imaginário de todos como o futuro do Brasil. Tal pensamento provocava a migração da força de trabalho de regiões menos desenvolvidas. Contudo, Oliveira (1993) aponta alguns elementos que impossibilitaram a concretização de tal hegemonia:

Um dos pontos mais visíveis desse fracasso diz respeito ao Estado, e particularmente à formação de sua burocracia. Embora a burguesia paulista — sujeito principal da economia capitalista brasileira — tenha sido, sempre, assaz frequentadora dos gabinetes estatais, e beneficiada por uma longa série de subsídios estatais, que começou desde o Império — ao contrário da lenda de uma burguesia autossuficiente, de costas para o Estado, construída, com o perdão do trocadilho, pelo Estado —, a burguesia paulista jamais se preocupou com o próprio Estado nacional ou com a formação de sua burocracia. Ao contrário de sua atitude dentro do Estado de São Paulo, onde modelares instituições como a própria USP (Universidade de São Paulo) e todos os grandes institutos, Adolfo Lutz, Butantã, e o Instituto Biológico, marcaram uma verdadeira revolução. A burguesia paulista virou as costas para o Estado brasileiro do ponto de vista dos interesses mais gerais que cabia ao Estado atender (OLIVEIRA, 1993, p. 54).

O processo de industrialização do Brasil é fundamental na discussão das desigualdades regionais. Tendo sido mais relevante a partir da década de 1950, tal fenômeno explicita um modelo de crescimento atrelado ao subdesenvolvimento. De acordo com Celso Furtado (1974), existiam diferenças consideráveis entre as áreas rurais e urbanas, sobretudo em relação a produtividade. Muitos habitantes estavam em subempregos nas cidades e outros tantos em nível de “subsistência fisiológica” no campo rural (FURTADO, 1974, p. 97).

A partir da década de 1970, com o Governo Militar investindo massivamente em infraestrutura, “a existência de um processo de desconcentração territorial de atividades produtivas se colocou em marcha” (MONTEIRO NETO et al, 2020, p. 117). Este processo não ocorre de forma homogênea, verificando-se mais nas regiões Sul e Sudeste, quando adentra o interior de São Paulo (MONTEIRO NETO, 2020).

É nesse período em que se constitui o “Polígono Industrial”, no qual se inseriam as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e algumas regiões do interior desses estados (MONTEIRO NETO et al, 2020). O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste não estariam na preferência da localização industrial até então. Desse modo, essas regiões estavam “atrasadas” em relação à estrutura sulista – rede urbana, transporte e comunicações (MONTEIRO NETO et al, 2020, p. 120).

Todavia, a produção de commodities agrícolas e minerais para exportação, em paralelo à própria criação da EMBRAPA, começa nesse período, dinamizando alguns centros médios do Oeste Baiano, e dos cerrados do Piauí e Maranhão, assim como alguns antigos núcleos urbanos no Rio Grande do Norte (petróleo).

As designadas “Aglomerações Industriais Relevantes” (AIR), termo proposto por Monteiro Neto et al (2020), a partir das análises a respeito do “Polígono Industrial” de Diniz² (1993), possibilitam visualizar como a geografia do processo industrial evoluiu desde 1990 até a atualidade.

Na perspectiva macrorregional, os dados do número de AIR no período 1995-2015 indicam que o número de novas AIR é mais expressivo nas regiões Sudeste (28) e Sul (23). Norte, Nordeste e Centro-Oeste, juntas, apresentaram um acréscimo de 24 AIR, com o Nordeste responsável por 14 delas. Nota-se certa desconcentração regional, com as regiões-alvo de política regional ampliando sua participação no território das aglomerações industriais (MONTEIRO NETO et al, 2020, p. 122).

² Diniz (1993) propõe a ideia do “Polígono Industrial” observando o período de dinamismo territorial da indústria brasileira a partir dos anos 1970. Embora houvesse crescimento das atividades do setor secundário naquela década, a crise em 1981 afeta esta dinâmica (Cano, 2012). Monteiro Neto et al (2020) apontam para mudanças consideráveis no período mais recente, quando houve regressão e baixo dinamismo. A indústria de transformação, por exemplo, perdeu participação relativa na economia brasileira de 18,6% em 1995 para 12,0% em 2014 (SAMPAIO, 2015 apud MONTEIRO NETO et al, 2020).

Tabela 1 - Brasil: Evolução do número de Aglomerações Industriais Relevantes por Macrorregião (1995-2015)

MACRORREGIÃO	1995	2000	2005	2010	2015	TOTAL AIR	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 1995	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2015
SUDESTE	44	4	12	8	4	72	51,7%	45,0%
SUL	22	6	7	8	2	45	25,9%	28,1%
NORDESTE	13	2	6	5	1	27	15,3%	16,9%
CENTRO-OESTE	4	1	2	3	3	13	4,7%	8,1%
NORTE	2	1	0	0	0	3	2,3%	1,8%
BRASIL	85	14	27	24	10	160	100%	100%

Fonte: Monteiro Neto et al (2020).

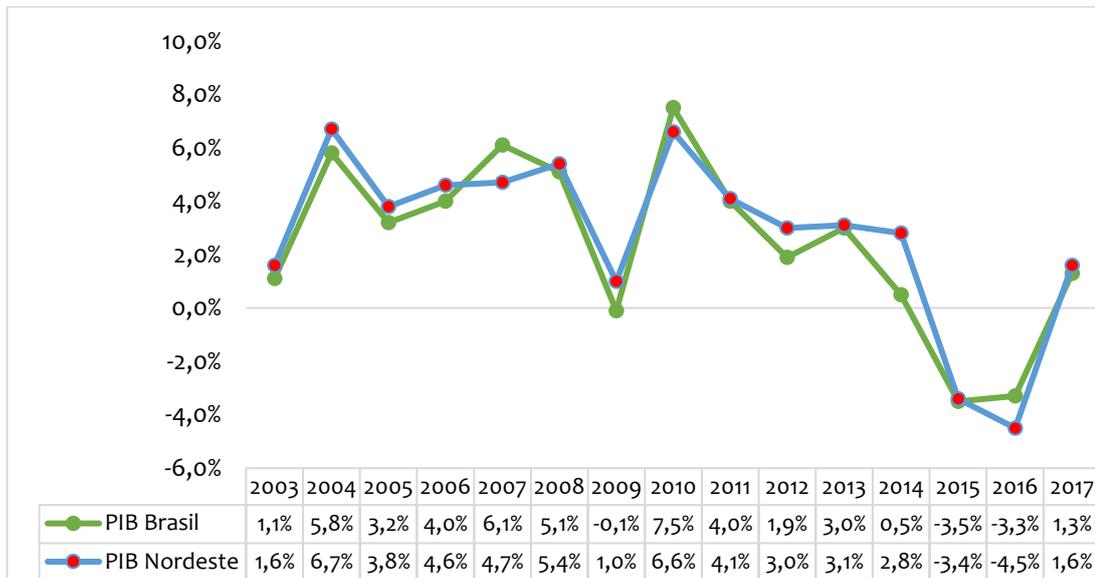
Os dados apresentados na Tabela 1 permitem observar a distribuição das AIR, a qual, conforme Monteiro Neto et al (2020), está bastante atrelada à oferta dos empregos industriais. A região Nordeste apresentou crescimento, sobretudo nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Entretanto, a concentração se restringia às áreas urbanas consolidadas (Regiões Metropolitanas). Após o processo de expansão surgem outros casos no interior da região: Itabuna-Ilhéus e Porto Seguro, na Bahia; Vitória de Santo Antão, em Pernambuco; e Sobral e Juazeiro do Norte, no Ceará (MONTEIRO NETO et al, 2020).

A partir da década de 2000, investimentos do Governo Federal em políticas públicas e incentivos a empreendimentos industriais e socioestruturais permitiram transformações importantes que tornaram a região mais atrativa também em outras áreas. “A formalização do trabalho, a melhoria da distribuição de renda e dos níveis de escolarização e o aumento da bancarização e do acesso ao crédito contribuíram para o avanço da região Nordeste” (COUTINHO, 2014, p. 6).

Neste período houve reflexos significativos na dinâmica urbana das cidades médias, afetando positivamente a renda das famílias. Alguns fatores provocaram um maior fluxo do capital: a política de reajustes do salário-mínimo; o Programa Bolsa Família; a expansão e interiorização do ensino superior; investimentos privados atraídos pela elevação da renda média das famílias; e os incentivos dos governos federal e estaduais. Acompanhando o crescimento da Região Nordeste, observou-se a interiorização de serviços mais complexos, como novos centros de compras, concessionárias, hospitais e serviços de atendimento à saúde, além da oferta de novas habitações (LEITE; SOUZA, 2012).

O gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento econômico da região Nordeste entre 2003 e 2017, sendo destaque o ano de 2010 – naquele ano a região alcançou o maior valor da série, com 6,6% de crescimento.

Gráfico 1 - Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de crescimento do PIB (2003-2017)

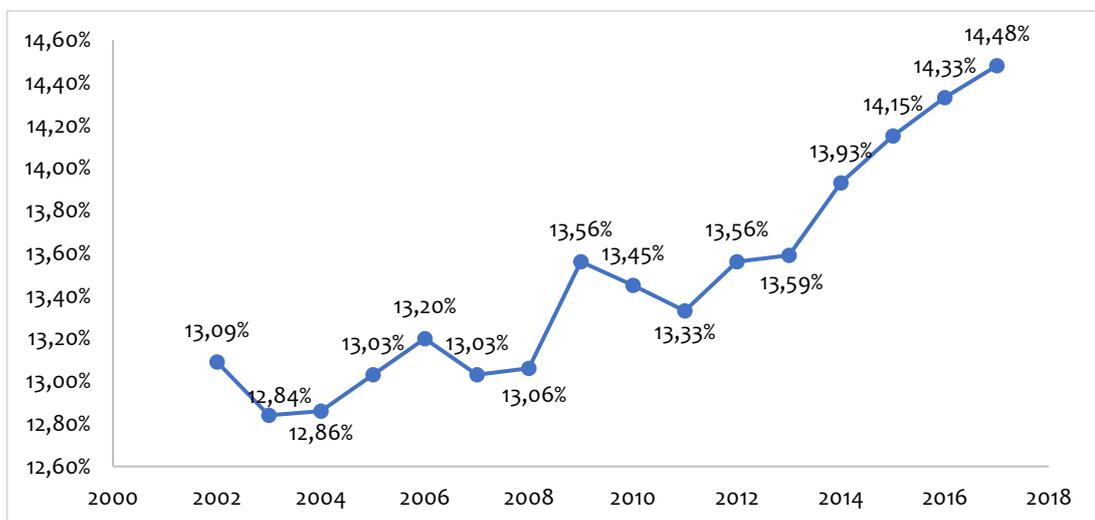


Fonte: Leão (2019) a partir do IBGE.

Na maior parte deste período apresentado no gráfico 1 a economia do Nordeste obteve taxas de crescimento acima da média do país. Entretanto, a partir de 2015 a crise econômica brasileira é acompanhada pela região nordestina, com taxas negativas no PIB regional e nacional.

No gráfico 2 está situada a participação relativa do Nordeste no PIB brasileiro. Este indicador também apresentou crescimento, embora tenha aumentado pouco mais de um ponto percentual, passando de 13,09% em 2002 para 14,48% em 2017. O gráfico também mostra que esse desempenho se acentua a partir de 2010.

Gráfico 2 - Nordeste: Participação relativa no PIB brasileiro (2002-2017)



Fonte: Leão (2019) a partir do IBGE.

Apesar da atuação nordestina ser crescente no gráfico 2, se fosse considerada a participação da população dessa região no total nacional (que corresponde a 27%) ficaria evidente que a fatia do Nordeste no PIB do país precisaria crescer muito mais.

Além da questão regional, outra importante categoria de análise da tese são as cidades médias. O conceito de cidades médias apresenta aspectos demográficos e de posição geográfica. São as instituições estatísticas (IBGE) que realizam tal aferição através dos recenseamentos, “na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 100 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias; e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes” (SEI, 2010, p. 18). Outra forma de categorizar as cidades é através da influência que elas exercem no território. As cidades médias (ou intermediárias) são aquelas que se posicionam entre as grandes metrópoles e os centros menores (REGIC, 2018) na disponibilização de serviços e gestão. Este debate será detalhado no próximo capítulo.

Na história recente, as cidades médias tiveram papel relevante nas transformações econômicas do Brasil, incluindo no Nordeste. O crescimento deste grupo de cidades coincide com os planos desenvolvimentistas do Regime Militar. Posteriormente, outras políticas públicas federais implementadas após a Redemocratização, como a aposentadoria rural, também serviram de estímulo ao fluxo de capital no interior brasileiro.

Quadro 1 - Brasil: Número de Municípios³ por faixas populacionais (1970-2010)

FAIXA DE POPULAÇÃO	1970		1980		1991		2000		2010	
	Nº. ABSOLUTO	%								
<20 MIL	2.875	28,1%	2.758	21,3%	3.095	19,6%	4.022	19,8%	3.914	17,1%
ENTRE > 20 MIL E 50 MIL	828	26,4%	859	22,1%	930	19,1%	958	16,9%	1.043	16,4%
ENTRE > 50 MIL E 100 MIL	158	11,0%	236	13,1%	281	13,1%	303	12,4%	325	11,7%
ENTRE > 100 MIL E 500 MIL	80	15,5%	120	19,1%	160	21,7%	193	23,3%	245	25,5%
MAIS DE 500 MIL	11	19,0%	18	24,4%	25	26,5%	31	27,6%	38	29,3%
BRASIL	3.952	100%	3.991	100%	4.491	100%	5.507	100%	5.565	100%

Fonte: Stamm et al (2011) a partir do IBGE, Censos Demográficos.

³ No Brasil as cidades são as sedes dos Municípios.

De acordo com o quadro 1, os municípios acima de 500 mil habitantes passaram de 11 (em 1970) para 38 (em 2010), triplicando o número de casos em tal condição. Os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes eram 80 em 1970, no Censo de 2010 esse número triplicou para 245 casos – esta é a categoria de cidades médias.

O grupo de municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes aumentou de 158 para 325 entre 1970 e 2010 (duplicando a quantidade de casos). O estrato de municípios com número de residentes entre 20 mil e 50 mil também cresceu, em 1970 eram 828 e em 2010 eram 1.043 (crescendo em 1,25 vezes). Por fim, os municípios menos populosos, abaixo de 20 mil moradores, passaram de 2.875 casos para 3.914 entre 1970 e 2010 (crescimento em 1,3 vezes).

A escolha das cidades médias como objeto da investigação

As cidades médias desempenham funções importantes e intermediárias no atendimento às atividades urbanas, produção e comercialização de bens e serviços. A industrialização, o processo acelerado de urbanização e o crescimento da renda média das famílias, a partir dos investimentos público e privado acumulados no período em estudo (1990-2020), elevou o patamar de complexidade das funções urbanas e das relações interurbanas no Brasil.

O Governo Federal passou a atribuir maior importância a esta categoria de cidades a partir do Regime Militar, mais precisamente nos anos 1970. Através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), foram direcionadas importantes políticas regionais para alavancar centros urbanos distantes de suas respectivas capitais, com a finalidade de torná-los mais atrativos. “O plano [em síntese] tinha como metas: a manutenção do crescimento industrial e econômico; o investimento no setor de transporte (hidrovias e ferrovias); e a comunicação e a modernização das regiões não industrializadas, através da descentralização espacial dos projetos de investimentos” (CONTE, 2013, p. 49). Este processo está intimamente ligado à necessidade de elaborar conceitos que definissem as cidades médias no Brasil.

Durante a primeira política urbana do programa, as cidades médias foram conceituadas como aquelas cidades que, considerando a sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função dentro da hierarquia urbana da macrorregião e do país, constituíam-se em centros de grande valor estratégico no que concerne ao desenvolvimento regional, e para uma rede urbana mais equilibrada no que envolvesse a política de organização territorial (CONTE, 2013, p. 49).

Conceituar as cidades médias requer considerar dois fatores: o demográfico; e a posição geográfica, ou seja, as funções que elas desempenham na hierarquia urbana brasileira. Desse modo, pode-se considerar sua complexidade para além da definição mais simples que

entende que “a cidade pequena se contraporia à cidade grande. E a cidade média seria aquela que está entre uma e outra, tendo uma dimensão intermediária” (SEI, 2010, p. 18).

De acordo com Sposito (2009), mesmo que se considere um intervalo de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre o contexto geográfico no qual as cidades estão inseridas. “Uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo, por exemplo” (SPOSITO, 2009 apud SEI, 2010, p. 19). Há serviços, equipamentos e infraestrutura mais diversificados e em maior evidência nas cidades do Centro-Sul do país, em comparação às demais regiões. Tal fato decorre dos distintos processos na formação histórica – como será detalhado no capítulo seguinte.

Na hierarquia urbana, o estudo do IBGE sobre a Rede de Influência das Cidades (REGIC) categorizou os centros brasileiros conforme: a gestão federal; a gestão empresarial; a complexidade dos serviços; e a área de comando a partir desses centros (IBGE, 2018).

A rede urbana do Nordeste apresenta duas dinâmicas distintas, uma no litoral (apoiada pelas suas capitais) e outra no interior. Para esta tese foram selecionados alguns centros urbanos não-metropolitanos (em relação às suas respectivas capitais estaduais) que desempenham funções de “Capitais Regionais” em suas próprias hinterlândias. Os quinze casos no quadro 2 possuíam mais de 100 mil habitantes no Censo IBGE de 2010, estiveram entre os destaques socioeconômicos da região e mantêm uma relação imediata com o seu entorno – abrigam serviços e equipamentos que não se encontram distribuídos de forma igualitária no território nordestino. São cidades classificadas como Capitais Regionais de nível B e C, conforme o REGIC (IBGE, 2018).

Quadro 2 - Cidades selecionadas para tese

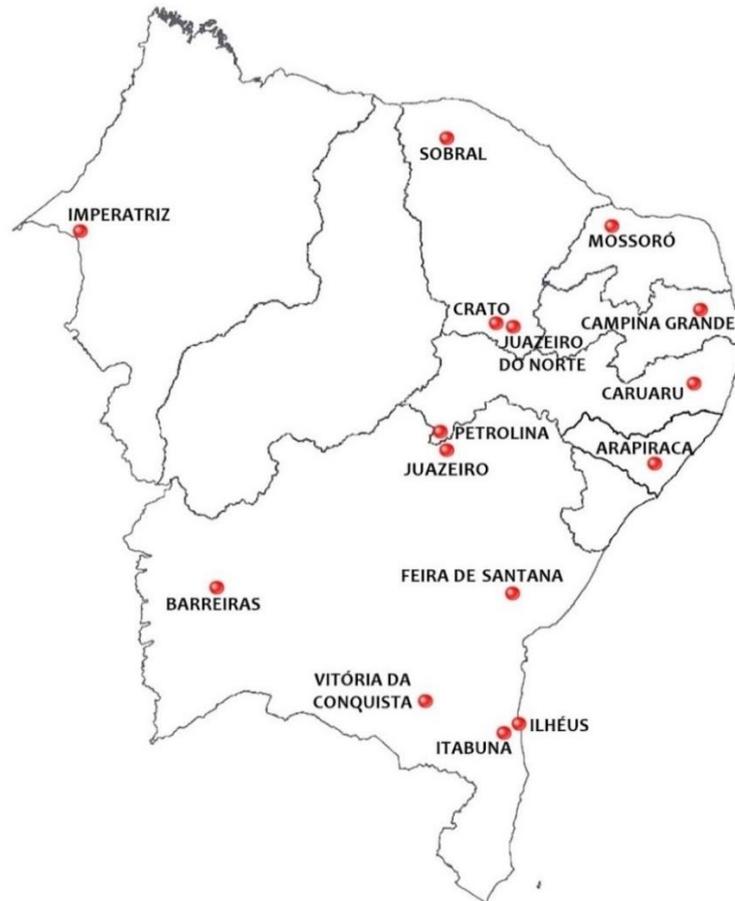
UF	CIDADES SELECIONADAS
AL	ARAPIRACA
BA	FEIRA DE SANTANA, VITÓRIA DA CONQUISTA, JUAZEIRO, ITABUNA, ILHÉUS E BARREIRAS
CE	JUAZEIRO DO NORTE, SOBRAL E CRATO
MA	IMPERATRIZ
PB	CAMPINA GRANDE
PE	CARUARU E PETROLINA
RN	MOSSORÓ

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A partir da figura 1 é possível notar a disposição dessas cidades no território nordestino. A localização dos centros selecionados denota diferenças históricas e de formação econômica entre as cidades, seja pela distância de suas respectivas capitais, como também pela disponibilidade de recursos naturais no seu entorno, fato que definiu as respectivas vocações

econômicas: agronegócio (o bipolo de Juazeiro-Petrolina e Barreiras); petróleo e o sal (Mossoró); entre outros.

Figura 1 - Localização⁴ das cidades selecionadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A importância destes centros urbanos está na distribuição de bens e serviços; na infraestrutura; na oferta de empregos; na polarização; e no relativo poder de decisão sobre hinterlândias de grande extensão territorial. Estas condicionantes justificam a investigação sobre as suas trajetórias, o dinamismo, e o panorama socioeconômico recente que o atual contexto lhes impõe.

Tal relevância e os demais aspectos apresentados até então, inspiram a pergunta central da tese: considerando a trajetória histórica da região Nordeste, a dinâmica e a posição geográfica das cidades médias junto às oscilações da economia nacional, qual o atual panorama socioeconômico das principais cidades médias do interior nordestino?

⁴ Considerando os critérios adotados na escolha das cidades para estudo (centros acima de 100 mil habitantes e que fossem classificados como Capital Regional B ou C) não foram encontrados casos no interior dos estados do Piauí e Sergipe, visto que Parnaíba e Lagarto foram categorizadas pelo REGIC como “Centro Sub-regional A” e “Centro Sub-regional B”, respectivamente.

Principais Hipóteses

O Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento das cidades, particularmente em regiões menos dinâmicas, através de investimentos públicos e políticas de incentivo para estimular a atuação da iniciativa privada. Nos anos 1990, a Constituição Federal era recente (1988) e muitas de suas diretrizes não foram perceptíveis no Censo IBGE de 1991. Política urbana demanda tempo para mostrar resultados e, a depender da posição do Governo Federal em relação à prioridade na alocação dos investimentos, tais resultados podem sofrer alterações.

Entretanto, naquela década o cenário econômico era limitante, o que contribuiu para a não concretização dos investimentos previstos no II PND para o interior nordestino, na perspectiva de reduzir as disparidades intrarregionais decorrente dos investimentos industriais que haviam se concentrado no eixo litorâneo na última década. Pode-se supor, portanto, que a interrupção do dinamismo dos anos desenvolvimentistas tenha abortado a difusão dos investimentos na direção dos centros médios, além de reprimir ainda mais a renda das famílias, adicionando empecilhos à instalação de serviços mais complexos nesses centros, localizados em região marcada por longo período de estagnação, em que pese sua diversidade interna.

Somente após os anos 2000, com a retomada da política de interiorização do desenvolvimento (Programa Luz para Todos, transposição do Rio São Francisco, pavimentação de rodovias, criação de Instituições de Ensino Superior e política de valorização do ensino básico) com efetiva transferência de renda (correção do salário mínimo acima da inflação e Programa Bolsa Família), o Governo Federal promove a criação de emprego e elevação da renda familiar, estimulando investidores privados a ocupar os mercados em expansão nas cidades polos do interior.

Este cenário contrastaria com o que vai ocorrer a partir de meados da década de 2010, quando o Brasil mergulha em profunda crise política e econômica. Com a mudança do perfil do Governo Federal, o qual adota políticas neoliberais, entre as quais as reformas constitucionais do Teto dos Gastos, a reforma trabalhista e da previdência, restringindo as políticas sociais, a massa salarial e os investimentos públicos e privados, alastrando a crise no país. A escassez de estímulos externos – atuantes nos anos 2000 por intermédio das intervenções do Governo Federal – faz com que as cidades do Nordeste se tornem mais vulneráveis ao desemprego, provocando arrefecimento na evolução dos seus indicadores socioeconômicos e possível regressão à situação de estagnação das décadas anteriores.

A forma particular como cada centro aproveitou os investimentos dos períodos passados está relacionada ao papel que cada um desempenha em sua região de influência. Cidades como Juazeiro, Petrolina e Barreiras têm um forte setor agrícola voltado para exportação, o que torna

essas localidades menos dependentes do dinamismo do mercado interno, em que pese a elevada concentração da renda que tal atividade promove. A irrigação possibilitou o desenvolvimento do bipolo Juazeiro-Petrolina “desencadeado no limiar dos anos 1970 pelos efeitos multiplicadores decorrentes da criação dos empregos transitórios e permanentes” (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p. 50). Este segmento tem relevância até hoje e torna o Vale do São Francisco um “oásis” em meio ao sertão nordestino, cujo dinamismo atraiu sucessivos investimentos públicos e privados para atender a demanda da agroindústria exportadora por serviços de certa complexidade.

Campina Grande, por sua vez, é um centro comercial e polo universitário consolidado, que se constitui muito antes da interiorização do ensino superior promovida nos anos 2000. Esta Capital Regional também sedia parcela importante do setor industrial paraibano, além de exportar produtos tecnológicos através do seu polo de informática (SOUSA, 2012, p. 22).

Estes exemplos mostram como as posições geográficas e as atividades econômicas das cidades médias nordestinas são diferenciadas, de modo que os efeitos da crise as afetarão de distintas formas, o que justifica a presente pesquisa e a importância da construção de arcabouço teórico-metodológico que expresse tais especificidades.

Objetivo Geral

Nesta perspectiva, o objetivo geral desta tese é contribuir para a caracterização das cidades médias do Nordeste, estabelecendo associações entre os processos demográficos e socioeconômicos que propiciaram sua emergência e transformações ao longo do tempo, bem como os efeitos da crise econômica mais recente (2015), considerando sua posição geográfica. Sendo assim, a pesquisa resulta num panorama socioeconômico em série histórica, que permitirá atualizar os estágios de desenvolvimento da rede urbana do interior nordestino.

Objetivos específicos

Decompondo o objetivo geral em específicos, destacam-se:

- A. Sistematizar a literatura da temática urbana com as especificidades inter-regionais e a trajetória histórica;*
- B. Criar um banco de dados secundários em série histórica (1991-2020), plotando parte dos dados em mapas que possibilitem cotejá-los com as posições geográficas das cidades selecionadas;*
- C. Analisar as dinâmicas socioeconômicas de forma comparativa entre as cidades selecionadas;*
- D. Averiguar como os efeitos da crise de 2015 afetam a evolução dos indicadores econômicos das cidades selecionadas, considerando suas especificidades.*

Aspectos metodológicos

As cidades selecionadas ocupam posições importantes na hierarquia urbana nordestina. Cada uma dessas localidades está inserida em regiões que apresentam características históricas, sociais e econômicas distintas entre si, contribuindo assim com a diversidade do espaço da macrorregião em que se situam.

A reconstituição histórica desses centros possibilitará identificar especificidades e semelhanças, apoiadas em uma literatura sistematizada que contempla a formação da rede urbana do Nordeste e as funções das cidades selecionadas na região. Sendo assim, a tese é subdividida em eixos: um eixo histórico de formação das cidades; um eixo voltado ao dinamismo socioeconômico; e um eixo para examinar a influência da crise nos principais indicadores em dados secundários.

Os procedimentos metodológicos envolveram coleta, sistematização e análise de dados sociodemográficos relativos a: renda das famílias; movimentos migratórios; evolução de indicadores sociais; investimentos recentes; grau de complexidade dos serviços; desempenho econômico diante dos períodos de crise e de crescimento no país; estrutura ocupacional e emprego. Essa etapa do trabalho foi realizada com base em estatísticas disponibilizadas pelo IBGE, MTE/RAIS/CAGED, Ipea e Órgãos governamentais estaduais. A análise dos dados obtidos foi complementada com referências da literatura sobre a temática urbana.

Após a reconstituição da trajetória histórica e a identificação do perfil socioeconômico de cada cidade (através da revisão de literatura e da análise de dados), passou-se à verificação do efeito da crise econômica nos indicadores apresentados, procurando-se distinguir como as especificidades locais interferiram nas respectivas respostas a tal fenômeno. Desse modo, o trabalho resulta num panorama socioeconômico com contribuições para a Geografia Regional, contemplando fatos recentes que ocorreram no país.

Resultando desse esforço, a tese foi estruturada em três capítulos, além desta introdução e das conclusões. O primeiro capítulo, a seguir, está voltado para os elementos históricos e econômicos do Brasil e das cidades selecionadas. O segundo capítulo acomoda um banco de dados secundários em série histórica, junto às análises socioeconômicas. O terceiro capítulo contempla os números da crise de 2015 no país, explicitando o cenário nacional diante dos setores da economia, apresentando assim uma tipologia das cidades selecionadas – conforme suas matrizes econômicas. A partir dos agrupamentos dessas cidades, a periodização entre os anos 2000-2020 pondera os dados do PIB, PIB per capita e população, relacionando os elementos encontrados com suas respectivas microrregiões.

2 AS PRINCIPAIS PREMISSAS HISTÓRICAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NACIONAL E REGIONAL



Ilustração em Cordel – Marcelo Rufato⁵ (2021).

⁵ Fonte: https://www.behance.net/gallery/9703569/Ilustracao-CORDEL_-_Marcelo-Rufato

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Como foi apontado na introdução, a reconstrução histórica é fundamental para compreendermos o atual estágio de desenvolvimento regional nordestino, e como tal processo influenciou na formação das cidades – diferentes pela sua trajetória histórica e vocação econômica.

Desse modo, este capítulo se constitui numa síntese deste processo complexo de formação, iniciando no período colonial até a história mais recente com a Redemocratização. Embora seja um recorte temporal longo, ele ajuda a visualizar os diferentes momentos do papel nordestino na economia do país: desde o protagonismo no Brasil Colônia (estrutura escravista, monocultura e latifundiária) até o deslocamento do principal eixo econômico para o Sudeste e a escassez de investimentos mais pragmáticos que minimizassem as desigualdades regionais – cenário este que começou a apresentar indícios de mudanças somente após os anos 2000, com os dados apresentados na introdução.

O foco deste capítulo será o processo urbanização atrelado às transformações socioeconômicas do Brasil e do Nordeste. O arcabouço teórico ajuíza um dos objetivos específicos da tese, que é o de sistematizar a literatura da temática urbana com as especificidades regionais, considerando as narrativas históricas das escalas do Brasil, do Nordeste e das cidades selecionadas.

2.1.1 Breve contexto histórico da urbanização no Brasil

As cidades brasileiras se constituem como sede de um município, este por sua vez é composto por distritos. Dentre eles, a sede é o que abriga os Órgãos municipais (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum de Justiça etc.). Esta atual definição passou por mudanças históricas desde a colonização.

As pequenas povoações recebiam os nomes de arraial, aldeia, lugarejo ou freguesia. Antigamente, quando alguns deles passavam a ter certo significado econômico ou estratégico e expressivo aumento populacional, poderiam ser elevados à categoria de vila. Nesse momento ganhavam o direito de autogestão através de um Conselho Municipal, além da ereção de um pelourinho – coluna de pedra ou madeira que simbolizava autoridade e a justiça, e onde eram amarrados e açoitados os delinquentes, geralmente escravos faltosos (LEMOS, 2016, p. 9).

O termo colonial conhecido como *rocio* era a superfície ocupada por ruas e edificações. Sua delimitação era o perímetro urbano, atributo administrativo dado às vilas coloniais. Os antigos povoados eram também denominados como *freguesias*, na época em que a Igreja era associada ao governo. Sendo assim, havia estágios na evolução dos aglomerados antes destes

se tornarem cidades de fato. Iniciavam como *freguesia* e, com o devido crescimento, eram elevados à categoria de *vila* (termo intermediário). Posteriormente, com a constatação de sua evolução econômica e demográfica, tais localidades eram, finalmente, designadas como *cidade* (LEMOS, 2016, p. 9).

De acordo com Carlos Lemos (2016), os colonizadores portugueses formaram muitas povoações, principalmente no litoral brasileiro. Em decorrência de sua vastidão, o território litorâneo de oito mil quilômetros só foi totalmente ocupado após mais de 250 anos do “Descobrimento”. A povoação pelo interior foi ainda mais tardia.

Com as ameaças estrangeiras de franceses, ingleses e holandeses, foram erguidas fortificações voltadas para o oceano Atlântico em pontos estratégicos. Muitos aglomerados surgiram ao redor de *fortes* no Nordeste e Sudeste brasileiro.

Nossa primeira cidade, de fato, foi a “Cidade da Bahia” [atual Salvador] já no primeiro século, quando surgiram também o Rio de Janeiro e João Pessoa. No segundo século, surgem mais quatro: São Luís, Cabo Frio, Belém e Olinda. No terceiro século interioriza-se a vida urbana, com São Paulo; Mariana, em Minas Gerais; e Oeiras, no Piauí. No quinto século, a rede explode, cobrindo todo o território brasileiro (RIBEIRO, 2015, p. 146).

Conforme Darcy Ribeiro (2015), as cidades coloniais tinham como função principal o comércio e serviços de cobranças de impostos, taxas, concessão de terras e centros religiosos. Dentre suas principais edificações estavam: conventos, igrejas e fortalezas.

A classe alta urbana era “composta por funcionários, escrivães e meirinhos, militares, negociantes e sacerdotes – que também eram os únicos educadores” (RIBEIRO, 2015, p. 148). Os escravos eram a composição da classe mais baixa na estratificação urbana.

Tabela 2 - Brasil: Rede Urbana Colonial

	FINS DO SÉCULO XVI	FINS DO SÉCULO XVII	FINS DO SÉCULO XVIII
NÚMERO DE CIDADES	03	07	10
NÚMERO DE VILAS	14	51	60
POPULAÇÃO DAS PRINCIPAIS CIDADES/VILAS	SALVADOR 15 MIL HAB.	SALVADOR 30 MIL HAB.	RIO DE JANEIRO 43 MIL HAB.
	RECIFE/OLINDA 5 MIL HAB.	RECIFE/OLINDA 20 MIL HAB.	SALVADOR 40 MIL HAB.
	SÃO PAULO 1,5 MIL HAB.	RIO DE JANEIRO 4 MIL HAB.	OURO PRETO 30 MIL HAB.
	RIO DE JANEIRO 1 MIL HAB.	SÃO PAULO 3 MIL HAB.	RECIFE/OLINDA 25 MIL HAB.
			SÃO LUÍS 20 MIL HAB.
			SÃO PAULO 15 MIL HAB.
POPULAÇÃO DO BRASIL	60 MIL HAB.	300 MIL HAB.	3 MILHÕES HAB.

Fonte: Ribeiro (2015).

As cidades e vilas da rede colonial foram criadas, muitas vezes, pela Coroa Portuguesa para defesa da costa brasileira. Na tabela 2, as maiores localidades estavam situadas próximas do litoral. Outros aglomerados foram surgindo no interior de áreas produtivas, conforme a população aumentava. Estes seriam os “*vilarejos estradeiros*”, conforme Darcy Ribeiro (2015). Eram centros que serviam de paragens após longas viagens, geralmente possuíam cruzamentos de estradas, feiras e rios navegáveis. São alguns exemplos: Juazeiro e Feira de Santana, na Bahia; Campina Grande, na Paraíba; Sorocaba, em São Paulo; Oeiras, no Piauí; Caxias, no Maranhão; e o Crato, no Ceará (RIBEIRO, 2015, p. 149).

Na designada “*urbanização pretérita*”, por Milton Santos (2013), durante séculos o Brasil era agrário, essencialmente agrícola. O Recôncavo Baiano e a Zona da Mata nordestina foram as áreas que primeiro ensaiaram o processo de urbanização, tendo a Cidade da Bahia (Salvador) junto à Cachoeira e Santo Amaro, no comando desta rede urbana inicial (SANTOS, 2013, p. 19).

Milton Santos (2013) reúne elementos históricos de outros autores que estudaram o processo de urbanização do país, dentre eles, Nestor Goulart Reis Filho (1968). Para ele, o sistema social do Brasil Colônia era caracterizado por alguns elementos explicativos da urbanização: “a organização político-administrativa, considerados, de um lado, as capitanias e o governo-geral e, de outro, a organização municipal; as atividades econômicas rurais

(agricultura de exportação e subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores – comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração” (GOULART REIS FILHO, 1968, p. 97 apud SANTOS, 2013, p. 20).

Tabela 3 - Brasil: Vilas e cidades (criadas)

PROVÍNCIA	SÉCULO XVI	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII (ATÉ 1720)
RIO GRANDE DO NORTE	1	-	-
PARAÍBA	1	-	-
PERNAMBUCO	2	1	1
SERGIPE	1	2	-
BAHIA	4	5	1
ESPÍRITO SANTO	2	1	-
RIO DE JANEIRO	1	6	-
SÃO PAULO	6	10	1
PARÁ	-	4	-
MARANHÃO	-	2	1
ALAGOAS	-	3	-
PARANÁ	-	2	-
SANTA CATARINA	-	1	1
PIAUI	-	-	1
CEARÁ	-	-	1
MINAS GERAIS	-	-	8

Fonte: Milton Santos (2013) a partir de Nestor Goulart Reis Filho (1968).

A urbanização passa a se desenvolver de forma mais evidente a partir do século XVIII. Ao fim do Brasil Colônia, as principais cidades somavam cerca de 5,7% da população brasileira – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e São Paulo, juntas, concentravam 2,85 milhões de habitantes (PRADO JR, 2011, p. 21).

A distribuição da população pela Colônia, como pode-se observar, era irregular. Caio Prado Júnior (2011) cita alguns fatores que foram determinantes na dispersão. “O primeiro é a extensão da costa que coube a Portugal na partilha de Tordesilhas, o que obrigou, para uma ocupação e defesa eficientes, encetar a colonização simultaneamente em vários pontos dela” (PRADO JR, 2011, p. 35). A divisão do Brasil em capitânicas tinha o objetivo de estender a posse efetiva do litoral, mesmo tendo sido um fracasso enquanto sistema.

Para a extensão do interior também há fatores essenciais: o bandeirismo que abriu caminhos, explorou terras na busca de metais preciosos e ainda afastou a concorrente colonização espanhola; a exploração das minas – já no final do século XVII – que fixou núcleos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Ao norte do Brasil, a bacia amazônica foi entrada para missões católicas e ainda para explorações de produtos da natureza local (PRADO JR, 2011, p. 36). Na figura 2, o mapa mostra o processo expansionista do Brasil no decorrer dos séculos.

Sendo habitado mais intensamente na costa e assim permanecendo por muitas décadas após o “Descobrimento”.

Figura 2 - Brasil: Expansão das terras brasileiras ao longo do tempo (séculos XVI–XX)



Fonte: Brasil em Mapas - Instagram @brasilemmapas (2021).

Em relação a expansão rumo ao sertão do Nordeste, Caio Prado Júnior (2011) destaca a Bahia e Pernambuco. Os consumidores de carne bovina avançaram por terras sertanejas e se estabeleceram em pontos de paragens, após longas viagens entre o litoral e o interior. Já no Norte a economia extrativista criou portos que exportavam borracha na Amazônia. Outra rede de cidades nasceu acompanhando a expansão do café e as “bocas do sertão” em acordo com as atividades econômicas regionais (RIBEIRO, 2015, p. 149).

Essas cidades e vilas, grandes e pequenas, constituíam agências de uma civilização agrário-mercantil, cujo papel fundamental era gerir a ordenação colonial da sociedade brasileira, integrando-a no corpo de tradições religiosas e civis da Europa pré-industrial e fazendo-a render proventos à Coroa Portuguesa. Como tal, eram centros de imposição das ideias e das crenças oficiais e de defesa do velho corpo de tradições ocidentais, muito mais que núcleos criadores de uma tradição própria (RIBEIRO, 2015, p. 149).

A industrialização foi um fenômeno propulsor da urbanização. Com ela foi alterada a tecnologia produtiva, fator que provocou alterações de natureza técnica, social, ideológica e urbana da civilização (RIBEIRO, 2015, p. 149).

Sendo considerados processos complementares – urbanização e industrialização – o desenvolvimento industrial oferecia emprego aos residentes das áreas rurais, provocando assim um êxodo dessas pessoas para as cidades na busca de oportunidades, porém, esbarrando nos conflitos da vida social moderna.

Segundo Darcy Ribeiro (2015), a partir dos dados censitários, nota-se que o Brasil vivenciou violentos êxodos rurais, praticamente uma diáspora rural-urbana e entre as Grandes Regiões brasileiras. “A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980 (...) A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,5 milhões” (RIBEIRO, 2015, p. 150). Estes números já indicavam uma perda relativa do meio rural e aumento da urbanização no Brasil, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Brasil: Distribuição da população rural e urbana em milhões de habitantes (1872-2010)

CENSO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	GRAU DE URBANIZAÇÃO
1872	9,9	9,0	0,9	10%
1890	14,3	13,0	1,3	10%
1920	30,6	27,6	3,0	10%
1940	41,1	28,3	12,8	31%
1950	51,9	33,8	18,1	36%
1960	70,2	38,6	31,6	45%
1970	93,1	41,0	52,1	56%
1980	119,0	38,5	80,5	66%
1991	146,7	35,8	110,9	74%
2000	169,7	31,8	137,9	81%
2010	190,7	29,8	160,9	84%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A dinâmica demográfica rural-urbana influenciou na emergência de centros tradicionais do Brasil colonial. No primeiro recenseamento, em 1872, três cidades tinham mais de 100 mil habitantes – Rio de Janeiro com 275 mil; Salvador com 130 mil; e o Recife com 115 mil residentes. Na virada do século, em 1900, o Rio de Janeiro já havia alcançado os 690 mil moradores; São Paulo e seu crescimento frenético ocupava o segundo lugar com quase 240 mil habitantes; Salvador havia chegado aos 205 mil; e o Recife possuía 113 mil residentes.

Um ponto a ser destacado é a distribuição da população economicamente ativa (PEA) por setores (primário, secundário e terciário). Enquanto no Brasil colonial a atividade agrícola marcava nossa sociedade, o país no começo do século XX assiste ao crescimento do setor

terciário – embora a maior parte da PEA ainda estivesse ocupada nas atividades agrícolas⁶ no início do século (SANTOS, 2013).

Milton Santos (2013) também mostra o peso demográfico das capitais sobre seus respectivos estados. Até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as capitais não concentravam percentual significativo da população dos estados. No primeiro recenseamento, de 1872, apenas Cuiabá (59,5%), Manaus (50,9%) e Belém (25,5%), apresentavam cifras consideráveis da população provincial⁷ vivendo em suas dependências. Nessas províncias, cuja atividade extrativa era maior, os habitantes viviam em sua maioria nas capitais – este era um fenômeno típico do Norte e Centro-Oeste (SANTOS, 2013, p. 28).

Novas condições políticas e organizacionais na década de 1930 permitem que uma nova lógica econômica e territorial prevaleça no Brasil: a industrialização, enquanto processo social complexo; e a criação de novas atividades econômicas, que inclui um mercado interno junto aos esforços de torná-lo integrado. A expansão do consumo impulsiona a vida de relações e ativa o processo de urbanização (SANTOS, 2013, p. 30).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando as estradas de ferro conectavam o Brasil, constroem-se as rodovias em ousados programas de investimentos em infraestrutura. Então, o golpe militar em 1964 modifica estruturas sociais, como amplamente debatido na literatura. Os militares, visando a internacionalização do Brasil como um “movimento irresistível” (SANTOS, 2013), criam condições para rápida integração brasileira. Com esta premissa “a economia se desenvolve, seja para atender um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior” (SANTOS, 2013, p. 38).

De acordo com Milton Santos (2013) as primeiras fases de tal processo de integração concentraram atividades modernas e dinâmicas. O Brasil se torna um grande exportador de produtos tradicionais – cacau, café e algodão; e de culturas não tradicionais – soja e alimentos cítricos. A população cresce e a classe média se amplia, junto a um poder de “sedução” do consumo (SANTOS, 2013).

⁶ Distribuição da PEA por setor em 1920: Primário (68%); Secundário (12%); Terciário (20%). Distribuição da PEA por setor em 1940: Primário (64%); Secundário (10,1%); Terciário (25,9%) (SANTOS, 2013, p. 26).

⁷ Somente com a Proclamação da República (1889) as Províncias passaram a se designar como “Estados”.

2.1.2 Urbanização e diversidade regional

Como mencionado anteriormente, o Brasil vivenciou um processo de urbanização intenso atrelado a industrialização. Os empregos no setor industrial criaram comunidades consideráveis no entorno das maiores aglomerações urbanas, sobretudo do Sudeste.

Tabela 5 - Brasil: Grau de urbanização por Região⁸ (1940-2010)

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
SUDESTE	39,4%	47,5%	57,3%	72,7%	82,8%	88,0%	90,5%	92,9%
CENTRO-OESTE	21,5%	24,4%	35,0%	48,0%	67,7%	81,3%	86,7%	88,8%
SUL	27,7%	29,5%	37,6%	44,3%	62,4%	74,1%	80,9%	84,9%
NORTE	27,7%	31,5%	37,8%	45,1%	51,7%	59,1%	69,8%	73,5%
NORDESTE	23,4%	26,4%	34,2%	41,8%	50,4%	60,6%	69,0%	73,1%
BRASIL	31,0%	36,0%	45,0%	56,0%	66,0%	74,0%	81,0%	84,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A tabela 5 mostra que, embora as taxas de urbanização apresentem crescimento em todas as regiões, elas são díspares. No primeiro recorte, na década de 1940, as diferenças são menos significativas do que nos anos seguintes. O Nordeste possui a menor taxa a partir de 1960, posto antes ocupado pelo Centro-Oeste. A “moderna” região Sudeste sempre liderou o ranking. Este fato tem dois pontos pertinentes: as consequências socioeconômicas do processo de industrialização; e a superfície relativamente menor que outras regiões do Brasil (SANTOS, 2013).

A região Centro-Oeste e partes da Amazônia se mostravam receptivas a ideia de urbanizar suas áreas, as quais eram praticamente “virgens”, podendo receber uma estrutura nova a serviço de uma “economia moderna”. As diferenças é que na Amazônia a raridade de povoamento era mais acentuada, o que refletia em condições para a concentração da população em poucos núcleos (SANTOS, 2013).

No caso do Nordeste, desde cedo havia uma estrutura fundiária hostil à uma maior distribuição de renda. Este quadro mantinha boa parte da população na pobreza e resultava, até então, numa urbanização menos expressiva com um crescimento mais lento que o Sudeste. “Um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças econômicas, acarreta o retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização” (SANTOS, 2013, p. 69).

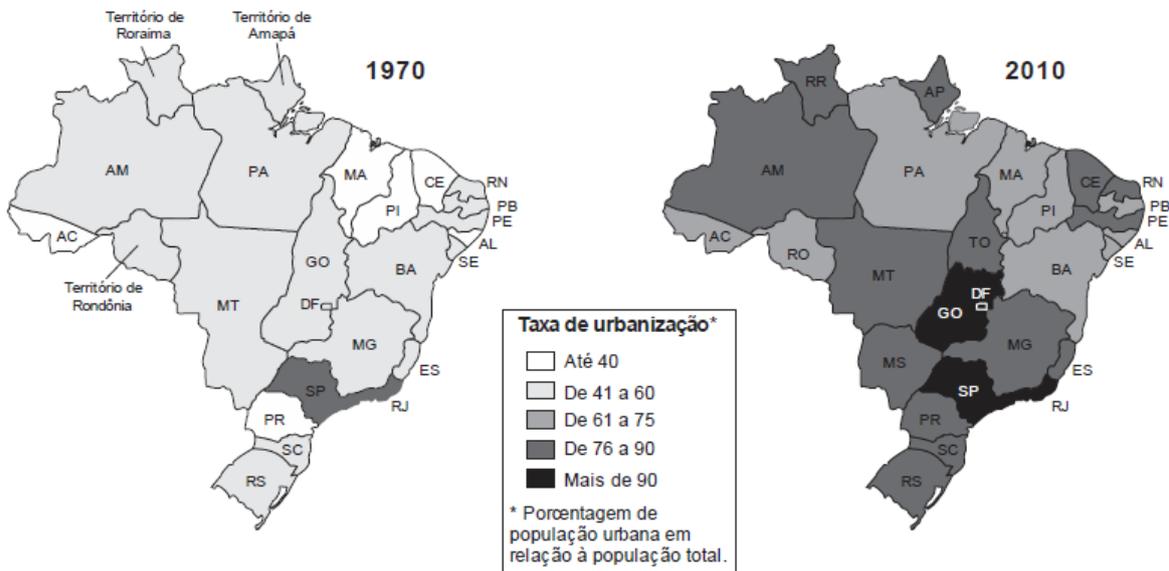
O Sudeste apresenta uma adaptação progressiva aos interesses do capital dominante, a partir da mecanização do território. Segundo Milton Santos (2013) São Paulo é um retrato

⁸ A tabela 05 considera a atual divisão do Brasil em Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Esta regionalização foi realizada pelo IBGE em 1970 para fins estatísticos, publicada pelo Decreto-Lei n. 67.647, de 23/11/1970. Fonte: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>

emblemático deste processo, “abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do hegemônico, o que tem lhe permitido um desempenho econômico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas” (SANTOS, 2013, p. 70).

A região Sul tem algumas áreas de povoamento antigas – inseridas à civilização mecânica desde os séculos passados – e outras que incorporaram a civilização técnica, dando margem ao desenvolvimento urbano mais rápido.

Figura 3 - Brasil: Comparativo entre as taxas de urbanização por Unidade Federativa em % (1970 x 2010)



Fonte: Caldini e Isola (2013).

Na figura 3, em 1970 apenas São Paulo e Rio de Janeiro eram os estados com grau de urbanização superior aos 75%. Tinham menos de 40% os estados do Acre, Paraná e os nordestinos Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas. Em 2010 mais unidades federativas (UF) alcançam um patamar elevado na taxa de urbanização, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal as localidades mais urbanizadas. Alguns estados do Norte (Pará, Acre e Rondônia) e do Nordeste (Bahia, Piauí, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Alagoas) possuem os menores percentuais da população vivendo em áreas urbanas – entre 61% e 75% em 2010.

Foi a partir da década de 1970 que o processo de urbanização alcançou patamar mais significativo, como as tabelas anteriormente apontam. O crescimento das cidades ganha ênfase. Estatisticamente falando, uma localidade de 100 mil habitantes na década de 1980 seria

considerada de médio porte. Tal condição não é um pré-requisito único para classificação⁹ atualmente. Contudo, ter tal contingente populacional naquela época era destaque. A tabela 6 mostra o aumento do número de municípios acima de 100 mil residentes ao longo do tempo.

Tabela 6 - Brasil: Municípios com mais de 100 mil habitantes (1940-2010)

FAIXA POPUCIONAL	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
100 – 200 MIL	11	15	28	60	95	97	115	150
200 – 500 MIL	5	9	11	19	33	85	79	94
MAIS DE 500 MIL	2	3	6	9	14	25	32	38
MAIS DE 1 MILHÃO	2	2	4	7	10	12	13	15
TOTAL COM MAIS DE 100 MIL	18	27	45	88	142	207	226	284

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Em 2010 grande parte dos municípios com população superior aos 100 mil habitantes estavam localizados em Regiões Metropolitanas. Na tabela 6 o aumento de localidades, por recorte, evidencia o aumento populacional. Em 1940 eram apenas 18 municípios acima de 100 mil residentes, em 2010 este número é superior em 15 vezes. Tal fato está em acordo com o dinamismo do grau de urbanização do país, vivenciado entre os recortes censitários e apresentados nas tabelas 4 e 5.

2.2 BREVE HISTÓRICO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO NORDESTE

A dinâmica socioeconômica nordestina se iniciou pelo litoral. As áreas litorâneas protagonizaram a ocupação e as atividades produtivas, como mostra a literatura. Também é destacável o caráter exportador do Nordeste açucareiro, assim como o Brasil nos seus ciclos econômicos.

A economia regional encontrava-se fortemente articulada a parceiros internacionais, baseada em atividades primário-exportadoras: açúcar, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas; cacau, na Bahia; borracha, no Maranhão; algodão, no Rio Grande do Norte, dentre outras culturas (GUIMARÃES NETO, 1989 apud FERNANDES et al, 2002, p. 81).

Conforme Cano (1995) a economia brasileira na época colonial poderia ser considerada como um “arquipélago”, onde predominavam as relações comerciais com o exterior, a tradição do comércio com o colonizador, as barreiras alfandegárias entre as províncias brasileiras, junto a precariedade da logística. A ocupação do território nacional, na colonização, estava voltada para os principais fluxos naturais: o litoral e os rios.

⁹ O conceito de classificação das cidades apresentado pelo IBGE (2018), obedece a complexidades de funções que elas possuem. A posição geográfica quanto a centralidade dos serviços é, dentre outros preceitos, o que rege a Hierarquia Urbana no Brasil. Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt1.pdf

A maior concentração do povoamento é na faixa costeira, mesmo largamente dispersa. O que havia eram núcleos de maior ou menor importância distribuídos desde a foz do rio Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul. Mas entre estes núcleos mediavam o deserto, que em regra não servia nem ao menos para as comunicações – que se faziam de preferência pelo mar. Três daqueles núcleos são de grande importância, concentrando-se em torno de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. Dois outros seguem num segundo plano: Pará e Maranhão. Vem depois uma infinidade de outros de expressão pequena, se não ínfima, e distribuindo-se com frequência vária entre aqueles núcleos maiores acima referidos, e para o sul do Rio de Janeiro (PRADO JR, 1976, p. 71).

A cana-de-açúcar nordestina, introduzida pelos portugueses na década de 1530, criou marcas profundas em nossa sociedade. “Para Freyre (2004) a importância do setor não se limitou à esfera econômica, mas se estendeu ao modo de ocupação, à paisagem e à formação da identidade sociocultural nordestina e, mais amplamente, brasileira.” (IBGE, 2015, p. 34).

Figura 4 - Rio São Francisco em Juazeiro na altura da Ilha do Fogo



Fonte: Viagem de Spix e Martius (1819).

No interior do Nordeste, sobretudo na região sertaneja do São Francisco (figura 4), as condições geográficas eram favoráveis à criação de gado, o que também contribuiu para a ocupação territorial através das “rotas dos boiadeiros”. Tal fato se comprova no final do século XVIII: “favorecido pela proximidade de bons mercados, e na falta de concorrentes, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu. A colonização e povoamento se espalharam por ele todo” (PRADO JR, 2011, p. 63).

Caio Prado Júnior (2011) tece algumas descrições interessantes, evidenciando que o interior nordestino foi sendo ocupado em direções diferenciadas, conforme era o centro propulsor de desbravamento. A expansão pernambucana não se interna, ela acompanha a orla marítima em direção ao norte (Paraíba e Rio Grande do Norte) e aos poucos para o agreste. A baiana é mais interna e alcança o rio São Francisco (Juazeiro), atravessando-o em direção as terras do Piauí e Maranhão. No Ceará os movimentos se confluem, o gado piauiense se desvia

para serras cearenses, região de Crateús, no Oeste. E o gado baiano se infiltra no sul do Ceará – região dos Cariris (PRADO JR, 2011).

Excetuando a pecuária, as atividades econômicas no sertão nordestino são restritas. A agricultura era de subsistência para fazendas locais, sendo raras as regiões cultivadoras: chapada do Araripe; margem do rio Parnaíba e seus afluentes Poti e Gurguéia; e o rio São Francisco, sobretudo a região de Juazeiro que abastece grandes extensões do sertão e é um importante entroncamento das comunicações. Outra atividade não pecuarista, era a mineração em Jacobina e Rio de Contas, na Bahia (PRADO JR, 2011, p. 65).

A criação de gado era uma atividade econômica muito distinta da cana-de-açúcar, implantada na faixa costeira. A ocupação da terra era extensiva e itinerante, pois os fluxos estavam condicionados a oferta hídrica e aos mercados consumidores pecuaristas (FURTADO, 2007, p. 96).

Celso Furtado (2007) descreve um panorama da atividade pecuarista, o qual mostra um ramo econômico de rentabilidade inicialmente baixa. De acordo com o autor, a renda total gerada pela economia criatória “não excederia 5% do valor da exportação de açúcar. Essa renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros” (FURTADO, 2007, p. 97). Também era baixa a população ocupada na atividade criatória. Diferentes em suas propriedades, ambas as atividades – açucareira e pecuarista – foram fundamentais na formação do complexo econômico do Nordeste e conseqüentemente do seu povoamento.

2.2.1 Especificidades históricas das cidades selecionadas

As cidades selecionadas para a pesquisa desta tese também estavam inseridas no complexo econômico nordestino. A localização geográfica foi determinante na formação urbana e nas atividades econômicas em seus respectivos territórios.

Quadro 3 - Síntese histórica das cidades selecionadas

MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	PERFIL HISTÓRICO-ECONÔMICO
ILHÉUS	1536	Capitania de São Jorge dos Ilhéus; destaque na produção de cacau
CRATO	1763	Desenvolvimento industrial da cana-de-açúcar; berço da aristocracia rural do Cariri
SOBRAL	1773	Importantes produções agrícolas; estabelecimento de fazendas de criação; e da produção da carne-de-sol
CAMPINA GRANDE	1790	Entrepasto comercial, ramal da Great Western of Brazil Railway Company; centro commercial do algodão
FEIRA DE SANTANA	1833	Desenvolvimento comercial, em particular do gado; implementação das feiras, com a transformação em um centro de negócios
JUAZEIRO	1833	Ponto de paragem na rota das boiadas; depois se consolida como entreposto comercial através da Ferrovia da Leste e da hidrovia do São Francisco
VITÓRIA DA CONQUISTA	1840	Passagem para o gado trazido pelos tropeiros de Minas Gerais que iam em direção ao litoral; comercialização de produtos agropecuários
CARUARU	1849	Entrepasto comercial com a tradição das feiras
MOSSORÓ	1852	Presença de salinas e prática do extrativismo em seu território
IMPERATRIZ	1856	Desenvolvimento a partir das entradas de bandeirantes em direção ao Norte
PETROLINA	1870	Designada como “Passagem do Juazeiro”, servia de abrigo para armazéns e depósitos de mercadorias que abasteciam a vizinha Juazeiro
BARREIRAS	1891	Extração da seiva da mangabeira para produção de borracha no século XIX; foi se consolidando como um dos principais produtores de grãos da Bahia
ITABUNA	1906	Ponto de passagem de tropeiros; entreposto comercial
JUAZEIRO DO NORTE	1914	Centro religioso, destino de romarias. Teve seu desenvolvimento associado a figura histórica e política do Padre Cícero Romão Batista
ARAPIRACA	1924	Cultura do fumo

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir do IBGE.

O quadro 3 mostra que a fundação das cidades selecionadas ocorre em períodos diversos, desde o Brasil colonial (Ilhéus em 1534) até o início do século XX (Itabuna, Juazeiro do Norte e Arapiraca). Embora a data de fundação seja um marco municipal, é importante mencionar que a história de algumas aglomerações se inicia muito antes. É o caso de Juazeiro, cujo ano de instalação do município é 1833, todavia, as primeiras ocupações em terras

juazeirenses são de 1706 – quando uma missão franciscana da igreja católica se estabelece na margem baiana do rio São Francisco (RIBEIRO, 2005).

Essas diferenças decorrem do processo burocrático na elevação de categoria das aglomerações urbanas, estabelecido pela Coroa Portuguesa – como já foi mencionado anteriormente. Sendo assim, as cidades selecionadas possuem uma trajetória histórica própria, a qual foi fundamental para a consolidação de suas respectivas posições econômicas atualmente.

Feira de Santana

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) esta cidade baiana tem origem no século XVIII a partir da fazenda *Santana dos Olhos D'água*, propriedade do português Domingos Barbosa de Araújo. Este proprietário construiu uma capela, onde em volta dela surge uma pequena povoação – constituída de casebres de rendeiros e senzalas (IBGE, 1958).

Posteriormente, a localidade passou a abrigar uma feira, cujo centro de permuta servia de paragem para viajantes do sertão baiano – condutores do gado. O arraial de “Santana da Feira”, como passou a ser chamada, foi crescendo a partir das movimentações comerciais que ali se instalavam. Sendo assim, o seu desenvolvimento estava associado tanto a complexidade comercial como também ao aumento da população local. Em 1833 é criado o município feirense, desmembrado de Cachoeira – localidade importante do Recôncavo Baiano (IBGE, 1958).

Figura 5 - Feira semanal em Feira de Santana



Fonte: Acervo IBGE (1960).

Na década de 1950 cerca de 30% da população em idade ativa¹⁰ (acima dos dez anos) estava ocupada no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura. As áreas produtivas eram voltadas para as culturas do fumo, da mandioca, do feijão e do milho. Muitos destes produtos eram comercializados em sua tradicional feira livre (como mostra a figura 5). Parte deles eram enviados a outros municípios baianos, cuja logística era facilitada – Feira de Santana já possuía oito rodovias de acesso, sendo o principal entroncamento rodoviário da Bahia (IBGE, 1958).

Ainda nos anos 1950, as comunicações entre a população feirense e as demais cidades baianas se davam através dos Correios e Telégrafos (com sete agências e instaurado desde 1876). Feira de Santana também dispunha de uma estação telegráfica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (uma central telefônica que estabeleceu comunicações com dezoito municípios do estado) e uma Rádio Internacional que interligava a cidade com o Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 1958, p. 227-230). A centralidade de Feira de Santana tem gênese nesses dados históricos.

Campina Grande

Entre as décadas de 1920 e 1970 foi o município mais populoso da Paraíba, superando a capital do estado (João Pessoa). O núcleo inicial de Campina Grande foi o aldeamento dos índios *Ariús*. Este aldeamento surgiu em uma zona de topografia privilegiada, plana e com vegetação no planalto da Borborema (IBGE, 1958).

A boa posição geográfica, entre o Alto Sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas da mandioca, do milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, fez o aldeamento converter-se num povoado próspero (IBGE, 1958, p. 230). Também pela sua localização, Campina Grande passou a ser relevante nas conexões entre o litoral e os sertões da Paraíba. Sendo assim, desenvolveu-se como entreposto comercial, especialmente, de gado e de farinha. Em suas terras havia o cruzamento das estradas do Seridó e de Espinharas. A elevação de categoria à vila ocorreu em 1790 (IBGE, 1958).

Na metade do século XX, o Censo de 1950 situava Campina Grande como o município mais populoso da Paraíba. A população chegava aos 173 mil residentes, número superior ao de João Pessoa que na mesma época possuía 119 mil moradores. Na década seguinte (1960) os campinenses somavam 205 mil habitantes, enquanto os pessoenses eram 153 mil residentes.

¹⁰ De acordo com as Estatísticas do Século XX (IBGE, 2006, p. 250), até então as instituições varguistas delimitavam e aferiam o mundo do trabalho, onde as informações sobre a PIA (População em Idade Ativa) eram tratadas como parte da “situação demográfica” geral. Sendo, portanto, um conceito do mercado de trabalho da era Vargas. Fonte: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>

Tal quadro só é revertido no Censo de 1970, quando o crescimento de João Pessoa supera o de Campina Grande (esta sofreu emancipações de alguns dos seus distritos) – eram 221 mil habitantes em João Pessoa, e 195 mil habitantes em Campina Grande. A figura 6 mostra uma visão panorâmica da cidade no século XX.

Figura 6 - Vista parcial de Campina Grande



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

A posição de centralidade regional advém desde século XX, pelo perfil de mercado que a cidade se apresentava para sua região e ultrapassava os limites paraibanos em relação a sua zona de influência. O algodão e a indústria têxtil também contribuíram para sua relevância.

Campina Grande não é essencialmente agrícola pois, como cidade-mercado, sua função é múltipla. É interessante observar, porém, como gravita sua vida econômica em torno do algodão que tem sua importância na safra municipal; a indústria têxtil, a primeira da comuna, o usa como matéria-prima; o comércio desse produto contribui com parcela importante da renda do município, visto como este o recebe de várias outras localidades. A comuna funciona como centro distribuidor, não só dos municípios paraibanos como para outros estados. Para o norte a função distribuidora atinge o Piauí, o Ceará e o Maranhão. Ainda estão sob sua influência regiões do sertão paraibano, o interior de Pernambuco e o interior da Bahia (IBGE, 1958, p. 237).

Caruaru

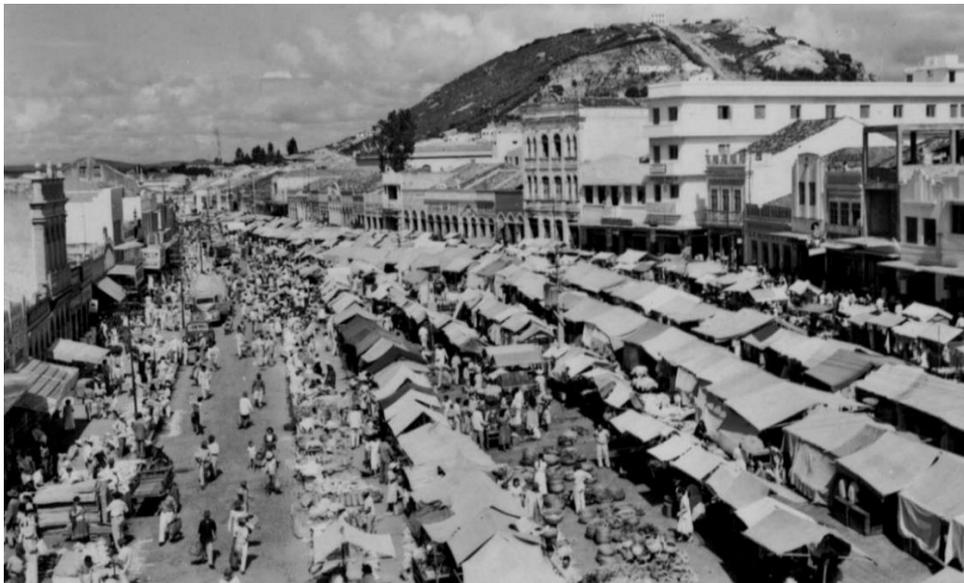
No início do século XVII a área da atual cidade de Caruaru era uma grande fazenda de gado. De forma similar a muitas cidades do interior do Nordeste, a localidade passa a se desenvolver após a construção de uma capela. Com algumas mudanças administrativas, Caruaru ganha a condição de município em 1849, desmembrando-se de Bonito. Em 1895 foi inaugurada a estação ferroviária da *Great Western*, que ligou Caruaru ao Recife e constituiu,

então, num importante fator de progresso para o município. A distância entre Caruaru e a capital pernambucana é de pouco mais de 130 quilômetros, outro aspecto que facilitou seu crescimento com a proximidade do mercado recifense (IBGE, 1958).

O município ultrapassa 100 mil habitantes no Censo de 1950, se colocando na segunda posição do estado em contingente populacional. As maiores populações de Pernambuco eram as do Recife (524 mil habitantes), Caruaru (102 mil habitantes) e Garanhuns (101 mil habitantes) (IBGE, 1958).

As comunicações com a região de entorno fizeram de Caruaru um entroncamento rodoviário, com as BRs 104 e 232. O intercâmbio comercial alcançava cidades além do estado pernambucano, como Salvador, João Pessoa, Maceió e Campina Grande (IBGE, 1958, p. 91).

Figura 7 - Feira em Caruaru



Fonte: Acervo IBGE (1955).

A vocação no ramo de vestuário proporciona traços de imponência desde os anos 1950. Além das roupas e calçados, outros produtos diversos – incluindo o gado – são comercializados em feiras, fato pregresso da tradicional “Feira de Caruaru”, apresentada na figura 7.

A indústria têxtil de Caruaru constitui-se de beneficiamento de algodão, tecelagem de caroá, aniagem, telas e produção de barbantes. Nas classes "vestuário, calçados e artefatos de tecidos", "transformação de minerais não metálicos" e "couros, peles e produtos similares", destacam-se, respectivamente, a indústria de calçados do tipo popular (alpercatas), mosaicos e cal, e a preparação de couros e peles de animais silvestres e de selas e arreios (...) Tal como a maioria das cidades do Nordeste, Caruaru tem suas feiras semanais, com seu aspecto de um vivo colorido. Às terças-feiras realiza-se a feira de gado, no bairro do Cedro. Nesses dias aflui ao local gente de várias partes do estado e de todo o Brasil. A venda de gado atinge a média de duas mil cabeças por feira (IBGE, 1958, p. 92).

Vitória da Conquista

Esta cidade surgiu em consequência do estabelecimento de comunicações entre o litoral e o sertão baiano. Contudo, a colonização da região não foi pacífica.

O mestre-de-campo João da Silva Guimarães obteve do rei [português] a permissão de guerrear com nativos indígenas hostis, a fim de evitar os constantes ataques às nascentes povoações que iam se desenvolvendo às margens dos rios Paraguaçu e Pardo [na Bahia]. A luta foi travada no lugar posteriormente denominado de "Batalha", a duas léguas da atual cidade [de Vitória da Conquista]. Sentindo a superioridade dos silvícolas, Guimarães reagrupa seus sertanistas e, juntos, prometem a Nossa Senhora da Vitória erguer uma capela sob sua invocação, no mesmo lugar em que viessem a vencer os aborígenes. Fortalecidos com a promessa, conseguem vencer e dominar a região (IBGE, 1958, p. 414).

Com a capela de Nossa Senhora da Vitória erguida em 1783, surge uma pequena aglomeração agora denominada como “Vitória” e subordinada ao município de Caetité. Somente em 1840 que o arraial foi elevado à vila e freguesia, com território desmembrado de Caetité (IBGE, 1958).

Figura 8 - Vista parcial de Vitória da Conquista



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

No século XX, mesmo com algumas emancipações distritais, Vitória da Conquista chega à década de 1950 com uma população de 96 mil habitantes – se colocando entre os seis municípios mais populosos da Bahia. Neste período sua atividade principal é a pecuária. As exportações apresentavam uma certa variedade: gado, carne, charque, couros e peles, farinha de mandioca, madeira em tábuas, mamona, feijão, milho, manteiga e café (IBGE, 1958).

Como entroncamento da rodovia Rio-Bahia (BR-116) é dado um impulso no seu desenvolvimento comercial, tornando-se ponto de concentração de viajantes, comerciantes e agricultores.

Ilhéus e Itabuna

A distância entre essas duas cidades é de aproximadamente 30 quilômetros, o que conseqüentemente torna os aspectos históricos comuns entre ambas. Itabuna foi emancipada do território ilheense. Desse modo, embora não sejam áreas urbanas conurbadas, essas duas localidades formam uma única hinterlândia, dividindo a liderança na rede urbana do Sul da Bahia.

Ilhéus é mais antiga. Foi a sede da Capitania homônima, ainda no Brasil colonial. A carta de doação foi destinada a Jorge de Figueiredo Correia, porém este donatário preferiu dar continuidade a sua vida na Côrte, em Lisboa. Ele enviou em seu lugar o espanhol Francisco Romero, que inicialmente se instalou na Ilha de Tinharé – próxima ao Recôncavo Baiano (IBGE, 1958). Mesmo fundando a atual vila de Morro de São Paulo, Romero optou por seguir rumo ao sul pelo litoral, até chegar à foz do rio Ilhéus. Nesta altura fundou a vila de São Jorge, com habitações para a defesa de sua expedição contra os nativos hostis a ocupação portuguesa (IBGE, 1958). Ilhéus seguiu a tendência de crescimento como a maioria das cidades brasileiras coloniais, com a construção de igrejas, comércio, e a colonização de terras nas redondezas para o abastecimento local (IBGE, 1958). A figura 9 mostra sua urbanização na orla da cidade.

Figura 9 - Orla marítima de Ilhéus



Fonte: Francino Vieira, Acervo José Nazal (ano desconhecido).

No decorrer de sua história, o cacau assume o protagonismo econômico da região com o cultivo voltado para exportação. A produção ilheense competia com outros países: Venezuela, Equador, México, Peru, Filipinas e Jamaica. Há registros de que a fazenda *Cubículo*, em Ilhéus, foi pioneira na produção cacauceira em 1746 (IBGE, 1958).

A vizinha Itabuna tem uma história mais tardia, até 1873 era um simples povoado originado por famílias vindas de Sergipe. Anteriormente nomeada como *Tabocas*, integrava o município de Ilhéus como um ponto de descanso para tropeiros que por ali viajavam. Mas sua crescente população já aspirava “status” de autonomia (IBGE, 1958).

Em 1906 Itabuna foi fundada como vila, porém somente em 1910 obteve sua emancipação política como cidade. A figura 10 mostra uma vista parcial do centro itabunense (IBGE, 1958).

Figura 10 - Vista panorâmica de Itabuna



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

Assim como sua região, Itabuna também se apropria da cultura do cacau para alcançar maiores patamares de desenvolvimento. Conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) mais da metade dos habitantes, na década de 1950, estavam ocupados em atividades que envolviam a cacauicultura. Tão importante era esta atividade agrícola, que foi criada a CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Este Órgão surge com iniciativas de pesquisa e inovação em 1957, para superar as crises do cacau e potencializar as exportações locais até a atualidade.

Juazeiro e Petrolina

Consideradas “siamesas”, as cidades de Juazeiro e Petrolina surgiram a partir do cruzamento de duas rotas: a fluvial, através do rio São Francisco; e a rota do gado que transitava entre o litoral baiano e os sertões do Piauí e Ceará. “Essa encruzilhada é mencionada já nos documentos do século XVII, possivelmente já na forma de incipientes povoados de barqueiros” (LEMOS, 2016, p. 26).

Juazeiro, capital do baixo e médio São Francisco, surgiu pelos fins do século XVII no ponto da passagem de cruzamento de duas velhas estradas: a fluvial, representada pelo rio São Francisco, e o caminho terrestre das bandeiras (...) Juazeiro estava encravado na extensa zona de criação de gado (...) [sua influência] ia das raias setentrionais de Minas Gerais ao Goiás, Piauí, e aos extremos do Maranhão, e do Ceará, além das serranias das lavras baianas ao leste. Esta circunstância aliada à primeira [cruzamento das estradas] contribuíam para tornar Juazeiro um centro comercial de grande influência (IBGE, 1958, p. 379).

No século XIX, em 1833, é instalado o município de Juazeiro. Nesta época Petrolina ainda era uma vila, conhecida como “Passagem do Juazeiro”, visto que sua função era complementar ao comércio da localidade baiana – sendo um ponto de travessia para a margem juazeirense. Em 1870 ocorre a instalação do município de Petrolina.

Figura 11 - Vista parcial de Juazeiro



Fonte: Acervo Harisson Souza (Século XX, ano desconhecido).

A figura 11 mostra o centro de Juazeiro no século XX. Nos anos 1950 a cidade baiana tinha 35 mil residentes. Neste mesmo Censo, Petrolina contabilizava 27 mil habitantes. A região possuía um clima seco, entretanto, sujeita às inundações ocasionadas pela vazão do São

Francisco – situação controlada somente com a construção da Barragem de Sobradinho, na década de 1980.

Em Juazeiro a atividade comercial se destacava, enquanto na vizinha pernambucana os setores da agricultura e pecuária eram os mais pujantes (IBGE, 1958, p. 217). Na segunda metade do século XX, Petrolina passa a apresentar desenvolvimento em outros setores, inclusive com “reformas” urbanas. A figura 12 mostra o sistema viário de acesso à Petrolina, previsto no seu Plano Diretor (as primeiras diretrizes são da década de 1960).

Figura 12 - Vista parcial de Petrolina



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

A rede ferroviária do Nordeste foi relevante para interligar a região com outros mercados nordestinos. No caso de Juazeiro, as comunicações se davam com a capital do estado (Salvador), as cidades vizinhas, e localidades do Piauí. Nas praças comerciais havia 475 estabelecimentos varejistas e atacadistas em Juazeiro, e outros 121 estabelecimentos em Petrolina. A região possuía cinco agências bancárias – quatro em Juazeiro e uma em Petrolina (IBGE, 1958).

O Vale do São Francisco terá um elemento propulsor no seu crescimento com a agricultura irrigada, voltada para exportação. Tal processo se inicia em meados da década de 1960. Na atualidade a região comandada por Juazeiro e Petrolina é um importante Polo agroexportador do Brasil, com destaques para a uva e a manga.

Barreiras

A história de um dos principais produtores de soja do Nordeste, não se inicia em decorrência desta atividade lucrativa. Diferentemente da cidade vizinha – Luís Eduardo Magalhães, que foi emancipada após os destaques na produção agrícola de grãos – Barreiras teve o rio Grande como porta de entrada para o seu povoamento.

As terras do atual município barreirense faziam parte de uma grande sesmaria. Somente em 1850, com os primeiros povoadores que se estabeleceram no porto do rio Grande, o comércio local passa a ter um pequeno impulso (IBGE, 1958). A figura 13 mostra o histórico porto da cidade, nas margens do rio Grande.

Figura 13 - Porto de Barreiras e o vapor São Francisco



Fonte: Acervo IBGE (1949).

Até 1880 o progresso é lento, Barreiras tinha apenas vinte casebres (sendo a maioria de taipa). A presença de mangabeira – cuja seiva se faz a borracha – foi um fator de propulsão para a dinâmica local (IBGE, 1958). Barreiras adquiriu a categoria de vila em 1891 e ganhou “status” de município em 1902, com pouco mais de 2,5 mil moradores e 600 habitações (IBGE, 1958, p. 65).

Na década de 1950, diferentemente da maioria das cidades selecionadas da tese, o setor industrial era o mais atrativo no município. Na economia local se destacavam a indústria têxtil, o charque e o couro. O intercâmbio comercial incluía as praças de Salvador, Juazeiro, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (IBGE, 1958).

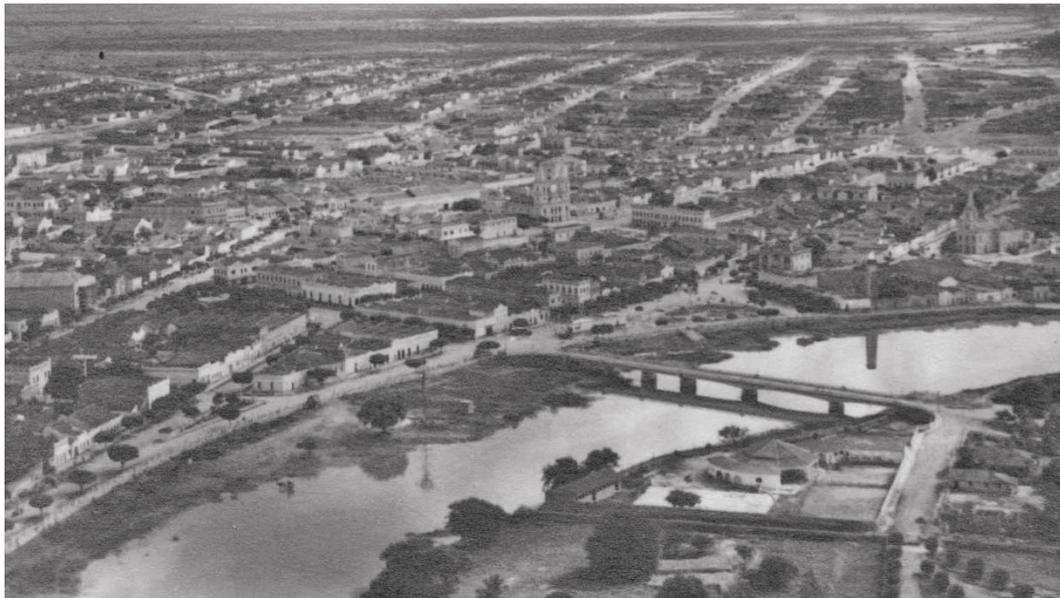
Foi a partir da década de 1970 que a atividade agrícola teve maior impulso econômico em Barreiras, alavancando o Oeste da Bahia como um “celeiro” na cultura de grãos para exportação.

Mossoró

Os primitivos habitantes da região foram os índios *Monxorós*. Acredita-se que as primeiras penetrações em terras do município tenham ocorrido por volta de 1600. A fundação da vila ocorreu em 1852, e a elevação a categoria de cidade em 1870. A presença de salinas na região foi importante para o seu crescimento, o sal também era utilizado para salgar carnes de gado e exportá-la para outras localidades (IBGE, 1958).

Alguns produtos agrícolas também contribuía para a economia mossoroense, dentre eles: arroz, banana, batata-doce, coco-da-baía, feijão, mandioca e manga (IBGE, 1958). Em 1960 torna-se a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte – posição antes ocupada por Santa Cruz. Desde então, Mossoró vem se inserindo entre as principais Capitais Regionais do interior nordestino. A figura 14 mostra a cidade de Mossoró na metade do século XX.

Figura 14 - Vista aérea de Mossoró



Fonte: Acervo IBGE (1957).

Além do sal e da agricultura, o petróleo ganhou espaço na economia local, contribuindo para sua diversidade. A extração do óleo negro em terra possibilitou ao município mossoroense investimentos na cadeia produtiva. Tal matriz, dinamizada, ampliou também o setor de serviços com maior circulação do capital. Estes segmentos até hoje são ativos, porém, em condições distintas de outrora.

Imperatriz

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios (IBGE, 1958) na metade do século XIX os limites entre as províncias do Pará e do Maranhão não eram um consenso. Não havia precisão quanto ao traçado da divisa. O conselheiro Francisco Coelho, então governante do Pará, buscou edificar uma vila na região limítrofe às margens do rio Tocantins (IBGE, 1958).

O Frei Manoel Procópio foi o encarregado de averiguar a salubridade da área, e em 1852 fundou a povoação de “Santa Tereza de Imperatriz” na até então Província do Pará (cujas despesas foram pagas pelo Tesouro paraense). No mesmo ano foi sancionada uma lei que delimitava os territórios entre o Maranhão e o Pará. Em 1854 ficou esclarecida a localização de Imperatriz como vila maranhense (IBGE, 1958). Inicialmente, a vila de Santa Tereza de Imperatriz era composta por uma única rua de 84 casas, parte delas eram cobertas de telhas e outras de taipa. As construções foram edificadas ao longo do rio, e terminavam em uma praça num quadrilátero em que foi construída a igreja-matriz (IBGE, 1958).

Transitavam pelo porto de Imperatriz, em busca do eldorado do “Tocai-una” (castanha preta), migrantes de todas as partes do Brasil – especialmente da Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e do próprio Maranhão. Com o recolhimento de impostos, a localidade se desenvolveu, ainda que fosse distante da capital maranhense São Luís (IBGE, 1958, p. 196).

Figura 15 - Centro de Imperatriz



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

Nos anos 1950, a cidade tinha pouco mais de 14 mil habitantes e não estava nem entre as dez mais populosas do estado – São Luís, Caxias e Codó eram os principais núcleos

populacionais (IBGE, 1958). A posição de segunda maior cidade do Maranhão só foi alcançada no Censo de 1980, quando a população imperatrizense foi contabilizada em 220 mil residentes.

Na zona rural o setor agrícola se destacava com os cultivos de arroz e cana-de-açúcar. Na área industrial a produção de farinha de mandioca era a principal atividade (IBGE, 1958). O rio Tocantins era navegável em toda a margem do território imperatrizense, na década de 1950 o município era servido por linhas regulares de navegação fluvial e aérea. Cinco estabelecimentos varejistas conectavam Imperatriz (através do comércio) com as praças de Belém do Pará, Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro e São Luís, importando tecidos, ferragens e medicamentos (IBGE, 1958, p. 197). Atualmente Imperatriz é um centro regional consolidado, ofertando serviços e comércio para o seu entorno (que atinge cidades menores do Maranhão, Tocantins e Pará). A figura 15 mostra a rua XV de novembro, centro urbano de Imperatriz, no século XX.

Crato e Juazeiro do Norte

Esta é outra aglomeração urbana do interior nordestino. O chamado CRAJUBAR¹¹ – referência aos municípios conurbados – possui uma história relativamente antiga. A região foi explorada por tropeiros baianos, que entre 1660 e 1680 estiveram em contato agressivo com os índios *Kariris*. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) esses nativos eram descendentes remotos dos primeiros imigrantes *protomalaio*s (povos primitivos da Malásia) que chegaram na costa americana do Pacífico, e que se estabeleceram no sul do Ceará no século IX (IBGE, 1958).

Na história contemporânea, a partir de 1714, o futuro município cratense começou a receber colonizadores vindos da Bahia, de Sergipe e Pernambuco, atraídos pela paisagem e fertilidade do solo. Embora as pastagens tenham sido propulsoras em sua ocupação, o perfil local vai se modificando com outras atividades lucrativas. “A vida pastoril dominou a região até o ano de 1750, época em que tiveram início as instalações dos primeiros engenhos, vindos de Pernambuco. Data daí o desenvolvimento industrial da cana-de-açúcar, criadora da aristocracia rural do Cariri” (IBGE, 1958, p. 179).

Com as etapas de progresso e desenvolvimento urbano, o Crato recebeu foros de vila em 1763. Suas delimitações eram consideráveis, pois também se constituíam como território cratense os atuais municípios de Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Juazeiro do Norte,

¹¹ CRAJUBAR: acrônimo das siglas dos três municípios conurbados do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha)

Farias Brito, Santana do Cariri e Milagres (IBGE, 1958). A figura 16 mostra o centro histórico do Crato na metade do século XX.

Figura 16 - Cidade do Crato



Fonte: Acervo IBGE (1957).

A cidade cratense, no Censo de 1910, tinha uma população similar à da capital cearense – eram 65 mil residentes em Fortaleza, e 64 mil habitantes no Crato. Contudo, neste mesmo ano o Crato perde o seu distrito mais populoso, o Tabuleiro Grande (atual Juazeiro do Norte). Na figura 17 é retratado o centro de Juazeiro do Norte na metade do século XX.

Figura 17 - Vista aérea da cidade de Juazeiro do Norte



Fonte: Acervo IBGE (1954).

A história da emancipação de Juazeiro do Norte foi conflituosa. Nesta localidade se estabeleceu um importante núcleo da fé cristã nordestina, o cratense Cícero Romão Batista (Padre Cícero) migrou de sua cidade natal para o então distrito de Tabuleiro Grande. Este padre se torna uma liderança regional em 1872. Naquele período o povoado juazeirense contava com doze casas de tijolo e telha, e vinte casas de taipa e palha (IBGE, 1958).

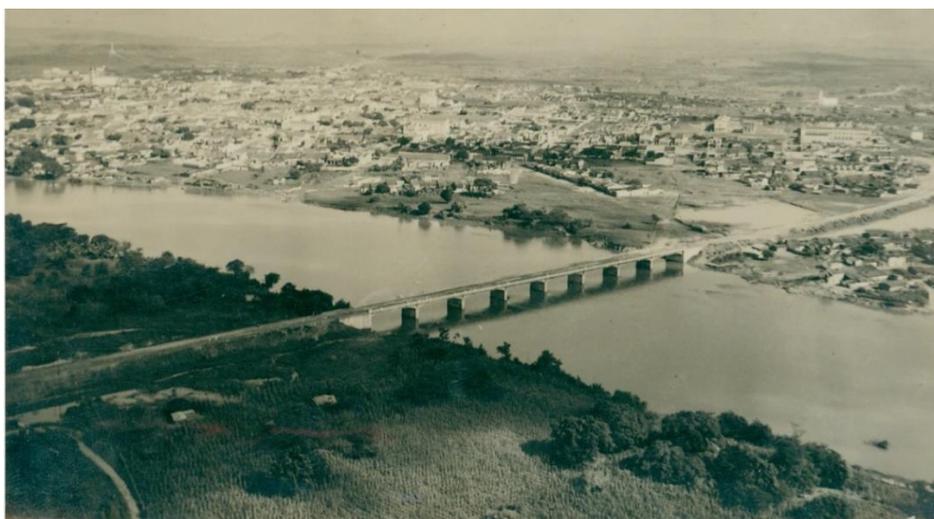
Não serão detalhados na tese os aspectos místicos desta região, porém, é importante salientar que o misticismo contribuiu para o aumento populacional de Juazeiro do Norte através de romarias. A figura do Padre Cícero e seus aliados foi fundamental para a emancipação juazeirense. Desde os anos 1900 as relações entre o Crato e o seu antigo distrito, Tabuleiro Grande, eram hostis. Em 1910, reunido na Praça da Liberdade e erguendo vivas ao Padre Cícero, o povo de Tabuleiro resolveu não pagar mais impostos à sede municipal (Crato). Após a Sedição do Juazeiro¹² o então distrito consegue sua emancipação e se torna cidade em 1914 (IBGE, 1958).

Atualmente as cidades do Crato e Juazeiro do Norte assumem uma posição de complementaridade na influência regional, sendo uma conurbação atrativa em relação aos serviços de saúde, educação e comércio.

Sobral

A cidade surgiu nas margens do Rio Acaraú (figura 18). De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958) a região foi povoada pelas famílias que vieram ao Ceará pelos conflitos da guerra contra os holandeses em Pernambuco. Um dos primeiros núcleos urbanos se localizava nas proximidades do riacho Guimarães. Em 1712 foi erguida uma capela na localidade (IBGE, 1958).

Figura 18 - Vista de Sobral



Fonte: Acervo IBGE (Século XX, ano desconhecido).

¹² Confronto ocorrido na década de 1910 entre as oligarquias cearenses e a República, provocado pela interferência do poder central na política estadual. Em 1912 partiu de Fortaleza o Batalhão Policial de Franco Rabelo (governador apoiado pela República) para dar combate aos sediciosos (o Padre Cícero e seus romeiros). Chegando ao Crato agregaram-se 592 civis cratenses, aumentando o efetivo para 833 combatentes. Enquanto isso, os sediciosos cercaram Juazeiro do Norte com um valado de três léguas de comprimento, oito metros de largura e cinco de profundidade, construído em 6 dias por 50 mil romeiros. Os rabelistas foram derrotados e o governador teve de renunciar, para novas eleições serem convocadas (IBGE, 1958).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é uma das igrejas mais antigas do estado cearense, sua fundação está associada a origem dos primeiros povoados sobralenses (IBGE, 2017). No século XVIII o desenvolvimento de Sobral (então designada como Caiçara) era notável, diante da realidade de outras aglomerações do Nordeste, fazendo com que lideranças políticas propusessem a transferência da sede cearense de Fortaleza para Caiçara.

Em 1748 o progresso da povoação era tão acentuado que os vereadores da Câmara de Aquiraz, reunidos a 17 de junho, propuseram a transferência da vila [sede] de Fortaleza para Caiçara, o que só não se realizou em vista das razões apresentadas ao Rei pelo capitão-general da Capitania de Pernambuco Juiz Joseph Correia de Sá, baseado em informações do sargento-mor Pedro de Morais Magalhães (IBGE, 1958, p. 512).

Em 1773 Sobral consegue a instalação do seu município, até então subordinado ao território municipal de Fortaleza (IBGE, 1958). A elevação a categoria de cidade ocorre em 1841 pela Lei Provincial n. 222 (IBGE, 2017).

Até a metade do século XX a economia sobralense tinha como base a indústria, o comércio e a agropecuária. Dentre os principais produtos agrícolas estavam o algodão, o milho e o feijão. Os rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos eram os destaques da pecuária local, com a exportação de gado para o Piauí. No setor industrial havia fábricas voltadas para produtos derivados do algodão: a Usina São José, a Fábrica Sobral e a Usina Simplex (IBGE, 1958). Nos dias atuais Sobral permanece com sua tradição industrial, porém, no ramo calçadista.

Arapiraca

A origem deste município data dos anos 1850, quando Manoel André Corrêa se estabeleceu em uma planície do agreste alagoano. Ao construir uma habitação para sua família, observou que no entorno havia madeiras de *Arapiraca* – árvore frondosa daquela região. A localidade permaneceu assim designada. A povoação que então se iniciou, tinha quase todos os seus habitantes ligados entre si por laços de parentesco. Com a morte de sua esposa em 1855, Corrêa construiu uma igreja que foi finalizada em 1864, sendo um marco importante na origem de Arapiraca (IBGE, 1958).

Primitivamente, como distrito, esteve Arapiraca sob a jurisdição de Penedo, Porto Real do Colégio, São Braz e Limoeiro, sucessivamente. Foi elevada a município pela Lei n. 1009, de 30 de maio de 1924 (IBGE, 1958). A figura 19 retrata o núcleo urbano histórico de Arapiraca.

Figura 19 - Vista de Arapiraca



Fonte: Acervo IBGE (ano desconhecido).

Na década de 1950 a fumicultura contribuía com o desenvolvimento da região, fazendo da agricultura a principal fonte de renda no município arapiraquense. Esta vocação para a cultura do fumo também repercutia no setor secundário. “De acordo com o Registro Industrial de 1956, havia no município 696 estabelecimentos produtores de fumo em corda. A fabricação de farinha de mandioca, que ocupa o segundo lugar entre as indústrias locais, contava em 1956 com 330 estabelecimentos produtores” (IBGE, 1958, p. 27).

No setor comercial Arapiraca exportava o fumo em corda, mandioca e cereais. Importava tecidos, calçados, arroz e trigo. As principais relações eram voltadas para outros centros urbanos de seu entorno, entretanto, também havia transações com o Recife, Caruaru, Campina Grande, Aracaju e Maceió (IBGE, 1958). Arapiraca exercia uma importante influência em Alagoas. Ainda nos anos 1950 ocupava o 7º lugar dentre os municípios mais populosos do estado – eram 37 mil habitantes. No Censo de 1960 alcança a 2ª posição com 56 mil residentes. Desde então, Arapiraca se consolidou como a maior cidade do interior alagoano.

A síntese histórica das cidades selecionadas situa o leitor quanto a importância desses centros urbanos e como se constituiu a trajetória histórica e econômica de cada Capital Regional. Os dados apresentados mostram que há distinções nos processos de formação urbana, condicionados à realidade nordestina desde o Brasil colonial. Os investimentos do poder público foram determinantes para fomentar o desenvolvimento.

Partindo de tais premissas, os próximos tópicos se constituem em narrativas do panorama econômico nacional, desde o Regime Militar (1964-1980) até a Redemocratização. O “termômetro” da economia brasileira e as diretrizes adotadas pelos governos vigentes se alteram ao longo do tempo, influenciando em diversos setores sociais.

2.3 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO FEDERAL: DA ERA MILITAR ATÉ O BRASIL ATUAL

Nesta etapa do trabalho a pesquisa é pautada numa síntese de processos históricos e econômicos vivenciados pelo Brasil, os quais tiveram influência nas cidades médias – explanados pelos seus indicadores socioeconômicos e estágios de desenvolvimento. Os tópicos trazem uma abordagem histórica, cuja periodização se inicia no Governo Militar (1964) até a atualidade, contemplando as diferentes linhas ideológicas e prioridades adotadas pelo Governo Federal.

2.3.1 Economia brasileira na Ditadura Militar (1964-1980)

Durante a Ditadura Militar foram criados planos nacionais de desenvolvimento, sendo nomeados como I PND (1972-1974) e II PND (1975-1979). De acordo com Alzira Abreu¹³ o primeiro plano possuía traços do Programa de Metas (programa de industrialização do Governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950). O I PND tinha como objetivo inserir o Brasil entre os países centrais – as nações mais ricas e influentes do Globo. Para tal, a renda per capita precisava ser duplicada e o PIB tinha que alcançar taxas de crescimento mais significativas (ABREU, 2009).

Conforme Abreu (2009) o empresariado nacional foi convocado a participar de setores estratégicos no desenvolvimento, o I PND criou o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais. O plano se apoiava nos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco do Brasil (BB) e outras instituições financeiras da União.

O II PND manteve o objetivo de elevar a renda, além de promover o desenvolvimento em diferentes regiões do país (inclusive com investimentos na infraestrutura produtiva). Sua divulgação ocorreu em 1974 pelo presidente militar Ernesto Beckmann Geisel (RODRIGUES, 2015).

Conforme Rodrigues (2015), o governo almejava que em 1977 o PIB ultrapassasse US\$ 100 bilhões e o Brasil fosse a oitava maior economia mundial. “O II PND tinha metas audaciosas e contava com uma participação central do Estado no planejamento e execução do plano, além das empresas privadas nacionais e estrangeiras formando o chamado um tripé” (RODRIGUES, 2015, p. 16-17).

¹³ Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>

Figura 20 - Brasil: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)



Fonte: Mateus Granda Ribeiro¹⁴ (2020).

Na figura 20 o mapa do Brasil, referente ao II PND, apresenta a região Nordeste com três Regiões Metropolitanas: Salvador, Fortaleza e Recife. A dinamização é pensada a partir desses centros, cuja área no mapa está ao redor das três metrópoles e no litoral. Existia um interesse de ocupação mais nítido na região Norte, onde está situado a maioria dos núcleos de apoio a este processo, com eixos viários de penetração (destaque para a Transamazônica) e áreas de dinamização nas capitais (Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista).

O II PND tinha como síntese quatro eixos principais: modificações na matriz industrial, ampliando a participação da indústria pesada; mudança na organização industrial, acentuando a importância da empresa privada nacional; desconcentração regional da atividade produtiva, visando reduzir a concentração espacial da produção; e a melhoria na distribuição da renda (CARNEIRO, 2002, p. 60 apud RODRIGUES, 2015, p. 18).

O movimento do capital, que oscilou com uma crise internacional (na década de 1970), foi um fator atuante no plano. Ocorre uma crise externa mundial, onde os Estados Unidos era o principal agente. “O sistema monetário internacional já havia mergulhado em crise desde 1968, pela persistência do déficit estrutural do balanço de pagamentos norte-americano, causado pelas

¹⁴ Fonte: <http://jornaldiariori.blogspot.com/2016/12/ii-pnd-plano-nacional-de.html>

enormes despesas militares (guerra do Vietnã) e pelo movimento de exportação de capitais” (COUTINHO & BELLUZZO, 1998, p. 12 apud RODRIGUES, 2015, p. 19).

Em 1971 Richard Nixon, presidente americano, anunciou o fim do “padrão ouro” para o dólar e a moeda estadunidense sofre uma desvalorização, causando uma crise monetária (RODRIGUES, 2015, p. 19). Este fato teve influências em diversas economias no mundo, incluindo o Brasil que adotava novas medidas no II PND.

Com a crise internacional ganham força as teses desenvolvimentistas através do II PND, ambicioso programa substituidor de importações que, a partir de grandes projetos públicos nas áreas de infraestrutura e de insumos básicos, visava dar vigoroso impulso à industrialização doméstica de bens de capital e, com isso, completar a estrutura industrial brasileira. Na lógica do discurso desenvolvimentista, persistia a tese da necessidade de ‘poupanças externas’, só que, agora, com uma diferença fundamental: os recursos tomados no exterior seriam utilizados não mais na aceleração de um crescimento desequilibrado, como o do ciclo expansivo anterior, mas sim num amplo programa que visava eliminar pela raiz as dependências da economia brasileira em relação às economias centrais (DAVIDOFF CRUZ, 1999, p. 187).

A dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente durante o Governo Militar. O crescimento econômico, designado como “Milagre Econômico” pelos militares, provocou um endividamento externo elevado em consequência dos financiamentos internacionais aos planos de desenvolvimento. Os números da dívida externa bruta passaram de “3.344 milhões de dólares, em 1967, para 12.572 milhões em 1973” (FURTADO, 1982, p. 24 apud RODRIGUES, 2015, p. 20).

De acordo com Rodrigues (2015), visando promover os incentivos para fontes de capturas externas, os militares mantinham uma taxa de juros interna elevada. Pois, assim, as empresas adquiriam recursos no mercado internacional com uma taxa de juros baixa, porém flexível. Tal procedimento teve como resultado o aumento da dívida externa.

O processo de ajustamento da economia brasileira foi viabilizado pela abundante liquidez dos mercados internacionais de crédito. As políticas de câmbio, crédito, juros e preços públicos trataram de criar as condições para que os agentes domésticos – públicos e privados – fossem induzidos a preferir as fontes externas de financiamento. Descontadas as oscilações, o sentido mais geral da política econômica do período foi caracterizado pela elevação da taxa real de juros interna, restrições à expansão do crédito doméstico, crescimento da dívida mobiliária e defasagem na desvalorização cambial (BELLUZZO, 1987, p. 6 apud RODRIGUES, 2015, p. 20).

Alguns dados evidenciam os impactos deste período denominado como “Milagre Econômico”. Na tabela 7 estão alguns números que compõem os principais indicadores macroeconômicos do Brasil (1964-1973):

Tabela 7 - Brasil: Comportamento da Economia (1964-1973)

INDICADORES MACROECONÔMICOS	MÉDIAS (1964-67)	MÉDIAS (1968-73)
CRESCIMENTO DO PIB (% AO ANO)	4,2%	11,1%
INFLAÇÃO (IGP, DEZ/DEZ, % AO ANO)	45,5%	19,1%
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (% PIB)	15,5%	19,5%
TAXA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES (% AO ANO)	4,1%	24,6%
TAXA DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES (% AO ANO)	2,7%	27,5%
BALANÇA COMERCIAL (US\$ EM MILHÕES)	412	-
SALDO EM CONTA CORRENTE (US\$ EM MILHÕES)	15	-1.198
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / EXPORTAÇÕES DE BENS	2,0%	1,8%

Fonte: Jennifer Hermann apud Almeida (2007) a partir do IBGE.

O Governo Militar possui períodos distintos em seus resultados na política econômica brasileira. De acordo com Almeida (2007), o “primeiro subperíodo (1964-1967) foi marcado pelo esforço de estabilização, em nítido contraste com a arrancada conseguida na fase ulterior (1968-1973)” (ALMEIDA, 2007, p. 70).

As mudanças na política econômica, inclusive no setor externo, foram muitas e importantes, conquanto graduais e delongadas. Nas áreas da política cambial e do comércio exterior se perseguia o equilíbrio das contas externas e a diversificação das fontes de suprimento; a política de consolidação da dívida externa atuou conjuntamente com a restauração do crédito do Brasil no exterior; também se promoveu uma política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros e se buscou uma ativa cooperação técnica e financeira com as agências financeiras internacionais; as políticas monetária e fiscal, em contrapartida, foram contracionistas (ALMEIDA, 2007, p. 70)

Em 1973 a economia mundial crescia a 7%, enquanto a brasileira expandiu o dobro (acima de 14%). Todavia, os preços do petróleo quadruplicaram, representando assim “a transferência de 2% da renda mundial em favor dos exportadores dessa commodity estratégica e um severo golpe nas contas externas do Brasil, país dependente do petróleo estrangeiro para 4/5 do seu consumo total: em função desse aumento, o valor das importações excedeu o das

exportações em US\$ 4,7 bilhões em 1974” (ALMEIDA, 2007, p. 76). Na tabela 8 estão os indicadores da economia brasileira entre 1970-1984 (período final do Governo Militar).

Tabela 8 - Brasil: Indicadores Econômicos (1970-1984)

ANO	CRESCIMENTO DO PIB	CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA	BALANÇA DE PAGAMENTOS (US\$ EM MILHÕES)	DÍVIDA EXTERNA (US\$ EM MILHÕES)	DÍVIDA/PIB	INFLAÇÃO
1970	10,4%	7,2%	-562	5.295	12,5%	9,5%
1971	11,3%	8,6%	-1.307	6.622	13,3%	20,3%
1972	12,1%	9,4%	-1.489	9.521	16,3%	17,3%
1973	14,0%	11,3%	-1.688	12.572	15,9%	14,9%
1981	-3,1%	-5,3%	-11.734	61.411	23,3%	109,9%
1982	1,1%	-1,2%	-16.310	70.198	25,8%	95,5%
1983	-2,8%	-5,0%	-6.837	81.319	39,4%	154,5%
1984	5,7%	3,4%	45,0	91.091	43,1%	220,6%

Fonte: Almeida (2007) a partir do IBGE.

O fim do Regime Militar foi marcado por grandes agitações sociais, políticas e econômicas. A tabela 8 mostra a diferença no desempenho da economia no início da década de 1970 em contraste com o começo dos anos 1980. Entre os períodos destacados na tabela, a dívida externa total passa de US\$ 5.295 milhões, em 1970, para US\$ 91.091 milhões em 1984. A inflação que era de 9,5% em 1970 cresce para 220,6% em 1984.

Ao mesmo tempo, o governo promove uma política comercial fortemente protecionista: a participação das importações no PIB, que, em 1974, correspondia a 12% – um recorde histórico, semelhante ao atingido em 1954 –, caiu para apenas 7,25% em 1978. O esforço de expansão das exportações logrou resultados, uma vez que elas duplicaram entre 1973 e 1978, passando de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 12,7 bilhões (ALMEIDA, 2007, p. 76)

Uma nova crise do petróleo ocorre em 1979. Os Estados Unidos elevam os juros e o México decreta estado de moratória em 1982. Os fatos alinhados mudam a oferta e o destino dos recursos financeiros internacionais, deixando países como o Brasil fora de sua rota.

Estes [países] passam a ser exportadores líquidos de capitais para pagar agora a elevada taxa de juros dos empréstimos contratados anteriormente, redundando no “coroamento formal de um processo cujas origens remotas se encontram no golpe [Militar] de 1964 e no regime por ele instaurado, que ao longo do tempo foi deslocando o eixo da dependência econômica do campo tecnológico e industrial para o financeiro” (TAVARES & ASSIS, 1985, p. 79 apud RODRIGUES, 2015, p. 22).

2.3.2 Cidades Médias nos planos de desenvolvimento do Regime Militar

O tópico anterior abordou a dinâmica econômica brasileira, cuja intervenção estatal promoveu investimentos de capital internacional e o financiamento de projetos e planos de desenvolvimento. Por outro lado, a política adotada acentuou a dívida externa e alternou o desempenho do PIB (entre momentos de grande crescimento e de retração, já nos anos finais do Governo Militar).

As políticas de desenvolvimento regional implementadas nesse período [Militar], e o crescimento das cidades, criaram condições para o crescimento industrial sustentado por uma urbanização permanente, tornando as cidades como o espaço impulsionador para o desenvolvimento nacional (BECKER; EGLER, 1993 apud SILVA et al, 2016, p. 3).

Antes do agravamento da crise econômica havia um processo de “desconcentração industrial” no Brasil, que partia de São Paulo para as demais regiões. Outros espaços vantajosos com mão de obra de menor custo, incentivos fiscais, isenções de alguns impostos, são preponderantes para a reprodução do capital industrial além de São Paulo (SILVA et al, 2016, p. 4).

As mudanças do modelo de produção capitalista e as repercussões nas políticas brasileiras ocasionaram a desconcentração industrial. As alterações do sistema produtivo pautado nos ideais fordistas para a fragmentação do processo, impulsionou uma desconcentração industrial multiescalar e o surgimento de novas áreas de desenvolvimento. Dentre estas novas regiões atrativas de investimentos, encontra-se o Nordeste brasileiro, destacando-se cidades médias como Feira de Santana, Campina Grande e Caruaru (SILVA et al, 2016, p. 4).

Rodrigo Serra e Amorim Filho (2001) ressaltam a importância do crescimento das cidades médias como estratégico para as políticas urbanas e de desenvolvimento regional. Na década de 1970 alguns atributos, elencados por Amorim Filho (1984), notavam alguns centros com qualidade de cidade média, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Atributos para categorização de Cidade Média (1970)

1	Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
2	Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
3	Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
4	Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que a envolve;
5	Diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Fonte: Amorim Filho (1984) apud Serra (2001).

No começo dos anos 1970 eram poucos os centros intermediários no Brasil. Havia uma preocupação com as disparidades regionais e a superpopulação dos grandes centros urbanos – as Regiões Metropolitanas.

A estrutura urbana nacional na década de 1970 era formada por: alguns centros primazes, representados por duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro); poucas metrópoles de alcance regional; um limitado número de centros intermediários; e uma vasta rede de pequenas cidades, que, em vez de assumirem funções complementares aos demais centros, serviam unicamente como elo entre o meio rural e o urbano (ANDRADE; LODDER, 1979 apud SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 10).

A distribuição dos centros urbanos ocorria de forma desigual no território. Tal fato é decorrente dos processos históricos de ocupação e dos ciclos econômicos do Brasil, que concentram a maior parte da população em áreas próximas do litoral. “Esta concentração refletia ao mesmo tempo a herança de uma economia agroexportadora, estritamente voltada para fora, e a incapacidade do processo de substituição de importações, de promover uma efetiva distribuição regional dos investimentos produtivos” (SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 10).

Figura 21 - Brasil: Distribuição dos maiores centros urbanos (1970)



Fonte: Stamm et al (2011) a partir do IBGE.

A figura 21 mostra a localização dos maiores centros urbanos do Brasil, percebe-se que sua maior incidência está na região Sudeste e próxima do eixo Rio-São Paulo. É através do II PND que a descentralização se torna um critério de concessões de financiamentos do BNDE, embora as ações de descentralizar sempre estivessem atentas em preservar as escalas de produção e as economias de aglomeração. “No texto oficial do II PND é explicitado o risco de uma descentralização, qualquer que seja, em prejudicar a taxa de crescimento global: caso o desvio de recursos fosse excessivo; se houvesse pulverização de iniciativas; ou se programas novos assumissem caráter de economias de subsistência” (SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 15).

De acordo com Serra e Amorim Filho (2001) o Conselho Nacional de Desenvolvimento (CNDU) realizou um estudo referente ao período de 1969-1975, no qual se constatava a relação entre tamanho urbano e produtividade.

Na medida em que aumenta o tamanho urbano, a produtividade da mão-de-obra industrial aumenta mais que proporcionalmente a partir das cidades com população superior a 200 mil habitantes; passando a aumentar menos que proporcionalmente a partir do tamanho de 500 mil habitantes, com exceção para a produção de bens de capital, cuja eficiência das plantas localizadas nos grandes centros era extremamente superior à observada nas demais classes de tamanho [populacional] (SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 16).

Este estudo também mostrou que as cidades com população entre 100 mil e 200 mil habitantes foram as que apresentaram maior dinâmica econômica. Os autores Serra e Amorim Filho (2001), entretanto, ressaltam que o vigor das cidades médias dependeria mais de sua situação geográfica do que do seu tamanho demográfico.

De um lado, a cidade média era cada vez mais necessária porque representava uma das alternativas de manutenção do sistema socioeconômico vigente (...) são, ainda, pontos mais adequados à localização dos equipamentos de distribuição comercial para as regiões em que se situam, sem apresentar os problemas de congestionamento de trânsito e de comunicação encontrados nos grandes centros urbanos. Por outro lado, as cidades médias aparecem como os postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional, do mesmo modo, talvez, como as potências intermediárias mostrando-se como pontos de ligação essenciais à manutenção do funcionamento do sistema político e econômico – seja por meio de uma produção própria, seja, sobretudo, funcionando como [agente] redistribuidor. A cidade média representa um ponto de difusão da produção e dos valores do sistema socioeconômico do qual faz parte (SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 19).

No quadro 5, Serra e Amorim Filho (2001) mostram as principais problemáticas identificadas na realidade urbana do Brasil, na década de 1970, e ainda apontam algumas diretrizes importantes na política de desenvolvimento.

Quadro 5 - Brasil: Diagnóstico do sistema urbano e orientações para a política de desenvolvimento urbano e regional (1970)

DIAGNÓSTICO	ORIENTAÇÕES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL
Carência de infraestrutura produtiva nos centros urbanos médios	Priorizar as políticas de desenvolvimento regional ante a orientação de investimentos intraurbanos
Riscos sobre a taxa de crescimento global da economia quando se desviam excessivamente recursos para as regiões mais pobres (II PND)	Desconcentrar dentro de certos limites (“desconcentração concentrada”)
Economias de escala em atividades do setor público para cidades com mais de 100 mil habitantes (Araújo; Horta e Considera, 1973)	Diferenciar os pequenos centros dos centros médios e grandes, em termos de eficiência do setor público
Custos - por tamanho urbano - em forma de U ¹⁵ até o limite de 2 milhões de habitantes, para os serviços de transportes, comunicações, serviços urbanos etc. (Tolosa, 1973)	Valorizar os centros urbanos com até 2 milhões de habitantes em termos de produtividade
Relação entre produtividade industrial e porte das cidades cresce com o tamanho urbano, quebrando (inflexão negativa) nas metrópoles de 2ª ordem (Tolosa, 1973)	Valorizar as cidades médias e as metrópoles de 1ª ordem em termos de produtividade
Produtividade da mão de obra industrial aumenta com o tamanho urbano, crescendo mais que (proporcionalmente) as cidades com 200 mil habitantes e crescendo menos que (proporcionalmente) nos centros superiores a 500 mil habitantes - com exceção para os bens de capital	Valorizar os centros com população entre 200 mil e 500 mil habitantes em termos de produtividade da mão de obra industrial
Produtividade da mão de obra industrial muito mais relacionada com o porte da indústria e com a localização das cidades, do que com o seu tamanho. Havia flexibilidade locacional - em termos de tamanho das cidades - para a indústria (Boisier; Smolka e Barros, 1973)	Requerer investimentos em infraestrutura produtiva nas cidades para atrair grandes empresas e para homogeneizar a produtividade da mão de obra industrial pelo território nacional
Entre os determinantes da pobreza urbana nas cidades médias da década de 1970 identificaram-se o grau de industrialização e o tamanho dos estabelecimentos nessas cidades (Andrade e Lodder, 1979)	Combater a pobreza com investimentos em infraestrutura produtiva, e não exclusivamente voltados para a infraestrutura social

¹⁵ Nos serviços de viação, transportes, comunicações e serviços urbanos, a relação entre custos e tamanho urbano apresenta-se como uma curva em forma de “U”, decrescendo os custos à medida que as cidades crescem de tamanho urbano até o limite de 2 milhões de habitantes, a partir do qual os custos com estes serviços passam a ser mais elevados (TOLOSA, 1973 apud SERRA; AMORIM FILHO, 2001, p. 16).

A maior parte dos custos com serviços urbanos “não” está associada ao tamanho urbano. Mas há algumas externalidades que crescem com o tamanho urbano - por exemplo, poluição e congestionamentos (Rizzieri, 1982)	Relativizar a, aparentemente, indubitável presença de deseconomias externas nos grandes centros urbanos
Constatou-se a persistência de índices insatisfatórios para variáveis sociais em muitas das cidades médias que experimentaram crescimento acelerado a partir de 1970 (Andrade, 1995)	Alavancar o crescimento dessas cidades com incentivos governamentais, mas também criar mecanismos para que esses se reflitam em melhores benefícios sociais

Fonte: Serra e Amorim Filho (2001).

A difusão das cidades médias no território é fruto de três indutores: a desconcentração industrial iniciada na década de 1970; a expansão da fronteira agrícola; e as deseconomias de aglomeração dos grandes centros urbanos (STAMM et al, 2013, p. 257).

Com as políticas econômicas sendo implementadas e com a alta velocidade de urbanização que o país atravessava, surgem centros urbanos importantes após a década de 1970. Em relação ao Nordeste, algumas cidades tiveram forte crescimento populacional entre 1970 e 1991, como mostra a tabela 9.

Tabela 9 - Nordeste: Taxas de crescimento anual da população urbana nas cidades médias não-metropolitanas (1970-1991)

CIDADE E UF	1970	1980	1991	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (1970-1991)
JUAZEIRO (BA) - PETROLINA (PE)	77.338	139.012	227.539	5,3%
FEIRA DE SANTANA (BA)	131.707	233.617	349.557	4,8%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	84.346	127.454	188.351	3,9%
MOSSORÓ (RN)	79.509	122.861	177.331	3,9%
ILHÉUS (BA) - ITABUNA (BA)	160.989	218.465	321.793	3,3%
CRATO (CE) - JUAZEIRO DO NORTE (CE)	122.419	184.308	235.202	3,1%
SOBRAL (CE)	60.210	82.418	112.097	3,0%
PARNAÍBA (PI)	57.030	79.321	105.104	2,9%
ALAGOINHAS (BA)	56.062	79.643	103.267	2,9%
CAMPINA GRANDE (PB)	167.388	228.171	307.468	2,9%
JEQUIÉ (BA)	64.628	86.938	116.885	2,8%
GARANHUNS (PE)	49.510	67.347	89.206	2,8%
CARUARU (PE)	101.781	138.322	182.012	2,8%

Fonte: Andrade e Serra (1999) a partir do IBGE.

De acordo com Andrade e Serra (1999) os dados do IBGE revelaram que, no Nordeste, das oito cidades com maior crescimento no período 1970-1991, cinco eram capitais. Somente três cidades do interior compunham a lista: Juazeiro, Feira de Santana e Vitória da Conquista – as três cidades baianas também lideram as taxas de crescimento populacional na tabela 9.

Para os autores Andrade e Serra (1999), a análise da dinâmica das cidades médias nordestinas deve-se também a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Órgão teve participação distributiva da renda nacional nos estados nordestinos (ANDRADE; SERRA, 1999, p. 37).

A SUDENE originalmente surgiu a partir do grupo de trabalho liderado por Celso Furtado, que buscou investigar os principais motivos pelos quais o Nordeste passava por dificuldades de desenvolvimento, tendo como objetivo principal a proposição de ações para o enfrentamento dos problemas apresentados pela região (OLIVEIRA, 2016 apud CALDERARI et al, 2020, p. 14).

Criada em 1959, pela Lei n. 3.692, a SUDENE foi idealizada para planejar e executar políticas de desenvolvimento no Nordeste. Foi extinta em 2001, mesmo realizando intervenções importantes até então. Sua refundação ocorre em 2007, vinculada ao Ministério da Integração (CALDERARI et al, 2020, p. 12).

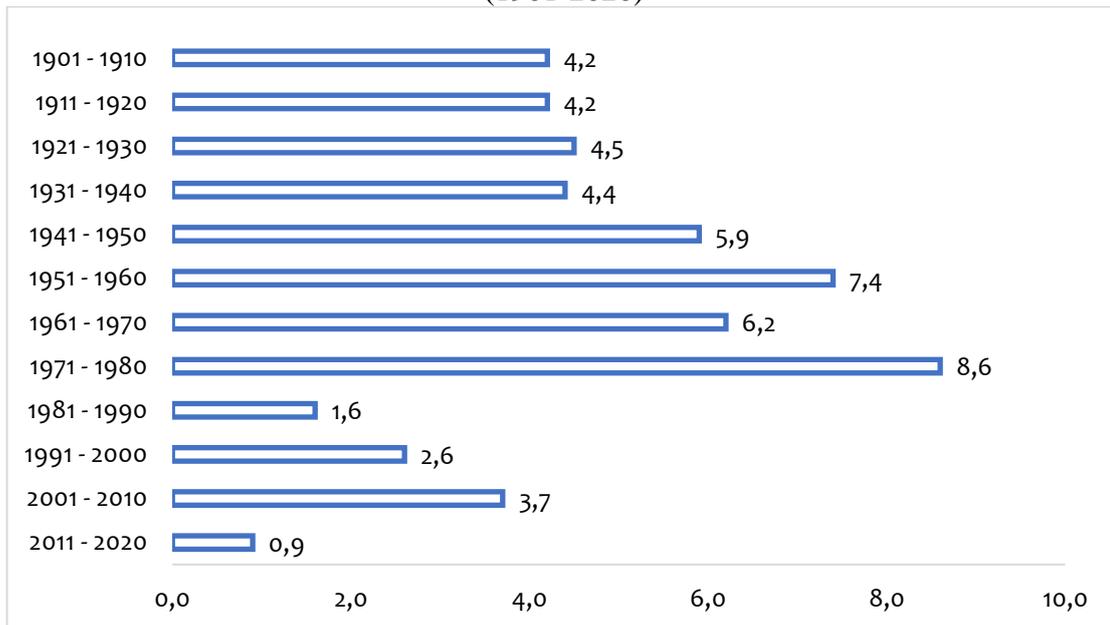
As disparidades no desenvolvimento regional brasileiro eram históricas, alguns fatores contribuíram para tal condição: disputas entre oligarquias; mudança dos principais eixos econômicos do Brasil; bem como a negligência por parte do poder central. Francisco de Oliveira (1993) faz críticas ao tratamento do Governo Militar quanto a essa “Questão Regional”, que era vista meramente como “planos administrativos”.

Entre um regime carente de legitimidade e políticos faltos de representatividade, os planos regionais foram abastardados como moeda de troca que, de um lado, ajudava a manter a fachada das instituições representativas e, de outro, a fazer de conta que o regime era racional, para lograr empréstimos e financiamentos dos Bancos Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Assim, a ditadura obtinha recursos externos para financiar a expansão capitalista onde lhe interessava, utilizava-os para tratar dos problemas de balanço de pagamentos, e pagava aos “politicóides” locais com a moeda podre do novo clientelismo, com o alibi da “promoção” da desconcentração da renda na região mais miserável do país [Nordeste] (OLIVEIRA, 1993, p. 43).

2.3.3 Economia brasileira na Redemocratização

Após a Redemocratização (pós-1985) o Brasil passou por outras crises econômicas, o que impactou na transferência de renda, mesmo com as políticas regionais de desenvolvimento. O gráfico 3 mostra as taxas de crescimento do PIB por década entre 1901-2020.

Gráfico 3 - Brasil: Taxas médias de crescimento do PIB em % por décadas (1901-2020)



Fonte: IBRE/FGV, com dados do IPEA e Banco Central (2020).

A partir do gráfico 3 nota-se que o maior desempenho do PIB ocorreu entre 1971-1980 com 8,6% de crescimento ao ano. Todavia, a política econômica do Regime Militar gerou endividamentos consideráveis ao Brasil, como foi mencionado nos tópicos anteriores. A menor taxa de aumento do PIB foi registrada entre 2011-2020, com a média de 0,9% de crescimento ao ano. Neste recorte a crise política e o cenário externo também influenciaram nos dados. Esta dinâmica mais recente será detalhada no último capítulo da tese.

De acordo com o IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, durante um período. Conforme Lanzana (2017) pode-se dizer que há quatro fases distintas em relação ao histórico da evolução do PIB brasileiro:

A) 1950-1980: a expansão média do PIB alcançou 7,4% no período. A taxa é considerada elevada quando comparada ao crescimento mundial de 3,0% ao ano;

B) 1981-1993: o crescimento do PIB atingiu a média de 1,7% ao ano. Esta taxa foi inferior ao crescimento populacional, o que acarretou numa redução do PIB per capita;

C) 1994-2013: o Plano Real foi o marco econômico na década de 1990. A partir de 1994 a economia do Brasil cresceu a uma taxa média 3,3% ao ano. Com ênfase maior nos dois mandatos do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT);

D) 2015-2016: a crise internacional e a instabilidade política provocaram a queda do PIB e consequentemente da renda per capita em 10% nos dois anos.

Após a Redemocratização do Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 adotou diretrizes para promover o bem-estar da população e a manutenção da democracia. Entretanto, o governo do primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura, Fernando Collor (1990-1992), foi marcado por escândalos que resultaram no seu *Impeachment*. Mudanças na moeda brasileira e o confisco na caderneta de poupança das famílias, também contribuíram para sua desaprovação perante a opinião pública. O seu sucessor, Itamar Franco (1992-1995), iniciou a implementação do Plano Real através do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, membro do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Este seria o próximo presidente brasileiro eleito em 1994 e reeleito em 1998, governando o Brasil entre 1995-2002. As prioridades do Governo Fernando Henrique estavam voltadas para o controle da inflação e a consolidação da nova moeda brasileira, o real (R\$).

Este é um momento de enorme desorganização da economia nacional diante das crises, do desemprego e do endividamento externo. O processo de desindustrialização foi resultante do cenário econômico catastrófico no final do Regime Militar. Os presidentes que vieram na sequência firmaram um compromisso fiscal para não comprometer as contas públicas, o Brasil segue se desindustrializando e se torna um país de *commodities*.

2.3.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Grande parte das políticas públicas, através dos programas sociais, são efetivamente implementadas no governo posterior ao de Fernando Henrique – é através de Lula (2003-2010) que programas como o PAC possibilitam o desenvolvimento de regiões marcadas por profunda desigualdade e deficiências estruturais. O PAC foi lançado em 2007 e reuniu políticas de desenvolvimento em eixos estratégicos para o Brasil: Logística, Energia, Social e Urbano. De acordo com o então Ministério do Planejamento (2007), o PAC definiu o investimento público como uma prioridade do Governo Federal. Desse modo, iniciou-se a criação de um ambiente favorável ao crescimento, aumentando a confiança da sociedade no futuro e despertando o interesse do empresariado. No quadro 6 estão situadas as principais obras do Governo Federal nas cidades selecionadas. Algumas delas são projetos que ainda não foram concluídos.

Quadro 6 - Mapeamento situacional das obras mais recentes do PAC nas cidades selecionadas

UF	CIDADE	CONCLUÍDO	EM OBRAS	EM PREPARAÇÃO/LICITAÇÃO
AL	ARAPIRACA	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de estudos e projetos para urbanização de área de expansão urbana do município de Arapiraca (bairros Mangabeiras e Senador Arnon de Melo) Sistema adutor do Agreste 	-	<ul style="list-style-type: none"> Aeroporto de Arapiraca: elaboração do projeto de novo complexo aeroportuário Recuperação da barragem Arapiraca
BA	FEIRA DE SANTANA	-	<ul style="list-style-type: none"> BR-101: duplicação da divisa SE/BA à Feira de Santana BR-116: adequação da divisa PE/BA à Feira de Santana Centro de iniciação ao esporte Ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água da zona leste de Feira de Santana 	<ul style="list-style-type: none"> BR-116: adequação do contorno norte de Feira de Santana
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	<ul style="list-style-type: none"> Aeroporto de Vitória da Conquista (construção do TPS e serviços complementares) 	-	-
BA	JUAZEIRO	<ul style="list-style-type: none"> LT 230 KV Juazeiro II e III SE 500/230 KV Juazeiro III 	<ul style="list-style-type: none"> BR-407: adequação da travessia urbana de Juazeiro [paralisada] Urbanização dos bairros: Alto da Aliança, Antônio Conselheiro, Codevasf, Malhada da Areia, Argemiro, Nova Esperança, Vila Tiradentes, Vila Rica, Piranga e Jardim São Paulo Ampliação do Sistema de Esgoto na sede municipal - instalações hidráulico-sanitárias, ligações prediais, rede coletora, interceptores e estação elevatória 	<ul style="list-style-type: none"> Centro de iniciação ao esporte

BA	ITABUNA	-	<ul style="list-style-type: none"> BR-415: duplicação de Ilhéus à Itabuna Centro de iniciação ao esporte 	-
BA	ILHÉUS	-	<ul style="list-style-type: none"> Trecho da ferrovia de integração Oeste-Leste entre Ilhéus e Caetité BR-415: duplicação de Ilhéus à Itabuna Aeroporto de Ilhéus (projeto de infraestrutura e implantação) 	-
BA	BARREIRAS	<ul style="list-style-type: none"> Interligação Norte-Nordeste/Norte-Sudeste LT 500 KV Barreiras II - Rio das Éguas - Luziânia - Pirapora II 	<ul style="list-style-type: none"> Trecho da ferrovia de integração Oeste-Leste entre Barreiras e Caetité 	<ul style="list-style-type: none"> Aeroporto de Barreiras (reforma, melhoria e ampliações)
CE	JUAZEIRO DO NORTE	-	<ul style="list-style-type: none"> Aeroporto de Juazeiro do Norte (reforço do pátio de aeronaves) Pavimentação e qualificação viária dos bairros: Antônio Vieira, São José, Salesiano, Centro e Novo Juazeiro Centro de iniciação ao esporte Urbanização de área de risco das margens do riacho das Timbaúbas 	-
CE	SOBRAL	<ul style="list-style-type: none"> LT 230 KV Sobral III - Acaraú II - C2 	-	<ul style="list-style-type: none"> Restauração do teatro Apolo (implantação do Instituto de Urbanismo de Sobral) Recuperação da barragem Sobral LT 500 KV Ibiapina II - Sobral III, SE Ibiapina II 500 KV
CE	CRATO	-	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede do município (1ª etapa) 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Sistema de Esgotamento sanitário - 1ª etapa (bacia do Granjeiro e sub bacias IX, X, XI e XII da sede municipal)

MA	IMPERATRIZ	-	<ul style="list-style-type: none"> BR-010: adequação da travessia urbana de Imperatriz <ul style="list-style-type: none"> Aeroporto Imperatriz (recuperação do sistema de pistas) 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de uma central de abastecimento (Ceasa) em Imperatriz LT 230 KV Imperatriz-Porto Franco C2
PB	CAMPINA GRANDE	<ul style="list-style-type: none"> BR-230: duplicação do contorno de Campina Grande LT 230 KV Campina Grande III - Campina Grande II LT 500 KV Campina Grande III / Ceará-Mirim II C-2 LT 500 KV Garanhuns - Campina Grande III Água potável em áreas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> BR-104: adequação de Campina Grande à divisa PB/PE BR-230: duplicação de Campina Grande à Farinha Centro de iniciação ao esporte 	-
PE	CARUARU	-	<ul style="list-style-type: none"> BR-104: adequação de Caruaru à Santa Cruz do Capibaribe Urbanização zona leste de Caruaru 	-
PE	PETROLINA	<ul style="list-style-type: none"> Esgotamento sanitário em Petrolina Implantação do Sistema de Esgotamento sanitário no bairro de Dom Avelar e no distrito de Nova Descoberta (rede coletora, emissário, elevatórias e tratamento) 	<ul style="list-style-type: none"> BR-407: adequação da travessia urbana de Petrolina Estudos e projetos do perímetro de irrigação Bebedouro Esgotamento sanitário em Petrolina (2ª etapa) 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação de infraestrutura de apoio na área do Bodódromo
RN	MOSSORÓ	<ul style="list-style-type: none"> BR-304: contorno de Mossoró (adequação) LT 230 KV Mossoró II - Mossoró IV 	<ul style="list-style-type: none"> Saneamento integrado na bacia I (2ª etapa) 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do Sistema de Esgotamento sanitário da sede municipal na bacia II

Fonte: Site Oficial do PAC com data de referência em 30 de junho (2018).

Através do quadro 6 pode-se notar obras voltadas para a infraestrutura das cidades; o abastecimento de água e energia; a logística; centros de iniciação ao esporte e a urbanização de bairros periféricos. Em 2018, ano de referência na consulta dos dados, parte das obras estavam atrasadas e algumas paralisadas. Este cenário decorre da ruptura no direcionamento progressista vigente até 2016, resultante de um *Impeachment* controverso da presidenta Dilma Rousseff (PT). A crise política e econômica de 2015 interrompeu muitos investimentos públicos – fatos que serão mais detalhados no último capítulo.

2.3.5 Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE 2019)

A criação da SUDENE em 1959 foi uma tentativa de promover políticas públicas e traçar um planejamento estratégico para o desenvolvimento da região Nordeste. O economista Celso Furtado esteve à frente da instituição no Governo de Juscelino Kubitschek, o objetivo era a redução das desigualdades regionais entre as regiões geoeconômicas do Brasil.

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) a SUDENE foi extinta. Sua refundação ocorre na gestão seguinte, com o presidente Lula (PT), retomando os princípios defendidos por Celso Furtado. Em 2007, através da Lei Complementar 125/07 a atuação da SUDENE se estendia pelos nove estados da região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo.

A Lei Complementar 125/2007, que institui a SUDENE, estabelece o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) como um dos instrumentos de ação da Autarquia. Esse instrumento tem como objetivo a redução das desigualdades regionais em consonância com o artigo 43 da Constituição Federal de 1988 (SUDENE, 2019, p. 9)

Dentre as contribuições mais recentes da SUDENE está a atualização do PRDNE (2019), o qual consiste numa “agenda de desenvolvimento para os próximos 12 anos da área de atuação da SUDENE, sendo revisado anualmente e tramitando juntamente com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2020-2023” (SUDENE, 2019, p. 9).

Conforme o documento publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (2019), a região Nordeste necessita de um reposicionamento no contexto nacional e internacional diante de suas potencialidades, visto que esta região “acumulou grande hiato na era do Brasil industrial que marcou o século XX, mas havia conseguido experimentar um bom

momento econômico nas décadas recentes” (SUDENE, 2019, p. 47). Seguem algumas diretrizes¹⁶ de dimensão econômica apontadas pelo PRDNE:

- Acompanhar os avanços de segmentos econômicos típicos da economia do século XXI;
- Aproveitar a rica biodiversidade da região, especialmente a da Caatinga;
- Enfrentar o baixo nível da qualificação profissional, em especial para as competências necessárias à economia do século XXI;
- Consolidar atividades produtivas já relevantes no tecido econômico regional;
- Dar densidade econômica a uma estrutura produtiva sustentável no amplo território do Semiárido;
- Superar entraves que dificultam o avanço da ampla e diferenciada base de agricultura familiar da região;
- Superar o quadro deficitário da oferta de infraestrutura econômica, com destaque para as infraestruturas de comunicação, transporte e logística;
- Conquistar novos mercados externos e ampliar sua presença nos mercados tradicionais.

As cidades médias devem contribuir na concretização dessas diretrizes apontadas pelo PRDNE (2019). No documento publicado, são três categorias¹⁷ de cidades estratégicas (as cidades em negrito são as que compõem o estudo desta tese):

1. Cidades Costeiras: São Luís, Parnaíba, Fortaleza e Natal (Atlântico Norte); João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, **Ilhéus/Itabuna** e São Mateus (Atlântico Sul).
2. Cidades dos Cerrados: Montes Claros, **Barreiras**, Corrente/Bom Jesus, Floriano, **Imperatriz**, Presidente Dutra, Caxias e Bacabal/Santa Inês.
3. Cidades das Caatingas: **Campina Grande**, **Caruaru**, **Arapiraca**, Itabaiana, **Feira de Santana** (Agreste); Caicó, **Mossoró**, Patos, Sousa, Cajazeiras, Serra Talhada, **Petrolina**, Paulo Afonso, **Juazeiro**, Quixadá, Iguatu, **Crato/Juazeiro do Norte**, Crateús, **Sobral**, Picos e Teresina (Sertão Norte); São Raimundo Nonato, Irecê, Guanambi, **Vitória da Conquista** e Teófilo Otoni (Sertão Sul).

No grupo 1 (Cidades Costeiras), o PRDNE 2019 cita as potencialidades dessas localidades em relação ao uso do mar. São exemplos as atividades de pesca, turismo, portos logísticos, construção naval e recursos minerais marinhos. O grupo 2 (Cidades dos Cerrados) possui uma dinâmica mais voltada ao agronegócio, com uma cadeia agroexportadora e fluxos demográficos importantes (SUDENE, 2019). No grupo 3 (Cidades das Caatingas) existe um

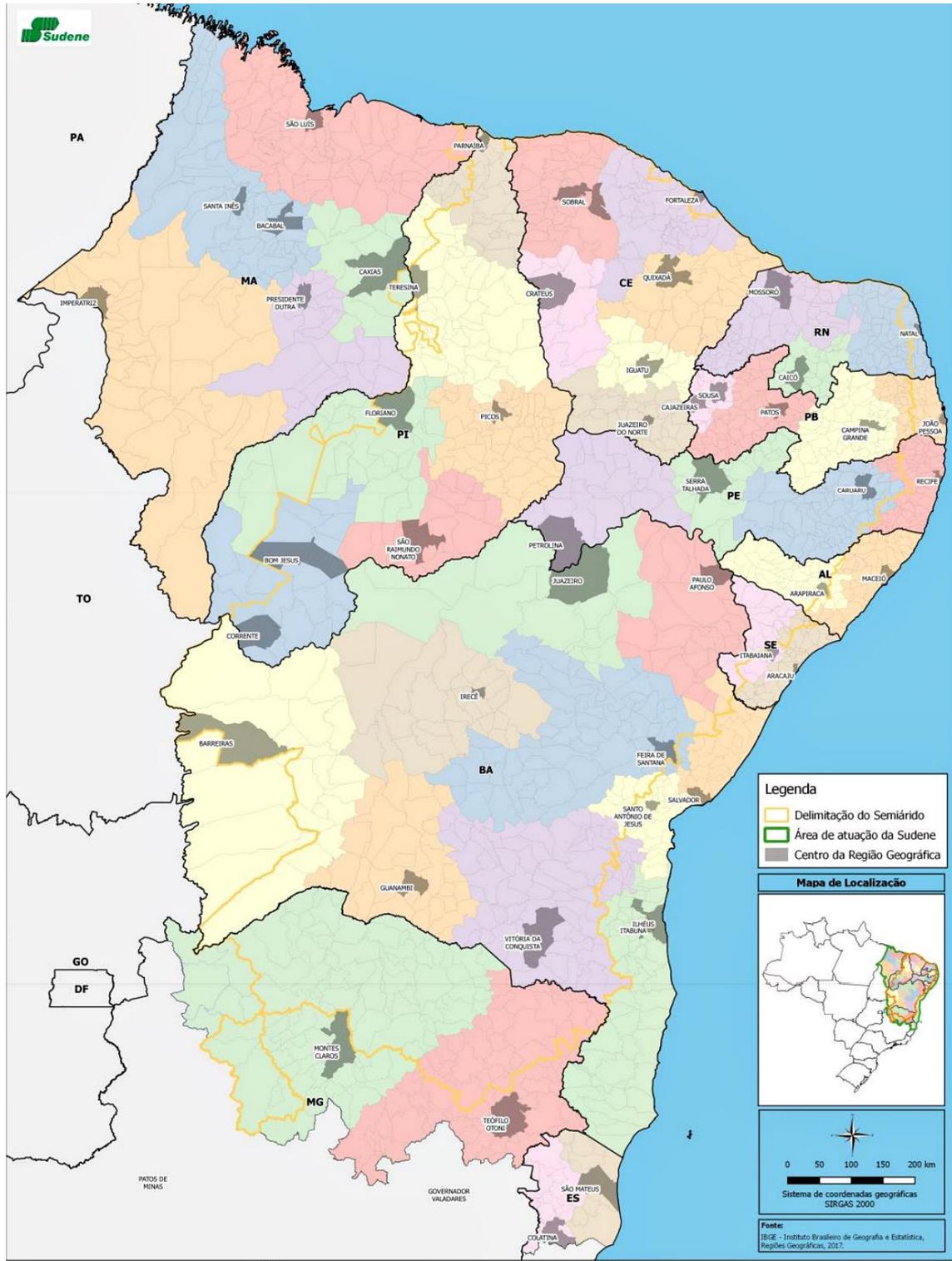
¹⁶ Fonte: <http://www.sudene.gov.br/prdne/documento> (p. 47 - p. 66)

¹⁷ Fonte: <http://www.sudene.gov.br/prdne/documento> (p. 111 - p. 113)

maior número de localidades destacadas. Nas áreas de agreste há centros comerciais importantes, tradicionais nas feiras, no comércio e nos serviços. Estas cidades são próximas de suas capitais. Nos sertões existem Capitais Regionais com níveis escalonados e articulados de forma variada, contudo, algumas cidades já são consolidadas como: Juazeiro, Petrolina, Crato, Juazeiro do Norte, Mossoró, Sobral e Vitória da Conquista (SUDENE, 2019).

A figura 22 mostra o mapa de atuação da SUDENE. São 1.990 municípios nos estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo. São mais de 1,78 milhão de quilômetros quadrados sob atuação. A população inserida nesta área é de aproximadamente 60 milhões de brasileiros. O PIB total em 2016 era de 953 bilhões de reais (SUDENE, 2019).

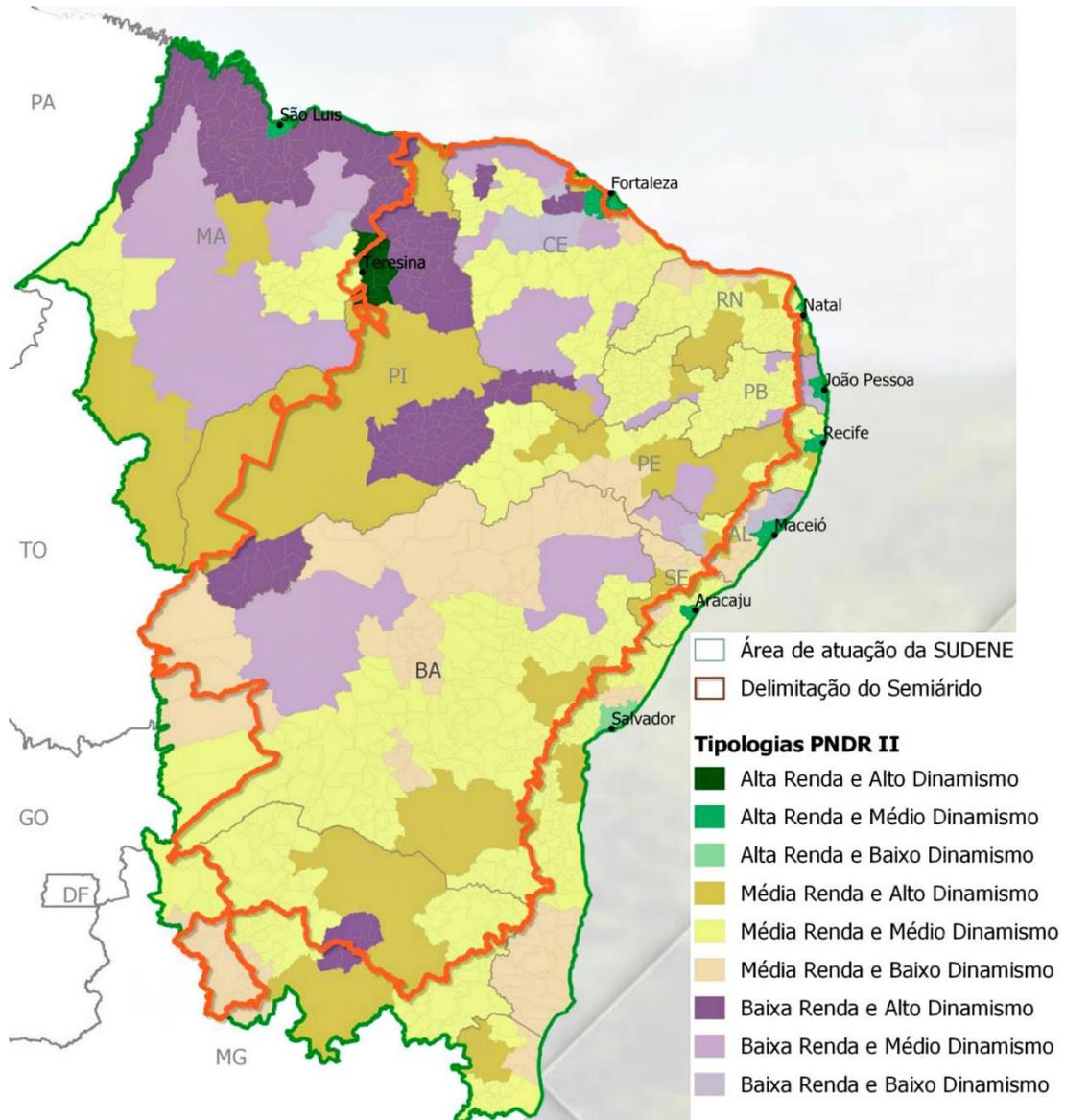
Figura 22 - Mapa de atuação da SUDENE subdividida em regiões¹⁸



Fonte: SUDENE (2019).

¹⁸ O critério adotado para a divisão das sub-regiões em questão foi o novo estudo do IBGE, Regiões Geográficas (2017). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/

Figura 23 - Tipologia regional do PNDR (2018)



Fonte: PNDR (2018).

Por sua vez, na figura 23, o PNDR (Plano Nacional de Desenvolvimento Regional) apresenta uma tipologia das microrregiões de sua área de atuação. A classificação está apoiada na renda (alta, média e baixa) e no dinamismo econômico e populacional (alto, médio e baixo). As leituras sugerem que as variáveis aferidas na classificação estejam associadas ao PIB per capita, o volume dos salários, emprego, o dinamismo dos mercados e a produtividade.

Sendo assim, a figura 23 mostra que as Regiões Metropolitanas do Nordeste ainda concentram maior dinamismo e renda quando comparadas com o interior – desigualdade intra-regional. As microrregiões das cidades selecionadas estão situadas em classificações intermediárias (média renda, médio dinamismo). Tal condição requer a concretização das

diretrizes dos planos e, principalmente, a transferência efetiva de renda. Desse modo, as cidades médias do interior se apresentam mais atrativas em relação aos investimentos públicos e privados.

Esta seção encerra este capítulo da tese, o qual esboçou os principais conteúdos narrativos da trajetória histórica das cidades selecionadas, articulando elementos entre as escalas municipal, regional e nacional. Ficou evidente a importância dos investimentos externos (Governo Federal), e como o dinamismo econômico brasileiro está suscetível ao cenário político e internacional.

Também são notáveis as disparidades regionais do Brasil, fato construído conforme os interesses do capital no decorrer da história. Embora algumas tentativas visassem minimizar as diferenças entre as regiões do país, as desigualdades permanecem atuantes no território.

O próximo capítulo reúne dados secundários das cidades selecionadas em série histórica. Em sua maioria a periodização se inicia no Censo de 1991 e se encerra em 2020. O banco de dados é um instrumento necessário para situar os fenômenos mais recentes em números, sendo um importante elemento nas discussões junto a literatura.

3 AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DO NORDESTE E SEUS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS



Xilogravura - J. Borges¹⁹ (2021).

¹⁹ Fonte: <https://medium.com/revista-blocks/a-literatura-de-cordel-como-tradi%C3%A7%C3%A3o-transformadora-345fc7a5a5bd>

Neste capítulo será apresentada a atualização da rede urbana do Nordeste, através do novo estudo do REGIC (Região de Influência das Cidades) de 2018. Como foi mencionado na introdução, as cidades selecionadas assumem posições de Capitais Regionais em suas respectivas áreas de influência – fato que as legitimam como centros intermediários no território. Além desta contribuição, o banco de dados a ser apresentado acompanha análises socioeconômicas em série histórica. Os números relativos ao PIB, PIB per capita, população e indicadores de desigualdade, captam os diferentes momentos do cenário nacional expostos no capítulo anterior.

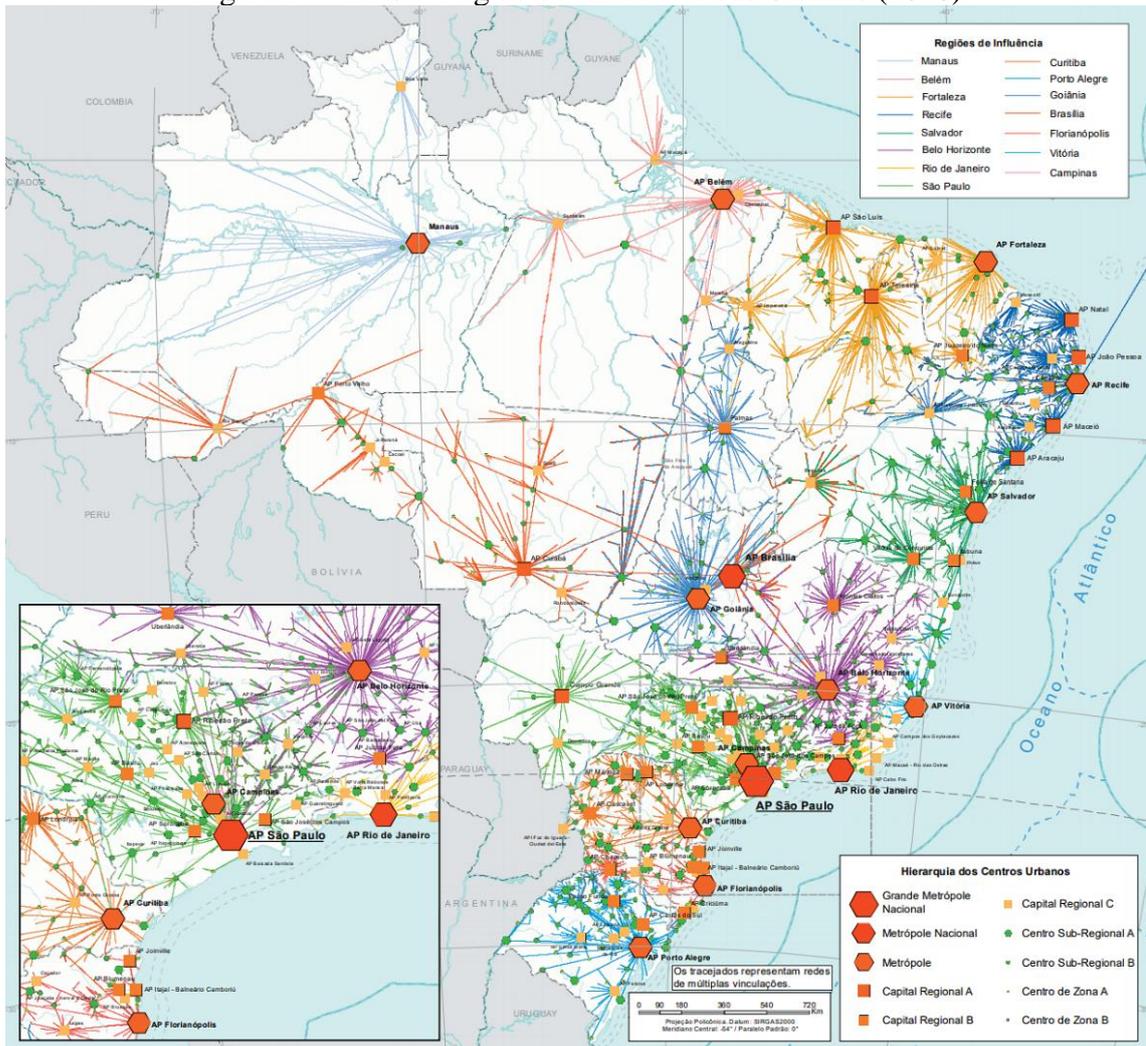
3.1 REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) 2018

O estudo do IBGE, denominado REGIC, é o mais apropriado para situar a posição geográfica das cidades selecionadas, enquanto Capitais Regionais que exercem influência em seus respectivos entornos. O trabalho do IBGE alcança sua quinta edição, recentemente divulgada. Outras versões anteriores à de 2018 foram as edições de 1972, 1987, 1993 e 2007. O REGIC “constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do país, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas” (IBGE, 2018, p. 9).

Dentre as suas principais aplicabilidades, pode-se destacar a criação de critérios de fomento para investimentos, instalação de filiais de empresas, unidades administrativas de Órgãos públicos, entre outros. Tal conjunto faz parte das dinâmicas apresentadas nesta tese, bem como a importância de estabelecer a classificação das cidades selecionadas como um componente ao tema “cidades médias”.

Os dados primários do REGIC foram levantados através da aplicação de questionários pela Rede de Agências do IBGE. O conteúdo aborda o deslocamento da população em busca de bens e serviços. A edição de 2018 também aprimorou a metodologia e os dados dos estudos anteriores.

Figura 24 - Brasil: Região de Influência das Cidades (2018)



Fonte: IBGE, REGIC (2018).

Como mostra a figura 24, a rede urbana brasileira possui uma distribuição desigual no território. As maiores centralidades estão no eixo Sul-Sudeste, porém, na região Nordeste também há centralidades importantes. A classificação das cidades é a mesma em relação ao estudo anterior (IBGE, 2007), as mudanças foram na quantidade de casos encontrados em cada estrato. O quadro 7 mostra as definições na rede urbana brasileira e o quantitativo de cidades estabelecido por categoria.

Quadro 7 - Brasil: Síntese da classificação das cidades no REGIC (2018)

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE CIDADES	DEFINIÇÃO
METRÓPOLES	15	Os principais centros urbanos do Brasil, sendo São Paulo a “Grande Metrópole Nacional”; Rio de Janeiro e Brasília como Metrópoles Nacionais; e as outras doze cidades sendo Metrópoles Regionais.
CAPITAIS REGIONAIS	97	Fazem ligações diretamente com as Metrópoles. Estão subdivididas em três níveis: A - 09 cidades que possuem de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes; B - 24 cidades com média de 530 mil habitantes; C - 64 cidades com média de 300 mil habitantes.
CENTROS SUB-REGIONAIS	352	Possuem atividades menos complexas e exercem menos influência do que as Capitais Regionais. Também são subdivididas, porém, em apenas dois níveis: A - 96 cidades com média de 120 mil habitantes; B - 256 cidades com média de 70 mil habitantes.
CENTROS DE ZONA	398	São as cidades com os menores níveis de atividades de gestão. O grupo é subdividido em dois níveis: A - 147 cidades com cerca de 40 mil habitantes; B - 251 cidades com média inferior a 25 mil habitantes.
CENTROS LOCAIS	4.037	Exercem influência restrita aos seus próprios limites municipais.

Fonte: IBGE, REGIC (2018).

A partir do quadro 7 pode-se constatar que, em relação à edição anterior (2007), a quantidade de Metrópoles aumentou. As cidades de Florianópolis, Campinas e Vitória passaram a fazer parte deste 1º nível. O número de Capitais Regionais passou de 70 para os atuais 97 – havendo variações dentro do próprio nível, conforme a promoção ou rebaixamento das cidades entre os subníveis A, B e C.

Os centros Sub-regionais também ganharam mais integrantes, eram 164 em 2007 e passaram a ser 352 em 2018. Já a quantidade de casos classificados como Centros de Zona diminuiu, sendo 556 em 2007 e 398 em 2018. O mesmo ocorreu com os Centros locais (4.473 em 2007 e 4.037 em 2018). Este panorama mostra o dinamismo entre as duas publicações, onde parte das cidades passou a ganhar maior notoriedade em suas centralidades, subindo de nível.

Tabela 10 - Brasil: Número casos por Região conforme a classificação do REGIC (2018)

REGIÃO	METRÓPOLES	%	CAPITAIS REGIONAIS	%	CENTROS SUB-REGIONAIS	%	CENTROS DE ZONA	%	CENTROS LOCAIS	%
SUDESTE	05	34%	38	39%	120	35%	107	27%	1.074	27%
SUL	03	20%	21	22%	83	23%	90	22%	819	20%
NORDESTE	03	20%	21	22%	88	25%	135	34%	1.436	36%
CENTRO-OESTE	02	13%	6	6%	34	10%	45	11%	335	8%
NORTE	02	13%	11	11%	27	7%	21	6%	373	9%
BRASIL	15	100%	97	100%	352	100%	398	100%	4.037	100%

Fonte: IBGE, REGIC (2018).

Conforme a tabela 10, a maior parte das Metrôpoles, Capitais Regionais e Centros Sub-regionais estão na região Sudeste. Os Centros de Zona e os Centros Locais estão mais presentes na região Nordeste.

Essa concentração ocorre tendo em vista que a região Sudeste sedia grande parte das funções de gestão do país, bem como porção substancial da renda nacional. Essa renda, estando distribuída em diversas cidades presentes na região Sudeste, propicia a existência de mercados de nível intermediário para atender ao grande número de consumidores com renda mais elevada. Já os Centros de Zona e Centros Locais são mais numerosos na região Nordeste, evidenciando a preponderância das relações de proximidade na organização da rede urbana dessa região. A média da renda gerada [no Nordeste] tem níveis inferiores às da região Sul e Sudeste e a viabilidade de manutenção de mercados intermediários é reduzida, devido ao menor poder de compra dos consumidores [nordestinos] (IBGE, 2018, p. 13).

A rede urbana do Nordeste é liderada por três Metrôpoles de 1º nível (Salvador, Recife e Fortaleza). É dessas três Metrôpoles que partem as inter-relações de influência nas demais categorias de cidades. A tabela 11 mostra uma síntese sociodemográfica das redes urbanas de Salvador, Recife e Fortaleza.

Tabela 11 - Nordeste: Dimensão das Redes de 1º Nível

DIMENSÃO	REDE DE SALVADOR	REDE DO RECIFE	REDE DE FORTALEZA
POPULAÇÃO (2018)	14,4 MILHÕES	23,6 MILHÕES	20,1 MILHÕES
ÁREA (KM ²)	479 MIL	345 MIL	764 MIL
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	30,2 HAB/KM ²	68,4 HAB/KM ²	26,3 HAB/KM ²
PIB TOTAL (R\$)	253,8 BILHÕES	384,8 BILHÕES	272,7 BILHÕES
PIB DA METRÓPOLE / REGIÃO	45,2%	26,2%	29,9%
PIB PER CAPITA (R\$)	17,5 MIL	16,3 MIL	13,5 MIL
CAPITAIS REGIONAIS	06	10	05
CENTROS SUB-REGIONAIS	24	36	34
CENTROS DE ZONA	39	45	58
OUTRAS CIDADES	402	720	630

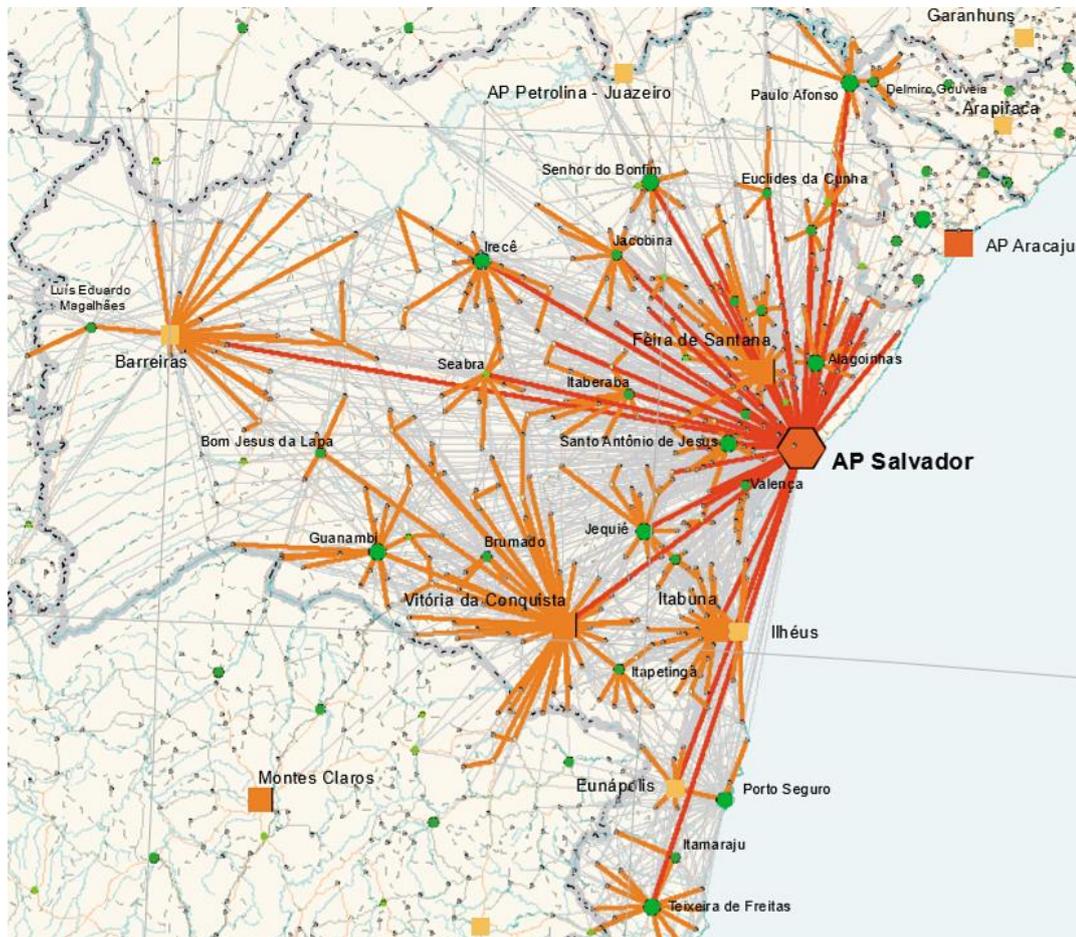
Fonte: IBGE, REGIC (2018).

Como mostra a tabela 11, a rede urbana do Recife é a mais populosa e a mais densa. Em relação ao PIB total, a rede urbana da MetrÓpole pernambucana também apresentou o valor mais elevado (384,8 bilhões de reais). Salvador tem maior concentração do PIB em relação a sua rede, mais de 45% do valor estava dentro da MetrÓpole baiana. A rede urbana da MetrÓpole cearense, Fortaleza, se destaca na área de influência – são 764 mil quilômetros quadrados.

Rede urbana de Salvador

A rede soteropolitana não alcança todo o estado baiano, embora a MetrÓpole tenha relações com todos os municípios da Bahia (sobretudo no que diz respeito a gestão pública). Parte do norte do estado está sob a influência do Recife. Dentre as três MetrÓpoles nordestinas, a rede de Salvador é a que concentra menor população; maior razão do PIB MetrÓpole/região; e maior PIB per capita, como mostrou a tabela 11. Fazem parte da rede urbana de Salvador, as *Capitais Regionais B*: Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna; e as *Capitais Regionais C*: Ilhéus e Barreiras – dispostas na figura 25.

Figura 25 - Nordeste: Região de Influência de Salvador (2018)

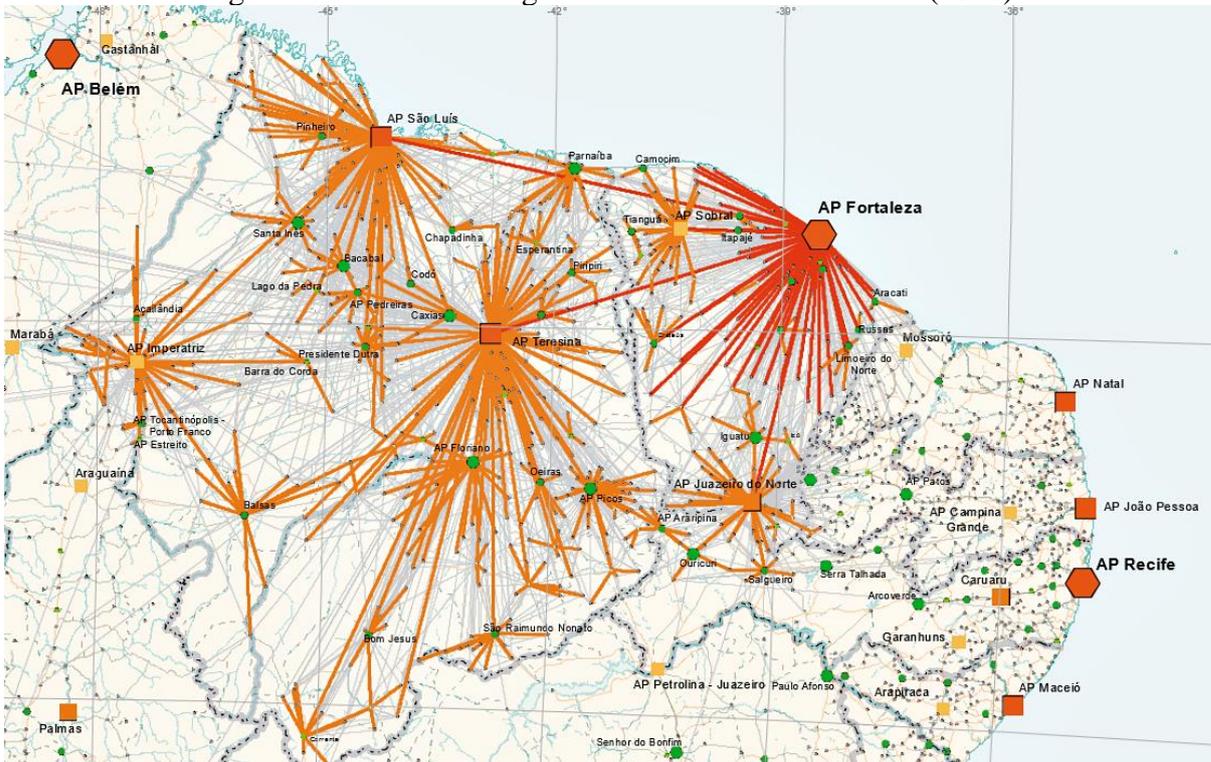


Fonte: IBGE, REGIC (2018).

Rede urbana de Fortaleza

Fortaleza exerce maior influência nos estados ao norte da região Nordeste: Ceará, Piauí e Maranhão. Fazem parte de sua área, as *Capitais Regionais A*: AP São Luís e AP Teresina; a *Capital Regional B*: AP Crato-Juazeiro do Norte; e as *Capitais Regionais C*: AP Imperatriz e AP Sobral. A rede de Fortaleza tem a maior área; o menor PIB per capita; e a menor densidade demográfica – dentre as Metrôpoles nordestinas. A figura 27 mostra o alcance da rede fortalezense.

Figura 27 - Nordeste: Região de Influência de Fortaleza (2018)



Fonte: IBGE, REGIC (2018).

As cidades selecionadas para esta tese estão classificadas como *Capitais Regionais B e C*. Tal condição é decorrente de suas posições de importância, através das inter-relações com os seus respectivos entornos, e pelo volume populacional. O quadro 8 atualiza a classificação de cada cidade no comparativo entre as edições do REGIC de 2007 e 2018.

Quadro 8 - Nordeste: Classificação das Capitais Regionais selecionadas (REGIC 2007; 2018)

CIDADE E UF	2018	2007	ARRANJO POPULACIONAL (AP)
FEIRA DE SANTANA (BA)	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL B	NÃO
CARUARU (PE)	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	NÃO
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL B	NÃO
CRATO (CE) - JUAZEIRO DO NORTE (CE)	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	SIM
ITABUNA (BA)	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL B	NÃO
CAMPINA GRANDE (PB)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL B	SIM
JUAZEIRO (BA) - PETROLINA (PE)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	SIM
MOSSORÓ (RN)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	NÃO
IMPERATRIZ (MA)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	SIM
ARAPIRACA (AL)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	NÃO
SOBRAL (CE)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	SIM
ILHÉUS (BA)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL B	NÃO
BARREIRAS (BA)	CAPITAL REGIONAL C	CAPITAL REGIONAL C	NÃO

Fonte: IBGE, REGIC (2018).

Como aponta o quadro 8, algumas mudanças ocorreram entre os estudos de 2007 e 2008 nas Capitais Regionais selecionadas. A cidade de Caruaru subiu de nível, passando da categoria C para B. O mesmo ocorreu com o AP Crato-Juazeiro do Norte.

Por outro lado, Campina Grande era categorizada como Capital Regional B em 2007, porém, no estudo mais recente foi classificada como C. Tal mudança de patamar não necessariamente expressa perda de importância, e sim a redução de relações com outros municípios. O crescimento de Patos (PB) e da própria capital do estado, João Pessoa, pode ter influenciado nessa nova conjuntura campinense.

As cidades do Sul da Bahia também passaram por mudanças na nova edição, Ilhéus e Itabuna formavam uma única rede urbana. Contudo, após as mudanças metodológicas (e com os estudos inéditos de apoio, como o conceito de AP) o eixo Ilhéus-Itabuna foi dissociado. Sendo assim, Ilhéus passa a ser uma Capital Regional C, e Itabuna é uma Capital Regional B.

3.2 COMPILAÇÃO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS RECENTES DAS CIDADES SELECIONADAS

Na construção do banco de dados secundários foram reunidos os números relativos ao quantitativo populacional (1991-2020); o grau de urbanização (1991-2010); o total de domicílios ocupados (1991-2010); a longevidade da população; a taxa de mortalidade infantil; a taxa de fecundidade; indicadores de desigualdade (IDH, Índice de Gini); incidência de pobreza; entre outros.

As fontes são provenientes de Instituições oficiais brasileiras, que aferem com qualidade os números do país através de pesquisas por amostra e recenseamento. Todos os dados foram organizados em planilha eletrônica e analisados conforme a literatura que norteia os respectivos temas apresentados.

Tabela 12 - Nordeste: População total das cidades selecionadas (1991; 2000; 2010 e 2020)

CIDADE E UF	1991	2000	2010	2020	TAXA ANUAL DE	TAXA ANUAL DE	TAXA ANUAL DE	TAXA ANUAL DE
					CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO	CRESCIMENTO
					1991-2000	2000-2010	2010-2020	1991-2020
FEIRA DE SANTANA (BA)	406.447	480.949	556.642	619.609	1,9%	1,5%	1,1%	1,5%
CAMPINA GRANDE (PB)	326.307	355.331	385.213	411.807	0,9%	0,8%	0,7%	0,8%
CARUARU (PE)	213.697	253.634	314.912	365.278	1,9%	2,2%	1,5%	1,9%
PETROLINA (PE)	175.406	218.538	293.962	354.317	2,5%	3,0%	1,9%	2,4%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	225.091	262.494	306.866	341.128	1,7%	1,6%	1,1%	1,4%
MOSSORÓ (RN)	192.267	213.841	259.815	300.618	1,2%	2,0%	1,5%	1,5%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	173.566	212.133	249.939	276.264	2,2%	1,6%	1,0%	1,6%
IMPERATRIZ (MA)	276.502	230.566	247.505	259.337	-2,0%	0,7%	0,5%	-0,2%
ARAPIRACA (AL)	164.921	186.466	214.006	233.047	1,4%	1,4%	0,9%	1,2%
JUAZEIRO (BA)	128.767	174.567	197.965	218.162	3,4%	1,3%	1,0%	1,8%
ITABUNA (BA)	185.277	196.674	204.710	213.685	0,7%	0,4%	0,4%	0,5%
SOBRAL (CE)	127.489	155.276	188.233	210.711	2,2%	1,9%	1,1%	1,7%
ILHÉUS (BA)	223.750	222.127	184.236	159.923	-0,1%	-1,8%	-1,4%	-1,1%
BARREIRAS (BA)	92.640	131.849	137.427	156.975	4,0%	0,4%	1,3%	1,8%
CRATO (CE)	90.519	104.646	121.428	133.031	1,6%	1,5%	0,9%	1,3%
BRASIL	146,7 MILHÕES	169,7 MILHÕES	190,7 MILHÕES	211,7 MILHÕES	1,6%	1,1%	1,0%	1,3%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Os dados da tabela 12 mostram que entre 1991 e 2020 a taxa geométrica de crescimento da população brasileira foi de 1,3% ao ano. As cidades selecionadas apresentaram taxas anuais de crescimento distintas no comparativo com o cenário nacional. Como destaque de crescimento anual entre 1991-2020 estão: Petrolina (2,4%), Caruaru (1,9%), Juazeiro (1,8%) e Barreiras (1,8%). As cidades de Arapiraca (1,2%) e Crato (1,3%) estiveram próximas da taxa anual de aumento populacional do Brasil (1,3%).

Por outro lado, Ilhéus apresentou sucessivas reduções de sua população. Entre 1991-2020 o município ilheense perdeu, em média, -1,1% de sua população ao ano. Este município do Sul da Bahia tem uma formação antiga, como já apresentada no capítulo histórico, e se consolidou como um importante centro exportador de cacau no século XX. Todavia, os ilheenses tiveram sua economia afetada pela *vassoura-de-bruxa*²¹ no final dos anos 1980.

Detectada na Bahia na década de 1980, [a *vassoura-de-bruxa*] disseminou-se rapidamente e fez o Brasil sair da posição de 3º maior produtor de cacau [no Mundo] para a de importador (MEINHARDT et al, 2008). A produção caiu de 387.662 toneladas, em 1986/1987, para 96.038 toneladas em 1999/2000, causando uma perda estimada em 200 mil postos de trabalho ligados à colheita de cacau (FIORAVANTI; VELHO, 2011, p. 261).

Em situação antagônica estão as cidades de Petrolina, Juazeiro e Barreiras. Consideradas como importantes polos agrícolas para o Brasil, essas Capitais Regionais passaram por um processo intenso de atração populacional, estimulado pela implantação dos perímetros irrigados (Vale do São Francisco) e pela cultura de grãos (Oeste Baiano). No bipolo Juazeiro-Petrolina a oferta de empregos nos diversos setores da economia promoveu grande crescimento demográfico.

1º) a evolução demográfica [de Juazeiro e Petrolina] era melhor explicada pelo fluxo migratório à região, mais motivada pela procura de emprego, do que pelo crescimento vegetativo da população; 2º) apesar da agricultura irrigada constituir a atividade motriz da região, os setores industrial e de serviços foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego (cerca de 16% e 9% ao ano, respectivamente, ao longo da década de 1980), o que sugere que, além de motriz, ela [a agricultura irrigada] tem sido uma atividade chave na dinâmica do crescimento econômico regional (SILVA; REZENDE; SILVA, 2000, p. 50).

²¹ Doença destrutiva do cacaueiro. Os sintomas são o definhamento e a má-formação dos frutos. Sua ocorrência foi constatada em todos os países das Américas que são produtores de cacau. No Brasil está mais presente na Bahia, no Amazonas e no Pará. Fonte: https://www.agrolink.com.br/problemas/vassoura-de-bruxa_1625.html

Tabela 13 - Nordeste: Taxas de urbanização das cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010
ITABUNA (BA)	96,1%	97,6%	97,5%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	95,0%	95,3%	96,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	95,1%	95,1%	95,3%
IMPERATRIZ (MA)	93,3%	94,8%	94,8%
FEIRA DE SANTANA (BA)	86,0%	89,7%	91,7%
MOSSORÓ (RN)	92,2%	93,1%	91,3%
BARREIRAS (BA)	83,7%	89,0%	90,0%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	84,8%	86,6%	89,5%
CARUARU (PE)	85,5%	85,9%	88,8%
SOBRAL (CE)	81,3%	86,3%	88,3%
ARAPIRACA (AL)	78,7%	81,6%	84,8%
ILHÉUS (BA)	65,3%	73,8%	84,3%
CRATO (CE)	77,6%	80,2%	83,1%
JUAZEIRO (BA)	79,4%	76,3%	81,2%
PETROLINA (PE)	76,5%	76,1%	74,6%
BRASIL	74,0%	81,0%	84,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

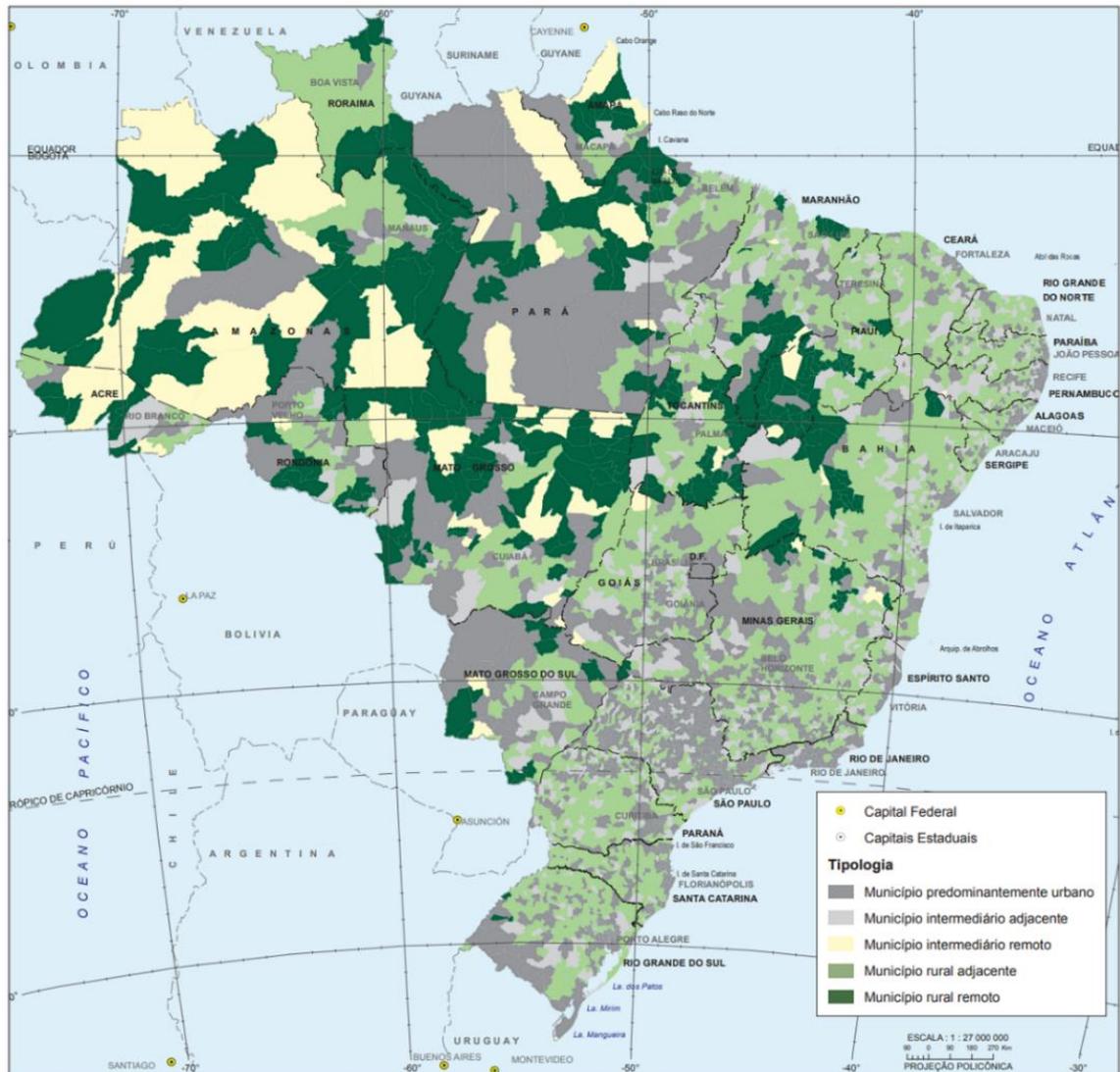
Conforme a tabela 13, a taxa de urbanização das cidades selecionadas acompanhou a tendência nacional, exceto a de Petrolina, cujo grau de urbanização vem caindo desde o Censo 1991. A matriz econômica deste município (fruticultura irrigada) possibilitou fixar muitos residentes na zona rural, no entorno de perímetros irrigados.

Na tabela 13 a cidade de Itabuna foi a que apresentou maior percentual de habitantes em zona urbana. Em 2010 o grau de urbanização itabunense era superior a 97%. Em Petrolina este índice foi de 74,6%. No Brasil havia 84% de brasileiros residindo nas cidades.

Na figura 28, todos os municípios selecionados estão na condição “predominantemente urbano”. No Nordeste, os municípios classificados com aspectos mais rurais estão presentes na região do MATOPIBA²², no sul dos estados do Piauí e do Maranhão, além do Oeste Baiano.

²² MATOPIBA: região considerada como uma promissora fronteira agrícola nacional. Abriga o bioma Cerrado, sendo responsável por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. A sigla é um acrônimo dos estados envolvidos: Maranhão; Tocantins; Piauí; e Bahia.
Fonte: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>

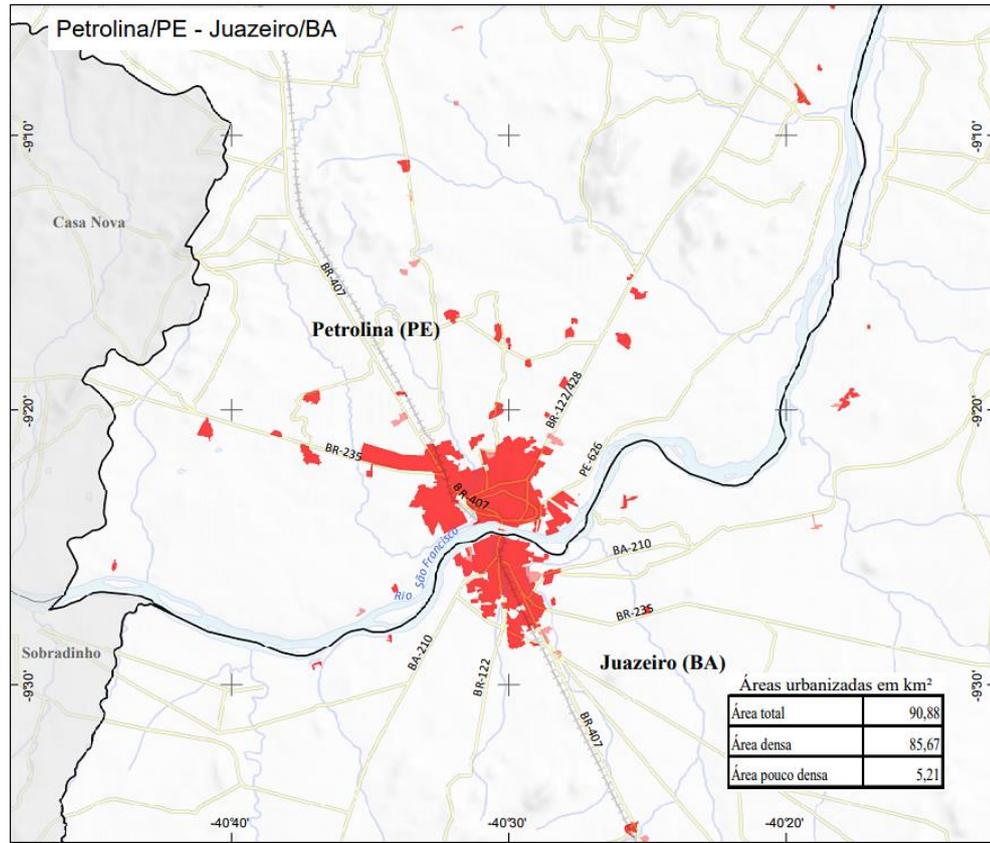
Figura 28 - Brasil: Tipologia municipal rural-urbano



Fonte: IBGE (2017).

O debate sobre a classificação do que seria urbano e rural no Brasil divide especialistas. O estudo das Áreas Urbanizadas do Brasil (IBGE, 2015) consiste num esforço em delimitar a zona urbana das cidades, a partir das imagens de satélite *RapidEye* e de critérios técnicos. “Para a identificação das áreas urbanizadas foram considerados aspectos morfológicos das imagens de satélite. As texturas investigadas consideraram a proximidade entre as residências e edificações, bem como os padrões de arruamento que caracterizam o modo de vida urbano” (IBGE, 2015, p. 12).

Figura 29 - Nordeste: Área urbanizada de Juazeiro e Petrolina em destaque



Fonte: IBGE (2015).

Na figura 29 está o conjunto formado por Juazeiro e Petrolina, o qual teria uma área urbana total de 91 km² – conforme o IBGE. Outro estudo com o mesmo tema foi realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2015, disponibilizando a dimensão das áreas urbanas municipais.

Os dados da EMBRAPA destoam daqueles fornecidos pelo IBGE (a soma das áreas urbanas de Juazeiro e Petrolina chegaria a 123 km² por exemplo). Tal diferença decorre da metodologia adotada, ainda assim os setores censitários do IBGE foram considerados pela EMBRAPA.

A base dos setores censitários foi integrada a um Sistema de Informação Geográfica por meio do software *ArcGIS 10.3*. Os setores censitários classificados como rural foram filtrados e removidos do conjunto. Os demais setores censitários, classificados como urbanos, representados por diversos polígonos em cada um dos municípios do Brasil, foram confrontados com imagens de satélite recentes e de alta resolução espacial, disponibilizadas por meio do *map service World Imagery* na plataforma *ArcGIS Desktop 10.3* (EMBRAPA, 2015, p. 2).

O cruzamento dos dados resultou em polígonos que estavam em acordo com os setores urbanos, porém, também ocorreram algumas limitações metodológicas. “Em grande parte das demarcações dos setores urbanos, existiam áreas extensas não urbanizadas, com a presença de agricultura, matas nativas, pastagens e outras formas de ocupação não coerentes com sua respectiva classificação” (EMBRAPA, 2015, p. 2). Tal margem de erro foi justificada no estudo como decorrência das definições urbanas pelas prefeituras municipais de cada caso. Em muitas cidades o IBGE considerou a legislação local para classificar os setores em urbanos e rurais.

Tabela 14 - Nordeste: Área urbana e Extensão territorial das cidades selecionadas (em km²)

CIDADE E UF	ÁREA URBANA	TERRITÓRIO MUNICIPAL	OCUPAÇÃO URBANA/ TERRITÓRIO
	2015	2020	
FEIRA DE SANTANA (BA)	161	1.304	12,3%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	132	3.254	4,0%
CARUARU (PE)	80	923	8,7%
CAMPINA GRANDE (PB)	79	591	13,4%
MOSSORÓ (RN)	74	2.099	3,5%
PETROLINA (PE)	73	4.561	1,6%
IMPERATRIZ (MA)	68	1.369	4,9%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	62	258	24,0%
ARAPIRACA (AL)	59	345	17,1%
JUAZEIRO (BA)	51	6.721	0,7%
BARREIRAS (BA)	50	8.051	0,6%
CRATO (CE)	37	1.138	3,2%
SOBRAL (CE)	35	2.068	1,7%
ITABUNA (BA)	32	401	8,0%
ILHÉUS (BA)	26	1.588	1,6%

Fonte: EMBRAPA (2015); IBGE (2020).

A ocupação territorial nas cidades selecionadas, de modo geral, foi caracterizada por pequenas áreas urbanizadas em vastos territórios. Na tabela 14 alguns municípios como Itabuna, Arapiraca e Juazeiro do Norte possuem uma extensão territorial inferior a 500 quilômetros quadrados. Estas cidades têm uma economia mais voltada para o setor terciário. Por outro lado, Barreiras, Juazeiro e Petrolina são municípios de grandes dimensões e em suas dependências há importantes atividades agrícolas, como a fruticultura irrigada, a cultura de grãos para exportação e a pecuária.

O percentual de ocupação urbana em relação ao território municipal foi mais expressivo em Juazeiro do Norte, onde 24% da área municipal estava preenchida pelo tecido urbano, dentro dos critérios estabelecidos pela EMBRAPA. As cidades de Arapiraca, Campina Grande e Feira de Santana também tiveram um percentual de ocupação urbana acima de 10%, como mostrou a tabela 14. Na outra extremidade estão Barreiras e Juazeiro com menos de 1% de ocupação urbana em seus respectivos municípios.

Tabela 15 - Nordeste: Quantidade de domicílios ocupados nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (1991-2010)
FEIRA DE SANTANA (BA)	87.051	119.123	162.748	3,3%
CAMPINA GRANDE (PB)	73.138	89.822	111.814	2,2%
CARUARU (PE)	51.286	68.171	96.310	3,4%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	47.392	63.557	86.426	3,2%
PETROLINA (PE)	35.567	50.596	80.351	4,4%
MOSSORÓ (RN)	41.199	52.043	73.350	3,0%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	37.055	50.021	69.144	3,3%
IMPERATRIZ (MA)	56.081	54.357	68.537	1,1%
ITABUNA (BA)	41.125	51.074	63.045	2,3%
ARAPIRACA (AL)	34.740	43.818	58.277	2,8%
ILHÉUS (BA)	45.828	54.084	56.028	1,1%
JUAZEIRO (BA)	26.690	42.310	55.005	3,9%
SOBRAL (CE)	26.014	35.396	50.445	3,5%
BARREIRAS (BA)	18.161	31.464	38.553	4,0%
CRATO (CE)	19.085	24.711	33.965	3,0%
BRASIL	35.435.820	44.795.101	57.428.017	2,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

De acordo com a tabela 15, acompanhando a dinâmica populacional, as cidades com maior aumento no número de domicílios também foram Petrolina, Barreiras e Juazeiro. Nessas três Capitais Regionais a variação entre os Censos de 1991 e 2010 no número domicílios, teve uma taxa anual de crescimento em 4,4%; 4,0% e 3,9%, respectivamente. Enquanto no Brasil o aumento foi de 2,6% ao ano, entre 1991-2010.

As menores taxas anuais de crescimento, neste mesmo período, foram as de Imperatriz e Ilhéus, ambas com 1,1% e abaixo da média nacional. Em Imperatriz há redução no total de domicílios entre 1991 e 2000 – consequência da emancipação de outros municípios que pertenciam a Capital Regional maranhense.

Tabela 16 - Nordeste: Esperança de vida ao nascer nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010
SOBRAL (CE)	60,6	68,3	74,9
CRATO (CE)	61,8	67,8	74,3
FEIRA DE SANTANA (BA)	61,2	67,9	74,2
CAMPINA GRANDE (PB)	60,1	68,0	73,7
MOSSORÓ (RN)	63,9	69,3	73,6
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	61,8	67,8	73,6
ILHÉUS (BA)	64,6	67,4	73,5
BARREIRAS (BA)	60,6	67,3	73,4
ITABUNA (BA)	61,4	68,9	73,4
IMPERATRIZ (MA)	60,6	67,7	73,2
CARUARU (PE)	65,3	67,3	72,9
PETROLINA (PE)	65,6	70,3	72,9
JUAZEIRO (BA)	58,3	65,0	72,8
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	58,3	65,7	72,3
ARAPIRACA (AL)	56,5	64,0	71,8
BRASIL	64,7	68,6	73,9

Fonte: PNUD (2013).

A esperança de vida ao nascer dos residentes é outro indicador que também acompanha a tendência nacional de crescimento. No Censo 1991, apenas Petrolina (65,6) e Caruaru (65,3) havia superado a média nacional (64,7). No Censo 2000 a média nacional (68,6) foi superada por Mossoró (69,3), Itabuna (68,9) e Petrolina (70,3). Em 2010 as cidades de Sobral (74,9), Crato (74,3) e Feira de Santana (74,2) foram as que tiveram longevidade acima da média brasileira (73,9).

Este dado é visto como um “indicador sintético da qualidade de saúde e de vida de países e regiões. Por não ser influenciada pelos efeitos da estrutura etária, é uma ferramenta útil no monitoramento da tendência da mortalidade e para examinar os diferenciais entre regiões” (BELON; BARROS, 2011, p. 877).

Conforme Belon e Barros (2011) um conjunto de variáveis como educação, renda, acesso aos serviços de saúde, investimentos no saneamento básico, entre outros, promovem um aumento na esperança de vida e reduz as taxas de mortalidade da população (BELON; BARROS, 2011, p. 877).

De acordo com esta literatura, os investimentos sociais foram relevantes para reduzir as desigualdades regionais que este indicador apresentou. A diferença entre Arapiraca, que ocupa a última posição da tabela 16, e a média nacional vem diminuindo.

Tabela 17 - Nordeste: Taxa de fecundidade nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	3,8	2,6	2,2
CRATO (CE)	3,7	2,7	2,2
PETROLINA (PE)	2,9	2,7	2,2
BARREIRAS (BA)	3,1	2,7	2,1
JUAZEIRO (BA)	2,9	2,5	2,1
ARAPIRACA (AL)	3,4	3,3	2,0
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	3,2	2,1	2,0
CARUARU (PE)	3,1	2,2	1,9
FEIRA DE SANTANA (BA)	2,9	2,2	1,9
IMPERATRIZ (MA)	3,2	2,7	1,9
MOSSORÓ (RN)	2,9	2,2	1,9
ITABUNA (BA)	3,0	2,2	1,9
SOBRAL (CE)	4,1	3,2	1,8
CAMPINA GRANDE (PB)	3,1	2,2	1,7
ILHÉUS (BA)	3,7	2,2	1,7
BRASIL	2,9	2,4	1,9

Fonte: PNUD (2013).

A população brasileira vem passando por mudanças em sua estrutura etária, o grau de envelhecimento vem aumentando e a média de filhos por mulher está reduzindo. De acordo com a tabela 17, no Censo 1991 este dado era de 2,9 filhos por mulher e passou para 1,9 filhos por mulher em 2010 (a nível nacional). Na região Nordeste o ritmo de queda é maior do que no Brasil, ainda que a taxa de fecundidade total seja ligeiramente maior atualmente.

Como mostra a tabela 17, todas as Capitais Regionais apresentam redução na média de filhos por mulher. Apenas Sobral, Campina Grande e Ilhéus estavam abaixo da média brasileira em 2010. De acordo com o IBGE, este indicador representa o número médio de filhos que uma mulher tem ao terminar o seu período reprodutivo (15-49 anos). Este tema desencadeia na questão da mortalidade infantil no Brasil.

Tabela 18 - Nordeste: Taxa de mortalidade infantil (a cada mil nascidos vivos) nas cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010	2017
ITABUNA (BA)	61,9‰	29,8‰	18,1‰	19,0‰
ILHÉUS (BA)	48,0‰	34,3‰	18,0‰	18,4‰
JUAZEIRO (BA)	77,1‰	42,1‰	20,1‰	17,7‰
PETROLINA (PE)	42,8‰	35,9‰	18,7‰	15,3‰
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	77,2‰	39,8‰	21,2‰	14,8‰
FEIRA DE SANTANA (BA)	62,9‰	32,8‰	15,6‰	14,7‰
BARREIRAS (BA)	65,8‰	34,7‰	18,1‰	14,6‰
IMPERATRIZ (MA)	67,1‰	33,4‰	19,5‰	13,7‰
CAMPINA GRANDE (PB)	66,3‰	32,6‰	17,3‰	13,5‰
MOSSORÓ (RN)	50,9‰	34,5‰	17,9‰	12,7‰
CARUARU (PE)	48,3‰	47,6‰	18,9‰	11,9‰
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	61,4‰	40,9‰	18,1‰	11,6‰
ARAPIRACA (AL)	80,9‰	47,4‰	22,0‰	10,6‰
CRATO (CE)	61,4‰	40,6‰	16,5‰	9,8‰
SOBRAL (CE)	66,8‰	39,1‰	13,6‰	7,9‰
BRASIL	44,7‰	30,6‰	16,7‰	12,8‰

Fonte: PNUD (2013).

Após a Carta de 1988 as políticas públicas contribuíram para importantes avanços sociais. Dentre elas, a queda nas taxas de mortalidade infantil. Como mostra a tabela 18, o Brasil saiu de 45 mortes a cada mil nascidos vivos em 1991, para 13 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

As cidades selecionadas também registraram queda nas taxas, em 1991 a cidade de Arapiraca chegou a registrar 80,9‰ – muito acima da média brasileira. No Censo mais recente, em 2010, as cidades baianas de Itabuna (19,0‰), Ilhéus (18,4‰) e Juazeiro (17,7‰) passaram a liderar a tabela 18.

A maior parte dos óbitos na infância concentra-se no primeiro ano de vida, sobretudo no primeiro mês. Há uma elevada participação das causas perinatais como a prematuridade, o que evidencia a importância dos fatores ligados à gestação, ao parto e ao pós-parto, em geral preveníveis por meio de assistência à saúde de qualidade (FRANÇA et al, 2014, p. 47).

As condições de acesso à saúde são fundamentais para o desenvolvimento da gestação e a vida das crianças. Em 1990 eram 191 mil óbitos de crianças com até cinco anos de idade no Brasil. Esse número cai para 51 mil óbitos em 2015 (FRANÇA et al, 2014, p. 50). As causas das mortes são preveníveis, “os óbitos por doenças transmissíveis, afecções maternas, neonatais e nutricionais ainda se constituíam como as principais causas em 2015” (FRANÇA et al, 2014, p. 56). A região Nordeste concentrava as taxas de óbitos mais elevadas, contudo, essa também foi a região que apresentou maior queda no comparativo entre 1990 e 2015.

As taxas de mortalidade em alguns estados, como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, encontram-se menos elevadas que o esperado, considerando o grupo de países com condições socioeconômicas semelhantes [países com economia e desenvolvimento emergentes], possivelmente relacionadas à efetividade de intervenções específicas nessas áreas, como a redução das disparidades geográficas, as quais refletem numa queda nas iniquidades socioeconômicas (FRANÇA et al, 2014, p. 56).

Outro aspecto importante são os indicadores de desigualdade, eles possibilitam visualizar cenários comparativos e em série histórica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é aferido com base em três dimensões: esperança de vida, educação e renda. Os resultados evidenciam diferenças regionais na qualidade de vida da população.

De acordo com o PNU²³ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o cálculo considera a longevidade; a média de anos de escolaridade dos adultos; a expectativa de anos de estudo das crianças; e a renda aferida através do RNB (Renda Nacional Bruta) per capita, expressa em dólares pelo PPC (Poder por Paridade de Compra).

Tabela 19 - Nordeste: IDH das cidades selecionadas (1991; 2000 e 2010)

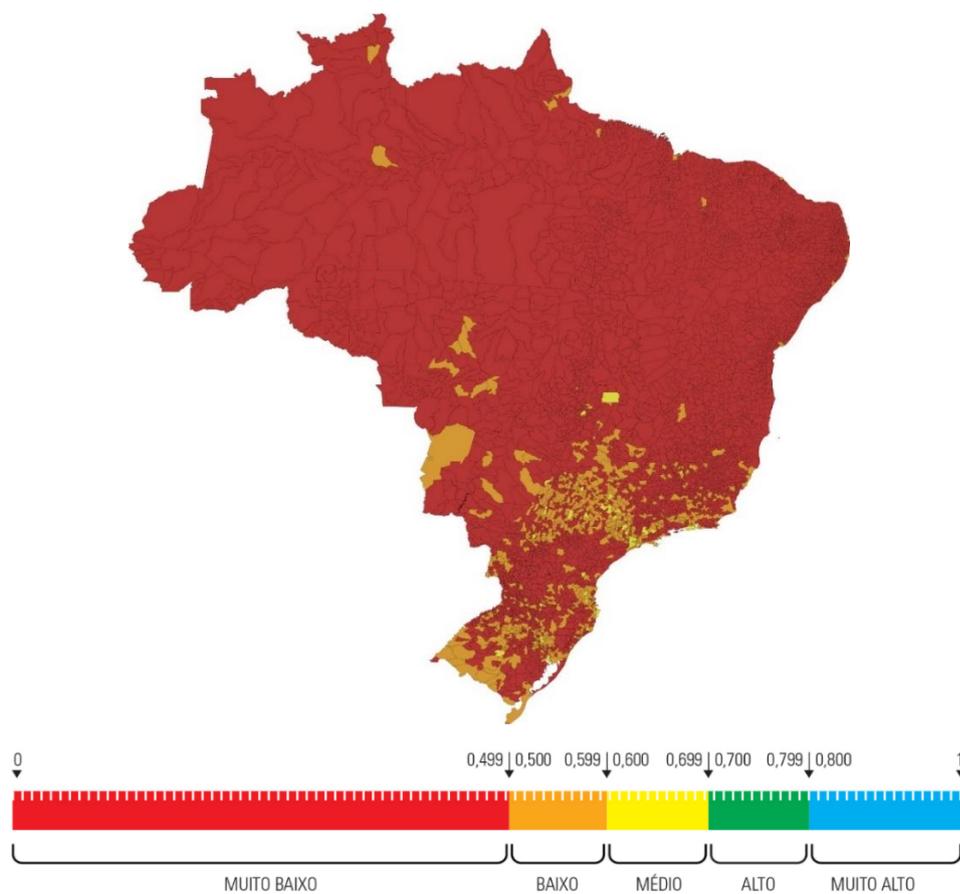
CIDADE E UF	1991	2000	2010	CLASSIFICAÇÃO 2010
IMPERATRIZ (MA)	0,444	0,591	0,731	ALTO
BARREIRAS (BA)	0,408	0,572	0,721	ALTO
CAMPINA GRANDE (PB)	0,476	0,601	0,720	ALTO
MOSSORÓ (RN)	0,470	0,596	0,720	ALTO
SOBRAL (CE)	0,406	0,537	0,714	ALTO
CRATO (CE)	0,444	0,577	0,713	ALTO
FEIRA DE SANTANA (BA)	0,460	0,585	0,712	ALTO
ITABUNA (BA)	0,453	0,581	0,712	ALTO
PETROLINA (PE)	0,471	0,580	0,697	MÉDIO
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	0,419	0,544	0,694	MÉDIO
ILHÉUS (BA)	0,389	0,521	0,690	MÉDIO
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	0,409	0,538	0,678	MÉDIO
JUAZEIRO (BA)	0,396	0,531	0,677	MÉDIO
CARUARU (PE)	0,481	0,558	0,677	MÉDIO
ARAPIRACA (AL)	0,359	0,476	0,649	MÉDIO
NORDESTE	0,397	0,516	0,663	MÉDIO
BRASIL	0,493	0,612	0,727	ALTO

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

No Censo de 1991 o Brasil pontuava um IDH *Muito Baixo* (0,493), apenas algumas “ilhas” com IDH *Médio* estavam situadas no eixo Centro-Sul do país. Todas as Capitais Regionais selecionadas estavam na classificação *Muito Baixo* e com valores inferiores a média nacional.

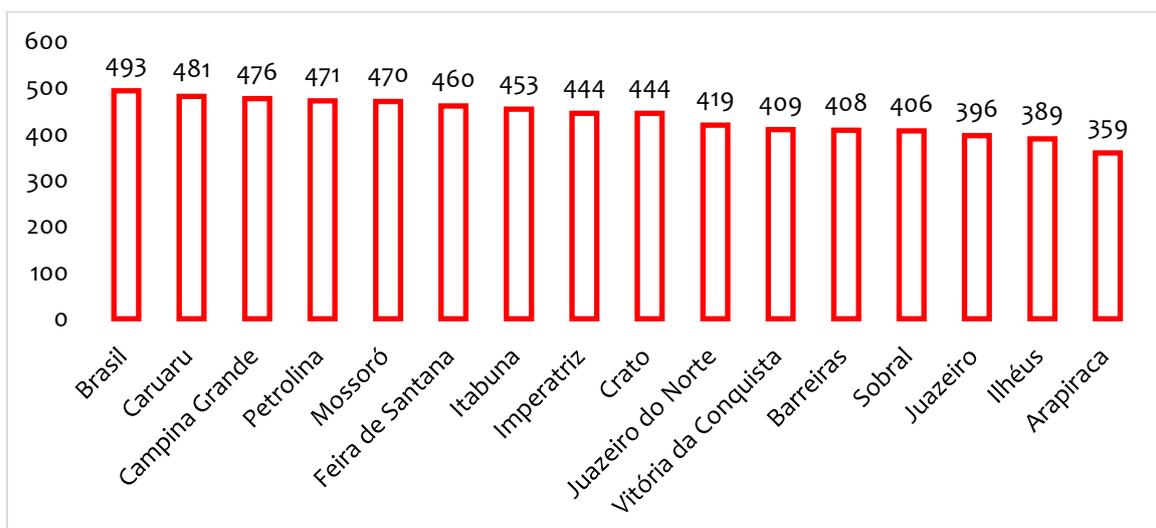
²³ Fonte: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>

Figura 30 - Brasil: IDH dos municípios (1991)



Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 4 - Nordeste: IDH das cidades selecionadas (1991)

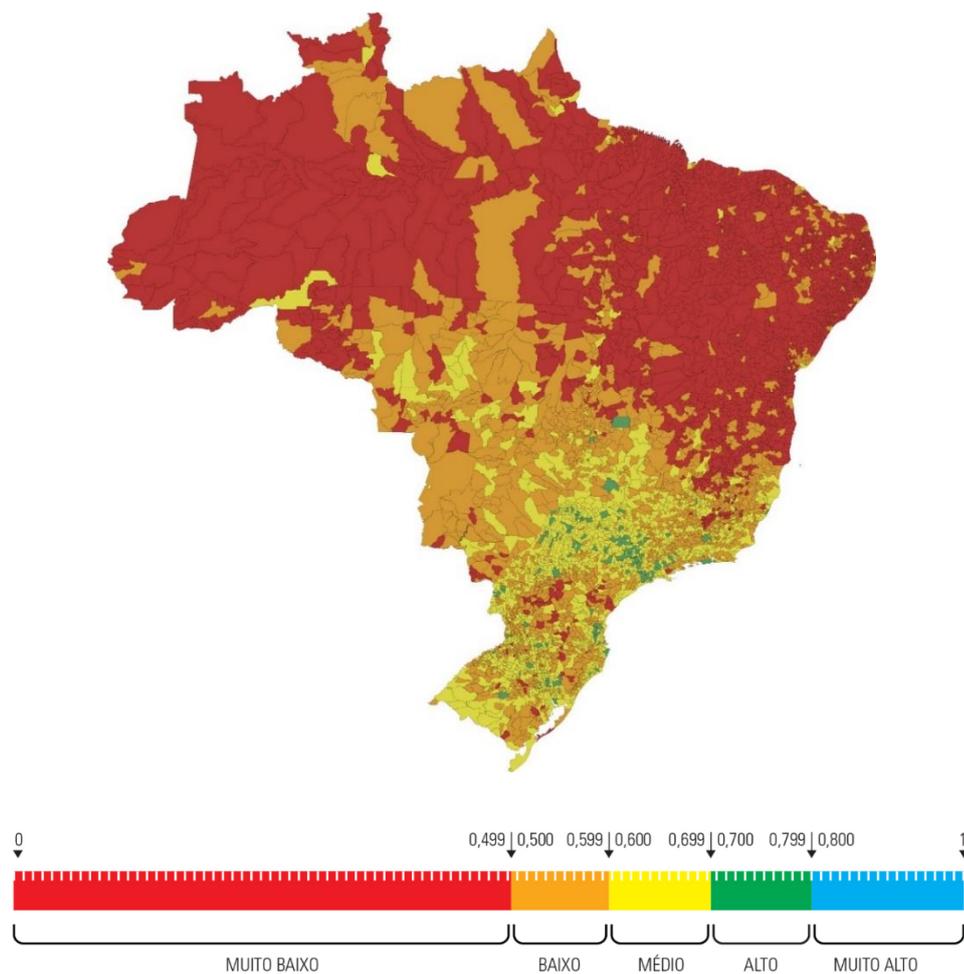


Fonte: PNUD (2013).

A figura 30, complementada pelo gráfico 4, mostra um cenário caótico nas cidades selecionadas. O IDH-1991 foi maior em Caruaru com o valor de 0,481. Em Arapiraca foi registrado o menor, com 0,359. Naquele ano o IDH brasileiro foi de 0,493. Fazendo a desagregação por variável dessas duas cidades, o componente que obteve maior desempenho em Caruaru foi a longevidade (0,672), seguida pela renda (0,589). A educação foi a que teve menor expressão, com 0,281 em 1991. Na cidade de Arapiraca as variáveis de renda e longevidade apresentaram índices similares, com 0,532 e 0,525, respectivamente. Assim como em Caruaru, a educação arapiraquense possuía um valor *Muito Baixo* (0,165) no IDH municipal.

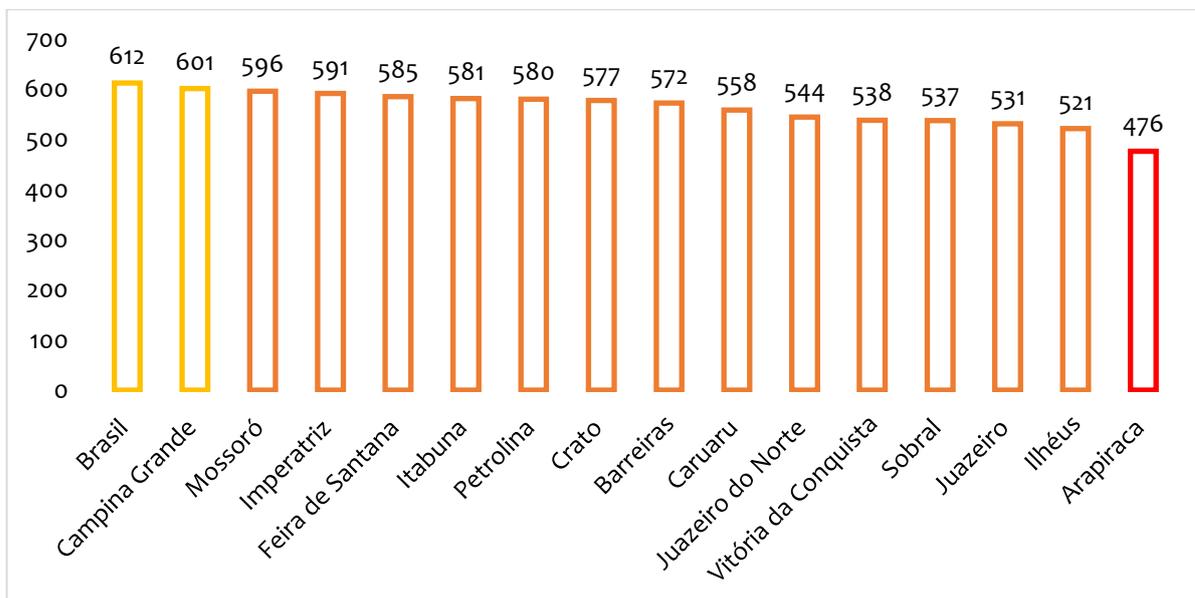
Todos os estados do Nordeste estavam na classificação de IDH *Muito Baixo*. A região pontuou com apenas 0,397 em 1991. O panorama mostra quão problemática era a educação no interior nordestino, com indicadores pífios em suas maiores cidades. Este é o reflexo da falta de investimentos no acesso à educação antes da Constituição de 1988, a qual busca reverter este cenário de grandes taxas de analfabetismo (adulto e infantil), com a tentativa de garantir o serviço básico para os mais desassistidos.

Figura 31 - Brasil: IDH dos municípios (2000)



Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 5 - Nordeste: IDH das cidades selecionadas (2000)



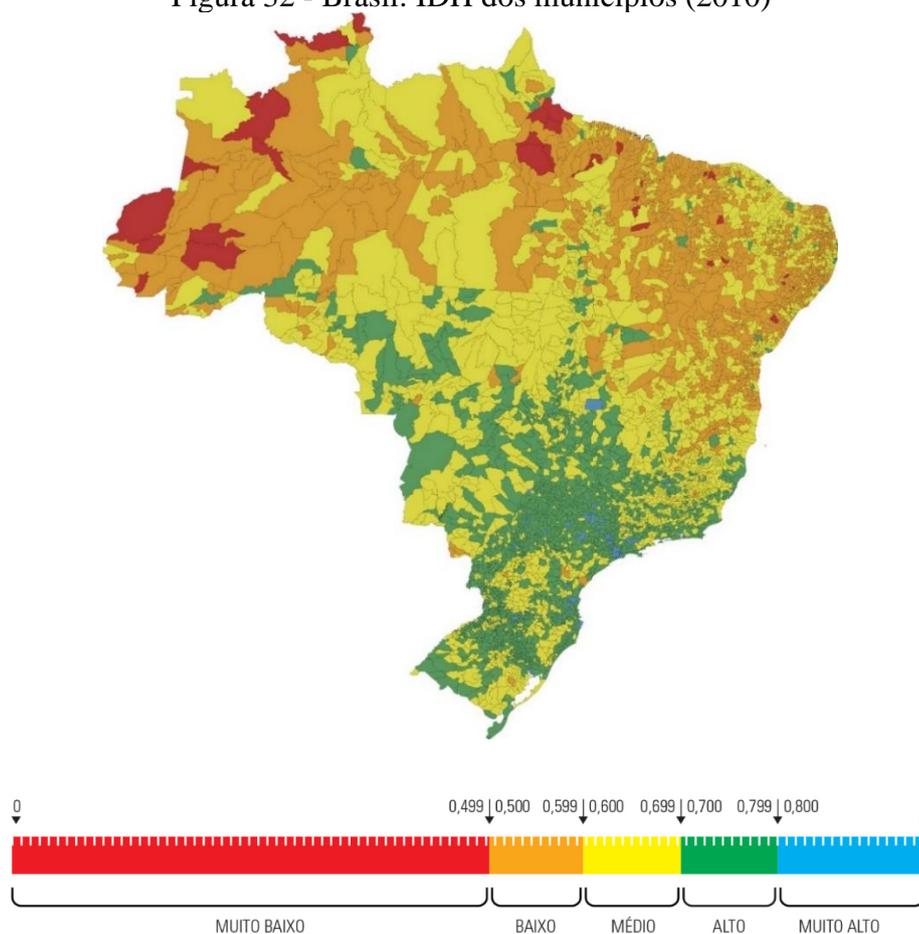
Fonte: PNUD (2013).

De acordo com figura 31 e o gráfico 5, no Censo 2000 o país apresenta melhora na qualidade de vida da população. O Brasil sobe para a classificação de IDH *Médio*, com valor de 0,612. As cidades que mais evoluíram permanecem sendo as do eixo Sul-Sudeste, com avanços também no Centro-Oeste. A região Nordeste aumentou o seu IDH para 0,512 e sua classificação passou de *Muito Baixo* para *Baixo* desenvolvimento humano. Em 2000 apenas três estados do Nordeste continuavam na condição de IDH *Muito Baixo*: Piauí (0,484); Maranhão (0,476); e Alagoas (0,471). Os demais estados nordestinos estavam situados na faixa de *Baixo* IDH.

Dentre as cidades selecionadas apenas Campina Grande atinge uma classificação similar à do Brasil, com um IDH de 0,601. As demais cidades também melhoram seus índices e, conseqüentemente, suas classificações (passando de *Muito Baixo* para *Baixo* desenvolvimento humano). Somente Arapiraca permanece na condição de IDH *Muito Baixo*, embora tenha aumentado seu indicador para 0,476 em 2000. Na desagregação das duas cidades (Campina Grande e Arapiraca) os componentes do IDH apresentaram os seguintes valores em 2000: longevidade (0,717 em Campina Grande; 0,650 em Arapiraca); renda (0,647 em Campina Grande; 0,558 em Arapiraca); educação (0,467 em Campina Grande; 0,297 em Arapiraca).

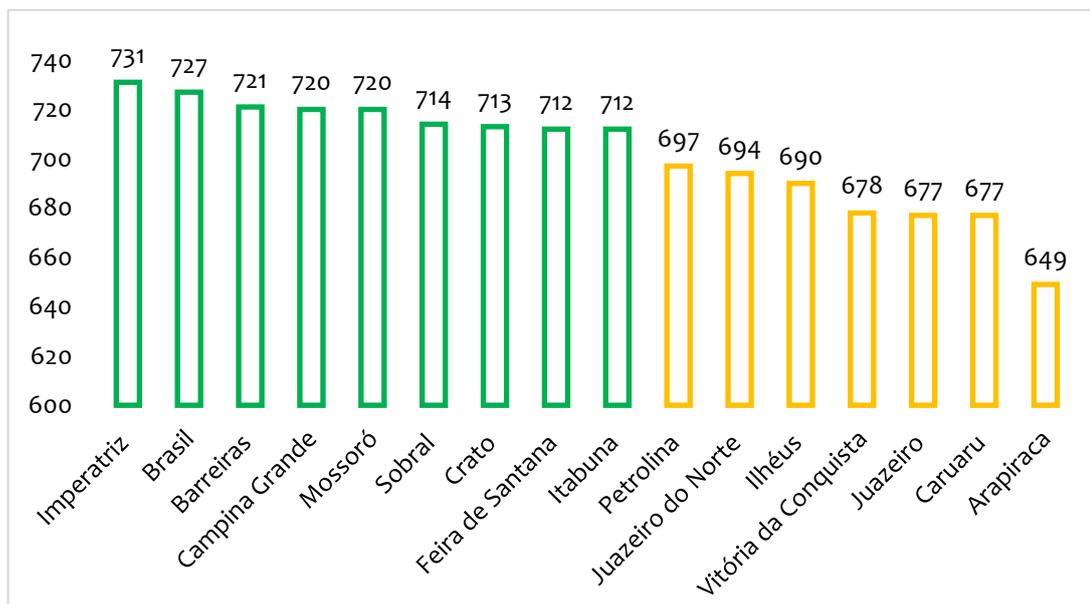
Mesmo com o avanço nos indicadores, as taxas de analfabetismo em Arapiraca permanecem altas em 2000. De acordo com o IBGE, cerca de 30,4% da população arapiraquense acima de 15 anos era analfabeta. É no Governo Lula (2003-2010) que investimentos mais vultuosos são feitos no acesso à educação, fato que influencia nos dados do Censo 2010.

Figura 32 - Brasil: IDH dos municípios (2010)



Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 6 - Nordeste: IDH das cidades selecionadas (2010)



Fonte: PNUD (2013).

O último Censo, em 2010, foi realizado num estágio mais maduro das políticas públicas nacionais, implementadas pelo Governo Federal. A figura 32 e o gráfico 6 mostram que a melhora foi significativa em todas as escalas, o Brasil passou a ter um IDH *Alto* (0,727). A sequência dos mapas mostra que as disparidades regionais estavam sendo reduzidas, embora o eixo Sul-Sudeste ainda permaneça com indicadores melhores. Em 2010 a região Nordeste obteve um IDH de 0,663, classificado como *Médio* desenvolvimento humano.

Dentre as cidades selecionadas, Imperatriz superou a média brasileira atingindo um IDH de 0,731 – *Alto* desenvolvimento humano. Outras sete cidades também atingiram a faixa de IDH *Alto*. As demais possuem um IDH *Médio*, sendo Arapiraca (0,649) a que ainda ocupa a última posição.

Na desagregação dos componentes das duas cidades em destaque, o quadro estava situado da seguinte forma: longevidade (0,803 em Imperatriz; 0,780 em Arapiraca); renda (0,697 em Imperatriz; 0,638 em Arapiraca); educação (0,698 em Imperatriz; 0,549 em Arapiraca). Sendo assim, foi notável o crescimento na esfera educacional arapiraquense. O IDH-educação quase duplicou em Arapiraca, passando de 0,297 em 2000 para 0,549 em 2010.

Outro indicador importante na aferição das desigualdades é o Índice de Gini (ele mede o grau de concentração de determinadas distribuições, sobretudo de renda). A variação numérica vai de 0 (situação de igualdade) até 1 (situação de total desigualdade, onde apenas uma pessoa detém toda a riqueza).

Em linhas gerais, este indicador faz o comparativo entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos de determinada escala, seja um município, estado, região ou país (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

“Podemos conceituar desigualdade social como a existência de relações hierárquicas entre os grupos sociais, sendo estas produzidas pela distribuição diferenciada de recursos socialmente valorados, tais como renda e propriedades” (SCHABBACH, 2014, p. 6). A tabela 20 situa as cidades selecionadas neste indicador.

Tabela 20 - Nordeste: Índice de Gini das cidades selecionadas
(1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010
Itabuna (BA)	0,560	0,610	0,680
Crato (CE)	0,570	0,640	0,640
Ilhéus (BA)	0,580	0,640	0,640
Petrolina (PE)	0,620	0,630	0,630
Imperatriz (MA)	0,560	0,600	0,620
Campina Grande (PB)	0,580	0,620	0,610
Feira de Santana (BA)	0,600	0,610	0,610
Vitória da Conquista (BA)	0,550	0,620	0,600
Barreiras (BA)	0,560	0,620	0,600
Sobral (CE)	0,560	0,620	0,590
Juazeiro do Norte (CE)	0,540	0,600	0,590
Juazeiro (BA)	0,560	0,620	0,570
Mossoró (RN)	0,520	0,570	0,570
Arapiraca (AL)	0,550	0,570	0,550
Caruaru (PE)	0,530	0,570	0,550
BRASIL	0,630	0,640	0,600

Fonte: PNUD (2013).

Na tabela 20, metade das cidades selecionadas apresentaram concentração de renda superior à média nacional (0,600) em 2010. Em 2000, apenas o Crato e Ilhéus estavam com índice de Gini equiparado ao Brasil (0,640) – as demais cidades estavam com concentração de renda abaixo do nível nacional. Em 1991, Petrolina tinha um valor relativamente próximo do Brasil (0,620 e 0,630, respectivamente).

Os números mostram que aumentou o índice de Gini em algumas dessas cidades, a ponto de superarem a média brasileira que vinha caindo ao longo do tempo (1991-2010). No último recenseamento, em 2010, Itabuna foi a cidade com maior concentração de renda (0,680) e Caruaru a menor (0,550).

O número de pobres também foi aferido pelo IBGE nos recenseamentos. A incidência de pobres²⁴ apresentou redução entre 1991-2010. No Brasil este percentual caiu de 38,2% para 15,2% – a maior redução ocorre entre os dois últimos censos (2000-2010). Muito embora, como mostrou o índice de Gini anteriormente, a desigualdade permanece alta.

²⁴ O IBGE definiu como pobres (Censo 2010) as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 140. Em 2010 o valor do salário-mínimo era de R\$ 510. Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio&view=noticia>

Tabela 21 - Nordeste: Incidência de pobreza nas cidades selecionadas em % da população total (1991; 2000 e 2010)

CIDADE E UF	1991	2000	2010
ARAPIRACA (AL)	55,4%	48,6%	26,6%
SOBRAL (CE)	65,7%	49,4%	25,2%
CRATO (CE)	65,8%	48,0%	24,5%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	60,6%	46,9%	23,4%
JUAZEIRO (BA)	59,1%	42,8%	21,5%
ILHÉUS (BA)	66,5%	46,3%	19,6%
PETROLINA (PE)	52,7%	39,0%	19,6%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	51,0%	36,4%	18,0%
ITABUNA (BA)	53,8%	36,2%	17,0%
CAMPINA GRANDE (PB)	49,5%	33,4%	16,3%
CARUARU (PE)	39,8%	28,8%	16,3%
BARREIRAS (BA)	47,6%	33,9%	16,2%
FEIRA DE SANTANA (BA)	46,9%	35,8%	15,8%
IMPERATRIZ (MA)	54,8%	35,7%	14,3%
MOSSORÓ (RN)	52,5%	34,4%	12,8%
BRASIL	38,2%	27,9%	15,2%

Fonte: PNUD (2013).

Em 1991 as cidades selecionadas tinham percentual de pobres elevado em relação ao Brasil, como mostra a tabela 21. Neste recenseamento, Ilhéus é a que apresenta maior proporção de pobreza, com 66,5% de sua população nesta condição. As cidades cearenses do Crato e Sobral também apresentam valores elevados, com 65,8% e 65,7% respectivamente. Caruaru foi a que teve menor percentual, cerca de 39,8% dos residentes estavam em condição de pobreza.

Em 2000 o cenário apresenta melhora nas cidades selecionadas. Ainda assim, Sobral tem quase metade de sua população classificada como pobres (49,4%). Na sequência estão Arapiraca e o Crato com 48,6% e 48%, respectivamente. Em contraponto, Caruaru se mantém como a cidade com menor percentual de pobres (28,8%), ligeiramente acima da média nacional (27,9%).

No Censo 2010 duas cidades ficam abaixo da média do Brasil (15,2%) em relação a incidência de pobreza: Mossoró e Imperatriz atingem 12,8% e 14,3%, respectivamente. Arapiraca (26,6%) e Sobral (25,2%) permanecem na liderança da tabela 21, com um ¼ da população vivendo na pobreza. Em 2010 houve menor incidência comparada aos recenseamentos anteriores.

Estes indicadores são importantes para situar o leitor sobre como essas cidades (e o Brasil) evoluem ao longo do tempo. Tal panorama está condicionado à efetividade das políticas econômicas, a redução das desigualdades, a geração de emprego e renda, e a melhoria no acesso aos serviços de saúde e educação – condicionantes intimamente ligadas ao bem-estar da população.

Alguns desses indicadores a nível municipal são coletados apenas durante os recenseamentos, que costumam ocorrer no intervalo de dez anos. A não realização do Censo em 2020 comprometeu a qualidade de muitos dados, em que pese sua importância para otimizar o planejamento das políticas públicas.

Entre 2010 e 2020 muitos acontecimentos históricos (a crise econômica e política em 2015; a mudança do perfil no Governo Federal com a adoção de políticas neoliberais a partir de 2016; o aumento do desemprego; a crise sanitária da Pandemia da Covid-19 em 2020; e o sucateamento dos serviços públicos) afetam drasticamente o percurso que as cidades selecionadas vinham traçando até então.

O último capítulo reúne alguns dados secundários do IBGE e outras fontes de pesquisa, que possibilitaram atualizar o panorama socioeconômico das cidades selecionadas, enquanto o Censo desta década não é realizado.

4 OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA NAS ESCALAS NACIONAL, REGIONAL E NAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE



O tarô em xilogravuras - Pedro Indio Negro²⁵ (2021).

²⁵ Fonte: <https://www.sobreotatame.com/ilustrador-faz-releitura-de-cartas-de-taro-com-tematica-nordestina/>

Este capítulo se inicia apresentando o cenário geral da crise a partir de 2015, primeiramente em nível nacional. Os dois últimos objetivos específicos da tese (analisar as dinâmicas socioeconômicas de forma comparativa entre as cidades selecionadas; e averiguar como os efeitos da crise de 2015 afetam a evolução dos indicadores econômicos dessas cidades, considerando suas especificidades) integram as principais abordagens desta última etapa do trabalho.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA CRISE DE 2015 NO BRASIL

De acordo com o IBGE, a economia brasileira havia crescido 7,5% em 2010. Nos anos seguintes as taxas de crescimento do PIB foram de 4,0% em 2011; 1,9% em 2012; 3,0% em 2013; e 0,5% em 2014. Este período antecede a retração vivenciada a partir de 2015.

Por dois anos consecutivos a atividade econômica do Brasil obteve resultados negativos (-3,5% em 2015; e -3,5% em 2016). Somente em 2017 os sinais de recuperação indicavam uma tímida reação dos setores produtivos. Entre 2017 e 2019 o PIB cresceu abaixo de 2,0%, como mostra o gráfico 7. O panorama é agravado com a Pandemia da COVID-19, que provocou uma crise sanitária e econômica a nível global. No Brasil o impacto foi de -4,1% no PIB de 2020.

Gráfico 7 - Brasil: Taxas de crescimento do PIB brasileiro em % (2010-2020)



Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Em síntese, alguns fatores contribuíram para estes resultados de retração e o longo tempo de permanência das taxas negativas. Os setores econômicos foram afetados de maneira distinta. A área industrial, por exemplo, teve forte recuo de produção e cortes de empregos. Para compreender melhor este cenário, os tópicos a seguir abordam a economia por setor.

4.1.1 Setor Industrial

Conforme Théry (2018), o Brasil é um país de destaque industrial no cenário global, alguns ramos (automóveis, aeronáutica, aço etc.) contribuíram para tal posição. Empresas como a JBS, a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e a Vale, fazem do Brasil um protagonista industrial no hemisfério Sul. O poder público teve participação nesta conjuntura.

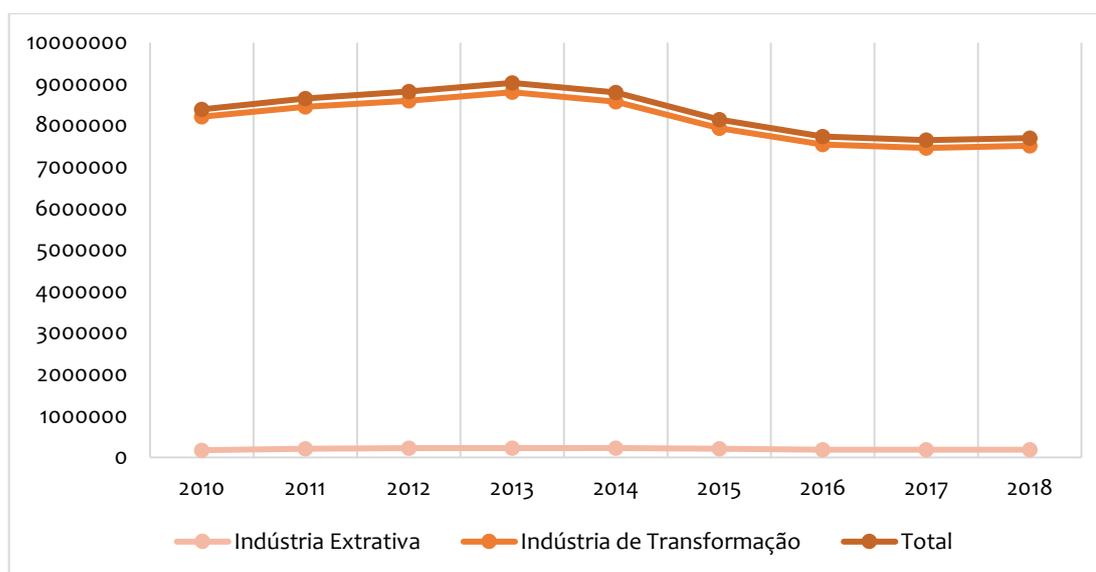
A intervenção do Estado foi, evidentemente, decisiva. No Brasil, como em muitos países em desenvolvimento, a iniciativa pública, direta ou estimuladora, esteve na base do crescimento industrial. No entanto, pouco adiantaria essa ação estatal se outros elementos não tivessem criado na sociedade brasileira as condições de produzir resultados duradouros (...) o boom do café no fim século XIX e início do século XX, teve grande influência ao dinamizar a expansão das redes de transportes, permitir a acumulação de capitais e induzir a imigração de colonos europeus que traziam consigo *savoir-faire* e hábitos de consumo. Entre eles encontravam-se trabalhadores, empresários e clientes de que o Brasil precisava (THÉRY, 2018, p. 190).

A partir de década de 1930, com o declínio da venda do café impulsionado pela Crise de 1929, surgem indústrias básicas – os capitais disponíveis desviaram-se do café e passaram a arriscar-se no setor industrial de bens de consumo (THÉRY, 2018).

O Estado e a intervenção do capital estrangeiro terão papel significativo nas décadas seguintes para o fortalecimento industrial do Brasil. Alguns princípios relacionados ao setor foram aplicados no Plano de Metas (1956-1961), instituído no Governo JK (Juscelino Kubitschek). “O Estado deveria participar no desenvolvimento tendo a indústria como ponta de lança; o planejamento econômico deveria ser o meio para organizar os efeitos da alavancagem; o capital privado seria um indispensável aliado” (THÉRY, 2018, p. 190).

Tais relações entre o Estado e o capital estrangeiro estiveram atuantes no desenvolvimento industrial, o que não impede que as crises do setor ocorram ao longo da história. Na década mais recente (2010-2020) a produção industrial passa por baixas generalizadas, o que contribuiu para a redução de postos de trabalho – tanto na indústria extrativa, como na indústria de transformação. Esta última foi afetada com maior intensidade.

Gráfico 8 - Brasil: Pessoal ocupado na Indústria (2010-2018)



Fonte: IBGE, PIA.

Como mostra o gráfico 8, desde 2013 há uma tendência de queda no número pessoas ocupadas no setor. O cenário se agrava em 2015 com a perda superior a 650 mil postos de trabalho, puxada pela indústria de transformação (-637 mil empregos) no comparativo com o ano anterior (2014). A tabela 22 detalha os números em série histórica.

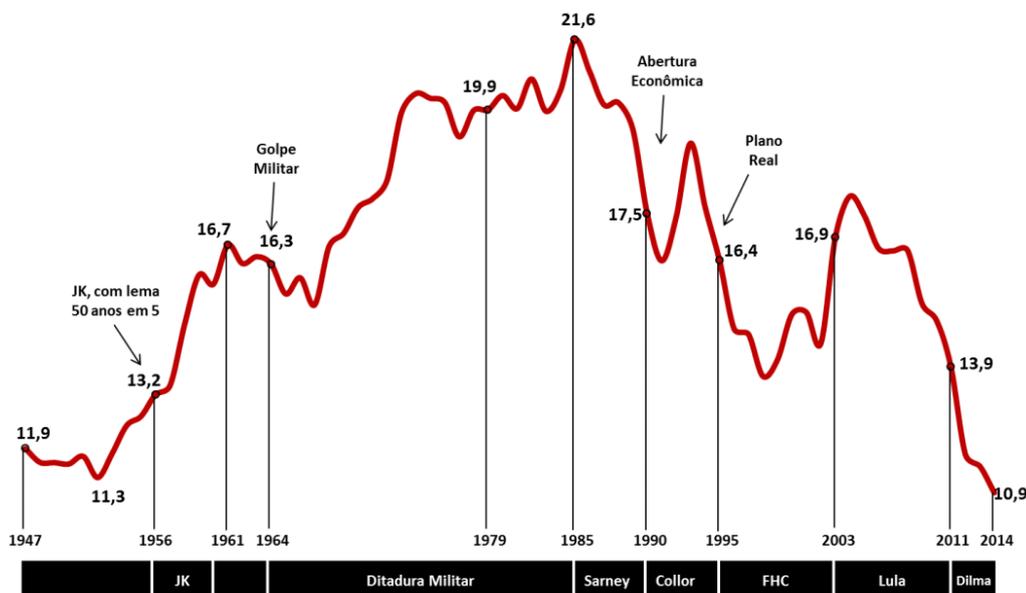
Tabela 22 - Brasil: Pessoal ocupado na Indústria (2010-2018)

ANO	INDÚSTRIA EXTRATIVA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL
2010	175.187	8.211.953	8.387.142
2011	206.230	8.449.716	8.655.946
2012	221.942	8.598.408	8.820.350
2013	225.324	8.803.830	9.029.154
2014	227.409	8.571.786	8.799.195
2015	213.273	7.933.789	8.147.062
2016	189.672	7.545.594	7.735.266
2017	188.342	7.460.267	7.648.609
2018	187.608	7.511.081	7.698.689

Fonte: IBGE, PIA.

De acordo com a tabela 22 e o gráfico 8, o número de pessoas ocupadas no segmento extrativista alcançou o seu maior patamar em 2014 – com mais de 227 mil empregos. Este dado apresenta redução nos anos seguintes, e até 2018 não havia se recuperado em relação a fase “pré-crise”. A indústria de transformação corresponde pela maior parte dos empregos do setor secundário no país, em 2013 eram 8,8 milhões de trabalhadores. Este número cai para 7,5 milhões de postos de trabalho em 2018.

Figura 33 - Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB em % (1947-2014)



Fonte: FIESP-Depecon a partir do IBGE.

Historicamente a indústria de transformação apresenta oscilações conforme os acontecimentos históricos do país, como mostra a figura 33. Após as primeiras iniciativas de industrialização, o Brasil melhora o seu desempenho no setor com o Plano de Metas no Governo JK. Este processo é interrompido com o golpe de 1964. Após alguns anos de instauração do Governo Militar, a participação da indústria de transformação alcança 19,9% do PIB brasileiro em 1979 (fase do II PND).

O ápice ocorre em 1985, naquele ano a fatia correspondente ao setor industrial no PIB era de 21,6%. A partir dos anos 1990, a participação relativa é reduzida em decorrência da ascensão de outros setores da economia e, principalmente, da “desindustrialização” do país.

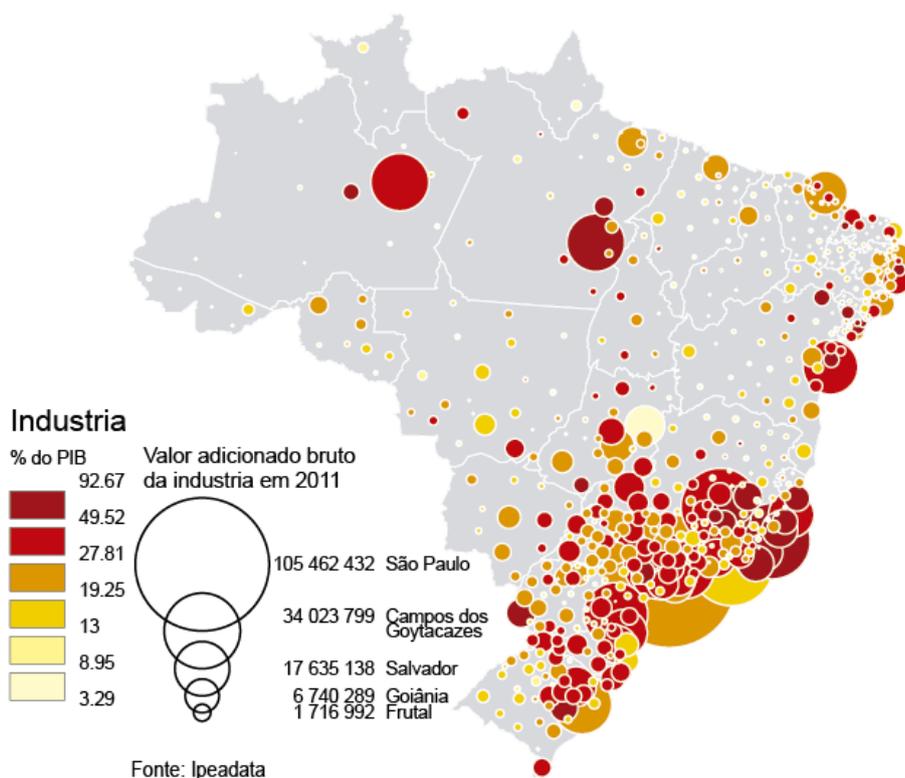
O processo de desindustrialização no Brasil iniciou-se entre as décadas de 1980 e 1990. Neste período, a crise da dívida externa, a desorganização fiscal e a hiperinflação anularam a capacidade financeira do governo, que até então vinha sendo fortemente ativo no processo de industrialização. Além disso, a incapacidade de prever preços e a escassez de crédito de longo prazo, levaram a indústria a interromper os investimentos que haviam sido abundantes no momento anterior [década de 1970] (FIESP, 2015, p. 13).

De acordo com o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPECON) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o processo de desindustrialização se intensifica nos anos 2000. “A sobrevalorização cambial e os fortes estímulos ao consumo não

tiveram a contrapartida de aumento da produção nacional, e com isso a demanda por produtos importados se expandiu” (FIESP, 2015, p. 13). Desse modo, a indústria nacional perdeu competitividade.

Embora seja um fenômeno comum em muitos países, a desindustrialização do Brasil é considerada precoce. “A participação da indústria de transformação no PIB Total brasileiro é atualmente equivalente às parcelas de economias avançadas, mas a renda per capita [brasileira] é muito inferior [em relação aos países desenvolvidos]” (FIESP, 2015, p. 17).

Figura 34 - Brasil: Mapa da participação da Indústria no PIB em % por microrregião



Fonte: Théry (2018) a partir do Ipeadata.

A figura 34 apresenta a relevância da indústria nas microrregiões do Brasil. O Sul e o Sudeste, principalmente, predominam nesse contexto. Algumas áreas industriais proeminentes estão dispostas em outras partes do território, como em Camaçari (BA), Parauapebas (PA) e Manaus (AM). “Cerca de 55% das empresas industriais estão localizadas na região Sudeste, das quais mais de 40% em um único estado: São Paulo” (THÉRY, 2018, p. 195). Os processos de produção foram, historicamente, determinantes na seleção dos locais de instalação de grandes indústrias – “via economia de escala e de aglomeração, bem como disponibilidade de fluxos e infraestruturas, quantitativamente e qualitativamente superiores nas regiões centrais [Sudeste]” (THÉRY, 2018, p. 196).

Tal qual relevante é o processo de desindustrialização, a desconcentração industrial também é inerente à discussão. A atuação do poder central (e local) vem buscando políticas de correção nas desigualdades regionais em relação a alocação desses empreendimentos. Atualmente há outros fatores que estão sendo considerados na distribuição de empresas deste setor, principalmente na evolução tecnológica que pode intervir numa cidade que esteja mal situada do ponto de vista logístico, por exemplo (THÉRY, 2018). No Brasil as interações políticas são uma das mais frequentes causas de reconfiguração no mapa de localização das indústrias. Esses interesses causam rivalidades políticas entre estados e pressionam o poder central na aquisição de unidades industriais (THÉRY, 2018).

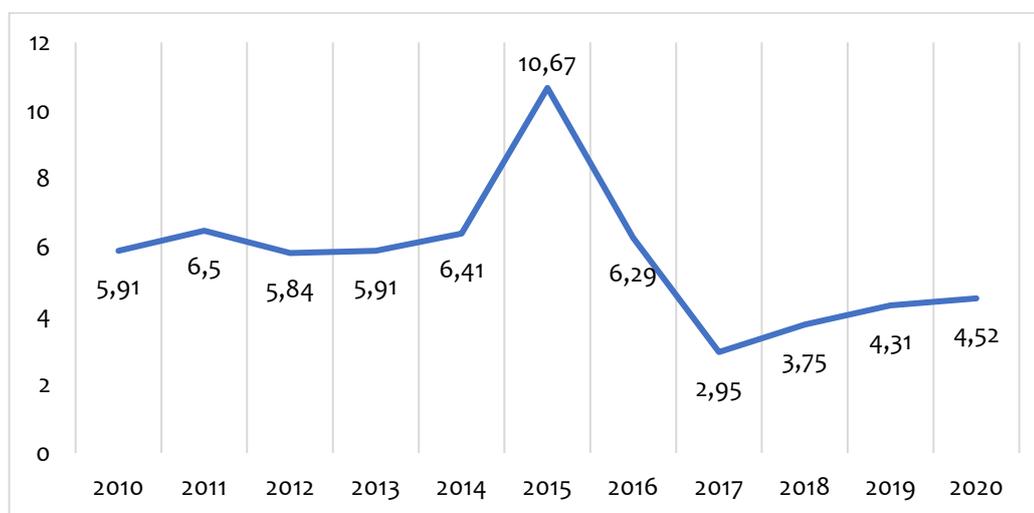
A estrutura da rede urbana e industrial do Sudeste é resultante das ações políticas do Plano de Metas (1950) e dos modelos de desenvolvimento adotados nesse período. Contudo, outras variantes devem ser consideradas atualmente, como a disponibilidade de matéria-prima, energia, mercados específicos, e bens de equipamento, que não necessariamente estariam com a devida disponibilidade no Sul e no Sudeste (THÉRY, 2018).

Ainda assim, na figura 34 nota-se uma concentração que vai do eixo Santos-São Paulo e segue pelas antigas “ferrovias do café” em direção ao interior paulista e ao Paraná. Em Minas Gerais algo similar acontece no eixo Belo Horizonte-Vitória (ES), onde há uma ferrovia tradicional que levava minérios de ferro para o litoral capixaba. Na região Sul, o eixo industrial compreende as metrópoles de Curitiba e Porto Alegre – via litoral catarinense. Nos casos acima a possibilidade de retorno dos investimentos é maior que no restante do país (THÉRY, 2018).

4.1.2 Setor de Serviços

Na crise de 2015 todos os setores voltados para os Serviços tiveram desempenho negativo. Tal cenário é oriundo, inclusive, do aumento do desemprego. A renda das famílias estava sendo corroída pela alta da inflação (10,67% em 2015, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA). Estes fatores associados resultaram na redução do consumo da população.

Gráfico 9 - Brasil: Variação acumulada do IPCA em % (2010-2020)



Fonte: IBGE, IPCA.

O gráfico 9 mostra, em série histórica, os valores acumulados do IPCA²⁶ entre 2010 e 2020. O Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que a meta²⁷ da inflação seja de 4,0%. Entre 2010 e 2016 o IPCA se manteve acima da meta, com ápice em 2015 quando a inflação subiu a níveis superiores aos dois dígitos (10,67%). Em 2015 a taxa Selic²⁸ superou os 14%. O Banco Central (BC) utiliza a Selic como um instrumento de política monetária para controlar a inflação. Por outro lado, o aumento da taxa Selic provoca a alta das taxas de juros de crédito e do cheque especial.

A queda no consumo das famílias, com a alta nos preços dos produtos, teve efeito nos dados do emprego. No setor terciário está a maioria dos empregos do país. Os serviços correspondem com cifras superiores a 70% do PIB nacional (IBGE, 2015).

²⁶ De acordo com o IBGE, o IPCA tem como objetivo aferir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, sendo referência ao consumo pessoal das famílias (IBGE, 2020).

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>

²⁷ Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

²⁸ Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/na-7-alta-seguida-juro-sobe-para-1425-ao-ano-maior-nivel-desde-2006.html>

Tabela 23 - Brasil: Pessoal ocupado nos Serviços (2010-2018)

ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
SERVIÇOS PRESTADOS ÀS FAMÍLIAS	2.170.297	2.424.190	2.596.017	2.664.911	2.860.301	2.867.030	2.815.276	2.779.022	2.866.710
SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	811.253	889.967	941.271	1.030.274	1.064.455	1.041.317	1.006.029	981.890	1.018.655
SERVIÇOS PROFISSIONAIS, ADMINISTRATIVOS E COMPLEMENTARES	4.312.054	4.734.309	4.894.013	5.093.565	5.252.868	5.086.467	4.904.009	4.918.316	5.056.294
TRANSPORTES, SERVIÇOS AUXILIARES AOS TRANSPORTES E CORREIO	2.201.556	2.337.812	2.453.853	2.579.337	2.684.597	2.601.039	2.521.644	2.512.353	2.457.644
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	136.631	166.098	175.185	187.540	202.746	215.734	225.258	237.419	255.737
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO	368.331	391.492	413.109	437.412	446.085	427.582	416.545	413.606	419.437
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	440.260	463.684	469.019	477.064	479.694	460.948	471.518	468.232	489.165
TOTAL	10.440.382	11.407.552	11.942.467	12.470.103	12.990.746	12.700.117	12.360.279	12.310.838	12.563.642

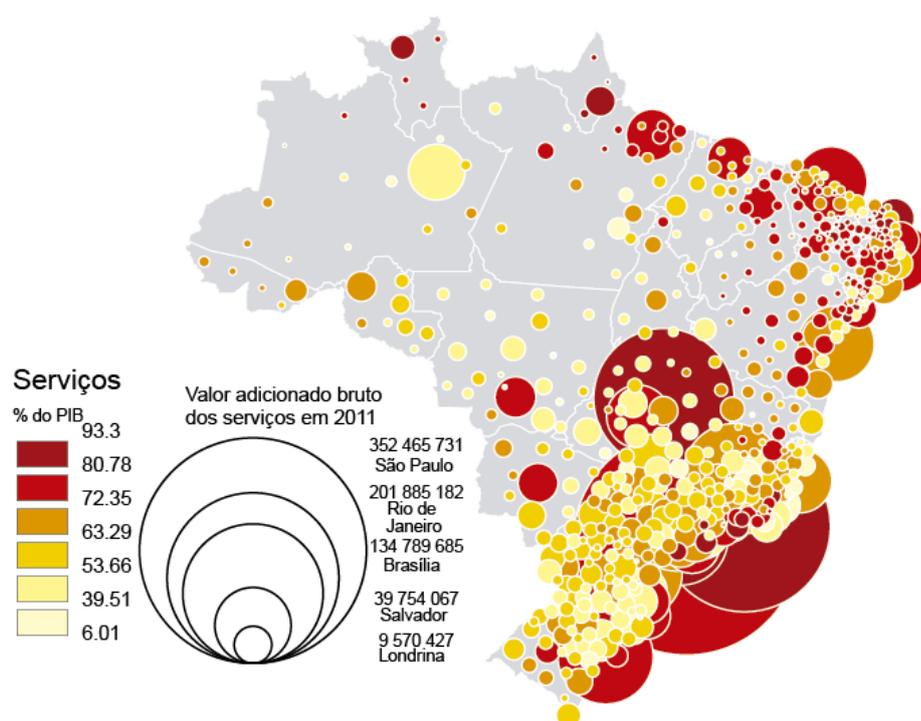
Fonte: IBGE, PAS.

Os dados do IBGE/PAS (Pesquisa Anual de Serviços) na tabela 23 mostram que, entre 2010 e 2014, havia um aumento constante de pessoas ocupadas no setor de serviços (passando 10,44 milhões em 2010, para 12,99 milhões em 2014).

Em 2015 essa sequência é interrompida com as perdas nos postos de trabalho (cerca de -290 mil empregos). Somente em 2018 há um aumento (252 mil novos postos ocupados), ainda assim não foi o suficiente para retornar ao patamar pré-2015. Em diferentes intensidades todas as atividades elencadas na tabela 23 foram afetadas, o que denota uma crise generalizada no setor.

As empresas do setor terciário estão localizadas em maior escala na região Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na administração pública o destaque é Brasília. Os serviços foram fundamentais na consolidação dessas três Metrôpoles no primeiro nível da hierarquia urbana brasileira (THÉRY, 2018).

Figura 35 - Brasil: Mapa da participação dos Serviços no PIB em % por microrregião



Fonte: Théry (2018) a partir do Ipeadata.

Na figura 35 o peso do Sul-Sudeste nos serviços do país é visível e marcadamente superior às demais regiões. Como já mencionado anteriormente, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (por ser a capital federal e abrigar números consideráveis da administração pública)

são os destaques nacionais. Fora deste eixo, as capitais do Sul (Porto Alegre e Curitiba) se sobressaem na figura 35. Nos casos citados, a fatia do setor terciário no PIB é superior a 70%. Na região Nordeste as três Metrôpoles (Salvador, Fortaleza e Recife) se situam como os destaques regionais. Outras capitais do Norte (Belém e Manaus) e do Centro-Oeste (Goiânia, Campo Grande e Cuiabá) completam as proeminências do setor no país.

4.1.3 Setor Agropecuário

O Brasil tem uma ampla agricultura voltada para exportação. Tal condicionante fez este setor apresentar uma dinâmica diferenciada em comparação com o secundário (indústria) e o terciário (serviços e comércio).

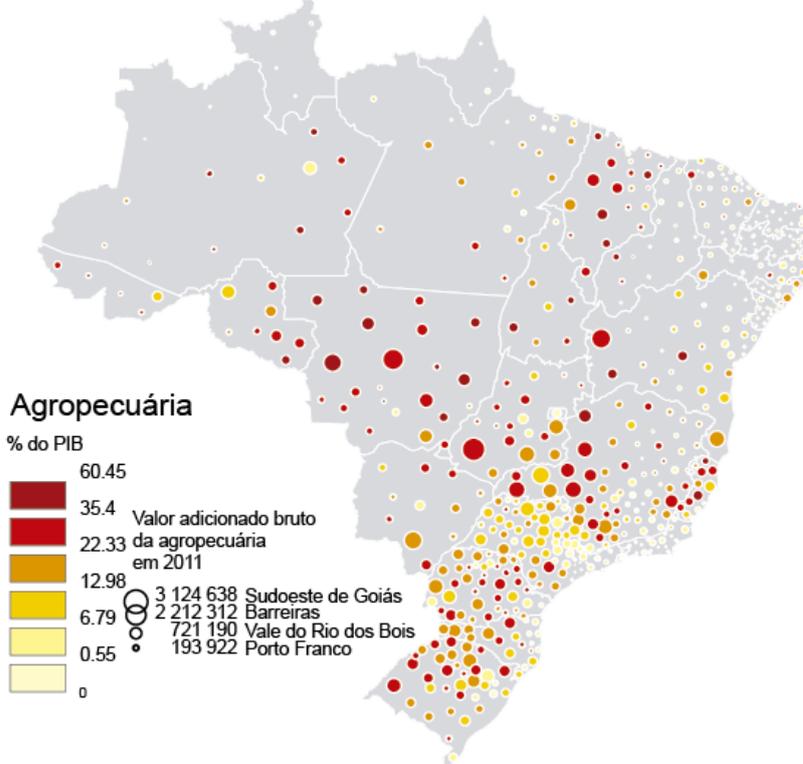
No comparativo com o último Censo Agro em 2006, houve um acréscimo de 5% no número de estabelecimentos agropecuários na edição de 2017 – atualmente são 351 milhões de hectares (ha) em área de estabelecimentos agrícolas no país. A utilização das terras é distribuída nas seguintes condições: 15,9% são lavouras temporárias; 2,2% são lavouras permanentes; 31,9% são pastagens plantadas; 13,5% são pastagens naturais; 30,3% são matas naturais; e 2,5% são matas plantadas (IBGE, 2017).

Cerca de 70% dos estabelecimentos agrícolas têm área de 1-50ha; entre 50-100ha são 7,8%; entre 100-500ha são 7,2%; e acima de 500ha são apenas 2%. Havia 1,5% de hectares utilizados por produtores sem área no país. Os dados são do último recenseamento agrícola (IBGE, 2017).

Em 2017 eram 15,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – cerca de 8,8% menor em comparação com o Censo Agro 2006. O perfil do produtor é: masculino (81%); com idade entre 25-65 anos (74,8%); e a taxa de alfabetização em 77% (IBGE, 2017).

Quanto à produção o destaque é a soja, sendo o produto de maior valor no Brasil (seguida pela cana-de-açúcar, o milho e o café). De acordo com o IBGE, o Censo Agro 2017 contabilizou 104 bilhões de reais na produção de soja (grão); 34,2 bilhões de reais na produção de milho (grão); e 13,4 bilhões de reais na produção de café arábico. O estado do Mato Grosso detém as maiores produções de soja e milho – 29,7 milhões de toneladas de soja; e 28,5 milhões de toneladas de milho. A produção de café foi maior em Minas Gerais com 1,4 milhão de toneladas – dados do Censo Agro 2017. A figura 36 mostra que as regiões desses estados também são as que possuem um PIB agrícola mais expressivo.

Figura 36 - Brasil: Mapa da participação da Agropecuária no PIB em % por microrregião



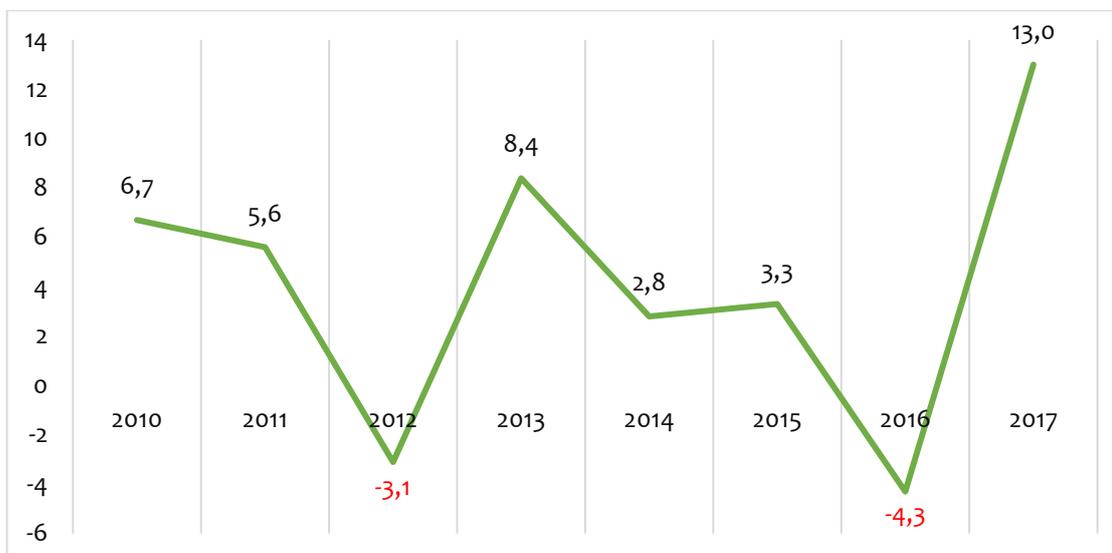
Fonte: Théry (2018) a partir do Ipeadata.

De acordo com o mapa na figura 36, as microrregiões cuja atividade agrícola tem maior peso no PIB estão mais presentes no Mato Grosso, no oeste de Goiás, no Triângulo Mineiro, no Oeste da Bahia e no interior dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Embora sejam regiões “tradicionais” no uso da terra para finalidades agropastoris, uma nova fronteira agrícola vem sendo inserida no Brasil: o MATOPIBA – região que vem se consolidando na produção de grãos para exportação.

A cana-de-açúcar, historicamente, contribuiu para o mercado exportador do Nordeste. Atualmente a cultura da cana está mais presente no litoral nordestino, entre Alagoas e Pernambuco; em Juazeiro, na Bahia; e no interior paulista, sobretudo na região oeste do estado.

O café, outro produto notável na história do Brasil, se concentra na divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e no interior do Espírito Santo. Outra grande cultura comercial é o milho, inserida no interior do Rio Grande do Sul e do Paraná, com um importante eixo de produção no sudoeste de Goiás. Por fim, a principal cultura para exportação, a soja, dispõe de grandes áreas de produção no Mato Grosso, Goiás e Bahia.

Gráfico 10 - Brasil: Taxas de crescimento do PIB Agropecuário em % (2010-2017)



Fonte: IBGE, Contas Regionais.

No gráfico 10 o desempenho do PIB Agrícola esteve condicionado, principalmente, às questões climáticas e ao mercado externo para exportação. Entretanto, comparando o setor primário com os demais setores (indústria e serviços) é possível notar que a agropecuária esteve menos “sensível” à crise de 2015. Enquanto naquele ano o PIB total do Brasil apresentou retração de -3,5%, o PIB Agrícola obteve alta de 3,3%. Em 2017 o crescimento no setor primário foi de 13%, sendo o melhor desempenho na periodização do gráfico 10 – quando a economia brasileira aumentou apenas 1,3% no mesmo ano.

Os números confirmam a hipótese de que a agropecuária para exportação (de determinados produtos) faz diferença nas regiões que não estão inteiramente dependentes do mercado interno, que é mais afetado pela crise – sobretudo nos serviços e comércio. Todavia, as exportações totais do Brasil também sofreram algumas baixas, como situa o tópico seguinte.

4.1.4 Dados da Exportação em série histórica

De acordo com o Ministério da Economia (ME), a Balança Comercial Brasileira apresentou oscilações na década de 2010. A tabela 24 reúne os números da exportação, importação e a variação dos dados em série histórica.

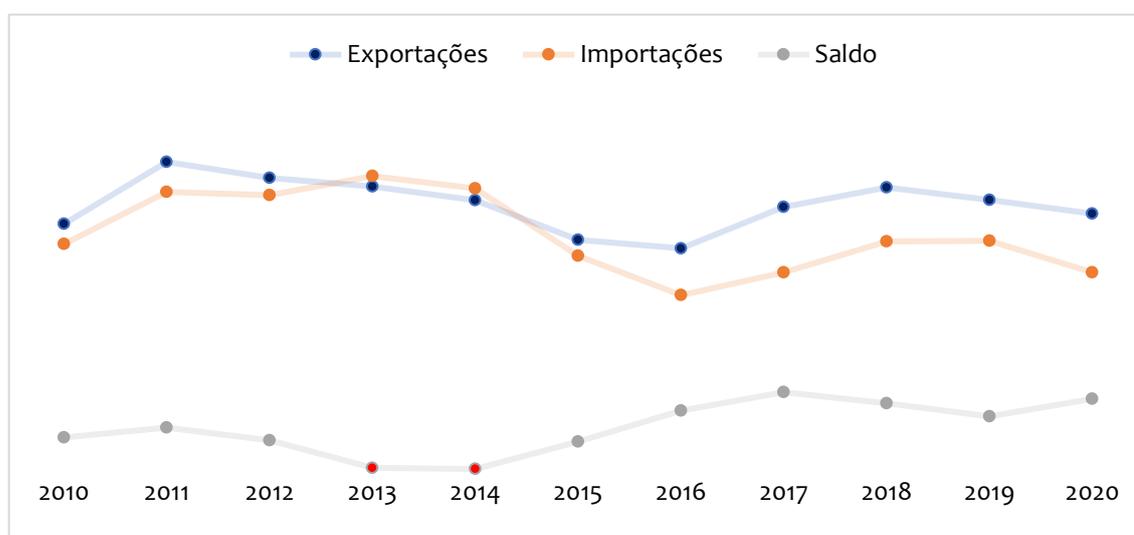
Tabela 24 - Brasil: Balança Comercial (2010-2020)

ANO	VALOR EXP. (EM US\$)	VARIAÇÃO EXP. (%)	VALOR IMP. (EM US\$)	VARIAÇÃO IMP. (%)	SALDO (EM US\$)
2010	200.434.134.826	32,0%	183.336.964.846	41,7%	17.097.169.980
2011	253.666.309.507	26,6%	227.969.756.701	24,3%	25.696.552.806
2012	239.952.538.158	-5,4%	225.166.426.069	-1,2%	14.786.112.089
2013	232.544.255.606	-3,1%	241.500.886.459	7,3%	-8.956.630.853
2014	220.923.236.838	-5,0%	230.823.018.796	-4,4%	-9.899.781.958
2015	186.782.355.063	-15,5%	173.104.259.077	-25,0%	13.678.095.986
2016	179.526.129.214	-3,9%	139.321.357.653	-19,5%	40.204.771.561
2017	214.988.108.353	19,8%	158.951.444.003	14,1%	56.036.664.350
2018	231.889.523.399	7,9%	185.321.983.502	16,6%	46.567.539.897
2019	221.126.807.647	-4,6%	185.927.967.580	0,3%	35.198.840.067
2020	209.180.241.655	-5,4%	158.786.824.879	-14,6%	50.393.416.776

Fonte: COMEX, Ministério da Economia.

Os números da Balança Comercial na tabela 24 mostram que entre 2012 e 2016 houve queda nas exportações, sendo 2015 o percentual de variação mais baixo da série (retração de -15,5% em comparação com o ano anterior). Nas importações o ano de 2015 também apresentou situação semelhante, a variação foi de -25% em relação ao ano anterior. Com o Brasil exportando e importando menos, em 2015 o saldo foi positivo. Durante dois anos consecutivos (2013 e 2014) o saldo da Balança Comercial brasileira foi negativo.

Gráfico 11 - Brasil: Balança Comercial (2010-2020)



Fonte: COMEX, Ministério da Economia.

O gráfico 11 possibilita visualizar a série histórica conforme a oscilação dos dados apresentados na tabela 24. Em 2013 e 2014 o valor das importações foi superior ao valor das exportações. Desde então, este dado sofre sucessivas quedas e retoma o crescimento a partir de 2017. Algumas conjunturas externas desencadearam nos resultados de 2013/2014, dentre elas está o preço das *commodities*²⁹ com queda nos produtos comercializados pelo Brasil. Tal resultado esteve abaixo das expectativas do Governo Federal, na época chefiado pela presidenta Dilma Rousseff (PT).

A Pandemia da COVID-19 afetou o comércio internacional em 2020, e o Brasil novamente apresenta redução no valor das exportações e importações, embora mantenha a Balança Comercial positiva. Além disso, a dinâmica dos parceiros comerciais do Brasil também é relevante neste cenário, como é o caso da Argentina³⁰ que atravessa uma crise econômica.

4.1.5 A crise econômica e o Ensino Superior

Outra área bastante afetada pela crise foi a Educação Superior. O número de matrículas em cursos de graduação presenciais (público e privado) abrangendo IES (Instituições de Ensino Superior) municipais, estaduais e federais, apresentados na tabela 25, mostra que a nível Brasil este dado vinha apresentando uma crescente, a qual foi interrompida em 2016.

No início da série, em 2010, o país tinha 5,4 milhões de matrículas nas IES. Em 2015 este número atinge 6,6 milhões, caindo para 6,5 milhões em 2016. A partir de então não houve mais crescimento. Ao final da série, em 2019, o número de matrículas foi de 6,1 milhões. A tabela 25 contempla os dados por UF no comparativo entre a capital e o interior dos respectivos estados do Nordeste.

²⁹ *Commodities*: matérias primas e bens processados de origem primária que podem ser estocados por longo tempo, cuja comercialização se dá no mercado mundial, sob condução de grandes interesses mercantis e financeiros, dentre os quais, petróleo, gás natural, soja, café, milho (BELLUZZO; FRISCHTAK; LAPLANE, 2014).

³⁰ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/crise-na-argentina-afeta-exportacoes-de-produtos-manufaturados>

Tabela 25 - Brasil e Nordeste: Matrículas em cursos presenciais de Graduação (IES públicas e privadas) por UF (capital x interior) (2010-2019)

UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	VARIAÇÃO ANUAL
AL CAPITAL	49.944	53.817	55.726	59.720	62.068	62.706	59.267	59.752	62.182	57.664	1,6%
AL INTERIOR	15.375	17.457	18.968	19.556	20.102	19.791	18.471	18.258	20.377	20.434	3,2%
TOTAL AL	65.319	71.274	74.694	79.276	82.170	82.497	77.738	78.010	82.559	78.098	2,0%
BA CAPITAL	131.890	137.005	139.787	144.789	152.870	161.393	158.511	156.144	151.698	139.974	0,7%
BA INTERIOR	116.390	127.273	143.295	144.638	165.038	165.143	169.161	175.085	181.179	176.664	4,7%
TOTAL BA	248.280	264.278	283.082	289.427	317.908	326.536	327.672	331.229	332.877	316.638	2,7%
CE CAPITAL	106.877	114.498	123.371	134.478	153.490	161.199	169.332	159.118	151.686	142.432	3,2%
CE INTERIOR	45.553	52.419	59.567	67.601	74.858	82.706	88.495	92.476	96.151	97.360	8,8%
TOTAL CE	152.430	166.917	182.938	202.079	228.348	243.905	257.827	251.594	247.837	239.792	5,2%
MA CAPITAL	55.857	59.197	61.216	67.866	77.629	85.046	88.144	92.858	94.284	89.147	5,3%
MA INTERIOR	31.109	35.027	38.468	41.543	44.653	44.584	47.529	54.173	57.154	60.715	7,7%
TOTAL MA	86.966	94.224	99.684	109.409	122.282	129.630	135.673	147.031	151.438	149.862	6,2%
PB CAPITAL	44.824	48.784	51.741	59.093	61.752	67.221	66.353	65.896	62.824	57.707	2,7%
PB INTERIOR	44.082	52.863	55.868	58.010	66.093	69.109	69.863	70.191	70.203	74.886	6,0%
TOTAL PB	88.906	101.647	107.609	117.103	127.845	136.330	136.216	136.087	133.027	132.593	4,5%
PE CAPITAL	105.960	113.666	116.210	120.246	122.790	127.313	127.651	125.858	127.245	123.225	1,7%
PE INTERIOR	86.476	91.426	96.069	100.477	101.994	104.496	103.672	104.276	108.754	111.382	2,8%
TOTAL PE	192.436	205.092	212.279	220.723	224.784	231.809	231.323	230.134	235.999	234.607	2,2%
PI CAPITAL	57.178	57.360	60.863	63.373	65.393	66.302	68.444	69.806	69.017	66.756	1,7%
PI INTERIOR	23.835	26.129	27.521	29.668	30.569	31.422	31.828	32.845	33.839	35.680	4,6%
TOTAL PI	81.013	83.489	88.384	93.041	95.962	97.724	100.272	102.651	102.856	102.436	2,6%
RN CAPITAL	60.908	68.039	72.670	78.188	76.483	76.782	69.514	64.687	61.273	58.772	-0,4%
RN INTERIOR	26.107	29.008	30.152	32.676	34.040	36.068	36.119	35.356	35.970	36.962	3,9%
TOTAL RN	87.015	97.047	102.822	110.864	110.523	112.850	105.633	100.043	97.243	95.734	1,1%
SE CAPITAL	27.281	29.642	35.452	38.458	41.474	44.565	44.494	43.332	41.043	38.891	4,0%
SE INTERIOR	22.515	25.348	26.575	27.172	27.624	27.560	27.520	27.037	26.153	26.592	1,9%
TOTAL SE	49.796	54.990	62.027	65.630	69.098	72.125	72.014	70.369	67.196	65.483	3,1%
BRASIL CAPITAL	2.590.888	2.713.589	2.778.286	2.888.705	3.013.758	3.066.056	3.041.952	3.020.854	2.946.628	2.812.511	0,9%
BRASIL INTERIOR	2.858.232	3.033.173	3.145.552	3.263.700	3.472.413	3.567.489	3.512.331	3.508.827	3.447.616	3.341.049	1,7%
TOTAL BR	5.449.120	5.746.762	5.923.838	6.152.405	6.486.171	6.633.545	6.554.283	6.529.681	6.394.244	6.153.560	1,4%

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior.

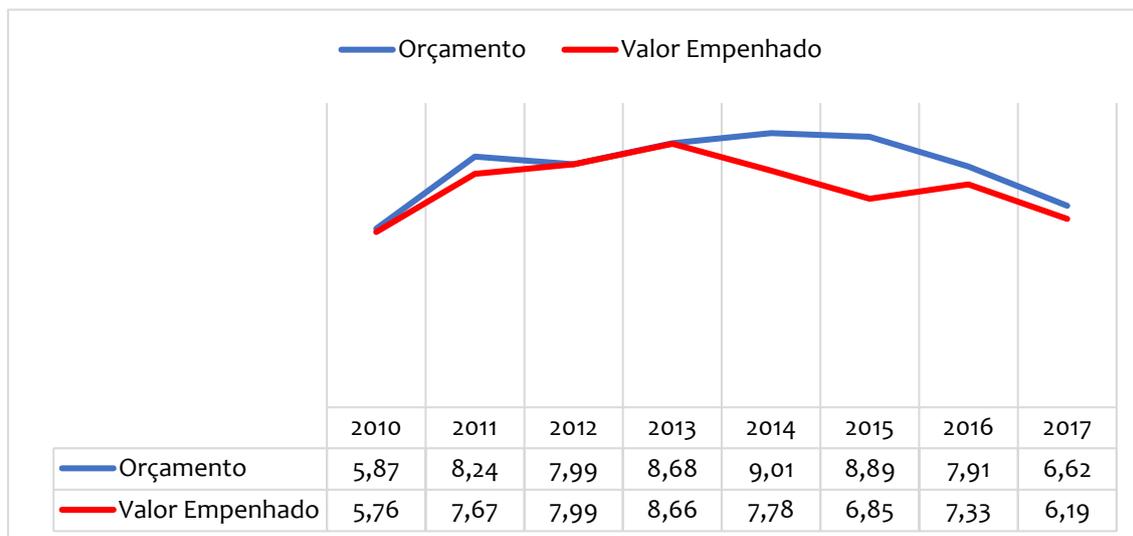
Na tabela 25 a situação capital-interior se destaca na Paraíba e na Bahia. Nesses dois estados a quantidade de matrículas em IES é maior no interior do que nas respectivas capitais (João Pessoa e Salvador). Em ambos a interiorização do ensino superior é mais evidente, conforme os dados da tabela 25.

Na Paraíba há IES nos polos de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. O estado possui duas universidades federais: UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), e a UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Também é destaque a UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) cuja sede está em Campina Grande, retrato da consolidação desta cidade como importante centro regional de educação superior. Várias faculdades privadas atuam na capital e no interior paraibano.

Na Bahia a UFBA (Universidade Federal da Bahia), a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo), a UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco), a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), a UFOB (Universidade Federal do Oeste da Bahia) e a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) são IES públicas federais. Dentre as universidades públicas estaduais estão a UNEB (Universidade Estadual da Bahia), a UEFES (Universidade Estadual de Feira de Santana), a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) e a UESB (Universidade do Sudoeste da Bahia). Essas instituições estão distribuídas nas principais cidades: a capital Salvador; Feira de Santana; Vitória da Conquista; Juazeiro; Itabuna; Ilhéus; Barreiras; Jequié; e Santo Antônio de Jesus. Estes centros urbanos concentram a maioria dos serviços, portanto, são as centralidades do estado baiano. Além do número relevante de instituições públicas, a Bahia também possui faculdades privadas atuantes em seus polos.

Este quadro se desenhou, principalmente, após as políticas de investimentos na interiorização do ensino superior durante os Governos Lula-Dilma (PT), com a abertura de IES nas cidades polo do Brasil – inclusive no Nordeste. O processo é interrompido com a crise econômica e política de 2015. Em série histórica os investimentos do Governo Federal na Educação Superior vêm caindo, como mostra o gráfico 12.

Gráfico 12 - Brasil: Repasses do Governo Federal para as Universidades Federais em bilhões de R\$ (2010-2017)



Fonte: G1³¹ a partir da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

De acordo com os dados do MEC (Ministério da Educação) o valor de empenho nos repasses federais apresentou queda em 2014 e, desde então, não alcançou o patamar de 2013, quando o dado atingiu seu maior valor (8,66 bilhões de reais).

As previsões de orçamento também sofreram reduções, em 2014 estavam previstos 9,01 bilhões de reais em repasses (deste total foram empenhados 7,78 bilhões de reais). Os últimos dados da série, em 2017, mostram que tanto o valor empenhado como o orçamento previsto, regrediram ao patamar de 2010.

Tal cenário afeta o desenvolvimento do ensino superior, impossibilitado pela redução de verbas e com cortes que prejudicam sua expansão – prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). São afetados os estudantes de baixa renda (contemplados com bolsas de permanência); os serviços terceirizados, como a segurança e a limpeza; entre outras atividades de manutenção, cuja ausência resulta no sucateamento dessas instituições. A situação compromete estudos e pesquisas, através do desmonte acadêmico e científico do Brasil.

³¹ Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>

4.1.6 A PEC³²- 241/55 e os dados da Saúde

Nos serviços de saúde a situação não é diferente. A PEC 241/55, também conhecida como “PEC do teto de gastos”, prevê o congelamento dos gastos do Governo Federal por 20 anos, corrigidos pela inflação.

A medida foi proposta pelo então vice-presidente Michel Temer (MDB), que assumiu a presidência após um controverso processo de *Impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016. O emedebista articulou uma série de reformas, as quais eram opostas às apresentadas pela chapa Dilma-Temer nas eleições de 2014. Tais posicionamentos foram bastante criticados pela nova conjuntura oposicionista, liderada pelo PT, PSOL, PCdoB, os setores sociais progressistas, acadêmicos e pesquisadores.

A PEC do teto dos gastos representou um “freio” nos investimentos em saúde e educação, contradizendo a proposta dos aliados de Temer que a defendiam como uma medida de controle das contas públicas, para assim contornar a crise econômica de 2015. Todavia, a literatura, os dados, e a própria história do Brasil, mostram que um país não cresce, efetivamente, sem os investimentos adequados. Principalmente com boa parte da população desassistida de serviços básicos, como saúde e educação, no vasto território brasileiro marcado por desigualdades regionais.

Outras reformas econômicas sugeridas pelo espectro político de centro-direita e direita, se traduzem num modelo neoliberal. As medidas adotadas se iniciam com Michel Temer (2016-2018) e são implementadas no Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Como foi visto anteriormente nos gráficos e tabelas, o desemprego aumentou agravado pela crise econômica (2015) e sanitária (2020), mesmo com a Reforma Trabalhista. Os dados vêm mostrando que tais reformas não se sustentam diante das necessidades dos brasileiros. Em setores-chave para o bem-estar da população, como educação e saúde, os investimentos precisam ser alocados de forma progressiva – inclusive, considerando o envelhecimento populacional.

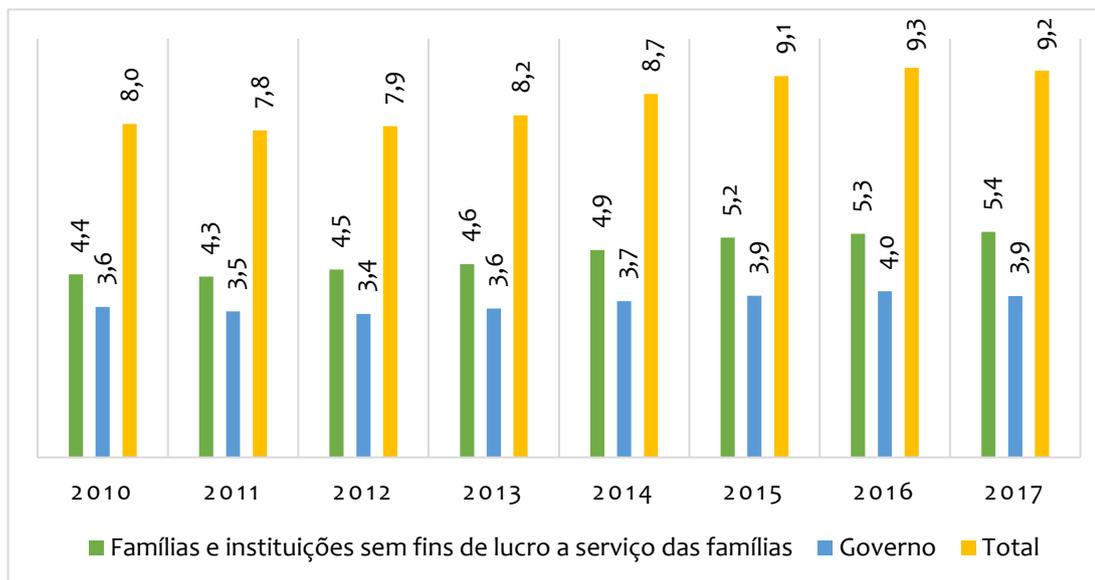
De acordo com Saldiva e Veras (2018) o SUS – Sistema Unificado de Saúde – possibilitou inúmeros avanços no Brasil, dentre eles o controle de doenças crônicas; a expansão da imunização com vacinas; a assistência pré-natal, que reduziu os coeficientes de mortalidade infantil, entre outras conquistas (SALDIVA; VERAS, 2018, p. 48). A precariedade antes da

³² PEC: Proposta de Emenda à Constituição. Não pode alterar as cláusulas pétreas da Carta de 1988. Ela pode ser apresentada pelos poderes Executivo e Legislativo. É debatida e votada em dois turnos no sistema bicameral, sendo aprovada se obtiver 3/5 dos votos (308 deputados e 49 senadores).

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>

implementação do SUS era um fator impeditivo ao aumento da expectativa de vida da população.

Gráfico 13 - Brasil: Gastos com Saúde em % do PIB (2010-2017)



Fonte: IBGE, Conta-Satélite de Saúde.

Os dados do IBGE, no gráfico 13, mostram que houve recuo nos gastos com saúde em 2017 no comparativo com 2016. No ano final da série foram gastos 9,2% do PIB, sendo que a maior parte advém da fatia das famílias com despesas na saúde. Os gastos com saúde são considerados essenciais, assim como a alimentação. De acordo com o IBGE cerca de 2/3 dos gastos das famílias são direcionados para os planos privados. Os medicamentos equivalem a 1/3 das despesas.

Mesmo durante a crise, a alimentação e a saúde são setores que tendem a registrar consumo. Porém, a precariedade é o ponto da discussão. Comparando o Brasil com outros países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os gastos com saúde foram quase três vezes menores do que a média dos países membros da Organização. Enquanto o governo brasileiro gastou 3,9% do PIB com saúde em 2017, o governo alemão gastou 9,5% – percentual maior do que a soma do Governo Federal e a fatia das famílias no Brasil.

Saldiva e Veras (2018) apontam que, para o serviço de saúde ser eficiente, não basta ter grandes cifras do PIB em investimento. A eficácia depende de muitos outros fatores, principalmente relacionados a gestão. Como a saúde pública enfrenta muitos problemas de diversas naturezas, parte das famílias recorre ao serviço privado com os planos de saúde (SALDIVA; VERAS, 2018).

O Brasil mantém, ao longo do tempo, o financiamento de saúde centrado predominantemente no sistema privado, ao qual têm acesso cerca de 23% da população. A situação acima exposta é ainda mais preocupante, pois a cobertura à qual têm acesso os 23% da população que pagam por isso é bastante desigual. Nos últimos anos, há um incentivo federal para a criação de planos de saúde mais populares, com menor cobertura para doenças mais graves. Em outras palavras, os planos de saúde, incentivados pelo governo, cobrem as doenças de menor custo. Uma vez que ocorra uma intercorrência mais grave, como uma neoplasia ou a necessidade de um transplante, a cobertura dos planos provados mais simples não acontece, onerando o SUS, o qual, por sua vez, não é ressarcido. Esse sistema visa favorecer o capital privado em detrimento do sistema público (SALDIVA; VERAS, 2018, p. 51-52).

É válido observar que, embora muitos serviços sejam prestados pela rede privada, há procedimentos mais complexos que são ofertados pelo SUS. Para os autores Saldiva e Veras (2018), a melhoria da gestão e redução dos custos requer a introdução de tecnologias que possam trazer dados de custo, efetividade, prevenção de doenças infecciosas e epidemias, além de técnicas de tratamento em análise contínua, ou seja, mais investimentos (SALDIVA; VERAS, 2018, p. 57).

4.2 OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS CIDADES SELECIONADAS E OS EFEITOS DA CRISE

Este tópico consiste na apresentação dos dados econômicos mais recentes das cidades selecionadas. Após situar o leitor em relação aos principais acontecimentos ocorridos no país, inerentes à crise de 2015, a abordagem seguinte tem como foco os indicadores na escala municipal.

A metodologia incide em expressar dados secundários de forma comparativa entre as cidades, considerando a periodização mais recente. As tabelas e gráficos compõem números relativos ao PIB; PIB per capita; população ocupada; saldo de empregos; taxas de crescimento populacional; e as taxas de crescimento do PIB.

A catalogação desses elementos possibilitou identificar inflexões nos dados de algumas cidades, considerando a série histórica e o agrupamento (tipologia) de Capitais Regionais com matriz econômica similar (agropecuária, indústria e serviços). As análises encontradas foram contrapostas as respectivas microrregiões das cidades selecionadas. Ao final da apresentação dos gráficos e tabelas, foi elaborada uma sinopse com o desempenho das Capitais Regionais diante da crise econômica. O texto considera as especificidades e alguns fatos ocorridos (devidamente referenciados pela literatura) que ocasionaram as inflexões diagnosticadas.

Tabela 26 - Nordeste: PIB das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2018)
FEIRA DE SANTANA (BA)	7,17	8,26	9,14	10,94	11,72	11,96	13,10	13,65	14,68	9,4%
CAMPINA GRANDE (PB)	4,99	5,50	6,31	6,57	7,53	7,95	8,37	8,64	9,20	7,9%
CARUARU (PE)	3,41	3,93	4,80	5,30	6,26	6,11	6,26	6,87	7,14	9,7%
IMPERATRIZ (MA)	2,93	3,26	4,39	5,07	5,74	6,01	6,97	6,59	7,12	11,7%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	3,50	3,93	4,35	4,99	5,38	5,76	6,22	6,48	7,03	9,1%
PETROLINA (PE)	3,43	3,78	4,44	4,88	5,32	5,55	5,76	5,99	6,68	8,7%
MOSSORÓ (RN)	4,43	5,08	5,72	6,15	6,22	5,99	5,81	6,16	6,52	4,9%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	2,15	2,47	2,82	3,23	3,81	3,92	4,18	4,42	4,82	10,6%
SOBRAL (CE)	2,55	2,67	2,98	3,41	3,83	3,97	4,14	4,45	4,77	8,1%
BARREIRAS (BA)	1,92	2,28	2,81	2,88	3,33	3,71	3,37	3,88	4,74	12,0%
ARAPIRACA (AL)	1,90	2,18	2,78	2,97	3,43	3,93	3,89	4,10	4,46	11,3%
ILHÉUS (BA)	2,56	2,63	2,89	3,21	3,51	3,64	3,87	3,84	4,25	6,5%
JUAZEIRO (BA)	1,79	1,88	2,14	2,62	3,01	3,13	3,43	3,70	4,09	10,9%
ITABUNA (BA)	2,44	2,73	2,99	3,45	3,66	3,83	3,86	3,98	4,08	6,6%
CRATO (CE)	0,98	1,01	1,09	1,18	1,41	1,41	1,51	1,53	1,34	4,0%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

A tabela 26 mostra que as cidades selecionadas tiveram expressivas taxas de crescimento anuais do PIB (entre 2010 e 2018), sendo destaque: Barreiras (12%); Imperatriz (11,7%); Arapiraca (11,3%); Juazeiro (10,9%); e Juazeiro do Norte (10,6%). Este indicador expressa o fluxo de novos bens e serviços finais produzidos no período. O maior valor da tabela foi o de Feira de Santana. A cidade baiana lidera, dentre as Capitais Regionais, com um PIB superior a 14 bilhões de reais. Este centro urbano é um importante entroncamento rodoviário e possui amplo setor de serviços, que contribui para este desempenho. O Crato teve o menor valor, com R\$ 1,34 bilhão no PIB total. A cidade cearense apresentou queda em relação ao ano anterior (2018/2017), e foi a Capital Regional com menor crescimento econômico no período – a taxa anual de aumento do PIB cratense foi de 4% entre 2010-2018.

Tabela 27 - Nordeste: PIB per capita das cidades selecionadas em milhares de R\$
(2010-2018)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2018)
BARREIRAS (BA)	13,9	16,4	19,9	19,1	21,9	24,1	21,7	24,6	30,8	10,5%
IMPERATRIZ (MA)	11,8	13,1	17,5	20,1	22,7	23,7	27,4	25,9	27,6	11,2%
ILHÉUS (BA)	13,9	14,1	15,4	17,4	19,2	20,2	21,7	21,7	25,8	8,0%
FEIRA DE SANTANA (BA)	12,8	14,7	16,1	18,0	19,1	19,3	21,0	21,7	24,0	8,2%
SOBRAL (CE)	13,5	14,0	15,4	17,2	19,1	19,7	20,3	21,6	23,1	6,9%
CAMPINA GRANDE (PB)	12,9	14,2	16,1	16,4	18,7	19,6	20,5	21,0	22,5	7,2%
MOSSORÓ (RN)	17,0	19,3	21,4	21,9	21,9	20,8	19,9	20,8	22,1	3,3%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	11,4	12,6	13,7	14,8	15,8	16,7	17,9	18,5	20,7	7,7%
CARUARU (PE)	10,8	12,3	14,8	15,7	18,2	17,6	17,8	19,3	20,0	8,0%
PETROLINA (PE)	11,6	12,6	14,5	15,2	16,3	16,7	17,0	17,4	19,4	6,6%
ARAPIRACA (AL)	8,9	10,1	12,7	13,0	14,9	17,0	16,7	17,5	19,3	10,2%
ITABUNA (BA)	11,9	13,3	14,5	15,8	16,7	17,4	17,5	18,0	19,1	6,1%
JUAZEIRO (BA)	9,1	9,4	10,6	12,2	13,9	14,3	15,5	16,6	19,0	9,6%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	8,6	9,7	11,0	12,3	14,4	14,7	15,5	16,3	17,7	9,4%
CRATO (CE)	8,1	8,2	8,8	9,3	11,1	11,0	11,6	11,7	10,2	2,9%
BRASIL	19,8	22,1	24,1	26,5	28,4	29,3	30,4	31,7	33,5	6,8%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Na tabela 27, o PIB per capita do Brasil (R\$ 33,5 mil) é, historicamente, superior ao de todas as cidades selecionadas (2010-2018). Porém, algumas dessas cidades apresentam taxas de crescimento maior do que a média nacional. As Capitais Regionais de Imperatriz (11,2%), Barreiras (10,5%) e Arapiraca (10,2%), obtiveram um significativo crescimento do PIB per capita na série histórica, enquanto no Brasil o aumento anual foi de 6,8% entre 2010-2018. Barreiras lidera o indicador com R\$ 30,8 mil (a cultura de grãos para exportação tem um peso considerável na economia do município baiano). O Crato obteve o menor PIB per capita (R\$ 10,2 mil) dentre as cidades selecionadas. O desempenho da cidade cearense em 2018 foi menor do que no ano anterior. Sendo assim, a taxa anual de crescimento do PIB per capita cratense foi de 2,9% entre 2010-2018.

Tabela 28 - Nordeste: População ocupada nas cidades selecionadas em milhares
(2010-2019)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2019)
FEIRA DE SANTANA (BA)	115,7	126,8	136,1	145,9	145,8	140,4	132,0	132,9	133,3	134,4	1,7%
CAMPINA GRANDE (PB)	87,9	97,6	102,0	105,3	114,1	111,8	108,4	110,2	110,0	110,3	2,5%
CARUARU (PE)	69,9	74,6	78,6	82,7	86,6	85,2	84,6	80,9	80,5	83,5	2,0%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	65,1	70,1	72,3	75,3	76,3	75,1	74,8	77,5	86,5	82,7	2,7%
PETROLINA (PE)	53,7	58,9	61,6	66,3	69,0	70,8	65,7	65,9	68,9	70,7	3,1%
MOSSORÓ (RN)	63,5	66,3	68,3	76,3	71,0	72,4	65,1	65,5	65,5	66,8	0,6%
IMPERATRIZ (MA)	46,7	52,5	62,1	63,3	62,9	60,6	55,3	58,0	62,2	63,4	3,5%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	42,7	47,2	48,8	51,5	53,6	53,9	53,0	53,9	54,2	55,7	3,0%
SOBRAL (CE)	45,1	44,9	47,6	53,3	53,1	50,0	47,3	50,5	51,4	47,7	0,6%
ITABUNA (BA)	44,8	47,6	45,1	46,9	45,2	46,2	45,7	47,2	46,1	46,5	0,4%
ARAPIRACA (AL)	30,8	33,5	35,0	38,6	39,6	41,3	40,9	40,5	41,6	40,8	3,2%
JUAZEIRO (BA)	31,8	32,0	33,7	36,8	37,1	35,8	36,7	38,1	39,2	40,3	2,7%
BARREIRAS (BA)	26,4	28,0	28,2	30,5	31,7	32,1	28,3	31,3	32,0	34,0	2,8%
ILHÉUS (BA)	33,2	34,6	34,5	35,5	36,1	35,7	33,7	34,1	35,3	33,8	0,2%
CRATO (CE)	19,2	19,4	19,1	22,4	21,7	20,2	19,7	19,7	20,1	19,9	0,4%

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.

Conforme a tabela 28, as taxas anuais de crescimento no número de pessoas ocupadas não foram maiores em decorrência da interrupção na evolução dos números após 2015. Apenas Juazeiro conseguiu aumentar o total de ocupados entre 2015 e 2016. Na série histórica, as maiores taxas de crescimento anual foram as de Imperatriz (3,5%); Arapiraca (3,2%); Petrolina (3,1%); e Juazeiro do Norte (3,0%). Em contraponto, as taxas mais baixas foram as de Ilhéus (0,2%); Itabuna (0,4%); e Crato (0,4%).

Tabela 29 - Nordeste: Número de empresas atuantes nas cidades selecionadas (2010-2019)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2019)
FEIRA DE SANTANA (BA)	14.752	14.995	15.250	16.156	14.681	14.921	14.538	14.499	13.921	14.567	-0,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	8.037	8.293	8.301	8.468	8.360	8.395	8.299	8.729	8.492	8.668	0,8%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	8.607	8.490	8.556	8.780	8.140	8.329	8.519	8.458	8.314	8.622	0%
CARUARU (PE)	7.709	7.857	8.276	8.433	8.019	8.385	8.215	8.266	8.136	8.164	0,6%
IMPERATRIZ (MA)	5.673	5.752	5.761	6.208	5.769	6.044	5.923	6.199	6.333	6.610	1,7%
MOSSORÓ (RN)	5.493	5.536	5.905	6.257	5.577	6.109	6.161	6.154	6.125	6.456	1,8%
PETROLINA (PE)	5.495	5.645	5.765	6.150	5.958	5.991	6.003	5.900	6.064	6.433	1,8%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	5.951	5.685	5.622	6.023	5.487	5.657	5.613	5.575	5.371	5.511	-0,8%
ITABUNA (BA)	5.805	5.537	5.539	5.711	5.131	5.114	5.075	5.111	4.788	4.966	-1,7%
ARAPIRACA (AL)	3.611	3.949	3.975	4.247	4.064	4.258	4.204	4.239	4.100	4.120	1,5%
BARREIRAS (BA)	3.683	3.559	3.693	4.018	3.733	3.821	3.796	3.790	3.724	3.977	0,9%
JUAZEIRO (BA)	4.239	4.227	4.044	4.233	3.806	3.731	3.898	3.812	3.509	3.677	-1,6%
SOBRAL (CE)	3.341	3.292	3.282	3.635	3.346	3.384	3.422	3.167	3.171	3.144	-0,7%
ILHÉUS (BA)	3.816	3.656	3.868	4.022	3.491	3.445	3.217	3.149	3.161	2.983	-2,7%
CRATO (CE)	2.322	2.364	2.386	2.333	2.164	2.084	2.142	2.182	2.056	2.104	-1,1%

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.

A tabela 29 apresenta o total de empresas atuantes por cidade. Este é um dado dinâmico e condicionado a diversos fatores do mercado (crise, demanda, oferta, logística etc.). Metade das cidades selecionadas tiveram perda na quantidade de empresas entre 2010-2019. As representantes da Bahia obtiveram taxas de crescimento que foram de 0% (Vitória da Conquista) à -2,7% (Ilhéus). Por outro lado, Petrolina (1,8%); Mossoró (1,8%); e Imperatriz (1,7%); foram as cidades que mais aumentaram o número de empresas atuantes na série histórica.

Tabela 30 - Nordeste: Saldo de empregos nas cidades selecionadas (2010-2020)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ³³	SALDO 2010-2020
FEIRA DE SANTANA (BA)	10.851	3.896	9.569	4.602	144	-5.971	-5.853	990	1.593	1.185	316	21.322
CAMPINA GRANDE (PB)	6.193	3.350	6.360	278	2.912	-3.438	-2.044	-1.043	873	284	6.492	20.217
PETROLINA (PE)	3.735	5.800	3.816	2.983	2.367	-395	-1.016	-1.079	815	2.051	0	19.077
IMPERATRIZ (MA)	2.587	4.073	5.923	2.619	349	-3.284	598	469	1.312	-285	1.148	15.509
CARUARU (PE)	4.963	3.554	3.770	4.430	1.441	-3.408	-2.979	-41	602	444	1.268	14.044
ARAPIRACA (AL)	2.192	2.579	2.075	1.695	1.083	2.080	18	-288	562	200	488	12.684
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	5.084	1.823	2.189	2.395	496	-1.786	-1.040	-275	1.522	996	1.176	12.580
MOSSORÓ (RN)	5.681	3.583	2.343	2.306	2.071	-1.489	-3.173	-144	876	441	36	12.531
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	2.882	3.896	1.806	100	2.916	-243	-473	-1.556	658	1.048	-361	10.673
BARREIRAS (BA)	1.904	1.918	497	982	661	-1.205	-1.331	333	1.070	2.041	1.595	8.465
JUAZEIRO (BA)	1.059	12	2.243	1.223	598	-680	1.795	1.364	665	1.089	-933	8.435
ILHÉUS (BA)	2.116	965	714	119	704	-662	-1.051	-117	363	882	-970	3.063
SOBRAL (CE)	-1.290	-977	3.039	6.082	-575	-2.857	-2.228	886	62	-2.176	2.834	2.800
CRATO (CE)	233	-125	985	806	886	-530	-889	-200	251	-117	-34	1.266
ITABUNA (BA)	2.286	918	750	71	1.103	-1.741	179	181	-1.175	-747	-1.268	557
BRASIL	2.629.827	2.026.571	1.372.594	1.138.562	420.690	-1.534.989	-1.326.614	-11.964	546.232	644.079	142.690	6.047.678

Fonte: Caged.

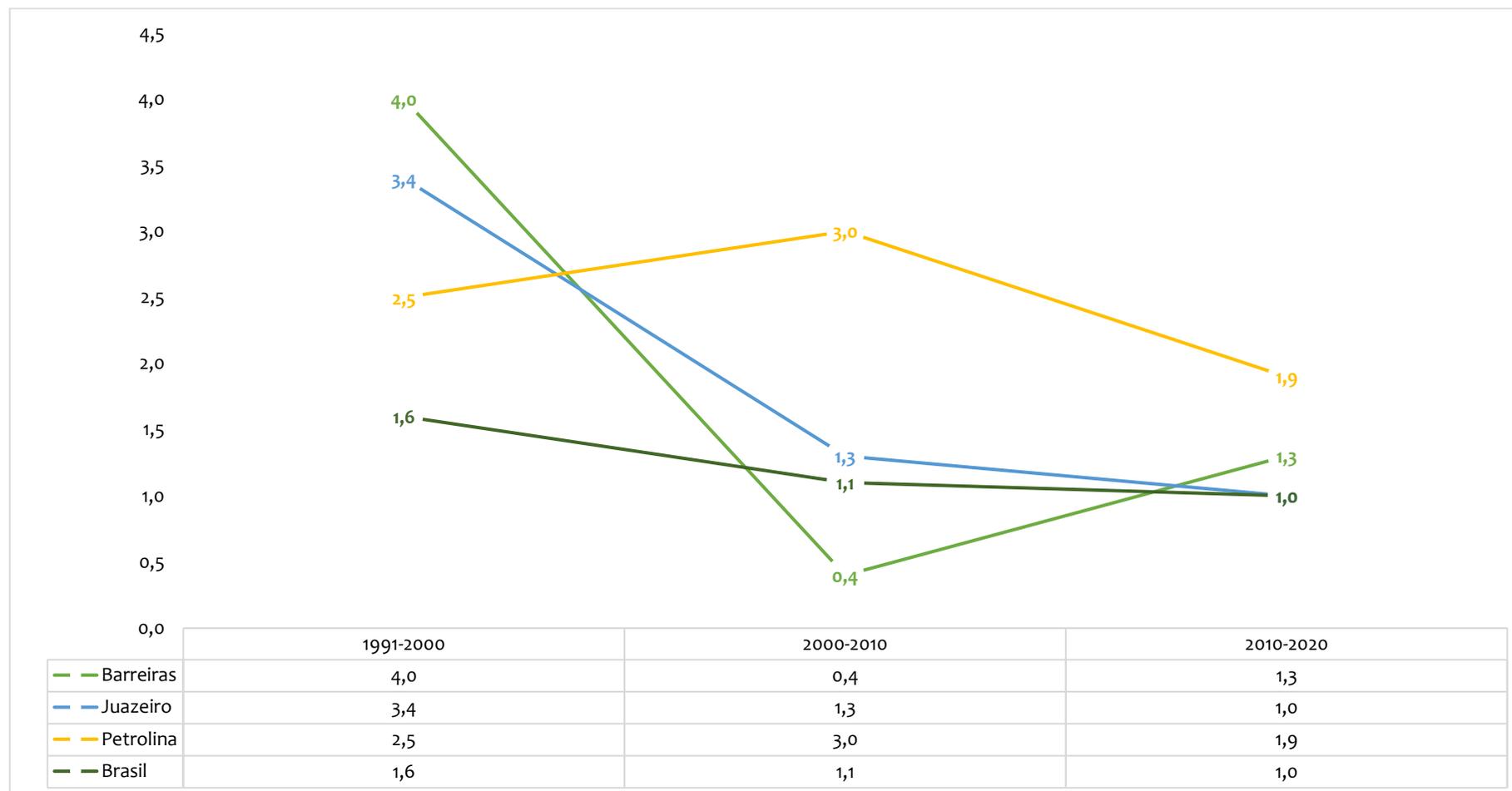
³³ Dados obtidos pelo “Novo Caged”, cuja metodologia sofreu alterações em relação aos anos anteriores. Contudo, de acordo com o Governo Federal, a mudança metodológica não compromete a comparação com os anos anteriores em série histórica. “A prestação de informações pelo empregador no Caged foi substituída pelo eSocial, sistema de escrituração que unificou diversas obrigações dos empregadores”. Fonte: <https://www.poder360.com.br/economia/governo-diz-que-mudanca-no-caged-nao-impede-comparacao-com-base-historica/>

Em três anos consecutivos (2015, 2016 e 2017) o Brasil teve saldo negativo de empregos, como mostra a tabela 30. O ano mais problemático foi 2015 com -1,5 milhão de empregos no saldo apresentado pelo Caged. Este cenário também atingiu as cidades selecionadas, apenas Arapiraca foi o contraponto deste panorama com desempenho positivo, alavancado pelo setor de comércio e serviços daquela cidade em 2015. Nos dois anos seguintes (2016 e 2017) Juazeiro foi o destaque positivo, impulsionado pela agroindústria. A maioria das demais cidades ainda estava com saldo negativo. A situação apresenta uma leve melhora em 2018 e 2019, ainda assim, muito abaixo do saldo de emprego nos anos de 2010 e 2011 – início da série histórica.

Considerando o saldo acumulado entre 2010-2020, Feira de Santana e Campina Grande lideram a tabela 30 com número superior aos 20 mil empregos gerados. A região do Vale do São Francisco também é um importante polo de geração de empregos na agricultura irrigada e nos setores ligados à esta atividade, é o caso de Petrolina (saldo de 19 mil empregos) e Juazeiro (saldo de 8,4 mil empregos). Outro destaque foi Imperatriz (com saldo de 15,5 mil empregos), essa cidade maranhense tem um setor industrial atrativo – a indústria de papel e celulose vem promovendo mudanças econômicas no interior Maranhão, após a instalação de empreendimentos como a *Suzano*. No Sul da Bahia, Ilhéus teve saldo de 3 mil empregos. A vizinha Itabuna alcançou apenas 557 empregos na série histórica. Essa região vem apresentando baixo desempenho nas taxas de crescimento econômico e populacional, no comparativo com as demais capitais regionais – estes indicadores correlacionados podem justificar a baixa dinâmica regional.

Os gráficos 14, 15, 16, 17, 18 e 19 mostram como as taxas de aumento da população e do crescimento do PIB em periodização evoluem ao longo do tempo, conforme os eventos apresentados até então. Para facilitar a visualização das trajetórias, as cidades foram divididas em grupos de acordo com suas matrizes econômicas: agronegócio, indústria e serviços. Embora o setor terciário seja predominante no PIB dessas cidades, há inter-relações entre os setores em muitas localidades. Quanto ao aumento populacional, foram utilizados os dados censitários e a estimativa da população mais recente (IBGE, 2020) em decorrência da não realização do Censo.

Gráfico 14 - Nordeste (Grupo 1 - cidades do agronegócio): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

No gráfico 14 estão situadas as taxas de crescimento populacional do grupo 1, composto pelas cidades de Barreiras, Juazeiro e Petrolina – Capitais Regionais que desempenham funções importantes no agronegócio nordestino.

No primeiro recorte (1991-2000) o Brasil teve um crescimento populacional de 1,6% ao ano. As três cidades do grupo 1 estavam acima da média nacional naquele período – Barreiras crescendo 4% anualmente; seguida por Juazeiro com 3,4% ao ano; e Petrolina com 2,5% ao ano.

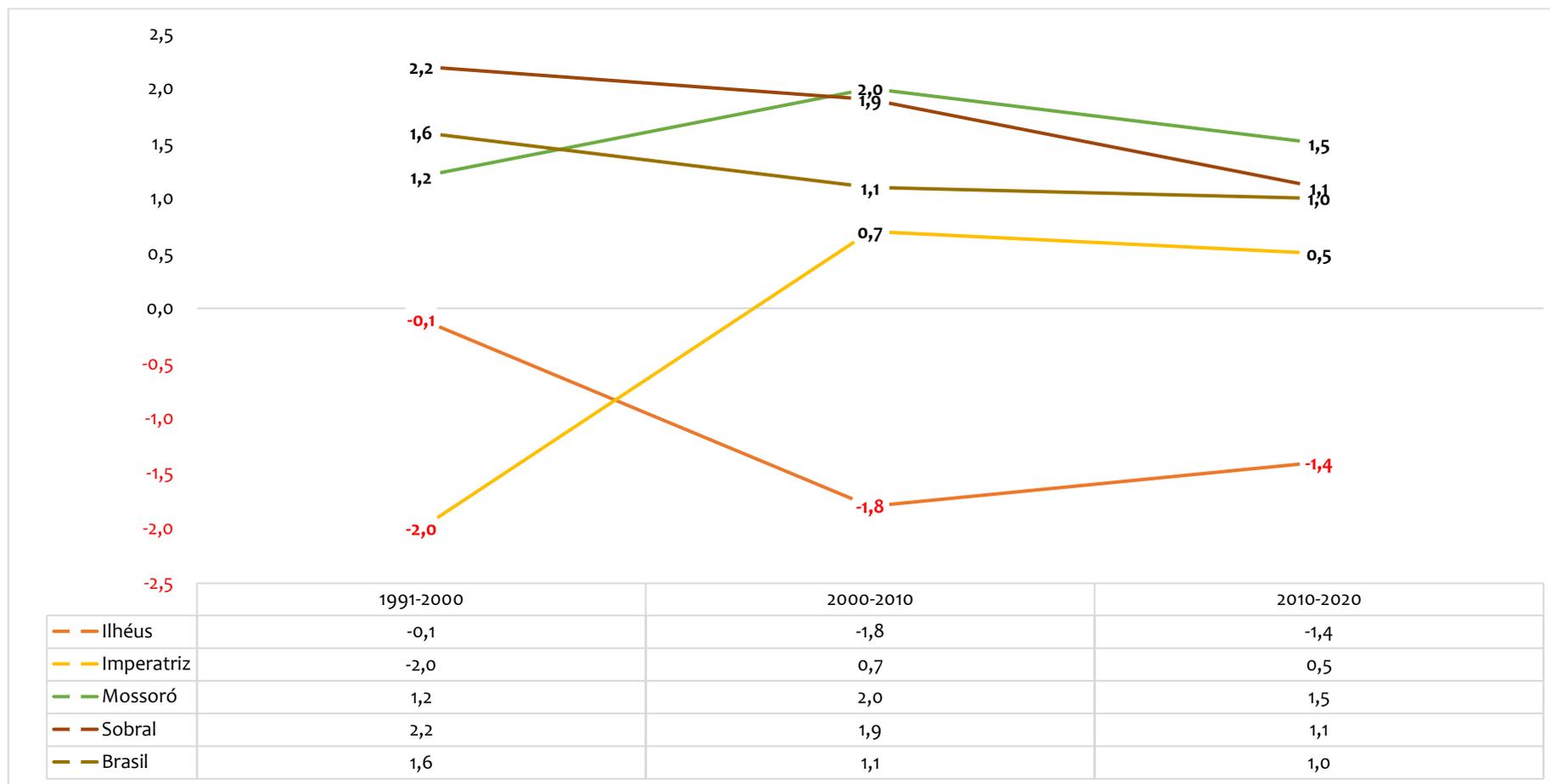
Entre 2000-2010, a taxa anual de crescimento em Barreiras (0,4% anualmente) apresenta redução no comparativo com o recorte anterior – consequência da emancipação municipal de Luís Eduardo Magalhães. Em Juazeiro o aumento populacional se aproxima da taxa nacional (1,3% ao ano na cidade baiana; e 1,1% ao ano no Brasil). Apenas Petrolina elevou o seu ritmo de crescimento demográfico, com a taxa de 3,0% ao ano entre 2000-2010.

No último período (2010-2020) a taxa de crescimento populacional em Barreiras (1,3% ao ano) aumentou em relação ao recorte anterior. No Vale do São Francisco as cidades reduziram suas respectivas taxas de crescimento populacional, Petrolina com 1,9% ao ano e Juazeiro com 1,0% ao ano – o valor similar à média do Brasil.

De acordo com Queiroz et al (2020), o bipolo formado por Juazeiro e Petrolina é referência na atração de imigrantes. Os dados³⁴ apresentados pelos autores a partir do IBGE mostram que, na escala intra-regional, Juazeiro e Petrolina tinham saldo positivo de migrantes (+5.004 pessoas nas duas cidades) entre 2005-2010. Barreiras vem na sequência com +308 pessoas no mesmo período. Na escala intraestadual, o saldo também foi positivo: Petrolina com +8.063 pessoas; Barreiras com +2.117 pessoas; e Juazeiro com +2.018 pessoas entre 2005-2010. Este movimento é decorrente das vagas de empregos formais que esses municípios ofertam no interior da Bahia e de Pernambuco (QUEIROZ et al, 2020).

³⁴ Queiroz et al (2020) classificam os fluxos em três categorias: inter-regional (migração de longa distância = imigrante oriundo de outra região do país, ou seja, fora do Nordeste); intra-regional (migração de média distância = imigrante oriundo de outra UF, porém do próprio Nordeste); intraestadual (migração de curta distância = oriundo de outro município, porém da mesma UF). Os números são de migração em data-fixa, entre 2005-2010.

Gráfico 15 - Nordeste (Grupo 2 - cidades industriais): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

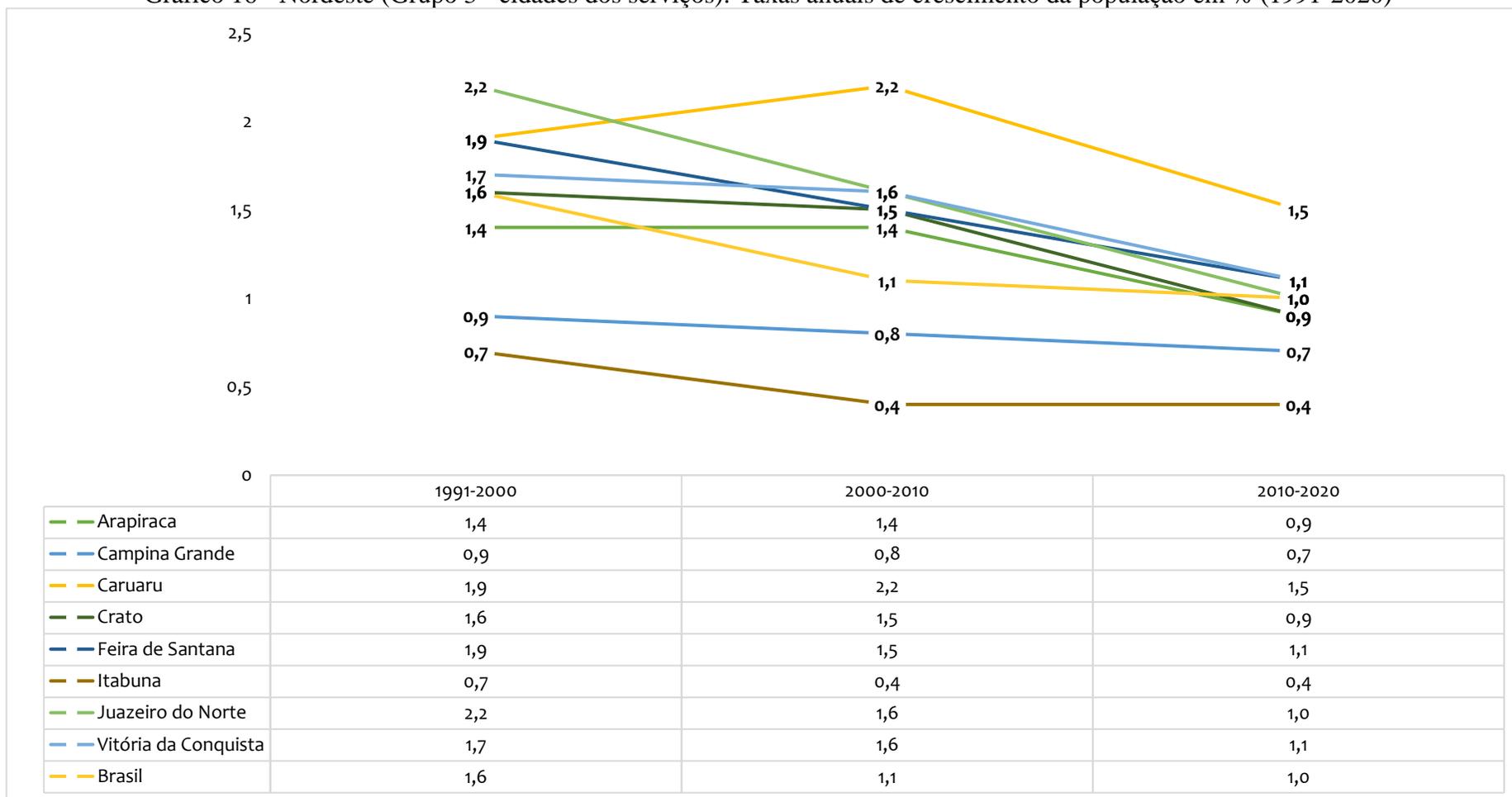
No gráfico 15 estão situadas as taxas de aumento populacional das cidades industriais. Nessas Capitais Regionais, a instalação de empresas de médio e grande porte, em suas respectivas áreas, possibilitou maior atuação do setor secundário na dinâmica local. Os empregos gerados na contratação profissional e os serviços prestados na acomodação dessas indústrias, também produzem efeitos nos demais setores da economia, através da circulação do capital.

No primeiro recorte (1991-2000) as taxas eram variadas, com os destaques negativo de Imperatriz (-2,0% ao ano) e o positivo de Sobral (2,2% ao ano) – a cidade sobralense foi a única Capital Regional deste grupo a ter superado a taxa de crescimento nacional (1,6% ao ano) naquele período. Nos anos 2000-2010, Mossoró passa a liderar o grupo crescendo 2,0% ao ano. Imperatriz se recupera do declínio populacional, registrando um tímido crescimento de 0,7% ao ano – abaixo da média brasileira. A população de Ilhéus decresce em -1,8% anualmente. Entre 2010-2020, as taxas de Mossoró (1,5% ao ano) e Sobral (1,1% ao ano) superam o crescimento do Brasil (1,0% ao ano). Imperatriz (0,5% ao ano) e Ilhéus (-1,4%) permanecem nas últimas posições do grupo.

O caso da cidade maranhense chama atenção. As estimativas anteriores à 1991 mostravam este município com população superior a 270 mil habitantes. Com algumas emancipações, a população caiu no Censo de 2000 – o que influenciou nas taxas de crescimento e nas estimativas populacionais do IBGE, dados divulgados anualmente através de projeções entre os recenseamentos). Imperatriz está relativamente próxima de dois centros urbanos importantes da região Norte do Brasil: Marabá (PA) e Araguaína (TO), sendo ambas Capitais Regionais C – a mesma categoria de Imperatriz. Este fato pode colocá-las em posição de “disputa” por influência regional. Queiroz et al (2020) citam que Imperatriz tem saldo migratório negativo em relação aos movimentos inter-regionais/longa distância, intra-regional/média distância, e intraestadual/curta distância (QUEIROZ et al, 2020, p. 24-25).

Também se destaca no grupo 2 o desempenho negativo de Ilhéus, nos três períodos apresentados a cidade vem perdendo habitantes. Para Queiroz et al (2020) Ilhéus (e sua vizinha Itabuna) são “exemplos de espaços que perdem população” (QUEIROZ et al, 2020, p. 27). Nas três categorias de movimentos migratórios (inter-regional, intra-regional e intraestadual) as duas Capitais Regionais do Sul da Bahia tiveram saldo negativo entre 2005-2010.

Gráfico 16 - Nordeste (Grupo 3 - cidades dos serviços): Taxas anuais de crescimento da população em % (1991-2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

No gráfico 16 estão situados os desempenhos demográficos do grupo 3, composto por centros comerciais de destaque na busca da população do interior do Nordeste por saúde, educação e lazer.

Entre 1991-2000, Juazeiro do Norte lidera o grupo crescendo 2,2% ao ano. As cidades de Caruaru e Feira de Santana (com 1,9% ao ano) vêm na sequência – ambas acima da média do Brasil, que era de 1,6% anualmente. Entre 2000-2010 Caruaru assume a liderança do grupo com um crescimento de 2,2% ao ano. Apenas Campina Grande (0,8% ao ano) e Itabuna (0,4% ao ano) estavam abaixo da média nacional (1,1% ao ano). No período final, entre 2010-2020, as estimativas populacionais mostram Caruaru mantendo a primeira colocação no grupo 3 (1,5% ao ano), e Itabuna na última posição com 0,4% ao ano de aumento populacional.

Caruaru, de acordo com Queiroz et al (2020), se constitui num polo atrativo pela disponibilidade de empregos. Os dados desses autores mostraram a Capital Regional do agreste pernambucano com saldo positivo de imigrantes, principalmente na escala intraestadual (+10.999 pessoas). Queiroz et al (2020) também consideram relevante a falta de atração recente de Campina Grande em relação a novos imigrantes. Como mostram os dados do gráfico 16, o crescimento populacional campinense está abaixo da média brasileira nos três últimos recenseamentos.

Parece que, por estar próxima de capitais (João Pessoa e Recife) e de uma cidade importante (Caruaru), a mais atrativa de população no interior do Nordeste, Campina Grande não sobressai, não atrai migrantes; permanecem as clássicas perdas, ainda que em menor volume, e mantém-se o resquício histórico de “terra de arribação” (TARGINO, 1978), merecendo uma pesquisa mais aprofundada [sobre tal fenômeno] (QUEIROZ et al, 2020, p. 22).

Queiroz et al (2020) citam exemplos de outras cidades que atraem população e as mantém, evitando perdas significativas, é o caso de Juazeiro do Norte – “tais cidades, de modo geral, são dinâmicas e influentes nos seus espaços, ao concentrar um comércio e um setor de serviços amplos e diversificados, bem como oportunidades de trabalho e de estudo, boa infraestrutura e áreas de lazer” (QUEIROZ et al, 2020, p. 27).

Também há cidades que “amortecem”, segundo os autores, a concentração populacional nas Regiões Metropolitanas, atraindo população intraestadual. Neste contexto se encontra o caso de Arapiraca, exemplo de polarização em relação aos centros menores localizados em seu entorno (QUEIROZ et al, 2020, p. 23).

Gráfico 17 - Nordeste (Grupo 1 - cidades do agronegócio): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)



Fonte: IBGE, Contas Regionais.

O gráfico 17 mostra que as taxas de crescimento do PIB nas cidades do grupo 1 apresentam variação entre os períodos. Entre 2000-2005, o destaque foi Petrolina com crescimento anual em 20%, seguida por Juazeiro com 7,6% ao ano e Barreiras com 5,3% ao ano. Na sequência, entre 2005-2010, Juazeiro lidera o grupo com 14,1% de aumento anual do seu PIB. Petrolina reduz o ritmo de crescimento e apresenta 13,7% ao ano. Barreiras atinge a taxa de 9,1% ao ano, no mesmo período.

Entre 2010-2015, a cidade do Oeste Baiano assume a liderança do grupo – o PIB barreirense cresceu 14,1% ao ano. No Vale do São Francisco, a economia de Juazeiro aumentou 11,7% ao ano. Petrolina vem na sequência com a taxa de 10,1% ao ano. No recorte final (2015-2018) as três cidades apresentam queda no ritmo de crescimento econômico: Juazeiro com 9,3% ao ano; Barreiras com 8,5% ao ano; e Petrolina com 6,4% ao ano.

Destaque no período da crise nacional (2015-2018), a taxa registrada em Juazeiro (de 9,3% anuais) foi a maior dos três grupos. Juazeiro é um importante polo agrícola e comercial da Bahia, sendo a terceira maior cidade do interior do estado – quando excluída a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Mesmo tendo tradição agrícola, a cidade concentra várias empresas atacadistas e varejistas, possui centros comerciais e abriga um importante entreposto de hortifrutigranjeiros – o Mercado do Produtor. Conforme a prefeitura local³⁵, a partir de relatórios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Mercado do Produtor é o 4º maior do Brasil, atrás da CEASA (Centro Estadual de Abastecimento) de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Contagem, em Minas Gerais. As movimentações financeiras no Mercado do Produtor juazeirense são superiores a cifra de R\$ 2 bilhões por ano.

Outro setor relevante neste município baiano é a agroindústria. O complexo sucroalcooleiro, Agrovale, tem participação considerável nos postos de trabalho da cidade. De acordo com o Caged, os saldos em 2016 (+1.795) e 2017 (+1.364) – período em que Juazeiro liderou na geração de emprego dentre as cidades selecionadas – foram decorrentes, principalmente, do desempenho desta atividade.

Barreiras obteve a segunda maior taxa de aumento do PIB, dentre todas as cidades selecionadas dos três grupos. Entre 2015-2018 (os anos da crise) a economia barreirense cresceu 8,5% ao ano. A região em que essa cidade está inserida a diferencia em alguns aspectos, já que esta Capital Regional é um dos principais centros agrícolas do MATOPIBA.

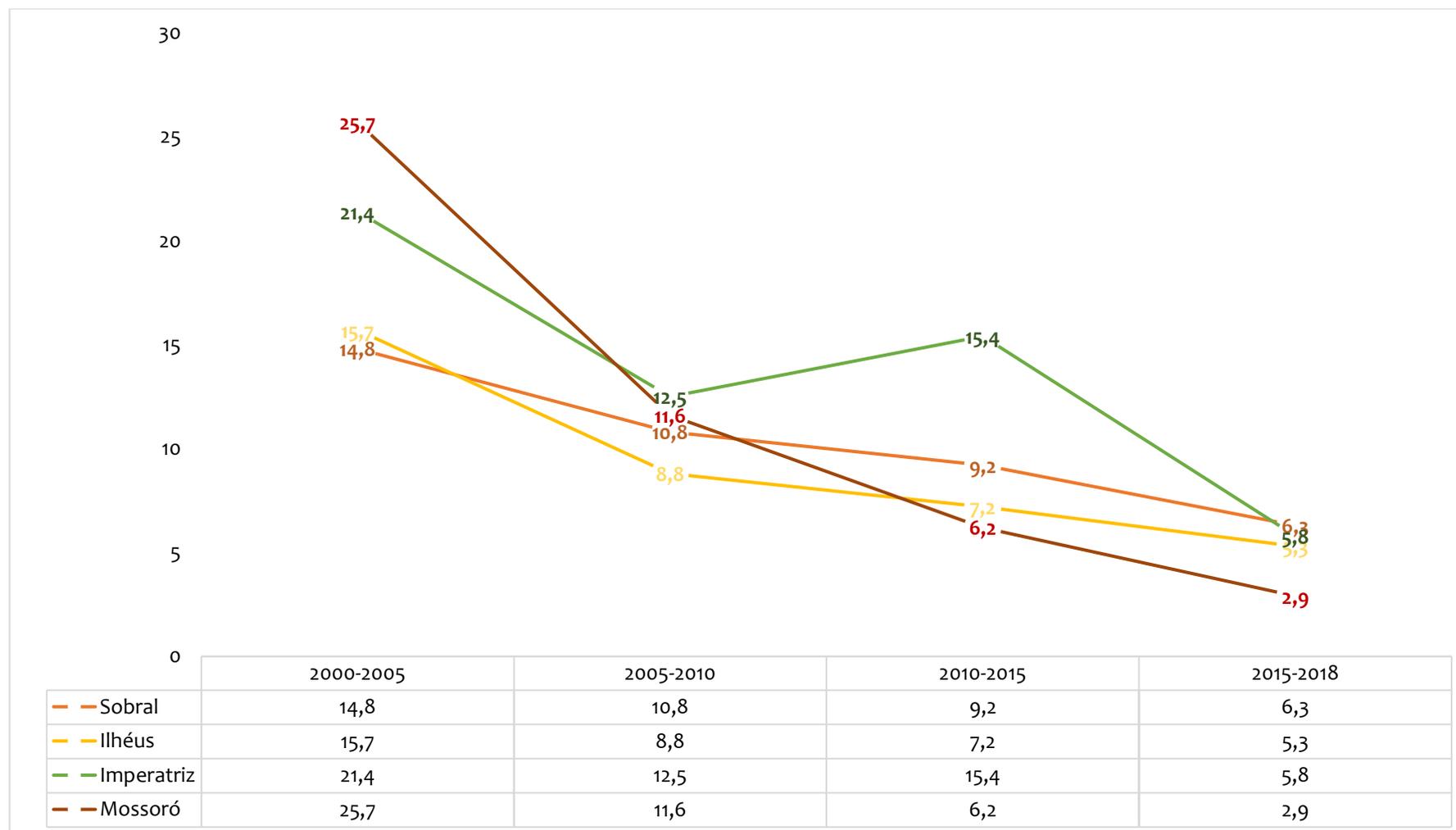
De acordo com a EMBRAPA, a delimitação deste território (MATOPIBA) foi feita por decreto presidencial em 2015. As dimensões territoriais agregam dados agroecológicos e

³⁵ Fonte: <https://www6.juazeiro.ba.gov.br/juazeiro-volta-a-ser-destaque-em-renomado-jornal-mercado-produtor-movimenta-r-10-milhoes-dia-em-vendas/>

socioeconômicos comuns à região, ao todo são 337 municípios de quatro estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Dentre as características econômicas está a ampla produção de grãos para exportação (soja, milho e algodão). Ainda de acordo com a EMBRAPA, em 2018 a safra de soja e milho dessa região chegou a 15 milhões de toneladas (10% da produção nacional). Esta nova fronteira agrícola surge com o deslocamento de empreendedores rurais (que já havia se estabelecido no Centro-Sul) para áreas do cerrado subutilizadas (EMBRAPA, 2020).

Os dados do PIB por setor em Barreiras mostram que a agropecuária cresceu 14,9% ao ano entre 2015 e 2018, seguida pelos serviços com 6,8% ao ano (no mesmo período). A cidade do Oeste Baiano é a primeira colocada no PIB agrícola dentre as Capitais Regionais selecionadas. Em 2018, o PIB do setor agropecuário barreirense chegou a 1,06 bilhão de reais – o que correspondia a 24% do PIB municipal.

Gráfico 18 - Nordeste (Grupo 2 - cidades industriais): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)



Fonte: IBGE, Contas Regionais.

O gráfico 18 mostra que as cidades do grupo 2 tiveram suas taxas convergindo em queda no ritmo do crescimento econômico ao longo do tempo. Entre 2000-2005 o PIB de Mossoró crescia 25,7% anualmente – taxa expressiva quando comparada aos demais recortes temporais e as demais cidades do grupo. No período seguinte, entre 2005-2010, o crescimento desacelera em todas as Capitais Regionais. Muito embora, Imperatriz assume a liderança do grupo com 12,5% de crescimento ao ano. Entre 2010-2015, a cidade maranhense permanece em destaque – o PIB imperatrizense aumentou 15,4% anualmente. Nos anos da crise econômica (2015-2018) todas as cidades tiveram taxas inferiores aos demais recortes, sendo Sobral a Capital Regional que mais aumentou o seu PIB (6,3% ao ano).

Em Imperatriz, cujo destaque mais evidente foi entre 2010-2015, o setor industrial foi o maior responsável pela evolução municipal. Neste período o valor do PIB na indústria imperatrizense passou de R\$ 387 milhões em 2010, para R\$ 1,86 bilhão em 2015. Sendo assim, o fluxo de capital industrial mais do que triplicou na cidade maranhense. Esta conjuntura é resultante dos investimentos aportados em Imperatriz, a empresa *Suzano Papel e Celulose* instalou uma fábrica no município em uma área de 1,5 milhão de metros quadrados. A celulose produzida em Imperatriz é transportada pela ferrovia Norte-Sul, que se interliga à EFC (Estrada de Ferro Carajás) para o porto de Itaqui, no litoral maranhense. Após a chegada da carga neste complexo portuário, a exportação segue para outros países. De acordo com os dados da empresa³⁶ são produzidos 1,5 milhão de toneladas de papel e celulose por ano, atendendo o mercado interno e externo. A atividade foi relevante para a dinamização local, como sugerem os dados referentes ao emprego, ao aumento no número de pessoal ocupado, e ao crescimento do PIB per capita, expostos nas tabelas anteriores. Conforme Souza e Pietrafesa (2019), a *Suzano* escolheu a cidade de Imperatriz em decorrência, principalmente, de sua localização estratégica e da infraestrutura disponível.

Além dos aspectos de localização, outros fatores deveriam ser considerados para a instalação da fábrica, dentre os quais citam-se: disponibilidade de malha rodoviária e ferroviária; rede de eletricidade e recursos hídricos; estar fora da área de reservas indígenas e unidades de conservação; manter distância de centros urbanos, rodovias federais e estaduais, evitando o impacto visual da construção e interferências do tráfego de entrada e saída de veículos; e ainda, localizar-se em área plana para minimizar as obras de terraplenagens (SOUZA; PIETRAFESA, 2019, p. 146).

³⁶ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=62Y5Udsqd00>

Embora o investimento seja de caráter industrial, o setor terciário também foi contemplado com maior circulação de capital após a instalação da *Suzano*. Houve intensa movimentação financeira no comércio com a prestação de serviços, junto ao número de pessoas contratadas pela empresa em sua construção (SOUZA; PIETRAFESA, 2019, p. 147).

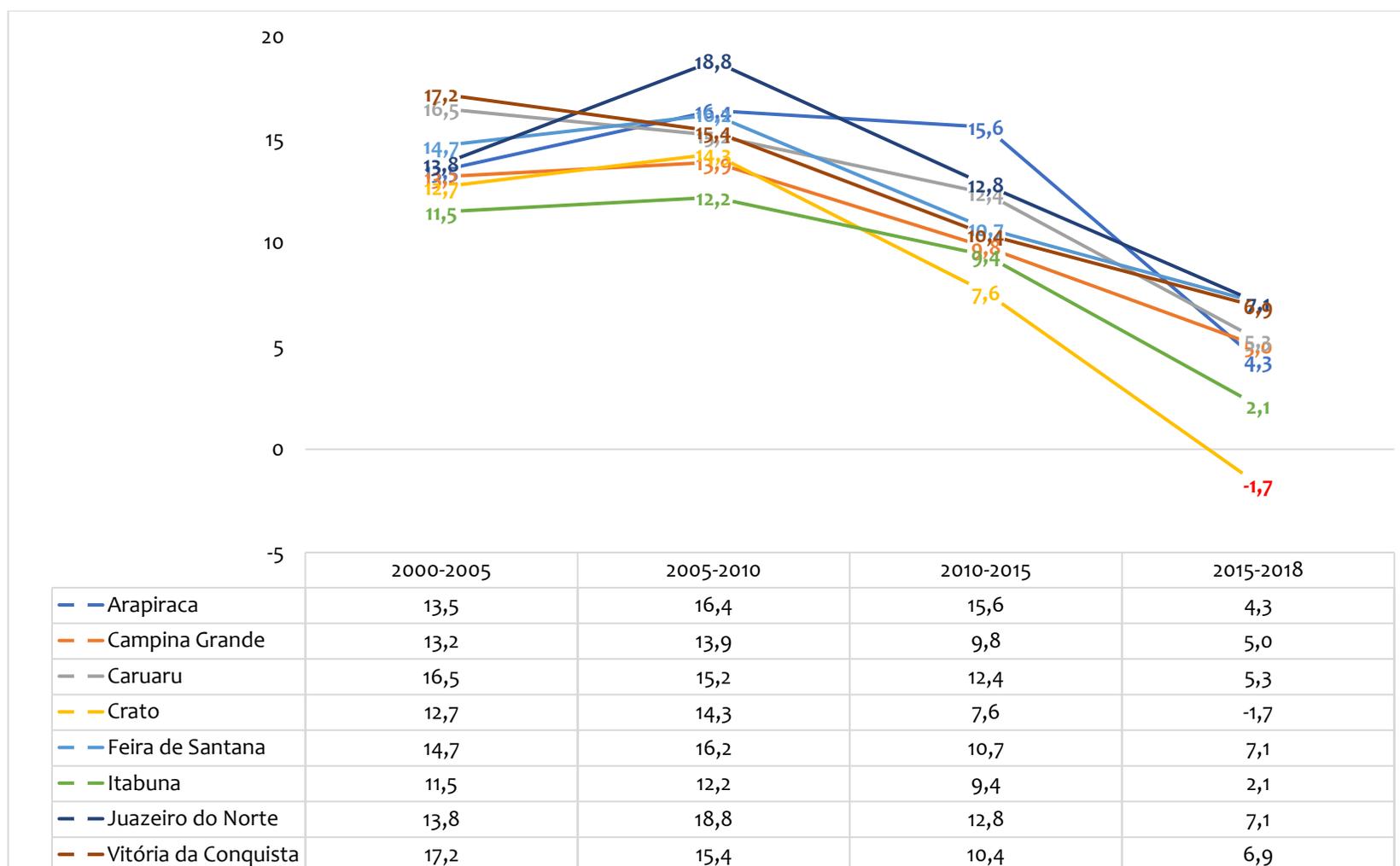
O gráfico 18 também mostra a progressiva redução do ritmo de crescimento de Mossoró, com queda constante em suas taxas. Mossoró é a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte, com população acima de 300 mil habitantes. O município é um importante centro urbano no interior potiguar (Capital Regional C), bem como um polo industrial (setor salineiro e extração de petróleo). Entre 2015 e 2018, o PIB industrial caiu de R\$ 1,38 bilhão para R\$ 1,11 bilhão. Embora os demais setores (primário e terciário) não tenham apresentado retração, o desempenho não foi o suficiente para alavancar o PIB mossoroense, que cresceu apenas 2,9% anualmente entre 2015-2018. Mossoró também apresentou saldo negativo de empregos por três anos consecutivos, entre 2015-2017 como mostrou a tabela 30, inferindo que houve redução das atividades econômicas no município potiguar. De acordo com Albuquerque (2016) há uma crise no setor petrolífero do município.

Mossoró passou muito tempo com base na cadeia do Petróleo, sendo a Petrobrás uma das maiores incentivadoras de uma vasta cadeia de suprimento e injetora de recursos na economia local, por meio dos salários e dos produtos comprados na própria cidade. Contudo, desde 2014 a empresa vem desativando inúmeras de suas atividades, reduzindo em aproximadamente 20% o número de empresas que participavam dessa cadeia. A exploração em Mossoró se encontra em crise devido a diversos fatores: de cunho natural, pois a exploração em terra depende da qualidade dos poços, e a cidade reúne um conjunto de poços maduros, onde o custo para explorar tornar-se elevado, portanto, reduzindo drasticamente a exploração local; e outro de cunho político, uma vez que houve redirecionamento dos investimentos para a exploração nas áreas do pré-sal, no Sudeste brasileiro, realocando recursos (ALBUQUERQUE, 2016, p. 41).

Em relação a extração do sal, Albuquerque (2016) aponta que Mossoró reúne fatores da geografia física que colocam o município como o principal produtor de sal do Brasil. Todavia, o período de crise também afetou este segmento econômico:

(...) quatro anos de seca prolongada na região; concorrência com o sal chileno (a produção de sal nacional vem enfrentando dificuldades); queda do preço da tonelada de R\$ 200,00 para R\$ 40,00 em média, devido a superprodução (...); [problemas com a] legislação ambiental e a relação com os órgãos fiscalizadores [são alguns dos entraves] (ALBUQUERQUE, 2016, p. 42).

Gráfico 19 - Nordeste (Grupo 3 - cidades dos serviços): Taxas anuais de crescimento do PIB em % (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)



Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Nas cidades do grupo 3 ocorre situação similar aos demais grupos, há uma tendência de crescimento econômico até 2015 e a partir daquele ano as taxas caem. No primeiro período, entre 2000-2005, as taxas são relativamente próximas – com destaque para o aumento do PIB de Vitória da Conquista (17,2% ao ano). Na sequência, entre 2005-2010, Juazeiro do Norte assume a liderança com grupo crescendo 18,8% anualmente. Entre 2010-2015, a economia de Arapiraca é a que mais cresce com uma taxa de 15,6% ao ano. O período da crise (2015-2018) é marcado por uma queda generalizada no ritmo de crescimento econômico das cidades. O Crato teve a menor taxa da série (-1,7% ao ano). Juazeiro do Norte e Feira de Santana registraram as maiores taxas de aumento do PIB, ambas com 7,1% ao ano, no mesmo recorte.

Embora as taxas de crescimento do PIB nos três grupos tenham apresentado arrefecimento, o Crato foi a única cidade com taxa anual negativa (-1,7%) entre 2015-2018. Esta Capital Regional é sede (juntamente com Juazeiro do Norte) da Região Metropolitana do Cariri³⁷, instituída em 2009. Analisando os dados do Crato por setor, apenas o PIB dos serviços teve um desenvolvimento tímido entre 2015-2018 (0,3% ao ano). Já a indústria e a agropecuária cratense apresentaram retração (-10,1% e -7,5% ao ano, respectivamente).

De acordo com Raimunda Aurilia Sousa (2015), historicamente a cidade do Crato assumia o protagonismo regional do designado CRAJUBAR, no sul cearense. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, ocorre uma “inversão” dos papéis de comando dessa região, onde Juazeiro do Norte passa a angariar a maior parte dos investimentos nos serviços de educação e saúde (SOUSA, 2015, p. 192). Para Diego Coelho Nascimento (2018) a polarização de Juazeiro do Norte se consolida sob diversos aspectos.

Cabe ressaltar que, dentro do CRAJUBAR, o principal destaque quanto ao crescimento socioeconômico é Juazeiro do Norte, liderando hoje a economia regional e assumindo para si funções urbanas anteriormente desempenhadas pelos municípios vizinhos [...] Além do destaque no ramo comercial e de serviços, a cidade se tornou o principal polo universitário da região com instituições públicas e privadas de grande porte, contribuindo para a ascensão econômica vivenciada na atualidade (NASCIMENTO, 2018, p. 218-219).

As colocações destes dois autores se refletem nos dados expostos pelos gráficos anteriores. Ainda que o Crato tenha apresentado a redução no seu PIB (-1,7% ao ano entre 2015-2018), a cidade vizinha Juazeiro do Norte cresceu 7,1% ao ano, no mesmo período.

³⁷ Fonte: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>

Outro destaque no grupo 3 foi o desempenho de Feira de Santana. Na cidade baiana o setor do PIB que mais cresceu entre 2015 e 2018 foi o terciário, neste período os serviços aumentaram 8,8% ao ano.

Sendo a segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana concentra importantes atividades comerciais de atacado e varejo. Além da disposição de serviços de saúde (público e privado), universidades públicas e faculdades privadas. As rodovias federais e estaduais consolidaram a posição de Feira de Santana como um importante entroncamento rodoviário, além de ser um tradicional entreposto comercial. O tamanho de sua população, superior aos 600 mil habitantes, à condicionam num centro atrativo para investimentos.

Feira de Santana também é sede de uma Região Metropolitana, instituída em 2011³⁸, cujo alcance abarca 750 mil pessoas em seis municípios da Bahia (IBGE, 2020). A sua influência como Capital Regional B é ainda maior, englobando 1,53 milhão de moradores de 40 cidades do Recôncavo e do Sertão baiano. Tais fatores podem ter influenciado na evolução do PIB municipal desde os anos 2000, quando as políticas públicas de desenvolvimento fomentaram atividades econômicas mais expressivas.

Além dos dados do PIB total, o valor do PIB da Administração Pública (PIB Adm) a partir da decomposição do PIB dos serviços, possibilita leituras interessantes. A Administração Pública é um importante componente em muitas economias municipais do país, inclusive com cidades dependentes quase que exclusivamente do setor público. Esta dependência tende a diminuir conforme a dinamização dos demais setores produtivos. Nas cidades selecionadas, em 2018, o cenário é expresso na tabela 31.

³⁸ Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/feira-de-santana-passa-a-ter-regiao-metropolitana/>

Tabela 31 - Nordeste: Participação da Administração Pública no PIB de Serviços das cidades selecionadas (2018)

CIDADE E UF	PIB TOTAL (VALOR EM BI R\$)	PIB SERVIÇOS (VALOR EM BI R\$)	PIB ADM. PÚBLICA (VALOR EM BI R\$)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA ADM. PÚBLICA NO PIB TOTAL (%)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA ADM. PÚBLICA NO PIB SERVIÇOS (%)
ARAPIRACA (AL)	4,46	3,05	0,85	19%	28%
BARREIRAS (BA)	4,74	2,66	0,56	12%	21%
CAMPINA GRANDE (PB)	9,20	6,05	1,87	20%	31%
CARUARU (PE)	7,14	5,26	1,42	20%	27%
CRATO (CE)	1,34	1,07	0,43	32%	40%
FEIRA DE SANTANA (BA)	14,68	10,00	1,86	13%	19%
ILHÉUS (BA)	4,25	2,46	0,6	14%	24%
IMPERATRIZ (MA)	7,14	4,58	0,97	14%	21%
ITABUNA (BA)	4,08	3,06	0,73	18%	24%
JUAZEIRO (BA)	4,09	2,98	0,81	20%	27%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	4,82	3,86	0,91	19%	23%
MOSSORÓ (RN)	6,52	4,44	1,35	21%	30%
PETROLINA (PE)	6,68	4,32	1,36	20%	31%
SOBRAL (CE)	4,77	3,07	0,75	16%	24%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	7,03	5,15	1,12	16%	22%
TOTAL /MÉDIA DAS CIDADES	90,94	62,01	15,59	18%	25%
BRASÍLIA	254,81	215,56	101,79	40%	47%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

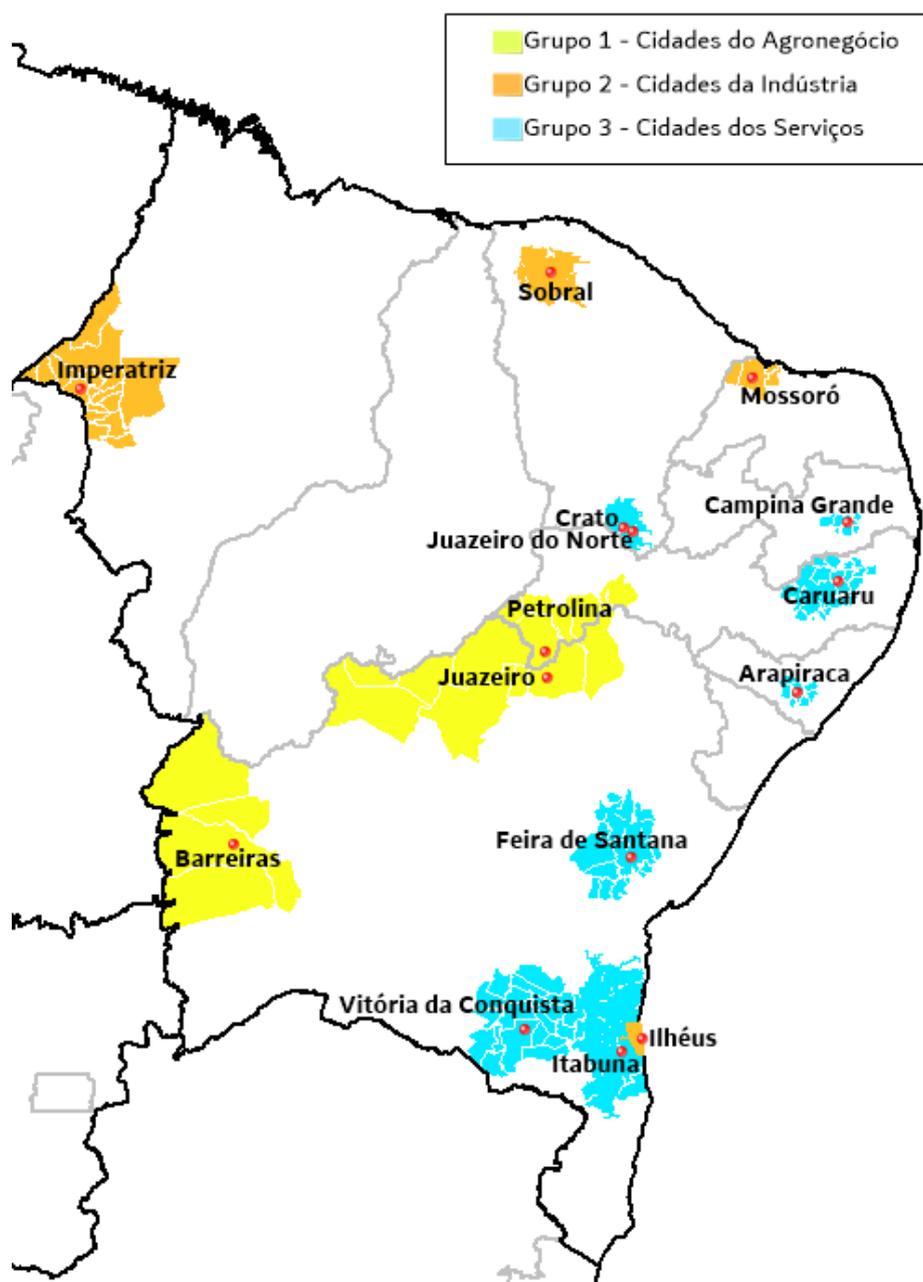
Conforme a tabela 31, a cidade em que o PIB Adm tem maior relevância é o Crato. Cerca de 1/3 da economia cratense advém do serviço público. Em Barreiras o PIB Adm abarcava 12% do PIB barreirense – a menor incidência dentre as cidades selecionadas. A média da participação relativa da Administração Pública na economia das Capitais Regionais selecionadas foi de 18% em 2018. Em Brasília, cidade com maior expressão deste segmento econômico no Brasil, o PIB Adm correspondia por 40% da economia brasiliense.

As análises de Garcia (2020) a partir dos dados do IBGE, mostram que 49% dos municípios brasileiros têm a Administração Pública como principal atividade econômica, principalmente através das prefeituras. Cerca de 90% dos municípios dos estados de Roraima, Acre, Amapá e Piauí, se encontram nesta condição. Em contraponto, apenas 9,6% dos municípios do estado de São Paulo têm a Administração Pública como principal setor econômico. Na maioria dos casos, após o setor público, a agropecuária era o segmento de maior destaque (GARCIA, 2020).

4.2.1 O desempenho econômico das cidades selecionadas e suas microrregiões

Este tópico situa as cidades selecionadas em suas respectivas microrregiões. O estudo da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) elaborou uma tipologia das microrregiões em 2018, ponderando a renda e a variação da taxa de crescimento do PIB per capita. A figura 37 mostra as microrregiões das cidades selecionadas, considerando o agrupamento por matriz econômica da cidade-sede.

Figura 37 - Nordeste: Cidades selecionadas em suas microrregiões



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A figura 37 mostra que as cidades do grupo 1 estão situadas em microrregiões formadas por municípios de grandes extensões territoriais. Essas localidades têm em comum a inserção da atividade pecuária, a fruticultura irrigada e o cultivo de grãos, principalmente de soja – é o caso microrregião de Barreiras, integrante do MATOPIBA.

As cidades do grupo 2 estão em áreas consideradas estratégicas (nos cálculos da iniciativa privada apoiada pelo poder público) para a instalação de empreendimentos industriais, que costumam considerar fatores logísticos e fiscais. Próximo do Porto de Ilhéus está situado o polo de informática ilheense, cuja localização facilita a exportação. O mesmo ocorre em Imperatriz, onde a *Suzano* considerou as ferrovias e rodovias presentes na microrregião para escoar seus produtos até o porto de Itaqui (MA). As condições geográficas de Mossoró, por sua vez, possibilitaram as atividades de extração de petróleo e sal, beneficiando também os municípios vizinhos. Sobral é um polo calçadista, cuja atuação do governo estadual a condicionou para a instalação da Grendene, empregando trabalhadores da microrregião sobralense.

As cidades do grupo 3 estão situadas em microrregiões com maior quantidade de municípios, e se constituem como referências nas buscas por serviços. O comércio local é atrativo para as cidades vizinhas, sendo frequente as migrações pendulares dos moradores no entorno. Este movimento é um dos aspectos metodológicos na categorização dessas cidades como Capitais Regionais na rede urbana, de acordo com o REGIC 2018.

O quadro 9 contrapõe a tipologia dessas microrregiões de acordo com o PNDR (2018) e os dados municipais trabalhados nesta tese – referentes a dinâmica populacional, PIB e PIB per capita, entre 2010-2018 (recorte em que constam as informações mais recentes e que contemplam o período da crise econômica).

Quadro 9 - Nordeste: Classificação das cidades e microrregiões por tipologia

CIDADE E UF	MICRORREGIÃO	TIPOLOGIA DA MICRORREGIÃO PNDR	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA CIDADE-SEDE (2010-2020)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB DA CIDADE-SEDE (2010-2018)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA DA CIDADE-SEDE (2010-2018)	GRUPO DA CIDADE-SEDE NA TESE
ARAPIRACA (AL)	ARAPIRACA	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	0,9%	11,2%	10,2%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
BARREIRAS (BA)	BARREIRAS	MÉDIA RENDA E BAIXO DINAMISMO	1,3%	12,0%	10,4%	GRUPO 1 (AGROPECUÁRIA)
CAMPINA GRANDE (PB)	CAMPINA GRANDE	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	0,7%	7,9%	7,2%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
CARUARU (PE)	VALE DO IPOJUCA	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	1,5%	9,7%	8,0%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
CRATO (CE)	CARIRI	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	0,9%	4,0%	3,0%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
FEIRA DE SANTANA (BA)	FEIRA DE SANTANA	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	1,1%	9,4%	8,1%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
ILHÉUS (BA)	ILHÉUS-ITABUNA	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	-1,4%	6,5%	8,0%	GRUPO 2 (INDÚSTRIA)
IMPERATRIZ (MA)	IMPERATRIZ	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	0,5%	11,7%	11,1%	GRUPO 2 (INDÚSTRIA)
ITABUNA (BA)	ILHÉUS-ITABUNA	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	0,4%	6,6%	6,1%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
JUAZEIRO (BA)	JUAZEIRO	MÉDIA RENDA E BAIXO DINAMISMO	1,0%	10,8%	9,7%	GRUPO 1 (AGROPECUÁRIA)
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	CARIRI	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	1,0%	10,6%	9,5%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)
MOSSORÓ (RN)	MOSSORÓ	MÉDIA RENDA E BAIXO DINAMISMO	1,5%	4,9%	3,3%	GRUPO 2 (INDÚSTRIA)
PETROLINA (PE)	PETROLINA	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	1,9%	8,7%	6,6%	GRUPO 1 (AGROPECUÁRIA)
SOBRAL (CE)	SOBRAL	MÉDIA RENDA E MÉDIO DINAMISMO	1,1%	8,1%	6,9%	GRUPO 2 (INDÚSTRIA)
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	VITÓRIA DA CONQUISTA	MÉDIA RENDA E ALTO DINAMISMO	1,1%	9,1%	7,7%	GRUPO 3 (SERVIÇOS)

Fonte: elaborado pelo autor a partir do IBGE e PNDR (2019).

De acordo com o quadro 9 é possível notar alguns casos de não-sincronia entre a cidade e sua respectiva microrregião, principalmente em relação ao dinamismo. A microrregião formada por Ilhéus e Itabuna é classificada com *médio dinamismo*, porém, o conjunto dos dados apresentados até então, aponta que o crescimento econômico dessas duas cidades vem sendo menor que as demais Capitais Regionais selecionadas. O PIB per capita de Ilhéus cresceu 8,0% ao ano entre 2010-2018. Todavia, parte deste desempenho é decorrente da redução populacional no município ilheense ao longo dos anos. A taxa de crescimento do PIB entre 2010-2018 foi uma das menores entre as cidades selecionadas, sendo de 6,5% ao ano. Em Itabuna a população cresce lentamente, 0,4% ao ano entre 2010-2020. O PIB e o PIB per capita também apresentam taxas de aumento inferior as demais cidades, 6,6% e 6,1% ao ano, respectivamente.

Os casos de Juazeiro e Barreiras são contrapontos em relação às duas Capitais Regionais do Sul da Bahia. Enquanto as microrregiões do Vale do São Francisco (Juazeiro) e do Oeste da Bahia (Barreiras) foram classificadas com *baixo dinamismo*, as cidades-sede apresentaram taxas de crescimento destacáveis, como mostra o quadro 9. O PIB de Barreiras aumentou 12,0% ao ano entre 2010-2018, enquanto o PIB per capita cresceu 10,4% anualmente no mesmo período. Já o PIB de Juazeiro cresceu 10,8% ao ano entre 2010-2018, e o PIB per capita subiu 9,7% anualmente. Em ambos os casos as taxas estiveram entre as maiores registradas nas cidades selecionadas.

4.2.2 O perfil econômico das cidades selecionadas e a sinopse dos dados na crise

Após a apresentação dos dados secundários, contemplando as dinâmicas econômicas e populacionais recentes, a síntese a seguir consiste na articulação das informações expostas, junto às especificidades regionais referenciadas pela literatura.

Juazeiro e Petrolina (grupo 1 - agronegócio)

Importante aglomerado no interior do Nordeste, o bipolo Juazeiro-Petrolina tem na agricultura irrigada para exportação, um importante componente econômico. No Vale do São Francisco a fruticultura (uva e manga) gera muitos empregos nos perímetros irrigados de Juazeiro, Petrolina, Casa Nova (BA) e Lagoa Grande (PE). “Os primeiros estudos para a implantação de projetos foram os pioneiros Bebedouro e Mandacaru. O assentamento dos primeiros irrigantes ocorreu em 1968” (SOUZA, 2017, p. 99).

Desde a década de 1970 que essa região passa por um processo de agroindustrialização, com a implantação de empresas agrícolas e de processamento para agregar valor na produção.

Também é destaque a atuação de IES e da EMBRAPA Semiárido, que desenvolvem pesquisas e inovação para modernizar as técnicas produtivas (SOUZA, 2017).

Um intenso fluxo migratório ocorreu entre os Censos IBGE de 1970 e 1980, quando a população de Juazeiro passou de 61,6 mil habitantes para 118,1 mil residentes. Em Petrolina a população que era de 61,2 mil pessoas, cresceu para 104,2 mil habitantes. Desde os anos 1990, a cidade pernambucana vem registrando um crescimento constante (175 mil habitantes em 1991; 218 mil habitantes em 2000; 293 mil moradores em 2010; e 354 mil residentes nas estimativas de 2020). Petrolina foi o município com maior crescimento populacional entre as cidades selecionadas desta tese. A taxa de aumento populacional é de 2,4% ao ano entre 1991-2020.

A baiana Juazeiro também é uma das cidades com maior taxa de crescimento populacional. Entre 1991 e 2020 a população juazeirense aumentou 1,8% anualmente (eram 128 mil habitantes em 1991; 174 mil moradores em 2000; 197 mil residentes em 2010; e 218 mil habitantes pelas estimativas de 2020).

Além das atividades agrícolas nos projetos de irrigação, o bipolo tem importantes serviços de saúde e educação, com IES federal (UNIVASF), estaduais (UNEB e UPE), e faculdades privadas nas duas cidades. Esses equipamentos tornam o bipolo atrativo para novos residentes.

Os dados do Caged mostram que a conurbação teve saldo positivo de empregos, mesmo com a crise econômica. Entre 2015 e 2020 foram gerados +3,3 mil postos de trabalho em Juazeiro e +376 em Petrolina, totalizando cerca de 3,6 mil empregos no saldo da conurbação.

O setor com maior fatia no PIB 2018 de Juazeiro foi o de serviços (73%), seguido pela indústria (9%) e pela agropecuária (5%). Os impostos tiveram uma participação relativa de 13%. Todavia, como já mencionado anteriormente, as atividades agrícolas e a geração de emprego nos perímetros irrigados, possibilitam a circulação de capital nos demais setores. Na economia petrolinense os serviços abarcavam 65% do PIB 2018. Na sequência estavam a agropecuária com 14%, e a indústria com 11%. Os impostos contribuíram com 10%.

O PIB de Juazeiro foi o que mais cresceu entre as cidades selecionadas nos anos 2015-2018, com taxa de crescimento em 9,3% ao ano. Em Petrolina este aumento foi de 6,4% anualmente, no mesmo recorte (2015-2018).

De acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a balança comercial de Juazeiro foi positiva, considerando as exportações e importações entre 2015-2020. O saldo acumulado neste período chegou a 204,2 milhões de dólares. Petrolina também manteve sua balança comercial positiva no mesmo período (2015-2020), o valor

acumulado foi de 928,3 milhões de dólares. As frutas, uva e manga, são os principais produtos exportados pelo bipolo para os Estados Unidos e alguns países da Europa.

Barreiras (grupo 1 - agronegócio)

A Capital Regional do Oeste Baiano teve sua história ligada ao rio Grande, afluente do rio São Francisco. Com a expansão da fronteira agrícola do Brasil, essa região se constituiu num polo produtor de grãos – com destaque para a soja.

O município vizinho, Luís Eduardo Magalhães (LEM), era um distrito de Barreiras denominado de “Mimoso do Oeste”. A emancipação³⁹ ocorreu em 2000 pela Lei Estadual n. 7.619. Este município tem um expressivo crescimento populacional, no último recenseamento em 2010 eram 60 mil habitantes. Pelas últimas estimativas, LEM possui cerca de 90 mil residentes em 2020. Atualmente Barreiras e LEM influenciam o Oeste da Bahia de forma conjunta. A atratividade decorre do crescimento econômico regional, com a prosperidade da agricultura de grãos. O conjunto formado por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães vem apresentando dinamismo em diversos indicadores.

De acordo com os dados de exportação e importação, os números de Barreiras são expressivos. Dentre as cidades selecionadas é a segunda com maior valor de exportação – cerca de 1,8 bilhão de dólares no acumulado entre 2015-2020 (superada apenas por Imperatriz). Em LEM⁴⁰ este valor foi de 5,7 bilhões de dólares, no acúmulo do mesmo período. A balança comercial de Barreiras teve saldo positivo entre 2015-2020 em 1,7 bilhão de dólares.

Conforme Oliveira e Vieira (2018), os resultados são decorrentes dos investimentos do Governo Federal no final do século XX – com a criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da instalação da EMBRAPA. “A criação desses Órgãos pôde viabilizar uma agricultura do tipo extensiva, competitiva nesse solo e tornando essa região promissora” (OLIVEIRA; VIEIRA; 2018, p. 7).

Oliveira e Vieira (2018) ainda acrescentam que a presença de outros Órgãos federais como a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e os investimentos da SUDENE, consolidaram as atividades produtivas e assentaram os “colonos” em extensas áreas (OLIVEIRA; VIEIRA; 2018, p. 8). Fato que também ocorreu no bipolo Juazeiro-Petrolina.

Outra semelhança com as Capitais Regionais do Vale do São Francisco foi o fluxo migratório que ocorreu a partir do desenvolvimento dos projetos agrícolas. Embora a cultura

³⁹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/historico>

⁴⁰ Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>

seja diferente (o bipolo Juazeiro-Petrolina é voltado para a fruticultura irrigada), a produção de grãos no Oeste Baiano atraiu uma população composta por “migrantes sulistas para a ocupação dessas novas terras” (OLIVEIRA; VIEIRA; 2018, p. 8).

No Censo de 1991 Barreiras tinha 92 mil habitantes; passou para 131 mil moradores em 2000; e 137 mil residentes em 2010. O baixo acréscimo populacional entre os censos de 2000 e 2010 é decorrente da emancipação de LEM. O IBGE estima que a população de Barreiras em 2020 é de 156 mil moradores. Sendo assim, a taxa de crescimento populacional barreirense entre 1991-2020 foi de 1,8% ao ano. Os dados de emprego em Barreiras entre 2015-2020 foram positivos, o saldo chegou a +2,5 mil postos de trabalho.

Em relação ao PIB, o crescimento de Barreiras entre 2015-2018 foi de 8,5% ao ano (atrás apenas de Juazeiro, dentre as cidades selecionadas). Em 2018 o PIB barreirense apresentava a seguinte distribuição: 23% na agropecuária (maior participação relativa no setor agrícola dentre as cidades selecionadas); 13% na indústria; 56% nos serviços (o menor percentual comparado às demais Capitais Regionais). Os impostos tiveram participação de 9% em 2018.

Mossoró (grupo 2 - indústria)

É a maior cidade do interior do Rio Grande do Norte e possui na extração de sal e de petróleo, importantes componentes econômicos. De acordo com Silva (2015) a indústria extrativa do sal remonta ao século XIX, empregando famílias que fugiam da seca em outras áreas do Nordeste – fenômeno cíclico na região. Foi através de incentivos da SUDENE, junto aos investimentos estrangeiros, que a atividade salteira ganhou mecanização (SILVA, 2015, p. 58-59). De acordo com Silva (2015) à medida que a extração de sal foi se mecanizando, uma parcela da população que trabalhava nas salinas foi sendo desempregada. Posteriormente esta população é parcialmente empregada no polo de fruticultura, que se estabeleceu entre Mossoró, Assú e Baraúna (SILVA, 2015, p. 59).

Em relação ao petróleo, Mossoró contribuiu com dados significativos de extração da *comodity* para o estado potiguar. Entretanto, Silva (2015) mostra que a produção petrolífera em Mossoró apresentou sucessivas quedas entre 2000-2010. De acordo com as pesquisas do autor, eram 5,04 milhões de metros cúbicos nos campos de extração em 2000, e 3,01 milhões de metros cúbicos em 2010. Os dados secundários são da ANP (Agência Nacional do Petróleo) (SILVA, 2015, p. 59).

As pesquisas de Silva (2015), através dos relatórios da Petrobras, diagnosticaram que os campos de extração terrestres do Rio Grande do Norte já possuem mais de 30 anos e são

considerados maduros para a indústria petrolífera – o que explica a queda de produção. A Petrobrás está buscando novos poços na região (SILVA, 2015, p. 59).

Como a estatal brasileira teve importante contribuição no desenvolvimento econômico mossoroense, é “previsível” que a redução da produção tenha impacto no município em relação aos dados do emprego, renda e crescimento do PIB. A decomposição do PIB de Mossoró em 2018 era a seguinte: 3% na agropecuária; 17% na indústria (em 2010 a participação industrial no PIB chegou a 31%); 68% nos serviços; e 12% nos impostos. Com a perda relativa na economia mossoroense, o PIB industrial também apresentou queda entre 2010-2018, caindo - 2,7% ao ano.

Sendo uma Capital Regional, a cidade também concentra serviços mais complexos em relação ao seu entorno. Mossoró possui as IES públicas: UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte); UFRSA (Universidade Federal Rural do Semiárido); e o IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). Também abriga equipamentos de saúde, como o Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia, clínicas particulares e um Hospital da Unimed.

A população de Mossoró cresceu 1,5% anualmente entre 1991-2020. Eram 192 mil habitantes em 1991; 213 mil moradores em 2000; 259 mil residentes em 2010; e 300 mil habitantes nas estimativas de 2020. Em relação aos empregos, entre 2015-2020 o saldo mossoroense foi negativo com -3,4 mil postos de trabalho.

Sobral (grupo 2 - indústria)

Esta é a segunda maior cidade do interior cearense, atrás apenas de Juazeiro do Norte. Conforme Rodrigues, Teles e Sales (2019), o município tem significativa importância na rede urbana do Ceará, “tendo como destaque econômico a atividade industrial, o comércio e os serviços, que são os principais propulsores da geração de empregos formais” (RODRIGUES; TELES; SALES, 2019, p. 8). De acordo com esses autores, a instalação da Grendene impulsionou a economia local com a indústria de calçados.

Essa cidade passou por transformações econômicas, principalmente na década de 1990, com chegada da Grendene S.A., empresa gaúcha que se instalou no município por meio de benefícios fiscais, o que acabou por gerar muitos empregos formais. Segundo Holanda (2007) a empresa não apenas dinamizou a economia local, como também beneficiou e reforçou a centralidade que Sobral já exercia no Ceará (RODRIGUES; TELES; SALES, 2019, p. 8).

A indústria é proeminente na economia sobralense. Os dados do PIB 2018 mostram que o setor industrial tinha participação relativa de 23% (este percentual já chegou a 37% em 2000).

A agropecuária corresponde a 1% do PIB, e os serviços a 64%. Os impostos tiveram participação de 12% em 2018.

Entre 2010 e 2018 o PIB industrial sobralense apresentou baixo crescimento no comparativo com outras cidades. A taxa de crescimento anual foi de 3,8% entre 2010-2018 (passando de R\$ 810 milhões para R\$ 1,09 bilhão). Ainda assim, Sobral tem o 5º maior PIB industrial dentre as Capitais Regionais selecionadas. No setor de serviços destacam-se a atuação do Hospital Regional Norte, que atende a 1,6 milhão⁴¹ de pessoas em 55 municípios do norte cearense, e importantes equipamentos educacionais – os quais contribuem com o destaque de Sobral em alguns indicadores nacionais de educação. São IES públicas: a UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú); a UFC (Universidade Federal do Ceará); e o IFCE (Instituto Federal do Ceará).

Na dinâmica populacional entre 1991-2020, Sobral teve um aumento de 1,7% ao ano nesta periodização (127 mil habitantes em 1991; 155 mil moradores em 2000; 188 mil habitantes em 2010; e 210 mil residentes nas estimativas 2020).

Com relação aos empregos, o saldo foi negativo com -3,4 mil postos de trabalho entre 2015-2020. Em paralelo, também houve queda nas exportações do município neste mesmo período. Em 2015 Sobral exportou 184,4 milhões de dólares. Em 2020 esse valor caiu para 97,7 milhões de dólares – efeitos da crise econômica e sanitária. De acordo com a CDL⁴², o segmento de calçados vem sofrendo perdas com o enfraquecimento do mercado interno e a concorrência internacional. Fatos que tiveram influência na redução das exportações do Ceará.

Imperatriz (grupo 2 - indústria)

A segunda maior cidade do Maranhão teve sua economia impulsionada a partir da instalação da *Suzano Papel e Celulose* em 2014. O PIB industrial imperatrizense cresceu expressivamente, aumentando de R\$ 387 milhões em 2010 para R\$ 1,69 bilhão em 2018 (taxa de crescimento anual de 20,5%). Este fato também modificou a composição do PIB 2018. A indústria tem 24% de participação (em 2010 a fatia industrial era de 13%). Os serviços ainda correspondem pela maior parte do PIB com 64%, seguido pelos impostos com 11%. A agropecuária tem menos de 1% de participação na economia local. Nos anos 2000 o setor de serviços era o principal componente do PIB e destaque na geração de empregos. Embora ainda

⁴¹ Fonte: <https://www.isgh.org.br/hospital-regional-norte>

⁴² Fonte: <https://cdls.org.br/dn-1o-trimestre-decepciona-e-industria-de-calçados-amarga-perdas/>

permaneça com a maior participação relativa no PIB 2018, o percentual cai de 76% nos anos 2000 para os atuais 64%, decorrente da emergência do setor industrial.

A alavancada industrial resultou na liderança de Imperatriz, dentre as cidades selecionadas, nos dados de exportação. O acumulado entre 2015-2020 foi de 4,05 bilhões de dólares, o que contribuiu para o saldo positivo de sua Balança Comercial em 3,95 bilhões de dólares no mesmo período.

De acordo com Borges e Carniello (2014) a economia imperatrizense é marcada por ciclos: “o ciclo do gado; da borracha; da castanha; dos garimpos de cristal e diamante; do arroz e da madeira; bem como o ciclo do ouro, são caracterizados como atividades ligadas ao extrativismo primário e à agropecuária, ainda rudimentar” (BORGES; CARNIELLO, 2014, p. 4).

Antes da instalação da *Suzano*, a indústria em Imperatriz era tímida, porém possuía atividades no município que geravam empregos em determinados segmentos. “A indústria instalada em Imperatriz, já a partir da década de 1990, atuava no campo da confecção de roupas, de produtos cerâmicos e de fabricação de móveis” (BORGES; CARNIELLO, 2014, p. 7).

As análises de Borges e Carniello (2014) são anteriores ao período de destaque das atividades industriais da *Suzano*. As autoras demonstravam preocupação com a sustentabilidade econômica do município maranhense, o qual estava dependente do setor terciário e enfrentava concorrência com outras cidades em ascensão (Açailândia, no Maranhão; Araguaína, no Tocantins; e Marabá, no Pará) relativamente próximas de Imperatriz (BORGES; CARNIELLO, 2014, p. 10). Todavia, a série histórica dos dados do PIB mostram que o setor secundário vem se consolidando e transformando Imperatriz num polo industrial do interior do Nordeste.

Em relação ao crescimento populacional, o município passou por emancipações na década de 1990 – o que reduziu sua população consideravelmente. No Censo de 1991 eram 276 mil habitantes; em 2000 caiu para 230 mil moradores; em 2010 foram recenseadas 247 mil pessoas; e nas estimativas de 2020 são 259 mil habitantes. As emancipações fizeram com que a taxa de crescimento populacional entre 1991-2020 fosse de -0,2% ao ano. Os efeitos da nova dinâmica econômica são recentes (a partir de 2014) e devem ser captados no próximo Censo Demográfico, ainda a ser realizado pelo IBGE.

Ilhéus (grupo 2 - indústria) e Itabuna (grupo 3 - serviços)

As duas Capitais Regionais do Sul da Bahia possuem uma relação de complementaridade na região. Ilhéus é uma cidade antiga, sua formação advém desde o Brasil Colônia, com as Capitânicas Hereditárias. A vizinha Itabuna tem sua trajetória marcada por rotas comerciais que, inclusive, foram precursoras na sua consolidação como um dos principais centros de comércio e serviços da Bahia.

A cultura cacaueteira esteve presente no território de ambas, e possibilitou o estabelecimento de uma elite local que enriquecia com as exportações do cacau – produto agrícola de maior relevância para a região. Com o declínio das exportações do cacau, na década de 1990, em decorrência da crise provocada pela doença *vassoura-de-bruxa*, os demais setores econômicos da região foram afetados. Inclusive com o endividamento dos produtores rurais (MIDDLEJ, 2018). Mesmo com o desenvolvimento de pesquisas e a atuação de instituições como a CEPLAC, junto aos esforços do Governo Federal com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueteira Baiana (1995), a dívida dos produtores crescia com os juros aplicados em meio ao crédito para sanar as perdas e as crises cíclicas do cacau (MIDDLEJ, 2018).

Esta condicionante afetou a economia em muitos segmentos, com as perdas de postos de trabalho e a redução no fluxo de capital nessa região. Os dados mais recentes mostram que Ilhéus vem perdendo habitantes a cada recenseamento (223 mil residentes em 1991; 222 mil habitantes em 2000; 184 mil moradores em 2010; e 159 mil residentes nas estimativas de 2020). A vizinha Itabuna não teve redução populacional, porém apresenta baixo crescimento demográfico (185 mil residentes em 1991; 196 mil habitantes em 2000; 204 mil moradores em 2010; e 213 mil residentes nas estimativas de 2020). O decréscimo populacional de Ilhéus chegou a -1,1% ao ano entre 1991 e 2020. Em Itabuna o aumento da população foi de apenas 0,5% entre 1991 e 2020 anualmente, o que infere indícios de estagnação populacional.

De acordo com Queiroz et al (2020) as duas cidades possuem saldo migratório negativo nas três categorias de migração: inter-regional (Itabuna -7.037 pessoas, e Ilhéus -6.781 pessoas); intra-regional (Itabuna -407 pessoas, e Ilhéus -374 pessoas); e intraestadual (Itabuna -11.089 pessoas, e Ilhéus -162 pessoas).

A dificuldade em fixar novos moradores parece persistir, conforme as estimativas mais atuais do IBGE. Tal fenômeno no eixo Ilhéus-Itabuna pode estar relacionado com o desempenho negativo no saldo de empregos. Somadas as duas Capitais Regionais, o saldo foi de -6,1 mil postos de trabalho (Itabuna com -4.571 e Ilhéus com -1.555) entre 2015 e 2020, segundo os dados do Caged.

O PIB agropecuário em 2018 tem baixa participação na economia de Ilhéus (3%) e de Itabuna (menos de 1%). A indústria possui maior evidência na economia ilheense, compondo 24% do PIB total em 2018. Na vizinha Itabuna o PIB industrial representa 14% da economia itabunense. O setor de serviços é o que mais tem participação no PIB de Itabuna com 75%. Em Ilhéus os serviços correspondem por 58% do PIB – percentual relativamente baixo para os parâmetros das cidades selecionadas. Os impostos possuem maior peso do que o setor agropecuário, sendo 11% do PIB grapiúna⁴³ e 15% do PIB ilheense. Entre 2015 e 2018 a economia de Ilhéus cresceu 5,3% ao ano, e a de Itabuna 2,1%. Nas duas cidades houve redução no ritmo de crescimento do PIB, quando as taxas atuais são comparadas com períodos anteriores.

Atualmente Ilhéus abriga um polo de informática e exporta produtos diversos através do seu Porto marítimo. De acordo com o Sindicato da Indústria Baiana⁴⁴, cerca de 30 empresas de informática, eletrônica, elétrica e de telecomunicações, fazem parte do Polo ilheense inaugurado em 1995. Itabuna, por sua vez, se especializou como um centro de serviços, sendo classificada como Capital Regional B pelo REGIC.

Crato e Juazeiro do Norte (grupo 3 - serviços)

Juntamente com Barbalha (cidade que também faz parte deste aglomerado cearense) o conjunto CRAJUBAR forma uma Região Metropolitana dinâmica no interior nordestino. A cidade do Crato foi a primeira centralidade regional, sendo um importante núcleo econômico e político do interior cearense. Até o final século XIX a vizinha Juazeiro do Norte era um distrito cratense – denominado de “Tabuleiro Grande” (NASCIMENTO, 2018).

Após a atuação do Padre Cícero Romão Batista vários movimentos políticos entre as oligarquias cearenses voltaram suas atenções para Juazeiro do Norte. Fatos já mencionados no capítulo histórico da tese. “O Padre Cícero foi o principal agente impulsionador do crescimento de Juazeiro do Norte, lutando pela emancipação política do então distrito e transformando-se no primeiro prefeito da cidade” (NASCIMENTO, 2018, p. 90). De acordo com Nascimento (2018), o CRAJUBAR comanda diversas atividades socioeconômicas e culturais do sul cearense.

Esse aglomerado como um dos mais expressivos demograficamente e economicamente do Nordeste, em especial do sertão nordestino, ao lado da aglomeração de Petrolina-Juazeiro, constitui-se em polo de atração populacional (NASCIMENTO, 2018, p. 90).

⁴³ Gentílico de Itabuna: itabunense ou grapiúna. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/itabuna-ba/grapi%C3%BAAna/>

⁴⁴ Fonte: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/causas/2013/11/72,29530/o-polo-de-informatica-de-ilheus.html>

Entre 1991 e 2020 a população de Juazeiro do Norte cresceu 1,6% anualmente (eram 173 mil habitantes em 1991; 212 mil residentes em 2000; 249 mil moradores em 2010; e 276 mil habitantes nas estimativas de 2020). O Crato teve um crescimento populacional mais tímido, sendo 1,3% o aumento anual no mesmo período (90 mil residentes em 1991; 104 mil moradores em 2000; 121 mil habitantes em 2010; e 133 mil residentes nas estimativas de 2020).

Nos serviços de educação o CRAJUBAR conta com IES que oferecem uma diversidade de cursos. São instituições públicas: UFCA (Universidade Federal do Cariri); UFC (Universidade Federal do Ceará); URCA (Universidade Regional do Cariri); e o IFCE (Instituto Federal do Ceará). A Região Metropolitana também possui várias faculdades privadas. Em relação a saúde, Juazeiro do Norte abriga o Hospital Regional do Cariri e Barbalha conta com hospitais públicos de alcance estadual, como o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, o Hospital Santo Antônio e o Hospital do Coração (NASCIMENTO, 2018, p. 95).

O PIB 2018 de Juazeiro do Norte apresentava a seguinte composição: menos de 1% na agropecuária; 9% na indústria; e 80% nos serviços. Os impostos chegaram a compor 11% da economia juazeirense. No Crato a participação por setor no PIB 2018 era similar: 3% na agropecuária; 9% na indústria; e 80% nos serviços. O peso dos impostos no PIB 2018 cratense foi de 8%.

Em relação aos empregos entre 2015-2020, o Crato teve um saldo de -1.519 e Juazeiro do Norte obteve saldo de -927. Desempenho este que se alinha com a maioria das cidades brasileiras, cujo setor de serviços seja a principal fonte econômica.

Caruaru (grupo 3 - serviços)

O município mais populoso do interior de Pernambuco manteve sua vocação econômica como polo comercial. Somando à tradição das feiras livres, foi incrementado ao setor terciário, serviços mais complexos de saúde e educação. Caruaru é uma Capital Regional influente no Nordeste, com relativa proximidade geográfica do Recife e de outros centros urbanos importantes, como Campina Grande e João Pessoa.

Caruaru localiza-se numa posição estratégica, no entroncamento de duas rodovias federais (BR-232 e BR-104) e duas estaduais (PE-095 e PE-145), facilitando a conexão com as cidades do entorno e outras redes, concentrando importantes instituições federais e estaduais, e apresentando elevadas taxas quanto à concentração e crescimento populacional e o aumento do seu PIB municipal (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019, p. 3).

Conhecida como a “Capital do Agreste”, Caruaru teve um crescimento populacional considerável (em 1991 eram 213 mil habitantes; em 2000 aumentou para 253 mil residentes; no Censo de 2010 a população era de 314 mil pessoas; e nas estimativas de 2020 são 365 mil habitantes). A taxa de crescimento populacional foi de 1,9% ao ano entre 1991-2020.

Os dados sobre migração elencados por Queiroz et al (2020), a partir do Censo de 2010, mostram que Caruaru é uma das cidades mais atrativas do interior do Nordeste. De acordo com esses autores, nas três categorias de movimentos migratórios (inter-regional, intra-regional e intraestadual) Caruaru apresentou saldo positivo de migrantes (540 pessoas; 88 pessoas; e 10.999 pessoas, respectivamente) entre 2005-2010. A maioria dos imigrantes são de outros municípios do próprio estado de Pernambuco. A rede urbana de Caruaru tem influência em cidades do seu entorno e em outras regiões pernambucanas.

Quanto à rede de Caruaru, ressalta-se por observação empírica que a polarização desse município em relação a algumas atividades, como saúde e educação, extrapola os limites da rede ora apresentada, influenciando em redes vizinhas, especialmente aquelas conectadas por eixos rodoviários contínuos e federais, como a rede de Pesqueira e cidades próximas da rede do Recife (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019, p. 18).

Foi pela considerável oferta de serviços que Caruaru se consolidou como Capital Regional. O PIB 2018 do município era composto da seguinte configuração: 2% na agropecuária; 11% na indústria; 74% nos serviços; e 14% de impostos. O PIB de Serviços passou de R\$ 2,44 bilhões em 2010 para R\$ 5,26 bilhões em 2018, um crescimento de 10,1% ao ano. Os serviços foram afetados pela crise de 2015 em relação a geração de empregos. O saldo de postos de trabalho entre 2015-2020 foi de -4,1 mil empregos em Caruaru. No Brasil o setor terciário esteve mais sensível às baixas na economia.

Vitória da Conquista (grupo 3 - serviços)

É a terceira maior cidade da Bahia, superada apenas pela capital estadual Salvador e Feira de Santana. Com população superior aos 340 mil habitantes, se especializou como centro comercial para sua região. A rede urbana conquistense também possui influência em cidades de Minas Gerais, conforme o REGIC 2018, fazendo com o que o seu alcance supere 2 milhões de pessoas. Como outras cidades apresentadas, a posição geográfica favorece a condição de centralidade na busca por serviços de educação, saúde e comércio.

O PIB dos serviços em Vitória da Conquista cresceu 10,1% ao ano entre 2010-2018, passando de R\$ 2,38 bilhões para R\$ 5,15 bilhões. O setor terciário foi o de maior relevância na economia conquistense, com 73% de participação no PIB 2018. O setor industrial obteve

13% na composição, seguido pelos impostos com 12% e a agropecuária com apenas 2%. Nos empregos gerados entre 2015-2020 o saldo foi positivo com +593 postos de trabalhos.

A população de Vitória da Conquista aumentou de forma constante, com uma taxa de 1,4% ao ano entre 1991-2020 (eram 225 mil pessoas em 1991; 262 mil habitantes em 2000; 306 mil moradores em 2010; e 341 mil residentes nas estimativas de 2020).

Assim como foi apontado no capítulo histórico da tese, Vitória da Conquista manteve sua vocação de entreposto comercial com eixos logísticos que facilitam a circulação de pessoas e mercadorias. “A localização geográfica foi bastante privilegiada pelas rodovias que foram abertas na cidade, principalmente a BR-116 e a Ilhéus-Lapa [BR-415 e BA-262] que passaram a integrar municípios das regiões do centro-sul da Bahia e do norte de Minas Gerais” (SOUTO, 2017, p. 12).

Arapiraca (grupo 3 - serviços)

Esta Capital Regional é a segunda maior cidade de Alagoas. Sua principal atividade econômica é o comércio. O setor terciário correspondia por 68% do PIB 2018, a agropecuária possuía 13% de participação, seguida pelos impostos com 11% e pela indústria com 8%. O PIB dos serviços cresceu 11,5% ao ano entre 2010-2018 (aumentando de R\$ 1,28 bilhão para R\$ 3,05 bilhões).

Nos dados divulgados pelo Caged em 2015, Arapiraca foi a única das cidades selecionadas a ter saldo positivo naquele ano com +2.080 postos de trabalho, sendo destaque nacional diante do desemprego que atingia o país. No acumulado entre 2015-2020, o saldo foi de +3.060 empregos. O setor que mais empregou foi justamente o comércio. A instalação de unidades atacadistas (como o Assaí, do grupo Pão de Açúcar e o Atacadão, do grupo Carrefour), além da inauguração do Arapiraca Garden Shopping (o maior centro de compras e lazer do interior alagoano), dinamizaram o setor comercial.

A dinâmica populacional de Arapiraca possui um crescimento constante, próximo da média brasileira. Entre 1991-2020 a população aumentou 1,2% ao ano. Sendo 164 mil habitantes em 1991; 186 mil moradores em 2000; 214 mil habitantes em 2010; e 233 mil residentes nas estimativas de 2020.

De acordo com Queiroz et al (2020) este município teve saldo migratório positivo na categoria intraestadual (+2.478 pessoas entre 2005-2010). Dados que mostram a atratividade de Arapiraca mais incidente no estado de Alagoas, o qual possui apenas duas cidades com população superior a 100 mil habitantes (a capital Maceió e a própria Arapiraca). A interiorização do desenvolvimento alagoano ainda se mostra tímida, com poucos centros

urbanos oferecendo serviços mais complexos fora da Região Metropolitana de Maceió, conforme o REGIC 2018.

Feira de Santana (grupo 3 - serviços)

A segunda maior cidade da Bahia também é o maior entroncamento rodoviário do estado, sendo um ponto de convergência das rodovias: BR-324, BR-116, BA-502 e BA-503. Sua localização estratégica resultou na condição de entreposto comercial, como foi mostrado no capítulo histórico da tese.

A proximidade com Salvador (115 quilômetros) possibilita intensas relações com a capital baiana. Por outro lado, este fato também influencia no desenvolvimento de serviços mais complexos, como o crescimento do Aeroporto de Feira de Santana. Enquanto a capital baiana concentra voos regulares domésticos e internacionais, o poder público feirense alerta⁴⁵ para a falta de investimentos por parte do governo do estado no aeroporto local. Embora a prefeitura alegue que há demanda, é “previsível” que boa parte da população se desloque para Salvador na busca de preços mais acessíveis, diante da diversidade de conexões aéreas que a capital baiana oferece.

Ainda assim, Feira de Santana possui um setor terciário consolidado como mostram os dados do PIB. Em 2018, cerca de 68% do PIB estava concentrado nos serviços. A indústria correspondia com uma fatia de 17%, seguida pelos impostos com 15%. O setor agrícola tinha menos de 1% de participação econômica. O PIB dos serviços cresceu de R\$ 4,4 bilhões em 2010 para R\$ 10,0 bilhões em 2018 – a taxa anual de crescimento foi de 10,6%. No saldo de empregos entre 2015-2020, Feira de Santana registrou -7,7 mil postos de trabalho. Os anos de 2015 e 2016 foram os de pior desempenho, com -5,9 mil e -5,8 mil vagas, respectivamente.

Um fenômeno atuante na economia feirense é a informalidade. Conforme Teles (2014) “o comércio informal em Feira de Santana representa parte significativa na organização do espaço urbano. Originado com a feira livre, reestrutura-se continuamente e mantém posição de destaque entre as atividades econômicas” (TELES, 2014, p. 9).

Com o desemprego⁴⁶, as atividades econômicas informais na Bahia têm sido cada vez mais evidentes. Muitos baianos se situam na informalidade, cenário agravado com a crise sanitária da COVID-19. Em Feira de Santana tal condição é ainda mais antiga.

⁴⁵ Fonte: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223399/apos-anuncio-de-novos-aeroportos-para-a-bahia-colbert-critica-falta-de-investimentos-em-feira-prioridade-zero.html?mobile=true>

⁴⁶ Fonte: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2160509-bahia-tem-maior-taxa-de-desemprego-do-brasil-em-2020-trabalhadores-informais-sao-os-mais-afetados>

Pelo histórico de formação do município é possível compreender que esta não é uma atividade recente, o destaque se dá para a expansão dos espaços ocupados bem como o número de itens à disposição da clientela. Com o processo de reestruturação produtiva é possível notar uma mudança no comércio de rua e sua repercussão nos espaços centrais da cidade. O primeiro elemento a se destacar refere-se ao número de camelôs, segundo o Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana (SINDICAME), os últimos dados oficiais sobre a quantidade de camelôs em Feira de Santana são do ano 2000, onde foram contados cerca de 10 mil camelôs. Para o Sindicato, atualmente esse número dobrou (TELES, 2014, p. 7).

A taxa de crescimento populacional em Feira de Santana foi de 1,5% ao ano entre 1991-2020. No Censo de 1991 eram 406 mil habitantes; em 2000 foram recenseadas 480 mil pessoas; em 2010 eram 556 mil residentes; e nas estimativas de 2020 são 619 mil moradores. A atração populacional do município é decorrente da oferta de serviços (saúde e educação) e da disponibilidade de empregos (formais e informais).

Campina Grande (grupo 3 - serviços)

A segunda maior cidade da Paraíba já foi o município mais populoso do estado até o Censo de 1970. Historicamente, Campina Grande estabeleceu ligações comerciais com várias cidades (incluindo o Recife) o que contribuiu para o desenvolvimento campinense.

O desenvolvimento do comércio de Campina Grande ocorre após 1907, quando a linha de ferro chega ao município, pois se tornou o transporte fundamental para levar o algodão e trazer mercadorias do Recife. No período que antecedia o início do século XX, o comércio de Campina Grande limitava-se às mercadorias e aos produtos agropecuários manufaturados nas imediações (PEREIRA, 2016, p. 333).

Durante as primeiras décadas do século XX, Campina Grande se consolida como um polo de escoamento da produção de algodão. Com o crescimento local, outras atividades passam a fazer parte da economia campinense. “Até 1930, predominava no comércio de Campina Grande as atividades de compra e exportação de algodão, embora nessa década crescesse rapidamente o número de estabelecimentos comerciais atacadistas, varejistas, as indústrias, os bancos etc.” (PEREIRA, 2016, p. 335).

De acordo com Pereira (2016), a importância do algodão tem efeitos na economia campinense até a metade do século XX. Com a industrialização do Brasil e os incentivos industriais da SUDENE há uma crescente oferta de novas mercadorias na economia regional. Este processo é mais evidente em Campina Grande a partir das décadas de 1960-1970 (PEREIRA, 2016, p. 338).

Atualmente a cidade permanece com importantes inter-relações, visto que sua localização é relativamente próxima de centros urbanos proeminentes na rede urbana nordestina (Recife, João Pessoa e Caruaru). Além do destaque na oferta de serviços, enquanto Capital Regional, Campina Grande vem se desenvolvendo como polo tecnológico.

Os investimentos públicos nos serviços de educação foram preponderantes para o surgimento do “Oásis Tecnológico” – como denominam os pesquisadores. “A partir de decisões políticas e econômicas houve investimento nessa vocação da cidade, através da implantação de uma infraestrutura educacional de porte” (VILAR; LIMA, 2006, p. 9). Sendo assim, Campina Grande se consolidou, através de suas universidades, num polo educacional, científico e tecnológico, “com alguns de seus cursos situados entre os melhores do país (VILAR; LIMA, 2006, p. 10).

Os dados mais recentes de exportação mostram que houve queda nos números de Campina Grande. Em 2015 foram exportados 84,3 milhões de dólares. Em 2020 a soma das exportações caiu para 51,2 milhões de dólares. Resultado decorrente da crise interna e externa, com a pandemia da COVID-19. Em relação aos empregos, também houve redução nos postos de trabalho entre os anos 2015-2017. Foram três anos consecutivos de saldo negativo. Já em 2020 o saldo positivo campinense foi destaque no Nordeste, com +6,4 mil vagas – número puxado pela Administração Pública e pelo comércio varejista⁴⁷. O PIB dos serviços foi o que mais cresceu entre 2010-2018, com uma taxa anual de 8,7% (passando de R\$ 3,11 bilhões em 2010 para R\$ 6,05 bilhões em 2018). O PIB industrial cresceu 6,6% ao ano no mesmo período (aumentou de R\$ 1,2 bilhão em 2010 para R\$ 2,0 bilhões em 2018). A composição econômica do PIB 2018 era: 66% nos serviços; 22% na indústria; 12% de impostos; e menos de 1% na agropecuária. O crescimento populacional campinense entre 1991-2020 está abaixo da média nacional, sendo uma das cidades selecionadas com uma das menores taxas de aumento da população (0,8% ao ano). Eram 326 mil habitantes em 1991; 355 mil moradores em 2000; 385 mil residentes em 2010; e 411 mil habitantes nas estimativas de 2020.

Esta seção encerra a apresentação dos dados, junto à literatura, que considerou as especificidades das cidades selecionadas. A sinopse e os indicadores mostraram que a conjuntura econômica varia, mesmo diante da crise nacional. Desse modo, infere-se que os processos a nível local têm relevância na dinâmica, porém, a alocação de investimentos em setores estratégicos e suas inter-relações (atividades industriais e produtos agrícolas para exportação) também atuam na economia.

⁴⁷ Fonte: <https://campinagrande.pb.gov.br/apesar-da-pandemia-campina-grande-se-destacou-em-2020-pelo-maior-saldo-de-geracao-de-empregos-formais-no-interior-do-nordeste/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Xilogravura - Marcelo Soares⁴⁸

⁴⁸ Fonte: <https://www.cordelendo.com/2021/07/bloguexposicao-xilogravura-de-marcelo.html?m=0>

A tese teve como objetivo principal atualizar o panorama socioeconômico das principais cidades médias do Nordeste. Levando-se em conta os acontecimentos externos à região, a pesquisa contribuiu com a sistematização e análise de dados secundários, cotejando-os à literatura sobre definições de cidades médias e sobre as cidades estudadas, dialogando com as escalas municipal, regional e nacional.

Foram selecionadas quinze cidades classificadas como “Capitais Regionais” pelo IBGE. Essas cidades exercem influências relevantes no território nordestino quanto a distribuição de bens e serviços; infraestrutura; oferta de empregos; polarização; e relativo poder de decisão sobre hinterlândias de grande extensão territorial.

A hipótese de que as particularidades econômicas e geográficas das cidades médias são fatores importantes nas análises dos efeitos da crise de 2015 foi confirmada. As posições geográficas e as atividades econômicas das cidades médias nordestinas são diferenciadas, de modo que os efeitos da crise as afetam distintivamente conforme a atuação dos setores primário, secundário e terciário em suas respectivas economias.

Os objetivos específicos foram trabalhados ao longo dos capítulos, situando o leitor em relação ao valor dos achados históricos no capítulo inicial com a sistematização da literatura sobre a formação das cidades selecionadas articulada aos processos históricos do Brasil. Na sequência, foram apresentados indicadores em periodização consistente com as análises propostas nos objetivos.

Algumas limitações metodológicas, como a Pandemia da COVID-19 e a não realização do Censo em 2020, obrigaram a alteração de alguns redirecionamentos na abordagem metodológica para a realização da pesquisa empírica. Todavia, em que se ressalte sua importância, a tese pode contribuir na elaboração de planejamentos urbano e econômico, considerando as especificidades regionais apresentadas, desde a trajetória histórica até os diferentes efeitos da crise nos indicadores.

A reconstituição dos processos históricos enriqueceu a análise ao possibilitar a observação da influência da formação econômica e territorial do Brasil no povoamento litorâneo e na ocupação relativamente tardia do interior. Desse modo, como não podia deixar de ser, muitos processos econômicos permaneceram condicionados aos interesses da Coroa Portuguesa e da classe econômica colonizadora.

As primeiras aglomerações urbanas do período colonial se constituíram no litoral com propósitos de defesa do território, através dos fortes e das feitorias, de modo a assegurar domínio e exploração econômica da Colônia. Sendo assim, as primeiras cidades brasileiras tinham funções defensivas, comerciais, políticas e religiosas. Nessa “urbanização pretérita”,

como define Milton Santos, as urbes de Salvador, Recife-Olinda, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão, Belém do Pará, Vila Rica (Ouro Preto), entre outras, formavam a rede urbana colonial do Brasil, tendo esta última emergido no interior por força, como se sabe, da economia mineira do século XVIII.

A base da economia nordestina, por sua vez, esteve (por muito tempo) voltada para a produção e exportação do açúcar. A atividade açucareira deixou marcas profundas na sociedade, estruturada – no interior dos engenhos, nas instituições e nas relações sociais em geral – pelo regime escravista. Embora tivesse menor relevância econômica, a pecuária extensiva, articulada ao complexo açucareiro, representou o vetor da interiorização no território da região. As “rotas das boiadas” estabelecidas no interior do Nordeste transportavam o gado entre o litoral e o sertão, visando ao abastecimento dos mercados da zona da mata açucareira. Este movimento propiciou o surgimento de algumas aglomerações que serviam de entreposto nessa dinâmica. É a partir deste processo que muitas cidades médias estudadas nesta tese tiveram sua história iniciada.

Em que pese as condicionantes econômicas e os interesses do capital na dinâmica urbana brasileira, o país acentua sua urbanização apenas no século XX, impulsionada pelo processo de industrialização, que vai estimular o mercado interno e a integração das economias regionais, bem como as desigualdades territoriais. Na década de 1970, o Brasil tem a maior parte de sua população vivendo em cidades, atraída pela oferta de empregos que se concentram nas principais aglomerações do Sul-Sudeste.

Esta trajetória histórica criou disparidades socioeconômicas entre as macrorregiões e nas relações entre os meios rural e urbano. A alocação dos empregos nas grandes cidades resultou numa emigração da população de áreas menos atrativas e, portanto, não contempladas com os investimentos públicos e privados em urbanização que a industrialização exigia. A lógica de instalação de empreendimentos estava condicionada à disponibilidade de infraestrutura, abundância de mão-de-obra barata, incentivos fiscais e apoio político.

A conjuntura requeria planejamento, então favorecido pelas estratégias desenvolvimentistas que prosperavam desde o pós-guerra. As Regiões Metropolitanas, principalmente do Sudeste, haviam atravessado período de forte e desordenado crescimento demográfico acarretando problemas sociais e na estrutura urbana. Os planos nacionais de desenvolvimento dos governos militares na década de 1970, particularmente o II PND em 1975, elevam investimentos públicos e estimulam investimentos privados na infraestrutura econômica e urbana das principais cidades do país, possibilitando a instalação de equipamentos que elevassem o nível de atividade econômica e gerassem emprego em regiões complementares aos

maiores eixos metropolitanos, possibilitando um movimento de interiorização até então inédito. É nesse contexto da década de 1970 que se originam as discussões conceituais sobre “cidade média”. O conceito acompanha a dinâmica destas cidades, apresentando-se com novas definições a partir das reorganizações urbanas no território brasileiro no decorrer dos séculos XX e XXI. Entre os efeitos do II PND observa-se o crescimento de algumas regiões do interior do Brasil, inclusive no Nordeste, das quais são exemplos o bipolo agrícola de Juazeiro-Petrolina e o polo de Barreiras, com o cultivo de grãos para exportação.

A crise econômica global na década de 1980 provoca desorganização da economia brasileira, elevado processo inflacionário e grande endividamento externo. Após tentativas anteriores fracassadas de estabilização da moeda, o Plano Real é implementado, em meados da década de 1990, obtendo êxito na contenção da inflação, ao custo, porém, de elevação da dívida pública e de desnacionalização de partes significativas das cadeias produtivas. Nesse contexto, a renda média das famílias estava em níveis baixos no país como um todo, e nas cidades do interior, principalmente do Nordeste, em especial.

Embora a Carta de 1988 incluísse dispositivos que apontavam para mudanças no dever do estado com relação ao bem-estar da população, a transferência de renda ainda não ocorria, sendo centralizada em grandes centros urbanos de regiões muito específicas do eixo Sul-Sudeste. A situação socioeconômica no Nordeste era ainda marcada pelo relativo atraso regional. Em vários indicadores, as cidades estudadas continuavam a se situar abaixo da média nacional, especialmente no acesso da população à saúde, educação, emprego e renda.

A circunstância melhora com as políticas de desenvolvimento implementadas nos governos progressistas de Lula e Dilma (nos anos 2000), como mostraram os gráficos e tabelas. Há evolução nos indicadores a partir dos investimentos na infraestrutura das cidades, na interiorização do ensino superior e no aumento da renda da população (bolsa família, política de aumento do salário-mínimo, acesso ao crédito etc.). Desse modo, os centros interioranos se tornam atraentes à iniciativa privada como áreas promissoras para investimentos, inclusive para instalação de equipamentos mais complexos. A estagnação da renda local, vivenciada até o início dos anos 2000, era um fator impeditivo para que alguns serviços se instalassem em localidades mais distantes das grandes capitais.

Com a mudança no perfil político-ideológico e, conseqüentemente, nas prioridades do Governo Federal, o panorama econômico das cidades médias nordestinas passa novamente por transformações, a partir de 2016. A crise econômica e política de 2015 causou desemprego, redução do produto interno bruto e na circulação de bens e capitais, além da queda no consumo das famílias. Este cenário é agravado com a escassez de investimentos públicos e investimentos

privados externos. Sem as devidas políticas de desenvolvimento, nessas cidades ocorreu redução no ritmo do crescimento econômico, com implicações na sociedade. A desaceleração é prejudicial à manutenção da vida urbana, às relações de trabalho, à atratividade local e ao dinamismo econômico, comprometendo o bem-estar social. Outro aspecto a ser destacado é a relevância da Administração Pública no PIB de muitas cidades do interior brasileiro. As reformas decorrentes do alinhamento do Governo Federal a políticas neoliberais, como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa, tendem a agravar o sucateamento dos serviços públicos.

Tais considerações estão situadas nos primeiros capítulos da tese, os quais contemplam a apresentação de panoramas histórico, econômico e político que contextualizam cidades médias do Nordeste. Nos capítulos finais, foi possível identificar diferenciações na resposta à crise recente entre elas, o que permitiu o agrupamento das cidades conforme as respectivas matrizes econômicas, utilizando-se dados referentes ao estoque do PIB, às principais atividades e mercados para os quais se orientam e ao crescimento da população. Dessa observação, obteve-se três grupos de cidades médias. O grupo 1, formado por Juazeiro, Petrolina e Barreiras, situa-se em áreas de expansão territorial no oeste da região mobilizadas pela promoção de exportações do II PND, caracteriza-se por um setor primário orientado para o mercado externo e gerador de significativos fluxos de riquezas, sendo denominado de ‘Cidades do Agronegócio’. As três cidades têm na fruticultura irrigada e na agricultura de grãos para exportação importantes pilares econômicos.

O grupo 2 foi constituído por Mossoró, Imperatriz, Sobral e Ilhéus. Essas cidades, cuja formação remonta a processos de interiorização mais antigos, demonstravam impulsos importantes do setor secundário em suas respectivas economias, abrigando empresas de segmentos intensivos em trabalho, contribuindo com a geração de emprego e a circulação de capital que transborda para outros setores de atividade. Desse modo, o segundo grupo foi intitulado como ‘Cidades da Indústria’, cujo mercado está focado nos limites da macrorregião.

O grupo 3 abriga a maioria das cidades selecionadas: Feira de Santana, Campina Grande, Caruaru, Vitória da Conquista, Juazeiro do Norte, Arapiraca, Itabuna e Crato. Nos centros urbanos deste grupo, as atividades do setor terciário mostraram-se mais relevantes, conferindo caráter central a suas bases econômicas. Nomeado como ‘Cidades dos Serviços’, este grupo se caracteriza por ter, relativamente, uma ampla rede comercial e oferta de serviços de saúde e educação para cidades menores em suas respectivas hinterlândias, resultantes do longo processo de conformação da posição central que ocupam nas redes urbano-regionais que polarizam, mantendo relativamente constante sua capacidade de atração de população.

Essa divisão não é limitante em relação aos setores econômicos. Em muitas cidades os segmentos tecem interrelações dinâmicas com efeitos multiplicadores sobre o crescimento. Todavia, considerando as matrizes econômicas como elemento de referência para caracterização do agrupamento, a análise dos dados permitiu a observação de um contexto em que o impacto da crise de 2015 incidiu de diferentes formas nos três grupos de cidades. Há observações mais gerais, que são comuns aos três grupos, e outras que foram mais específicas.

Os dados mostram que o período de maior aumento do PIB das cidades selecionadas ocorreu entre 2000-2015. Este período foi caracterizado pela elevação da renda das famílias e dos investimentos, e melhorias no acesso aos serviços – elementos já apontados anteriormente. Os números mostram que também houve evolução em outros indicadores, como os que aferem os níveis de desigualdade, qualidade de vida da população e renda.

Após 2015, as taxas de crescimento econômico caíram em todas as localidades, algumas com menor intensidade. A sinopse dos dados expôs que aquelas cidades mais voltadas ao mercado externo tiveram desempenho melhor na economia. É o caso do grupo 1 com as cidades do agronegócio – Juazeiro, Petrolina e Barreiras – e alguns centros do grupo 2 – como Imperatriz. O bipolo formado por Juazeiro e Petrolina, produtor de frutas para exportação, obtém dessa atividade a geração de empregos diretos e indiretos em todo o processo. A geração de emprego e renda no setor primário impulsiona o consumo nos mercados das duas cidades e dinamiza o setor terciário. Neste cenário o fluxo do capital se portou de modo distinto em relação a outras cidades que não possuem este tipo de interrelação entre suas atividades.

No grupo 2, a conjuntura ocorre de acordo com a especificidade industrial de cada cidade. No caso de Imperatriz, o desempenho industrial é liderado por um segmento que também é orientado à exportação (celulose), o qual é reforçado com a instalação da Suzano em 2014. A indústria imperatrizense criou empregos e aumentou o fluxo de capital, fenômeno perceptível através dos dados do PIB. Desde o processo de instalação da empresa Suzano, outros setores econômicos interrelacionados direta e indiretamente apresentaram dinamização. Fato oposto ao que ocorreu em Mossoró, onde as atividades voltadas para a extração de petróleo sofreram baixas em decorrência de inflexões significativas na política nacional do petróleo a partir de 2016, que atingiram a localidade potiguar.

No grupo 3 – cujos centros urbanos tinham nos serviços sua base econômica – o desempenho das taxas de crescimento esteve mais condicionado ao mercado regional. Sendo assim, houve tendências de queda no fluxo do capital. A crise que acomete a economia brasileira no período, apresentando baixas no setor terciário, atinge as cidades desse grupo, que vão sentir fortemente o colapso das políticas sociais e de educação e saúde. O desemprego

elevado e a redução do consumo, foram alguns dos fatores impeditivos ao crescimento da economia urbana.

No que tange a dinâmica populacional, outro parâmetro adotado na análise por grupos de cidades, houve redução das taxas de aumento da população. Embora a maioria das cidades tenham taxas de crescimento populacional acima da média brasileira, o ritmo de crescimento vem diminuindo no decorrer dos censos demográficos, mais notoriamente entre 2010-2020.

No grupo 1, Petrolina foi a cidade que mais aumentou o quantitativo populacional na última década (2010-2020) com 1,9% ao ano. No grupo 2 há o destaque negativo de Ilhéus (-1,4% anualmente no mesmo período). O grupo 3 foi liderado por Caruaru, a cidade pernambucana obteve um crescimento populacional de 1,5% ao ano entre 2010-2020. A população do Brasil cresceu em 1% ao ano na última década.

As cidades do agronegócio, no grupo 1, têm um histórico de atração populacional impulsionado pelas atividades agrícolas e suas interações estabelecidas desde as décadas finais do século XX. No grupo 2, a cidade de Ilhéus mantém taxas negativas, com decréscimo populacional a partir da década de 1990. O sul da Bahia atravessou a crise cacaueteira no século XX e desde então apresenta aspectos de estagnação e índices de emigração acima da média das cidades selecionadas. Caruaru, no grupo 3, se consolida como um centro urbano tradicional em Pernambuco e, conseqüentemente, polariza uma região de considerável alcance – como foi apresentado no estudo do REGIC (2018). Desse modo, a cidade pernambucana reúne condicionantes atrativas ao estabelecimento de novos residentes e assume posições de referência na migração regional. Todavia, é necessária a manutenção das dinâmicas econômicas que favorecem a atração e fixação populacional nas cidades dos três grupos, como por exemplo a oferta de empregos.

Diante do panorama observado, levanta-se um questionamento importante: quais as perspectivas futuras das cidades médias do Nordeste? Caso se mantenha a precarização do trabalho, o aumento da informalidade, do desemprego, do trabalho avulso e parcial, o futuro pode ser desalentador para grande parte delas. Diferenciam-se desse cenário apenas aquelas onde a base produtiva é orientada às exportações, não se deixando de considerar sua vulnerabilidade às decisões locais dos controladores de capital que podem eventualmente considerar não mais vantajosas, retirando seus investimentos das referidas localidades, a exemplo do que fez a Petrobras em Mossoró.

O patamar alcançado pelas cidades médias estudadas e o ritmo de crescimento apresentado até meados da década de 2010 podem ser comprometidos diante dos retrocessos e da falta de estímulos que essas localidades necessitam para trilhar o desenvolvimento,

especialmente em termos dos efeitos de distribuição de renda proporcionados pelas políticas públicas recentes. As pessoas migram para onde há emprego, possibilidades de produção de riquezas e melhores condições de vida. Se tais condicionantes não estiverem presentes na vida urbana das cidades médias do interior do Nordeste, elas podem retornar à posição geográfica de outrora: entrepostos comerciais de renda limitante aos novos investimentos.

O Brasil se encaminha para um novo processo eleitoral e um novo recenseamento do IBGE em 2022. Os resultados desses dois acontecimentos podem promover novas e significativas mudanças de trajetória nas cidades médias do Nordeste analisadas até aqui. Consequentemente, haverá campo fértil para futuros trabalhos que se proponham a atualizar as repercussões das novas circunstâncias sobre tais importantes cidades para a multiplicação e melhor distribuição de riqueza e população na região.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>
Acesso em 05 de janeiro 2020
- AGROLINK. **Vassoura de bruxa**. Disponível em:
https://www.agrolink.com.br/problemas/vassoura-de-bruxa_1625.html
Acesso em 13 de setembro 2021
- ALBUQUERQUE, Pedro Augusto Filgueira. **Diagnóstico do cenário econômico e político de Mossoró (2016)**. Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. Disponível em <http://www.cdlmossoro.com.br/images/cdl-diagnosticomossorocompleto.pdf>
Acesso em 24 de agosto 2021
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos anos 1980**. Rev. Bras. Polít. int. 50 (2): 60-79, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200005
Acesso em 31 de janeiro 2020
- AMORIM FILHO, O. B. **Cidades médias do Brasil**. Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: IGC/UFMG, v. 3, n. 2, 1984.
- ANDRADE, T. **Análise do crescimento econômico das cidades médias no período 1970/1985**. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Ciências Econômicas, 1995 (Tese, Professor Titular).
- ANDRADE, T., LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979 (Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 43).
- ANDRADE, T., SERRA, R. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília, v.16, n.1/2 jan/dez, 1999.
- ARAÚJO, A., HORTA, M.H., CONSIDERA, C.M. **Transferências de impostos aos estados e municípios**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES,1973 (Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 16).
- BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BELLUZZO, L. G. M. **Financiamento externo e déficit público**. In: FUNDAP. 1987.
- BELLUZZO, L. G. M.; FRISCHTAK, C.R.; LAPLANE, M. **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014. 126p.

BELON, Ana Paula; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. **Esperança de vida ao nascer: impacto das variações na mortalidade por idade e causas de morte no Município de Campinas, São Paulo, Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(5):877-887, mai, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2011.v27n5/877-887/pt>
Acesso em 10 de setembro 2021

BOISIER, S., SMOLKA, M. O., BARROS, A. A. **Desenvolvimento regional e urbano: diferenciais de produtividade e salários industriais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973 (Relatórios de Pesquisa, n. 15).

BORGES, Janara Pereira dos Santos; CARNIELLO, Mônica Franchi. **Caracterização do desenvolvimento industrial do município de Imperatriz: uma análise dos últimos 13 anos**. In: Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. III, 2014, Taubaté-SP - Anais III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento 2014. Disponível em:
http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1500_1427394717.pdf
Acesso em 01 de setembro 2021

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Metas para a inflação**. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>
Acesso em 13 de setembro 2021

BRASIL. Ministério da Economia. **Balança Comercial Consolidada e Séries Históricas (2020)**. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>
Acesso em 08 de julho 2021

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Nota técnica conjunta CONF/CGDF/DFIN-CGCP/DPLAN/SUDENE. **Plano Nacional de Desenvolvimento PNDR (2018)**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/nt0012018-pdf>
Acesso em 21 de outubro 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação e Importação Municípios**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio> Acesso em 13 de setembro 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **SUDENE: Plano Regional de Desenvolvimento da Região Nordeste (2019)**. Disponível em:
<http://www.sudene.gov.br/prdne/documento>
Acesso em 13 de junho 2020

BRASIL. Ministério do Planejamento (2007). **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://pac.gov.br/>
Acesso em 14 de junho 2020

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>
Acesso em 10 de setembro 2021

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>
Acesso em 13 de setembro 2021

BRASIL EM MAPAS. **Cada século de expansão do Brasil**. Instagram @brasilemmapas. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CN_OzT7DcAM/
Acesso em 13 de setembro 2021

CALDERARI, Egon Bianchini; GOMES, Caroline Pereira; OLIVEIRA, Fabiane Beatrice; TORRES, Ricardo Lobato. **As contribuições da nova SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste**. Revista Grifos - n. 48, 2020, p. 12-28

CALDINI, Vera; ISOLA, Leda. **Atlas Geográfico Saraiva**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/abstract/?lang=pt> Acesso em 09 de setembro 2021

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Global/Unicamp. 1995.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, cap. 4, 1a. reimpressão 2006.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, SP: Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CDL. Câmara de Dirigentes Lojistas (Ceará). **Empresa que mais emprega no Ceará, a Grendene apresentou queda de 29,5% da produção no primeiro trimestre de 2019**. Portal CDL, Fortaleza - abr. 2019. Disponível em: <https://cdls.org.br/dn-1o-trimestre-decepciona-e-industria-de-calcados-amarga-perdas/>
Acesso em 13 de setembro

CEARÁ (Estado). Secretaria das Cidades. **A Região Metropolitana do Cariri**. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>
Acesso em 13 de setembro 2021

CODECOM. Coordenação de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Apesar da pandemia, Campina Grande se destacou em 2020 pelo maior saldo de geração de empregos formais no interior do Nordeste**. Portal de Notícias PMCG, Campina Grande - jan. 2021. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/apesar-da-pandemia-campina-grande-se-destacou-em-2020-pelo-maior-saldo-de-geracao-de-empregos-formais-no-interior-do-nordeste/>
Acesso em 13 de setembro 2021

CONTE, Cláudia Heloiza. **Cidades Médias: Discutindo o Tema**. Sociedade e Território, Natal, v. 25, nº 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. Terra Brasilis (Nova Série), v.3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>
Acesso em 13 de setembro 2021

CORREIO DA BAHIA. **Feira de Santana passa a ter região metropolitana**. Correio 24 horas - Salvador, 07 jul. 2011. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/feira-de-santana-passa-a-ter-regiao-metropolitana/>
Acesso em 13 de setembro 2021

COUTINHO, Dito. **Após anúncio de novos aeroportos para a Bahia, Colbert critica falta de investimentos em Feira: 'Prioridade zero'**. Portal Acorda Cidade, Feira de Santana - 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223399/apos-anuncio-de-novos-aeroportos-para-a-bahia-colbert-critica-falta-de-investimentos-em-feira-prioridade-zero.html?mobile=true>
Acesso em 13 de setembro 2021

COUTINHO, Luciano. **Um olhar para o desenvolvimento: Nordeste**. BNDS. Org: Paulo Ferraz Guimarães, Rodrigo Almeida de Aguiar, Helena Maria Martins Lastres, Marcelo Machado da Silva – Rio de Janeiro, 2014. 576p.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. M. **Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974**. In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998, v.1.

DATASEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicadores Econômicos**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/>
Acesso em 12 de agosto 2021

DAVIDOFF CRUZ, P. R. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses).

DICIONÁRIO INFORMAL. **Gentílico grapiúna**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/itabuna-ba/grapi%C3%BAna/> Acesso em 13 de setembro 2021

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização**. Nova Economia, v. 3, n. 1, set. 1993.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Áreas Urbanas no Brasil (2015)**. Disponível em: http://geoinfo.cnpemembrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_br_15
Acesso em 21 de dezembro 2020

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Definições do MATOPIBA (2020)**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/perguntas-e-respostas>
Acesso em 24 de agosto 2021

FERNANDES, A.C.; CESAR, A.; LEITÃO, L.; CLEMENTINO, M. L.; SOCORRO, M.; LACERDA, N.; CRUZ, R. C. **Estudo Região Nordeste**. In: Série Caracterização e Tendências da Rede urbana do Brasil - Redes Urbanas regionais Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: Inst. de Pesquisas Aplicadas [Ipea], 2002. v.4; 263p.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB (2015)**. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>
Acesso em 10 de setembro 2021

FIORAVANTI, Carlos Henrique. VELHO, Léa. **Fungos, fazendeiros e cientistas em luta contra a vassoura-de-bruxa**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 256-283
Acesso em 21 de dezembro 2020

FRANÇA, E. B; LANSKY, S.; REGO, M. A. S.; MALTA, D. C.; FRANÇA, J. S.; TEIXEIRA, R.; PORTO, D.; ALMEIDA, M. F; SOUZA, M. F. M.; SZWARCOWALD, C. L.; MOONEY, M.; NAGHAVI, M.; VASCONCELOS, A. M. N. **Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença**. Rev. bras. epidemiol. [online]. 2017, vol.20, suppl.1, pp.46-60. ISSN 1980-5497. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/PyFpwMM3fm3yRcqZJ66GRky/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 de setembro 2021

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004. 255p.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: CIA das Letras, 2007. 351p.

FURTADO, Celso. **O mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GARCIA, Diego. **Administração pública é a principal atividade econômica de metade das cidades brasileiras (2020)**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/administracao-publica-e-principal-atividade-economica-de-metade-das-cidades-brasileiras.shtml>
Acesso em 26 de agosto 2021

GOULART REIS FILHO, Nestor. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.
HERMANN, Jennifer. **Reformas, Endividamento Externo e o 'Milagre' Econômico (1964-1973)** in Fabio Giambiagi, Jennifer Hermann et alii (orgs.), Economia Brasileira Contemporânea, op. cit., p. 69-92, cf. 79.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Geografia da Cana-de-açúcar: aspectos econômicos e sociais da canavieira (2015)**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/dinamica_agropecuaria/
Acesso em 01 de janeiro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (2015)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 01 de setembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas Urbanizadas do Brasil (2015)**. Série Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas/
Acesso em 01 de setembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 13 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catálogo: História de Sobral (2017)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=437044&view=detalhes>
Acesso em 21 de dezembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro (2017)**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
Acesso em 10 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. Estudos e Pesquisas Informação Geográfica, n.11, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/
Acesso em 13 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 13 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Satélite de Saúde**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9056-conta-satelite-de-saude.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 02 de agosto 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>
Acesso em 18 de dezembro 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>
Acesso em 12 de outubro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População Municipal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 01 de setembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do Município de Luís Eduardo Magalhães**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/historico>
Acesso em 13 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio**. Comunicação Social - 16 nov. 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio&view=noticia>
Acesso em 13 de setembro 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>
Acesso em 01 de julho 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual de Serviços**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 29 de junho 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9044-pesquisa-industrial-anual-produto.html?=&t=o-que-e>
Acesso em 29 de junho 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Redes e Fluxos: Gestão do Território (2014)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15795-gestao-do-territorio.html>
Acesso em 15 de dezembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades Brasileiras (2007)**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>
Acesso em 01 de setembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades Brasileiras (2018)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>

Acesso em 21 de dezembro 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Geográficas**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/

Acesso em 10 de setembro 2021

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Taxas médias reais de crescimento do PIB brasileiro por década**. Disponível em:

<https://blogdoibre.fgv.br/posts/brasil-precisaria-crescer-57-em-2019-e-2020-para-decada-2011-20-nao-ser-pior-decada-dos>

Acesso em 21 de dezembro 2020

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

Acesso em 21 de julho 2021

ISGH. Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar. **Hospital Regional Norte (Sobral)**. Disponível em: <https://www.isgh.org.br/hospital-regional-norte>

Acesso em 13 de setembro 2021

JORNAL A TARDE. **Bahia tem maior taxa de desemprego do Brasil em 2020; Trabalhadores informais são os mais afetados**. Portal A Tarde, Salvador - 10 mar. 2021.

Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2160509-bahia-tem-maior-taxa-de-desemprego-do-brasil-em-2020-trabalhadores-informais-sao-os-mais-afetados>

Acesso em 13 de setembro 2021

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

LEÃO, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva. **PIB do Nordeste cresce acima da média Nacional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano II, n.117, 02 dez.2019. (Diário

Econômico ETENE, n.117). Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/787>

Acesso em 13 de setembro 2021

LEITE, Ângela Maria Araújo. **O município de Arapiraca/AL e sua dinâmica histórica de ocupação e renda**. In: 12 Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2009, Montevideo. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografi ahistorica/20.pdf>

Acesso em 01 de setembro 2021

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari; SOUZA, Kamille Leão. **O Novo Perfil do Nordeste brasileiro no Censo Demográfico 2010**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza, 2012.

Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/novo_perfil_nordeste_brasileiro_censo_de_mografico_2010.pdf/34cfcc2e-1048-4dc1-9342-46b13eda208b

Acesso em 13 de setembro 2021

LEMOS, Carlos A C. **Como nasceram as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2016. 190p.

MARTELLO, Alexandre. **Banco Central sobe os juros para 14,25% ao ano e indica manutenção no futuro**. Portal G1, Brasília, 29 jul. 2015. Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/na-7-alta-seguida-juro-sobe-para-1425-ao-ano-maior-nivel-desde-2006.html>

Acesso em 13 de setembro 2021

MAXIMO, Wellton. **Crise na Argentina afeta exportações de produtos manufaturados**. Agência Brasil, Brasília, 9 mar. 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/crise-na-argentina-afeta-exportacoes-de-produtos-manufaturados>

Acesso em 15 de janeiro 2022

MEINHARDT, Lyndel et al. **Moniliophthora perniciosa, the causal agent of witches' broom disease of cacao: what's new from this old foe?** *Molecular Plant Pathology*, Londres, v. 9, n. 5, p. 577-588, set. 2008.

MIDDLEJ, Rafaella Oliveira. **A crise da lavoura cacaueteira no sul da Bahia**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/79811/a-crise-da-lavoura-cacaueteira-no-sul-da-bahia> Acesso em 30 de agosto 2021

MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo. **Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes**. Brasília: Ipea, 2020. V.2.

MORENO, Ana Carolina. **90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%**. Portal G1 - 29 jun. 2018.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> Acesso em 13 de setembro 2021

NASCIMENTO, Diego Coelho do. **Ser-Tão “metropolitano”: especialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri**. 2018. 261f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2018.

NAZAL, José. **Orla marítima de Ilhéus por Francino Vieira**. In: Paisagens urbanas. Blog Catucadas, Ilhéus - 25 abr. 2014. Disponível em:

<http://catucadas.blogspot.com/2014/04/paisagens-urbanas.html>

Acesso em 13 de setembro 2021

OLIVEIRA, André Gustavo; MAGALHÃES, Raquel Oliveira. **O ônus e o bônus de se viver ao lado da capital do agreste: desigualdades socioespaciais e dinâmicas da Rede de Caruaru**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVIII, 2019, Natal-RN. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em:
<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=194>
Acesso em 31 de agosto 2021

OLIVEIRA, Duda. **Mercado do Produtor movimentou R\$ 10 milhões/dia em vendas**. Portal de notícias PMJ. Juazeiro - 25 ago. 2021. Disponível em:
<https://www6.juazeiro.ba.gov.br/juazeiro-volta-a-ser-destaque-em-renomado-jornal-mercado-produtor-movimentou-r-10-milhoes-dia-em-vendas/>
Acesso em 13 de setembro 2021

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional e a hegemonia inacabada**. Conferência IEA, 31 de março 1993.

OLIVEIRA, Milena Neves; VIEIRA, Olga Hianni Portugal. **Agronegócio no oeste baiano e os principais municípios na dinâmica da produção de grãos: uma análise shift-share com bases na produção de soja, milho e algodão para os anos de 2001 e 2010**. In: GT- Desenvolvimento Territorial, Economia Rural, do Turismo e do Meio Ambiente. VIII Semana de Economia da UESC. Disponível em:
http://www.uesc.br/eventos/viiiisemeconomia/anais/gt1/gt1_t1.pdf
Acesso em 10 de setembro 2021

O'NEILL, Maria Mônica. **Rede Urbana: redes geográficas**. Biblioteca IBGE, livro 47603, cap. 6. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt1.pdf
Acesso em 13 de setembro 2021

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)**. Revista história econômica & história de empresas vol. 19 n. 2 (2016), 295-346. Disponível em:
<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/446>
Acesso em 02 de setembro 2021

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>
Acesso em 21 de dezembro 2020

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>
Acesso em 21 de dezembro 2020

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: CIA das Letras, 2011. 447p.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. 280p.

QUEIROZ, Silvana Nunes; OJIMA, Ricardo; CAMPOS, Járvis; FUSCO, Wilson. **Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.22, e202033pt, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6335> Acesso em 10 de setembro 2021

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015. 369p.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na Esteira do Tempo**. 2ª edição. Juazeiro, 2005.

RIBEIRO, Mateus Granada. **II PND (Plano nacional de desenvolvimento) 1975-1979**. Jornal Diário RI - 05 dez. 2016. Disponível em: <http://jornaldiariori.blogspot.com/2016/12/ii-pnd-plano-nacional-de.html> Acesso em 13 de setembro 2021

RIZZIERI, J. **Desenvolvimento econômico e urbanização**. São Paulo: IPE/USP, 1982.

RODRIGUES, Antônio Veiga; TELES, Glauciana Alves; SALES, Telma Bessa. **A institucionalização da Região Metropolitana de Sobral (CE): disparidades socioeconômicas e integração em questão**. In: Encontro Nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia, XIII, 2019, São Paulo-SP - Anais XIII ENANPEGE 2019. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562545411_ARQUIVO_AINSTITUCIONALIZACAODAREGIAOMETROPOLITANADESOBRAL-ANTONIOVEIGA-ENANPEGE2019.pdf Acesso em 01 de setembro 2021

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e desdobramentos**. 2015. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf Acesso em 03 de janeiro 2020

RODRIGUES, Douglas. **Governo diz que mudança no Caged não impede comparação com base histórica**. Portal Poder360 - 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/governo-diz-que-mudanca-no-caged-nao-impede-comparacao-com-base-historica/> Acesso em 13 de setembro 2021

SALDIVA, Paulo Hilário Nascimento; VERAS, Mariana. **Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras**. Estud. av. 32 (92) • Jan-Apr 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/vXcGQzQrPkzfq587FbYR7PJ/?lang=pt#> Acesso em 02 de agosto 2021

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora USP, 2013. 176p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 28p.

SCHABBACH, Letícia Maria. **Desigualdade, pobreza e violência metropolitana (2014).**

Disponível em:

<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/desigualdade-pobreza-e-violencia-metropolitana-740.pdf>

Acesso em 21 de dezembro 2020

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores) – Salvador: SEI, 2010. 250 p.

SERRA, Rodrigo; AMORIM FILHO, Oswaldo. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.** 2001. Disponível em

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3081/4/Cap_1_evolucao.pdf

Acesso em 30 de janeiro 2020

SILVA, José Maria; REZENDE, Alberto Martins; SILVA, Carlos Arthur. **Condicionantes do Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Petrolina/Juazeiro.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. 1 p. 48-64, jan-mar. 2000

SILVA, Matheus Gomes; COSTA, Diego Rebouças; OLIVEIRA, Israel de. **Cidades médias do Brasil e reestruturação produtiva: breve análise da implantação do centro industrial Subaé em Feira de Santana.** 2016. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/nugea/files/2016/06/Texto-Nugea-Matheus1.pdf>

Acesso em 02 de fevereiro 2020

SILVA, Romero Rossano Tertulino. **A importância de Mossoró para o contexto econômico potiguar (2015).** Revista Eletrônica de Petróleo e Gás. Ano 3, n. 2, p. 53-63 abr./set.2015.

Acesso em 31 de agosto 2021

SINEC. Sindicato da Indústria Baiana. **O Polo de Informática de Ilhéus.** Disponível em:

<http://www.sindicatodaindustria.com.br/causas/2013/11/72,29530/o-polo-de-informatica-de-ilheus.html>

Acesso em 31 de outubro 2021

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Editora Nacional, 1977. 378p.

SOUSA, Hecton Francis Alves de. **A concentração no centro de Campina Grande: análise da multifuncionalidade no horário de rush.** 2012. 42p.

SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de. **A cidade do Crato na rede urbana cearense: papel e importância na dinâmica urbana do CRAJUBAR.** 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.

SOUTO, Lucas Gonçalves. **Diagnóstico dos indicadores socioeconômicos de Vitória da Conquista**. In: Semana de Economia da UESB, XV, 2017, Vitória da Conquista-BA - Anais XV Semana de Economia da UESB 2017. Disponível em:
http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2016/anais/GT2%20-%206.%20Diagn%C3%B3stico%20dos%20indicadores%20socioecon%C3%B4micos%20de%20Vit%C3%B3ria%20da%20Conquista-Ba.pdf
 Acesso em 01 de setembro 2021

SOUZA, Cícero Harisson. **Juazeiro e Petrolina no contexto das cidades médias do Nordeste: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população**. 2017. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2017.

SOUZA, José Roberto Ferreira de; PIETRAFESA, Pedro Araújo. **A nova indústria do sudoeste maranhense: impactos socioeconômicos na cidade de Imperatriz**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate v. 9, Ed. esp. p. 143-155, maio/2019. Disponível em:
<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2130>
 Acesso em 12 de agosto 2021

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2017. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>
 Acesso em 13 de setembro 2021

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; LIMA, Jandir Ferrera de; WADI, Yonissa Marmitt. **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil**. Interações, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2011

SUZANO S.A. **Conhecendo o Maranhão, Imperatriz e a Suzano**. Youtube, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=62Y5Udsqd00>
 Acesso em 13 de setembro 2021

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TELES, Alessandra Oliveira. **A dinâmica da atividade comercial informal na área central de Feira de Santana**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII, 2014, Vitória-ES. ISBN: 978-85-98539-04-1 - Anais VII CGB 2014. Disponível em:
http://www.cbgb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403003150_ARQUIVO_ArtigoTELESale ssandra.pdf
 Acesso em 01 de setembro 2021

THÉRY, H; THÉRY, N. A. M. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: Editora USP. 2018.

TOLOSA, H. **Macroeconomia da urbanização brasileira**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, out. 1973.

VILAR, Rosângela Maria; LIMA, João Ademar de Andrade. **Economia da inovação no oásis tecnológico de Campina Grande**. Qualit@s - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – v.5 - 2006 / n.1. Disponível em: https://joaoademar.com.br/qualitas_uepb.pdf
Acesso em 02 de setembro 2021

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é Índice de Gini?** (2004). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em 21 de dezembro 2020

ANEXOS



Livro O circo das formas - Marco Haurélio⁴⁹ (2021).

⁴⁹ Fonte: <https://docplayer.com.br/106226972-O-circo-das-formas-material-digital-de-apoio-ao-professor-elaborado-por-marco-haurelio.html>

ANEXO A - SÍNTESE DE DADOS DAS CIDADES SELECIONADAS

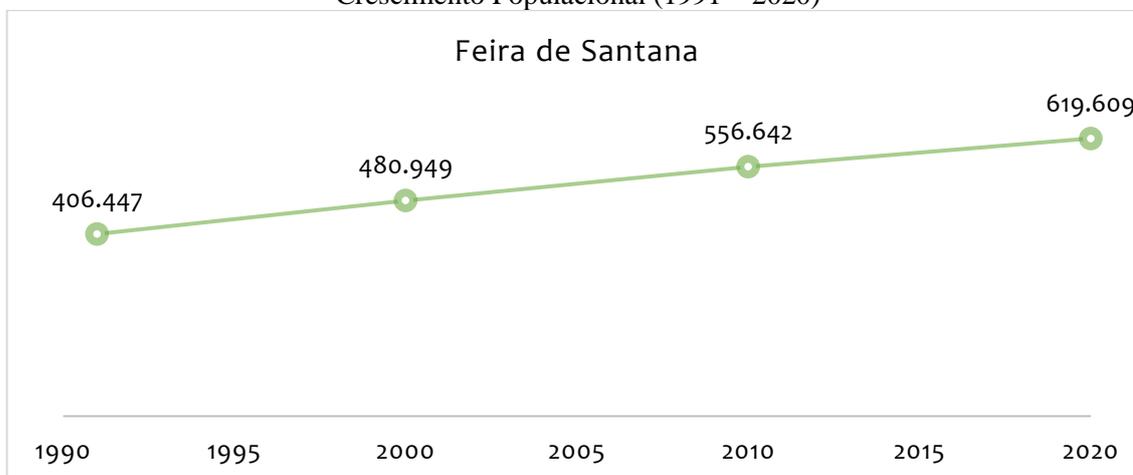
01 - Feira de Santana (BA)



Foto: Azevedo – Flickr (2018).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	556 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	619 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	1.304 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	161 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	416 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,1%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 14,6 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 24 MIL
IDH (PNUD)	0,712
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	21,9%
BIOMA	CAATINGA; MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

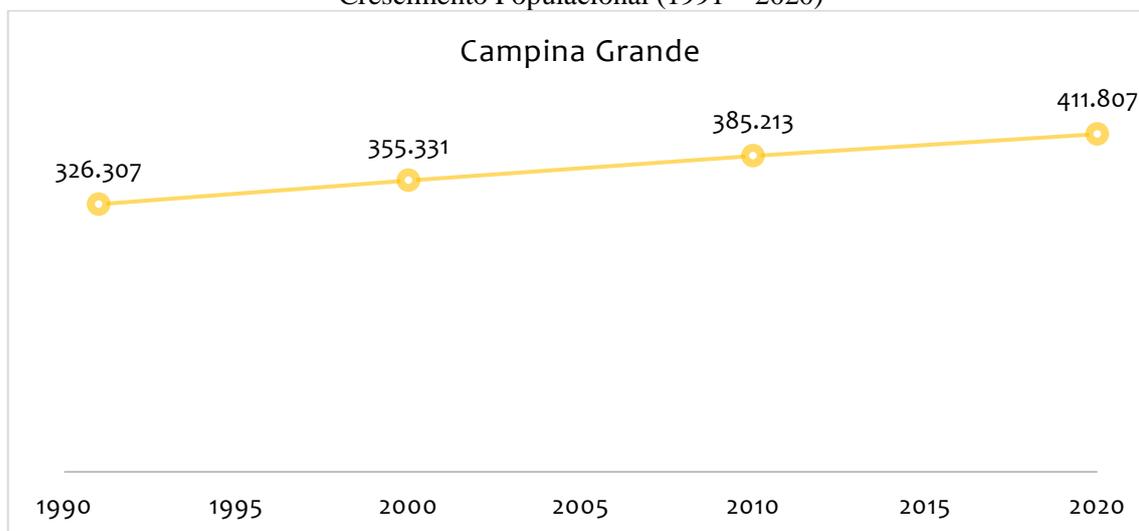
02 - Campina Grande (PB)



Foto: Chico Figueiredo – Flickr (2017).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	385 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	411 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	591 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	79 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	648 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	0,7%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 9,2 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 22 MIL
IDH (PNUD)	0,720
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	26,9%
BIOMA	CAATINGA; MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

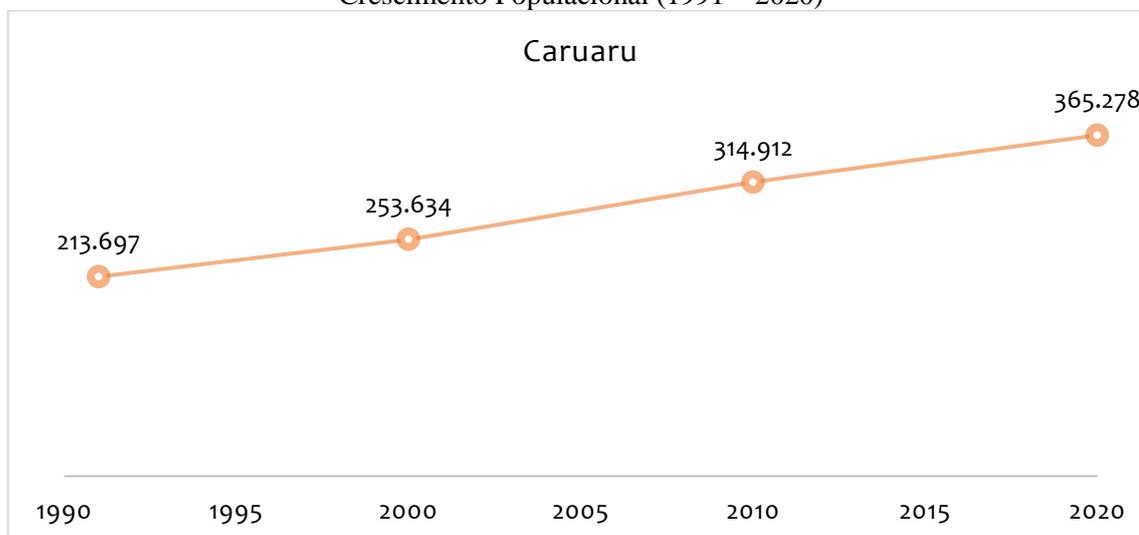
03 - Caruaru (PE)



Foto: Israel Neiva (2017).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	315 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	365 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	923 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	80 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	342 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,5%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 7,1 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 20 MIL
IDH (PNUD)	0,677
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	23,1%
BIOMA	CAATINGA; MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

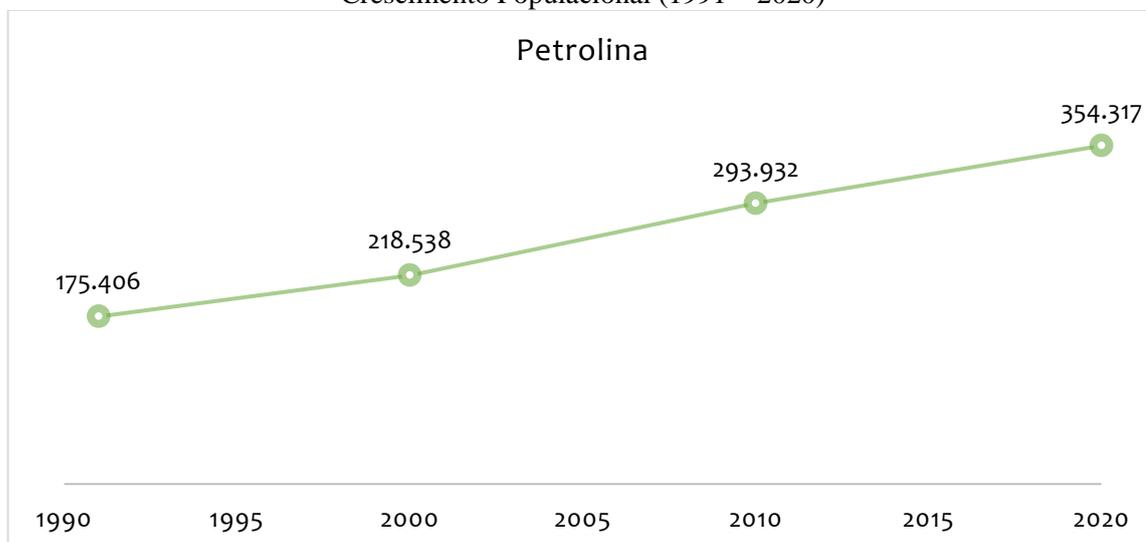
04 - Petrolina (PE)



Foto: Harisson Souza (2018).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	293 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	354 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	4.561 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	73 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	64 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,9%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 6,6 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 19 MIL
IDH (PNUD)	0,697
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	20,3%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

05 - Vitória da Conquista (BA)

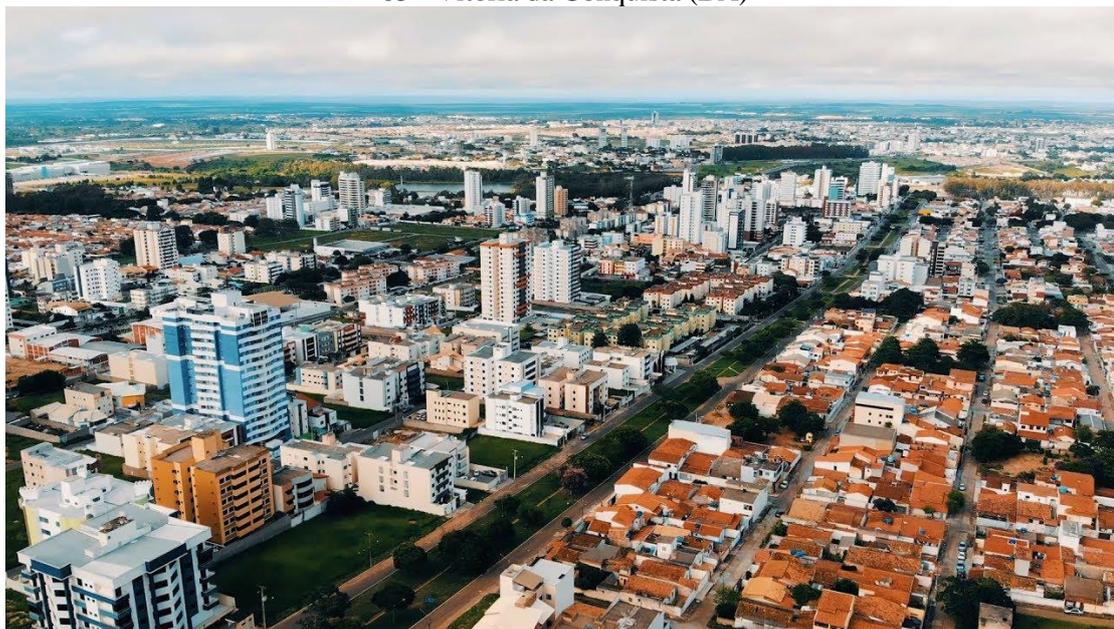
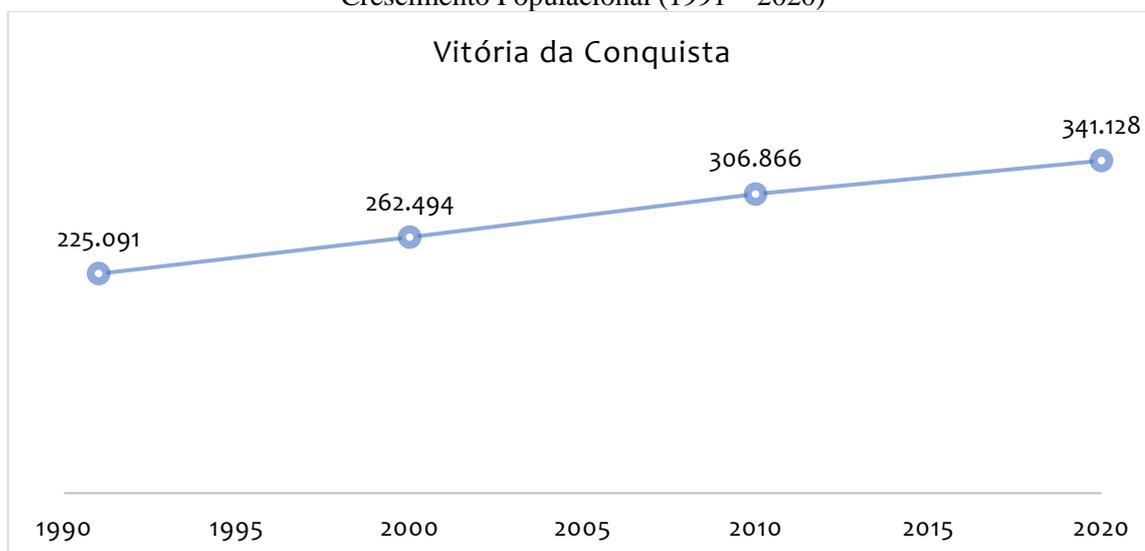


Foto: GS Produtora – Youtube (2020).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	306 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	341 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	3.254 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	132 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	91 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,1%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 7,0 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 20 MIL
IDH (PNUD)	0,678
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	24,5%
BIOMA	CAATINGA; MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

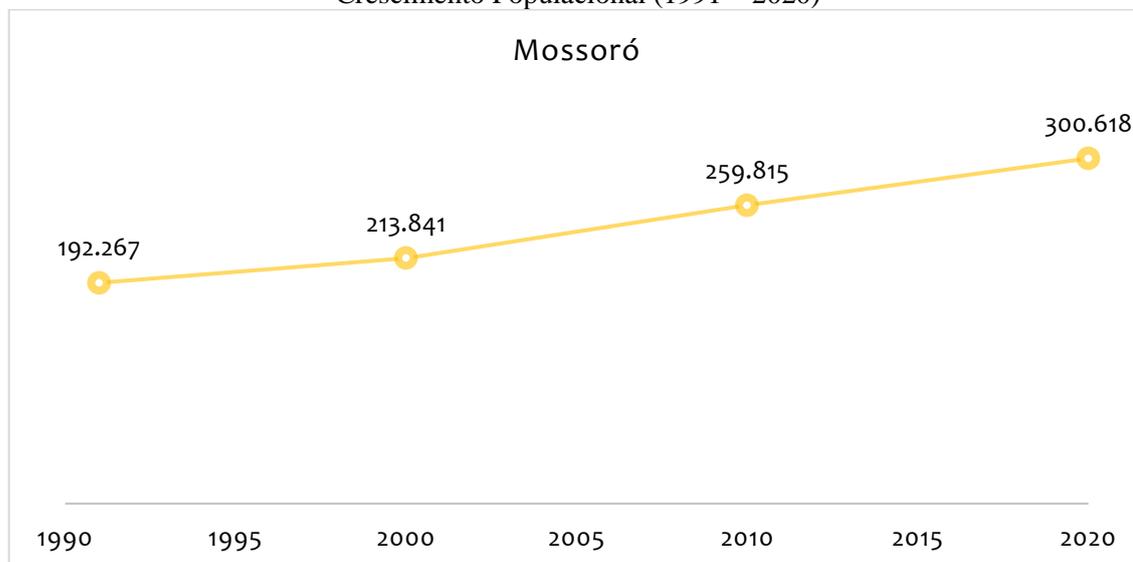
06 - Mossoró (RN)



Foto: Reprodução da internet (2015).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	259 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	300 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	2.099 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	74 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	123 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,5%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 6,5 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 22 MIL
IDH (PNUD)	0,720
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	22,5%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

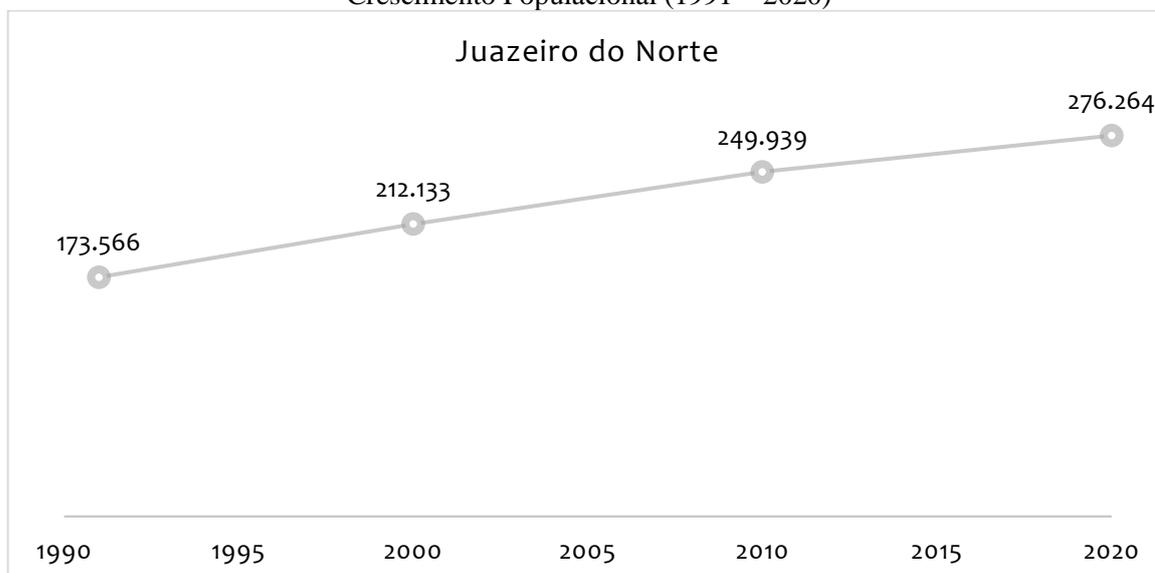
07 - Juazeiro do Norte (CE)



Foto: Harisson Souza (2017).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	249 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	276 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	258 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	62 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	1.004 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,0%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,8 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 17 MIL
IDH (PNUD)	0,694
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	20,3%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

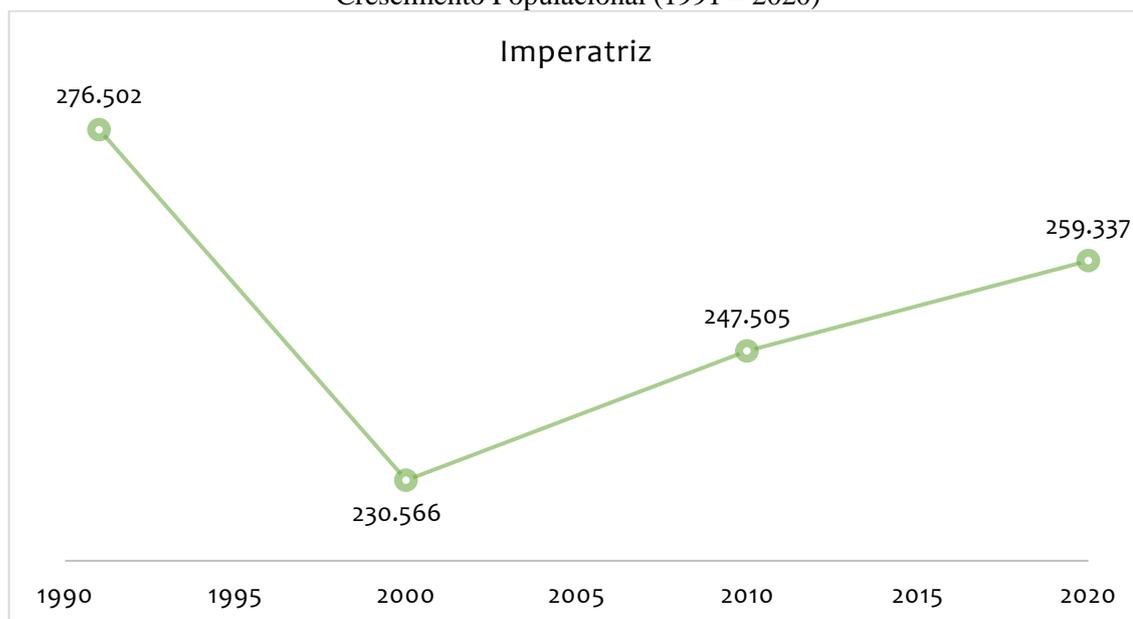
08 - Imperatriz (MA)



Foto: Engineer.ma – SkyscraperCity (2016).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	247 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	259 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	1.369 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	68 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	180 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	0,5%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 7,1 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 27 MIL
IDH (PNUD)	0,731
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	24,5%
BIOMA	AMAZÔNIA; CERRADO
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 – 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

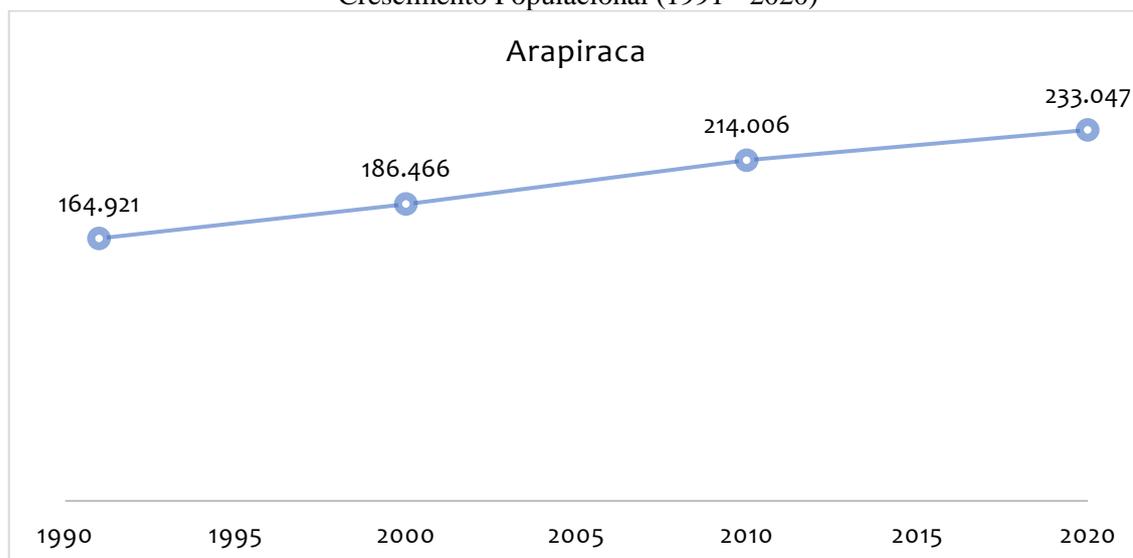
09 - Arapiraca (AL)



Foto: Reprodução da internet – (2015).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	214 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	233 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	345 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	59 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	600 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	0,9%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,4 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 19 MIL
IDH (PNUD)	0,649
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	17,6%
BIOMA	CAATINGA; MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

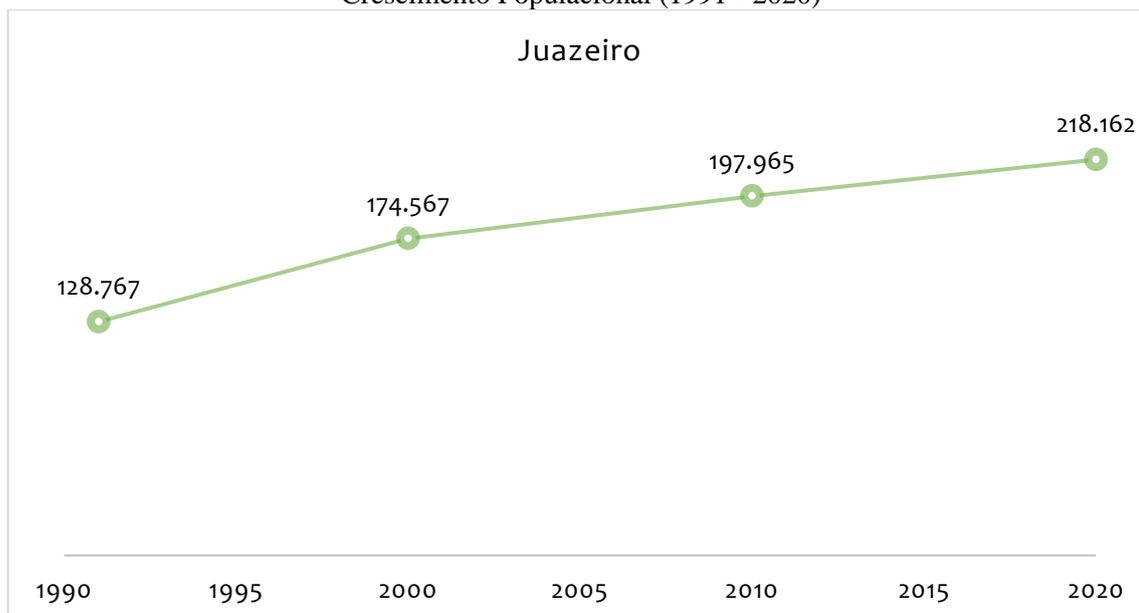
10 - Juazeiro (BA)



Foto: André Luís Oliveira (2018).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	197 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	218 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	6.721 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	51 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	30 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,0%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,1 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 19 MIL
IDH (PNUD)	0,677
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	18,6%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

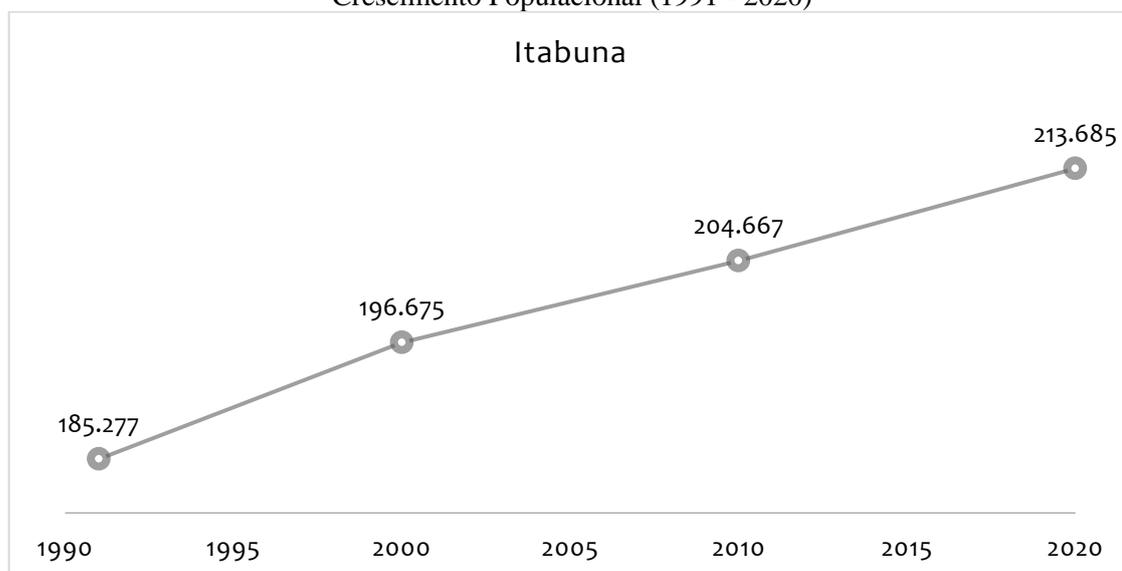
11 - Itabuna (BA)



Foto: Rafael Almeida – Flickr (2010).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	204 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	213 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	401 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	32 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	473 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	0,4%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,0 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 19 MIL
IDH (PNUD)	0,712
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	21,8%
BIOMA	MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

12 - Sobral (CE)

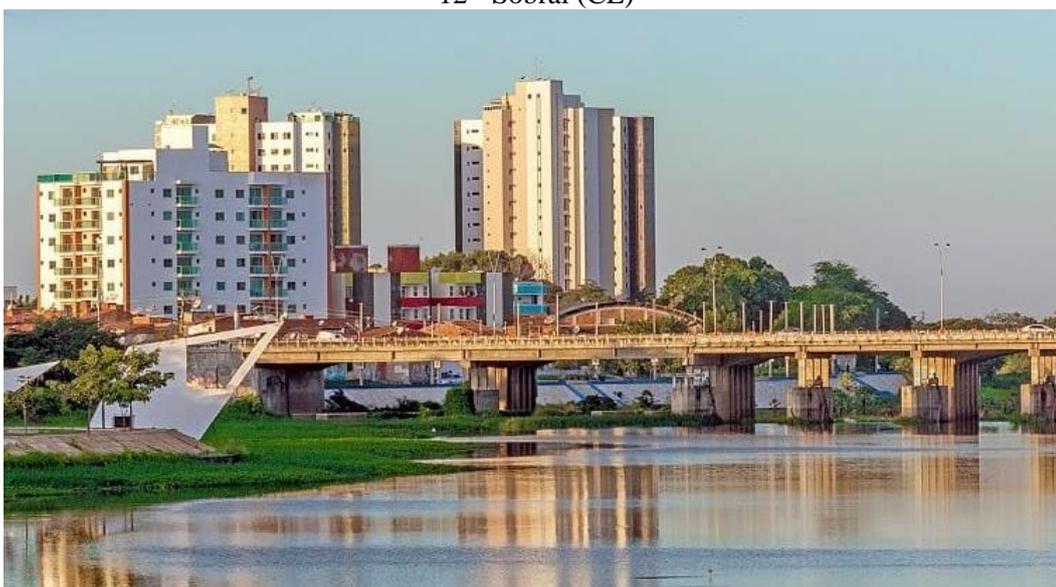
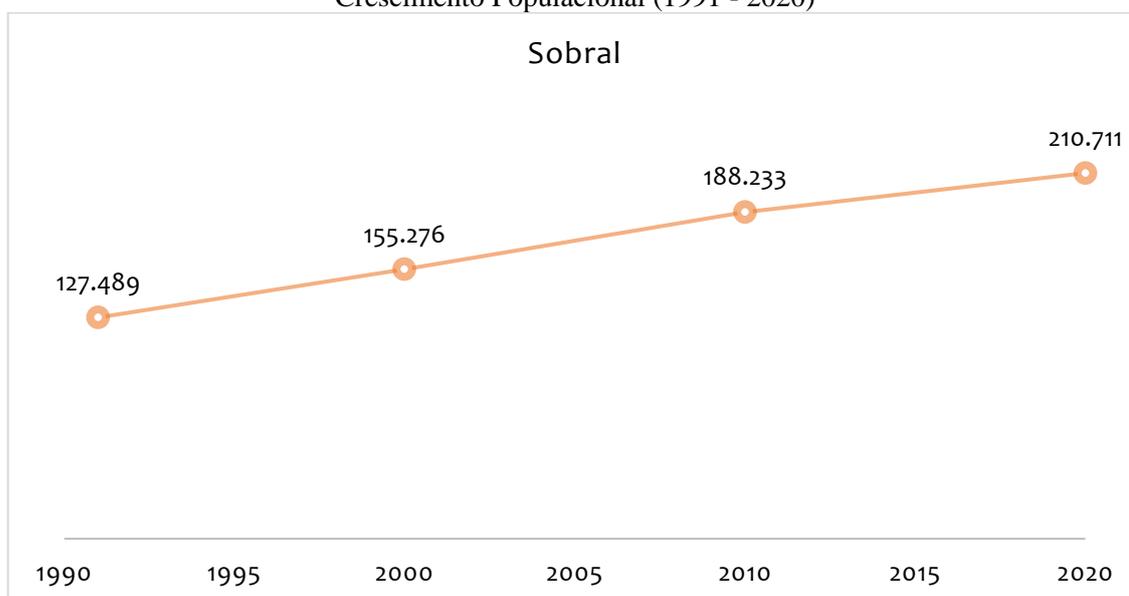


Foto: Alberto Hietala (2021).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	188 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	210 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	2.068 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	35 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	88 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,1%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,7 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 23 MIL
IDH (PNUD)	0,714
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	22,9%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

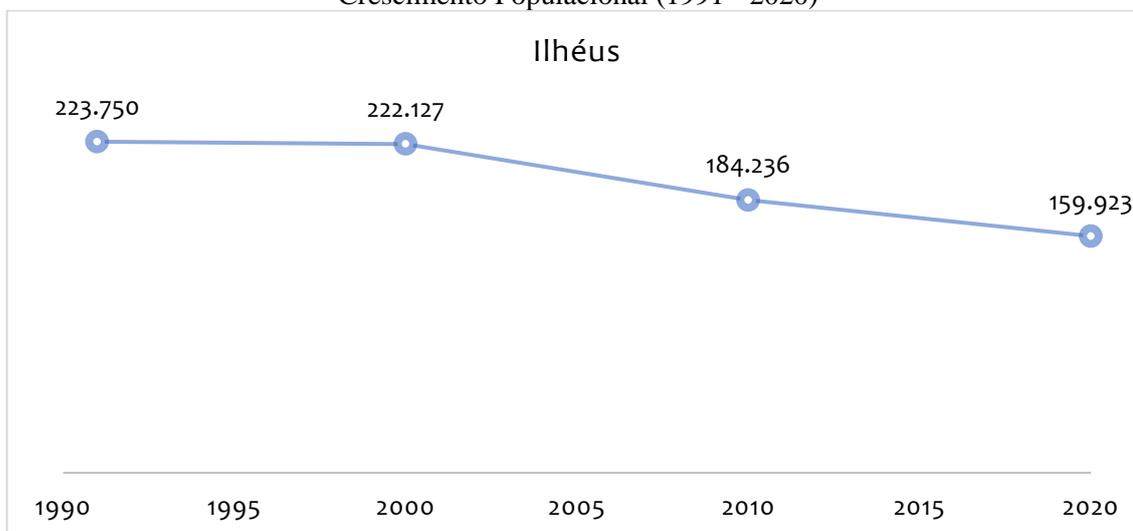
13 - Ilhéus (BA)



Foto: Carlos Augusto (2015).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	184 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	159 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	1.588 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	26 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	104 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	-1,4%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,2 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 25 MIL
IDH (PNUD)	0,690
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	20,9%
BIOMA	MATA ATLÂNTICA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

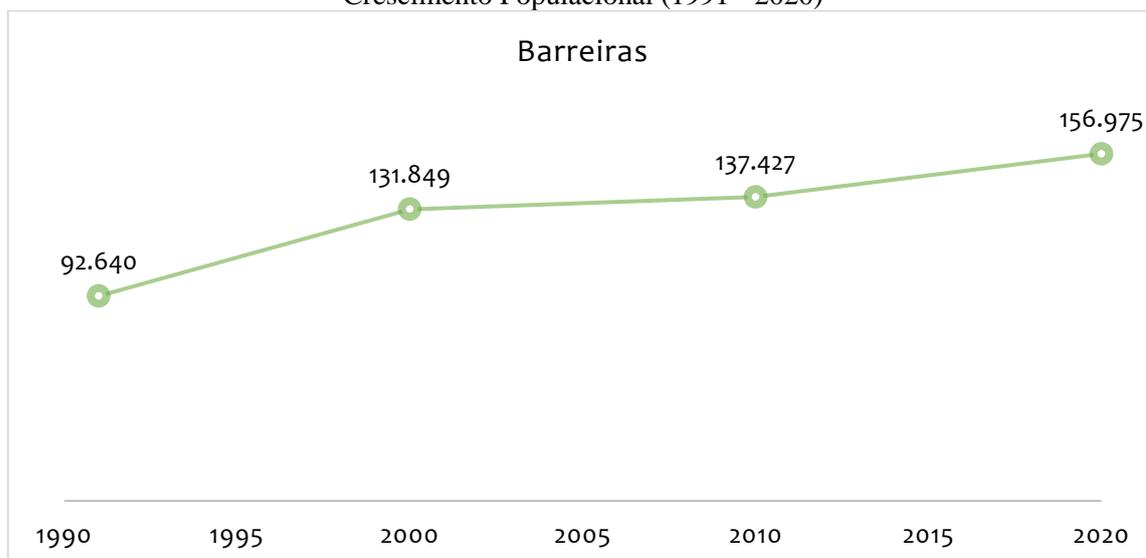
14 - Barreiras (BA)



Foto: Leopoldo Marinho – Flickr (2013).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	137 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	156 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	8.051 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	50 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	17 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	1,3%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 4,7 BILHÕES
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 30 MIL
IDH (PNUD)	0,721
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	21,9%
BIOMA	CAATINGA; CERRADO
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL C

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

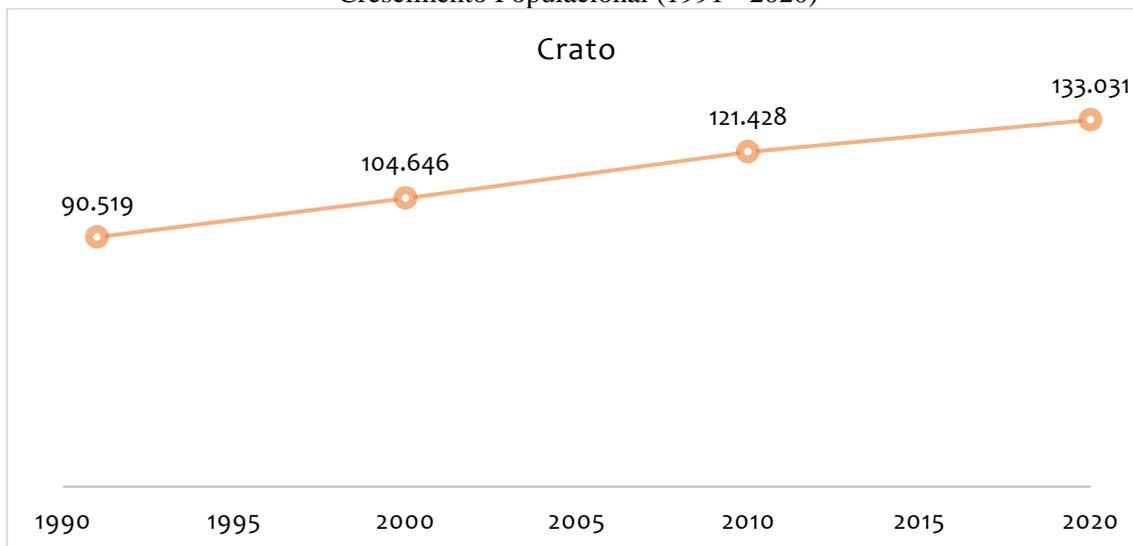
15 - Crato (CE)



Foto: Clésio Albuquerque – Youtube (2021).

POPULAÇÃO 2010 (IBGE)	121 MIL HABITANTES
POPULAÇÃO 2020 (IBGE)	133 MIL HABITANTES
ÁREA MUNICIPAL (IBGE)	1.138 KM ²
ÁREA URBANA (EMBRAPA)	37 KM ²
DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL 2010 (IBGE)	103 HAB/KM ²
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (2010-2020)	0,9%
PIB TOTAL 2018 (IBGE)	R\$ 1,3 BILHÃO
PIB PER CAPITA 2018 (IBGE)	R\$ 10 MIL
IDH (PNUD)	0,713
POPULAÇÃO OCUPADA 2019 (IBGE)	15,1%
BIOMA	CAATINGA
HIERARQUIA URBANA 2018 (IBGE)	CAPITAL REGIONAL B

Crescimento Populacional (1991 - 2020)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

ANEXO B - INDICADORES GERAIS EM SÉRIE

Tabela 32 - Nordeste: PIB total das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2000; 2005; 2010; 2015 e 2018)

CIDADE E UF	2000	2005	2010	2015	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2000-2005)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2005-2010)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2015)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2015-2018)
FEIRA DE SANTANA (BA)	1,70	3,38	7,17	11,96	14,68	14,7%	16,2%	10,7%	7,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	1,40	2,60	4,99	7,95	9,20	13,2%	13,9%	9,8%	5,0%
CARUARU (PE)	0,78	1,68	3,41	6,11	7,14	16,5%	15,2%	12,4%	5,3%
IMPERATRIZ (MA)	0,61	1,63	2,93	6,01	7,12	21,4%	12,5%	15,4%	5,8%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	0,77	1,71	3,50	5,76	7,03	17,2%	15,4%	10,4%	6,9%
PETROLINA (PE)	0,72	1,80	3,43	5,55	6,68	20,0%	13,7%	10,1%	6,4%
MOSSORÓ (RN)	0,81	2,56	4,43	5,99	6,52	25,7%	11,6%	6,2%	2,9%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	0,47	0,90	2,15	3,92	4,82	13,8%	18,8%	12,8%	7,1%
SOBRAL (CE)	0,76	1,52	2,55	3,97	4,77	14,8%	10,8%	9,2%	6,3%
BARREIRAS (BA)	0,96	1,24	1,92	3,71	4,74	5,3%	9,1%	14,1%	8,5%
ARAPIRACA (AL)	0,47	0,89	1,90	3,93	4,46	13,5%	16,4%	15,6%	4,3%
ILHÉUS (BA)	0,81	1,68	2,56	3,64	4,25	15,7%	8,8%	7,2%	5,3%
JUAZEIRO (BA)	0,64	0,92	1,79	3,13	4,09	7,6%	14,1%	11,7%	9,3%
ITABUNA (BA)	0,80	1,37	2,44	3,83	4,08	11,5%	12,2%	9,4%	2,1%
CRATO (CE)	0,27	0,50	0,98	1,41	1,34	12,7%	14,3%	7,6%	-1,7%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Tabela 33 - Nordeste: PIB do setor de Serviços das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2018)
FEIRA DE SANTANA (BA)	4,47	5,15	5,80	6,96	7,50	7,91	8,72	9,15	10,00	10,6%
CAMPINA GRANDE (PB)	3,11	3,43	3,99	4,15	4,98	5,32	5,62	5,84	6,05	8,7%
CARUARU (PE)	2,44	2,83	3,45	3,83	4,56	4,49	4,68	5,12	5,26	10,1%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	2,38	2,70	3,07	3,59	3,88	4,18	4,48	4,77	5,15	10,1%
IMPERATRIZ (MA)	2,19	2,38	2,88	3,41	3,89	3,45	4,29	4,19	4,58	9,7%
MOSSORÓ (RN)	2,48	2,76	3,11	3,44	3,73	3,85	4,02	4,33	4,44	7,5%
PETROLINA (PE)	1,95	2,28	2,66	2,98	3,43	3,47	3,73	4,07	4,32	10,4%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	1,62	1,86	2,15	2,48	2,94	3,04	3,28	3,57	3,86	11,5%
SOBRAL (CE)	1,35	1,50	1,62	1,95	2,32	2,51	2,59	2,80	3,07	10,8%
ITABUNA (BA)	1,66	1,86	2,06	2,36	2,60	2,77	2,78	2,98	3,06	7,9%
ARAPIRACA (AL)	1,28	1,53	1,86	2,09	2,51	2,90	2,92	2,93	3,05	11,5%
JUAZEIRO (BA)	1,19	1,31	1,55	1,92	2,17	2,25	2,49	2,64	2,98	12,2%
BARREIRAS (BA)	1,15	1,34	1,59	1,83	2,05	2,21	2,21	2,41	2,66	11,0%
ILHÉUS (BA)	1,29	1,37	1,55	1,76	1,98	2,10	2,21	2,28	2,46	8,4%
CRATO (CE)	0,64	0,71	0,77	0,84	1,06	1,06	1,11	1,20	1,07	6,6%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Tabela 34 - Nordeste: PIB do setor Industrial das cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2018)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2018)
FEIRA DE SANTANA (BA)	1,52	1,83	1,93	2,33	2,45	2,21	2,33	2,40	2,45	6,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	1,20	1,31	1,47	1,50	1,51	1,59	1,69	1,73	2,00	6,6%
IMPERATRIZ (MA)	0,38	0,45	0,81	0,90	1,22	1,86	1,86	1,59	1,69	20,5%
MOSSORÓ (RN)	1,38	1,65	1,89	1,96	1,73	1,38	0,96	0,95	1,11	-2,7%
SOBRAL (CE)	0,81	0,74	0,88	0,95	0,96	1,01	0,96	1,05	1,09	3,8%
ILHÉUS (BA)	0,76	0,73	0,75	0,84	0,86	0,82	0,95	0,90	1,00	3,5%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	0,55	0,62	0,65	0,70	0,78	0,78	0,89	0,84	0,90	6,3%
CARUARU (PE)	0,41	0,44	0,60	0,62	0,72	0,69	0,63	0,79	0,77	8,2%
PETROLINA (PE)	0,62	0,70	0,86	0,78	0,79	0,93	0,70	0,65	0,76	2,6%
BARREIRAS (BA)	0,26	0,29	0,33	0,34	0,37	0,44	0,38	0,46	0,59	10,8%
ITABUNA (BA)	0,47	0,53	0,56	0,69	0,66	0,65	0,65	0,56	0,55	2,0%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	0,28	0,33	0,35	0,36	0,42	0,45	0,44	0,37	0,41	4,9%
JUAZEIRO (BA)	0,21	0,21	0,21	0,30	0,37	0,35	0,37	0,38	0,37	7,3%
ARAPIRACA (AL)	0,24	0,24	0,28	0,26	0,30	0,38	0,30	0,31	0,34	4,4%
CRATO (CE)	0,21	0,15	0,17	0,17	0,19	0,17	0,20	0,13	0,12	-6,8%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Tabela 35 - Nordeste: PIB do setor Agropecuário das cidades selecionadas em milhões de R\$ (2010-2018)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2018)
BARREIRAS (BA)	325	448	653	470	627	736	463	654	1.068	16,0%
PETROLINA (PE)	453	319	373	581	449	587	754	677	907	9,1%
ARAPIRACA (AL)	150	123	319	231	244	265	260	421	578	18,4%
JUAZEIRO (BA)	188	158	124	115	150	154	173	221	214	1,6%
MOSSORÓ (RN)	98	118	129	141	133	141	139	143	178	7,7%
ILHÉUS (BA)	90	87	102	102	122	167	143	117	126	4,3%
CARUARU (PE)	42	41	47	44	56	76	92	96	110	12,8%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	68	82	74	76	90	111	111	93	105	5,6%
FEIRA DE SANTANA (BA)	48	42	32	43	44	58	61	50	48	0%
CRATO (CE)	36	46	38	48	75	47	61	47	36	0%
SOBRAL (CE)	24	34	30	23	32	28	32	32	32	3,7%
IMPERATRIZ (MA)	33	29	28	33	33	41	38	33	30	-1,2%
CAMPINA GRANDE (PB)	13	16	13	22	18	20	20	19	28	10,1%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	9	12	10	13	18	14	16	19	22	11,8%
ITABUNA (BA)	19	19	19	20	22	29	30	16	19	0%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Tabela 36 - Nordeste: Participação relativa por setor em % do PIB nas cidades selecionadas (2000; 2010; e 2018)

CIDADE E UF	PIB AGRO			PIB INDUSTRIAL			PIB SERVIÇOS			IMPOSTOS		
	2000	2010	2018	2000	2010	2018	2000	2010	2018	2000	2010	2018
FEIRA DE SANTANA (BA)	2%	1%	0%	17%	21%	17%	66%	62%	68%	16%	16%	15%
CAMPINA GRANDE (PB)	0%	0%	0%	25%	24%	22%	61%	62%	66%	14%	13%	12%
CARUARU (PE)	1%	1%	2%	13%	12%	11%	73%	72%	74%	12%	15%	14%
PETROLINA (PE)	17%	13%	14%	14%	18%	11%	61%	57%	65%	8%	12%	10%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	4%	2%	2%	13%	16%	13%	69%	68%	73%	14%	14%	12%
MOSSORÓ (RN)	1%	2%	3%	32%	31%	17%	56%	56%	68%	10%	11%	12%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	1%	0%	0%	19%	13%	9%	69%	75%	80%	11%	11%	11%
IMPERATRIZ (MA)	1%	1%	0%	13%	13%	24%	76%	75%	64%	10%	11%	11%
ARAPIRACA (AL)	10%	8%	13%	15%	13%	8%	64%	67%	68%	11%	12%	11%
JUAZEIRO (BA)	15%	10%	5%	17%	12%	9%	58%	67%	73%	10%	11%	13%
ITABUNA (BA)	1%	1%	0%	16%	19%	14%	70%	68%	75%	13%	12%	11%
SOBRAL (CE)	2%	1%	1%	37%	32%	23%	48%	53%	64%	13%	14%	12%
ILHÉUS (BA)	4%	4%	3%	28%	30%	24%	54%	50%	58%	14%	16%	15%
BARREIRAS (BA)	24%	17%	23%	20%	14%	13%	47%	60%	56%	10%	9%	9%
CRATO (CE)	4%	4%	3%	18%	21%	9%	67%	66%	80%	11%	9%	8%
MÉDIA DAS CIDADES	6%	4%	5%	20%	19%	15%	63%	64%	69%	12%	12%	12%

Fonte: IBGE, Contas Regionais.

Tabela 37 - Nordeste: Estimativas da população residente nas cidades selecionadas em milhares (2010-2020)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2020)
FEIRA DE SANTANA (BA)	556,6	562,4	568,0	606,1	612,0	617,5	622,6	627,4	609,9	614,8	619,6	1,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	385,2	387,6	389,9	400,0	402,9	405,0	407,7	410,3	407,4	409,7	411,8	0,7%
CARUARU (PE)	314,9	319,5	324,0	337,4	342,3	347,0	351,6	356,1	356,8	361,1	365,2	1,5%
PETROLINA (PE)	293,9	299,7	305,3	318,8	326,0	331,9	337,6	343,2	343,8	349,1	354,3	1,9%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	306,8	310,1	315,8	336,9	340,1	343,2	346,0	348,7	338,8	341,5	341,1	1,1%
MOSSORÓ (RN)	259,8	263,3	266,7	280,3	284,2	288,1	291,9	295,6	294,0	297,3	300,6	1,5%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	249,9	252,8	255,6	261,2	263,7	266,0	268,2	270,3	271,9	274,2	276,2	1,0%
IMPERATRIZ (MA)	247,5	248,8	250,0	251,4	252,3	253,1	253,8	254,5	258,0	258,6	259,3	0,5%
ARAPIRACA (AL)	214,0	216,1	218,1	227,6	229,3	231,0	232,6	234,1	230,4	231,7	233,0	0,9%
JUAZEIRO (BA)	197,9	199,7	201,4	214,7	216,5	218,3	220,2	221,7	215,1	216,7	218,1	1,0%
ITABUNA (BA)	204,7	205,2	205,8	218,1	218,9	219,6	220,3	221,0	212,7	213,2	213,6	0,4%
SOBRAL (CE)	188,2	190,7	193,1	197,6	199,7	201,7	203,6	205,5	206,6	208,9	210,7	1,1%
ILHÉUS (BA)	184,2	185,8	187,3	184,6	182,3	180,2	178,2	176,3	164,8	162,3	159,9	-1,4%
BARREIRAS (BA)	137,4	139,2	141,0	150,8	152,2	153,9	155,5	157,6	153,8	155,4	156,9	1,3%
CRATO (CE)	121,4	122,7	123,9	126,5	127,6	128,6	129,6	130,6	131,3	132,1	133,0	0,9%
BRASIL (EM MILHÕES)	190,7	192,3	193,9	201,0	202,7	204,4	206,0	207,6	208,4	210,1	211,7	1,0%

Fonte: IBGE, Estimativas da População.

Tabela 38 - Nordeste: Saldo migratório nas cidades selecionadas por tipo de fluxo⁵⁰ em data fixa (2005-2010)

CIDADE E UF	INTER-REGIONAL			INTRA-REGIONAL			INTRAESTADUAL		
	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO	IMIGRANTE	EMIGRANTE	SALDO
ARAPIRACA (AL)	2.260	5.870	-3.610	2.285	2.672	-387	12.723	10.245	2.478
BARREIRAS (BA)	3.825	5.910	-2.085	884	576	308	11.381	9.264	2.117
CAMPINA GRANDE (PB)	4.362	6.768	-2.406	4.786	5.097	-311	14.017	17.314	-3.297
CARUARU (PE)	2.975	2.435	540	2.937	2.849	88	25.437	14.438	10.999
CRATO (CE)	1.554	2.585	-1.031	2.024	1.341	683	6.497	5.128	1.369
ILHÉUS (BA)	3.957	10.738	-6.781	321	695	-374	13.863	14.025	-162
IMPERATRIZ (MA)	7.599	18.772	-11.173	1.375	1.435	-60	14.767	15.550	-783
ITABUNA (BA)	2.581	9.618	-7.037	393	800	-407	14.735	15.924	-1.189
JUAZEIRO (BA)	1.533	3.980	-2.447	5.455	4.748	707	10.445	8.427	2.018
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	2.898	4.160	-1.262	3.856	3.162	694	13.711	11.254	2.457
MOSSORÓ (RN)	2.410	1.791	619	4.888	2.216	2.672	14.455	12.165	2.290
PETROLINA (PE)	3.092	4.584	-1.492	10.930	6.633	4.297	22.589	14.526	8.063
SOBRAL (CE)	1.037	2.357	-1.320	385	613	-228	12.035	9.341	2.694
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	5.925	11.261	-5.336	597	522	75	19.236	14.814	4.422

Fonte: Queiroz; Ojima; Campos; e Fusco (2020) a partir do IBGE.

⁵⁰ Queiroz et al (2020) classificam os fluxos em três categorias: inter-regional (migrante de longa distância, de outra região do país fora do Nordeste); intra-regional (migrante de média distância, de outra UF porém do próprio Nordeste); intraestadual (migrante de curta distância, de outro município porém da mesma UF).

Tabela 39 - Nordeste: Valor das exportações em dólares (US\$) nas cidades selecionadas (2015-2020)

CIDADE E UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL EXP. (2015-2020)
IMPERATRIZ (MA)	722.277.978	581.926.337	551.956.727	871.348.848	690.165.276	633.530.019	4.051.205.185
BARREIRAS (BA)	294.413.533	166.165.553	278.548.893	257.518.863	406.990.923	404.634.978	1.808.272.743
ILHÉUS (BA)	240.411.323	248.421.188	233.146.068	181.233.255	163.515.026	160.840.303	1.227.567.163
PETROLINA (PE)	170.736.348	146.688.530	187.384.169	165.883.143	181.777.468	185.176.678	1.037.646.336
SOBRAL (CE)	184.470.942	152.822.118	177.753.548	144.508.153	137.600.663	97.762.483	894.917.907
MOSSORÓ (RN)	76.933.982	100.880.534	130.200.216	73.243.055	129.106.866	98.407.765	608.772.418
FEIRA DE SANTANA (BA)	117.653.171	99.904.578	95.601.523	92.299.785	88.369.417	54.676.298	548.504.772
CAMPINA GRANDE (PB)	84.390.808	70.121.387	79.966.827	58.083.839	65.415.104	51.221.844	409.199.809
JUAZEIRO (BA)	52.168.115	58.156.308	76.591.562	51.216.563	57.023.647	74.089.568	369.245.763
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	39.450.870	35.183.492	43.486.940	41.123.962	44.995.486	32.817.279	237.058.029
ITABUNA (BA)	28.574.557	29.291.171	27.839.633	29.969.150	36.868.065	40.786.430	193.329.006
CRATO (CE)	2.398	136.348	3.359.827	3.738.950	1.833.903	2.411.124	11.482.550
ARAPIRACA (AL)	2.495.894	2.396.945	1.734.921	1.880.764	1.130.236	540.330	10.179.090
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	2.201.407	1.664.306	1.565.430	477.779	690.758	664.802	7.264.482
CARUARU (PE)	18.287	62.671	17.037	87.293	234.430	150.934	570.652

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Tabela 40 - Nordeste: Valor das importações em dólares (US\$) nas cidades selecionadas (2015-2020)

CIDADE E UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL IMP. (2015-2020)
ILHÉUS (BA)	148.926.943	257.816.211	262.134.135	289.586.126	296.591.065	275.851.756	1.530.906.236
FEIRA DE SANTANA (BA)	135.028.083	92.020.900	131.201.875	143.258.387	146.417.163	159.050.144	806.976.552
CARUARU (PE)	45.870.038	35.333.320	42.532.199	48.810.963	43.948.220	36.218.485	252.713.225
CAMPINA GRANDE (PB)	74.922.175	28.055.775	17.963.236	28.898.571	33.335.261	57.828.198	241.003.216
ITABUNA (BA)	23.820.450	51.010.155	29.243.249	35.732.673	35.975.798	32.148.897	207.931.222
JUAZEIRO (BA)	10.459.898	16.587.055	26.147.208	74.954.293	18.877.932	18.018.725	165.045.111
SOBRAL (CE)	32.328.995	22.460.475	26.608.419	23.554.514	18.347.394	14.253.456	137.553.253
MOSSORÓ (RN)	25.532.445	23.938.972	25.788.237	14.067.051	23.729.424	18.385.672	131.441.801
PETROLINA (PE)	17.362.600	13.925.853	16.334.286	18.949.966	22.198.935	20.500.207	109.271.847
IMPERATRIZ (MA)	9.789.437	11.036.372	23.878.695	33.789.641	10.143.980	9.488.628	98.126.753
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	10.903.256	12.361.734	14.506.505	19.881.297	17.287.283	12.585.234	87.525.309
BARREIRAS (BA)	28.802.088	224.537	1.203.882	4.289.007	29.235.055	4.212.330	67.966.899
ARAPIRACA (AL)	8.746.919	9.493.836	9.159.393	8.366.331	7.554.216	7.156.058	50.476.753
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	3.307.698	4.416.787	6.332.311	3.985.890	3.013.724	2.603.145	23.659.555
CRATO (CE)	582.627	315.735	2.376.911	566.553	483.355	278.533	4.603.714

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Tabela 41 - Nordeste: Valor em dólares (US\$) da balança comercial das cidades selecionadas (2015-2020)

CIDADE E UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL (2015 - 2020)
IMPERATRIZ (MA)	712.488.541	570.889.965	528.078.032	837.559.207	680.021.296	624.041.391	3.953.078.432
BARREIRAS (BA)	265.611.445	165.941.016	277.345.011	253.229.856	377.755.868	400.422.648	1.740.305.844
PETROLINA (PE)	153.373.748	132.762.677	171.049.883	146.933.177	159.578.533	164.676.471	928.374.489
SOBRAL (CE)	152.141.947	130.361.643	151.145.129	120.953.639	119.253.269	83.509.027	757.364.654
MOSSORÓ (RN)	51.401.537	76.941.562	104.411.979	59.176.004	105.377.442	80.022.093	477.330.617
JUAZEIRO (BA)	41.708.217	41.569.253	50.444.354	-23.737.730	38.145.715	56.070.843	204.200.652
CAMPINA GRANDE (PB)	9.468.633	42.065.612	62.003.591	29.185.268	32.079.843	-6.606.354	168.196.593
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	28.547.614	22.821.758	28.980.435	21.242.665	27.708.203	20.232.045	149.532.720
CRATO (CE)	-580.229	-179.387	982.916	3.172.397	1.350.548	2.132.591	6.878.836
ITABUNA (BA)	4.754.107	-21.718.984	-1.403.616	-5.763.523	892.267	8.637.533	-14.602.216
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	-1.106.291	-2.752.481	-4.766.881	-3.508.111	-2.322.966	-1.938.343	-16.395.073
ARAPIRACA (AL)	-6.251.025	-7.096.891	-7.424.472	-6.485.567	-6.423.980	-6.615.728	-40.297.663
CARUARU (PE)	-45.851.751	-35.270.649	-42.515.162	-48.723.670	-43.713.790	-36.067.551	-252.142.573
FEIRA DE SANTANA (BA)	-17.374.912	7.883.678	-35.600.352	-50.958.602	-58.047.746	-104.373.846	-258.471.780
ILHÉUS (BA)	91.484.380	-9.395.023	-28.988.067	-108.352.871	-133.076.039	-115.011.453	-303.339.073

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Tabela 42 - Nordeste: Valor total de salários e outras remunerações nas cidades selecionadas em bilhões de R\$ (2010-2019)

CIDADE E UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (2010-2019)
FEIRA DE SANTANA (BA)	1,25	1,54	1,80	2,09	2,39	2,51	2,68	2,72	2,87	3,00	10,2%
CAMPINA GRANDE (PB)	1,14	1,35	1,59	1,80	2,12	2,31	2,43	2,70	2,67	2,71	10,1%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	0,70	0,80	0,96	1,09	1,26	1,38	1,52	1,64	1,78	1,82	11,2%
MOSSORÓ (RN)	1,02	1,13	1,30	1,39	1,52	1,66	1,62	1,64	1,71	1,78	6,4%
PETROLINA (PE)	0,67	0,79	0,95	1,01	1,22	1,42	1,47	1,57	1,68	1,73	11,1%
CARUARU (PE)	0,66	0,76	0,92	1,06	1,26	1,38	1,41	1,51	1,58	1,63	10,6%
IMPERATRIZ (MA)	0,48	0,57	0,78	1,04	1,01	1,13	1,06	1,27	1,41	1,46	13,2%
SOBRAL (CE)	0,51	0,55	0,63	0,77	0,91	0,95	1,04	1,12	1,20	1,20	10,0%
JUAZEIRO DO NORTE (CE)	0,36	0,46	0,56	0,67	0,79	0,90	0,99	1,06	1,08	1,17	14,0%
ITABUNA (BA)	0,51	0,60	0,64	0,71	0,80	0,84	0,88	0,98	1,03	1,18	9,8%
JUAZEIRO (BA)	0,40	0,44	0,52	0,61	0,70	0,73	0,80	0,88	0,95	1,01	10,8%
BARREIRAS (BA)	0,32	0,36	0,42	0,48	0,56	0,62	0,65	0,69	0,76	0,86	11,6%
ILHÉUS (BA)	0,52	0,59	0,69	0,73	0,80	0,84	0,87	0,92	0,96	0,83	5,3%
ARAPIRACA (AL)	0,27	0,32	0,39	0,46	0,53	0,60	0,67	0,70	0,75	0,76	12,2%
CRATO (CE)	0,21	0,21	0,24	0,28	0,33	0,35	0,38	0,38	0,41	0,43	8,3%

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.